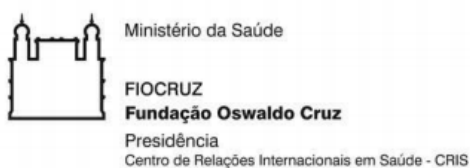


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 11/2022
7 a 20 de junho de 2022



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 22 de junho de 2022



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - Paulo M. Buss e Pedro Burger	
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
11	Non sequitur – <i>Santiago Alcázar</i>	
18	Uma nova Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional e a urgência de ações de preparo e resposta a situações críticas: A Covid-19 ensina algo? - <i>Paula Reges, Luana Bermudez, Luiz Augusto Galvão e Paulo Buss</i>	
24	Atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU de interesse para a saúde global e a diplomacia da saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
38	Saúde humana também depende da saúde dos oceanos - <i>Danielly Magalhães, Guilherme Franco Netto e Luiz Augusto Galvão</i>	
47	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Ananda Melo King, Caio Murta, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
54	Proposta do PNUD de prevenção de riscos na estratégia de desenvolvimento: Redução de riscos, resiliência, e desenvolvimento informado pelos riscos - <i>Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa</i>	
57	Saúde mental em perspectiva mundial e situações de violência sexual, de crianças com deficiência e do trabalho infantil no contexto de guerras e crises econômicas - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Gomes e Karinne Marieta Carvalho</i>	
64	Não há tempo a perder para articular agendas para promover sistemas alimentares globais inclusivos, resilientes e sustentáveis - <i>Denise Oliveira e Silva, Eduardo Nilson e Erica Ell</i>	
68	Instituições Financeiras Multilaterais e saúde - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
71	12ª Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio: Decisão sobre patentes e Covid-19 - <i>Claudia Chamas</i>	
78	Igualdade de gênero, patrimônio e criatividade – <i>Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard</i>	
<u>Movimentos sociais globais e saúde</u>		
81	Atividades e posições dos Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais de Interesse Público que atuam no âmbito da saúde global e diplomacia da saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
87	Instituições da sociedade civil na saúde global e diplomacia da saúde - <i>Anna Carole D'Amelio, Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Patrícia Lewis e Luis Eugênio de Souza</i>	

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 94 G77, MNA e cooperação Sul-Sul na saúde global e diplomacia da saúde - *Regina Ungerer*
- 106 Enquanto G7 e G20 tratam da guerra e da pandemia a acessão do Brasil à OCDE ganha momentum - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 114 A próxima Cúpula dos BRICS e prioridades de cooperação em 2022 - *Claudia Hoirisch*
- 118 Salud en las Fronteras de Sudamérica: Experiencias y desafíos - *Carlos Arosquipa, Paolo Balladelli; Sofia Farante; Hernán Sepúlveda*
- 138 Saúde global e diplomacia da saúde na América Latina e Caribe - *Sebastian Tobar, Miryam Minayo, María del Carmen Dávila Calle, Bertha Pineda Restrepo, Ginnette Morales e Melissa Hernández*
- 154 O Continente Africano na saúde global e diplomacia da saúde - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 174 A Europa se volta para o Atlântico II: Agora com bússola - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 177 Ásia Pacífico discute segurança e resiliência em saúde e Oriente Médio debate mediação de conflitos e desenvolvimento sustentável - *Lúcia Marques*
- 194 Os emergentes e o resto - *André Costa Lobato*

Autores deste Caderno - 196

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 200

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 201

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 11/2022 – 07 a 20 de junho de 2022

Apresentação

O mandato dos Cadernos é repercutir a conjuntura e os momentos políticos globais no país. Hoje começamos com um assunto invertido. O mundo assistiu estarecido, na quinzena que finda, mais um episódio brutal na nossa região amazônica: o assassinato de dois defensores da floresta que, em missão da paz, buscavam documentar o descaso com as populações indígenas e ribeirinhas, e com o meio ambiente, perpetrado por garimpo, pesca e desmatamento ilegal, sob o olhar omisso das autoridades. Só não passou despercebido porque envolveu um nacional do Reino Unido e jornalista conhecido. As centenas de atos violentos e mortes de indígenas e entre aqueles que, anonimamente, se atrevem a defender o território das ações ilegais, costumam passar despercebidos. Mais uma vez, o país tem manchetes negativas na arena internacional. Pena ter que registrá-las aqui, ao invés de estar mostrando eventos e iniciativas positivas do país no espaço amazônico, vital para nós e para o mundo. Toda nossa solidariedade para as famílias de Bruno e Dom.

Cúpula das Américas, Relatório da ACNUR sobre Refugiados, Conferência de Ministros da Organização Mundial de Comércio, *monkeypox* e a continuação da saga das enfermidades emergentes no mundo, são alguns dos temas que chamaram a atenção na diplomacia da saúde global e regional na quinzena analisada. Além disso, nesta semana o Comitê Executivo da OPAS definirá a agenda da Conferência Pan-americana da Saúde de setembro e ouvirá os candidatos ao posto de Diretor da organização. O BRICS realiza, também nesta semana, sua Cúpula 2022, sob a presidência da China, e aborda questões decisivas no campo da saúde.

Este **Caderno 11** contém quatro artigos especiais, três dos quais elaborados por pesquisadores externos ao CRIS: um, sobre o programa de saúde proposto pelo recém eleito presidente Gustavo Petro, escrito pelo pesquisador do CRIS, **Sebastian Tobar**; o de **Arosquipa, Balladelli e colegas** sobre a experiência em saúde nas fronteiras na América do Sul; e os artigos de colegas (e participantes do Curso do CRIS) do ORAS/CONHU, **Calle e Restrepo**, e da COMISCA, **Morales e Hernández**, respectivamente sobre saúde na região andina e na América Central.

Na saúde global, a saga continua. A Covid-19 não dá tréguas, enquanto em mensagem de Twitter, o DG Tedros Adhanom anunciou a convocação do *Comitê de Emergência do Regulamento Sanitário Internacional* para quinta-feira, dia 23 de junho – justo no dia no qual CRIS realiza seminário especial sobre as doenças emergentes – para avaliar se surto de *monkeypox* representa uma emergência de saúde pública de interesse internacional. É o que reportam **Reges, Bermudez e Galvão**, que também comentam os primeiros resultados do Grupo Assessor da OMS sobre a origem de novos patógenos (SAGO), assim como a agenda do **Comitê Executivo da OPS**, que se reuniu para aprovar um conjunto de resoluções, examinar os informes de avaliação sobre um conjunto de programas em curso e receber informações sobre outros tantos, visando estabelecer a agenda da Conferência Sanitária Pan-americana, marcada para setembro de 2022, inclusive para eleger o novo diretor(a) da OPS para o período 2023-2027.

Os resultados da **Cúpula das Américas**, que se realizou em Los Angeles, de 6 a 10 de junho, é examinada no informe sobre América Latina e Caribe, de Tobar e Minayo, nas suas dimensões saúde, ambiente, migração e recuperação econômica. Diversos autores se referiram

aos resultados do evento. O CRIS realiza seminário especial extra sobre a Cúpula, no dia 7 de julho, uma 5ª feira, de 10 às 12:30h.

De Negri Filho apresenta a descrição e análise de questões selecionadas da 50ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos da ONU** (Genebra, Palácio das Nações, 13/06-08/07 2022). O tradicional *informe anual da Alta Comissária para os Direitos Humanos*, Michelle Bachelet, traz a particularidade de ser possivelmente sua última apresentação, posto que já anunciou que não irá postular por um novo mandato. Destaca, além do Informe da Comissária Bachelet, dois outros documentos: 1) o Informe do *Grupo de trabalho sobre os direitos humanos e a ação das transnacionais* (tema já várias vezes destacado como fundamental para a Saúde Global), mais ainda à sombra do poder cada vez maior da Big Pharma, da guerra das vacinas e do bloqueio do debate sobre a suspensão dos direitos de propriedade intelectual em tempos de crise sanitária global; e 2) o instigante informe sobre *investigação médico-legal de mortes* do Relator Especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, Dr. Morris Tidball-Binz.

Magalhães, Franco Netto e Galvão abordam a governança global dos oceanos, seus benefícios e as **relações entre os oceanos e a saúde humana**. Os oceanos funcionam como dispersores de poluição transfronteiriça muito eficazes. São dados exemplos de efeitos na saúde em decorrência da poluição e contaminação marinha, além de novas descobertas em torno da possibilidade de microplásticos carregarem biofilmes de bactérias que podem levar genes resistentes a antibióticos para áreas remotas do globo. Essas evidências solidificam a necessidade de se estabelecer sistemas de vigilância em saúde nos mares, projeto já iniciado pela Fiocruz no projeto FioAntar. Trazem também os resultados das Convenções de Estocolmo, Basiléia e Roterdã, sobretudo no que diz respeito ao uso de DDT para controle de malária, com planos de eliminação total para o próximo ano. A conferência em Bonn em preparação a COP27 de Clima fala das frustrações dos países em desenvolvimento em relação a proposta de perdas e danos, bloqueada pelos países ricos.

Na quinzena em que a **ACNUR** – agência das Nações Unidas para os refugiados – lança seu informe de 2021, mostrando que o número de pessoas forçadas a deixar suas casas tem crescido ano após ano durante a última década e se encontra no nível mais alto desde que começou a ser registrado – ressaltando o caso da Ucrânia, com refugiados europeus e brancos – a agência de refugiados da Noruega também lança informe sobre refugiados e chama a atenção para o continente africano. Neste último trabalho fica demonstrado o que já se supunha ou tinha notícias: as dez crises de refugiados mais negligenciadas do mundo estão todas na África, mas isto tem reduzida, quase nula, repercussão mundial, e recebe recursos globais destinados à proteção dos refugiados muito aquém das necessidades.

No informe do **Grupo Migrações, Refúgio e Saúde Global**, destaca-se o lançamento do referido *Relatório de Tendências Globais*, do **ACNUR**, que apontou o marco sem precedentes de 100 milhões de refugiados em todo o mundo. O número foi atingido pela rápida escalada do conflito na Ucrânia e diversas outras emergências, em especial entre os países de baixa renda (o conhecido “Sul Global”). Salientam também a *Declaração de Los Angeles sobre Migração e Proteção* no âmbito da **Cúpula das Américas**, realizada de 6 a 10 de junho de 2022, na qual 20 Estados signatários se comprometeram com a admissão e proteção de um maior número de refugiados na região. Por fim, explora a delicada situação de migrantes haitianos na fronteira México-EUA e o conteúdo de relatórios lançados pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

Enquanto a burocracia da **Organização Mundial do Comércio (OMC)** e alguns países beneficiados comemoram o que teriam sido avanços da XII Conferência de Ministros em várias

frentes, inclusive das patentes de produtos para o enfrentamento da pandemia, organizações da sociedade civil classificam ou como avanços ínfimos que pouco muda a situação diante das dimensões da crise, ou como aberta farsa, preparada para enganar tolos e acomodar interesses. **Chamas** analisa os resultados da conferência no seu artigo deste Caderno.

A China organizará a XIV Cúpula virtual dos **BRICS** em 23/06 sob o tema ‘Promover a Parceria BRICS de alta qualidade, inaugurar uma nova era para o desenvolvimento global’. Para promover uma parceria de alta qualidade, informa **Hoirisch**, os BRICS deverão intensificar a coordenação sobre as principais questões internacionais e regionais para enfrentar os desafios comuns enfrentados pela humanidade; aprofundar a cooperação prática em todos os campos e entregar os resultados das Cúpulas anteriores e garantir que resultados concretos sejam alcançados. Deverão também cooperar com outros países emergentes e em desenvolvimento, bem como organizações internacionais para ampliar a CSS para o desenvolvimento comum e a prosperidade. Nesta Cúpula, os países irão discutir meios de conduzir a cooperação BRICS *plus* a níveis mais elevados, em mais áreas e em maior abrangência para injetar mais força na direção do desenvolvimento global quando o mundo enfrenta turbulências. Dia 24/6, o presidente Xi sediará o Diálogo de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Global em Pequim, sob o tema "Promover uma Parceria de Desenvolvimento Global para a Nova Era para implementar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Líderes do BRICS e de mercados emergentes e PEDs participarão do evento.

O **PNUD**, informam **Martins e Sousa**, publicou o documento “*The UNDP Approach to Risk-Informed Development*”, com oportuna discussão da relação entre desenvolvimento e riscos. A nova abordagem do PNUD, denominada como desenvolvimento informado pelos riscos (RID), é um esforço corporativo alinhado com o Plano Estratégico do PNUD 2022-2025 para articular como o Programa adotará o desenvolvimento informado pelos riscos como um dos aceleradores do desenvolvimento sustentável. Este conceito busca superar as lacunas apresentadas pelo conceito de resiliência, previamente defendido pela agência como solução para o desenvolvimento e prevenção de crises.

Dia 07 de junho de 2022 foi comemorado o Dia Mundial da Segurança dos Alimentos em que “a segurança de alimentos é responsabilidade de todos”, no sentido de que governos, produtores e consumidores possuem todos importante papel na agenda, prevendo a necessidade ainda de uma governança intersetorial tanto dentro dos governos quanto com outros atores, em alinhamento com o multissetorialismo que é preconizado pela Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas. Em 17 de junho o Diretor-geral da **Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)**, QU Dongyu, declarou que a “atual situação global de segurança alimentar nos convida a agir agora – não há tempo a perder” no encerramento da 170ª Sessão do órgão executivo da Conferência da FAO. **Silva, Nilson e Ell** concluem que, apesar da frequente menção aos sistemas alimentares no âmbito da segurança de alimentos, a prioridade de suas ações continua sendo o alimento em si, particularmente no sentido da higiene, da segurança microbiológica e da presença de alguns tipos de contaminantes, incluindo seus aspectos regulatórios e de fiscalização, mas não reforçando suficientemente o papel que as formas de produção de alimentos afetam mais amplamente a saúde, o desenvolvimento econômico e social e o meio ambiente. Com isso, a discussão da segurança dos alimentos também não incorpora outros pontos relevantes da agenda atual dos sistemas alimentares, como o uso de agrotóxicos e a utilização do solo e das águas, nem as formas de produção, para incorporar mais efetivamente os pequenos produtores e a agricultura orgânica e agroecológica.

Massari, Gomes e Carvalho, trabalhando com a **saúde da mulher, da criança e do adolescente** no mundo, destacam e comentam: o relatório mundial sobre saúde mental da OMS; o relatório anual sobre recursos regulares e investimentos da **ONU Mulher** em 2021; e a reunião do Conselho Executivo da **UNFPA**, com dados do seu último relatório 2018-2021. Recordam que dia 19 de junho é o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Sexual em Conflitos e dia 24 de junho o Dia Internacional da Mulher na Diplomacia. Apontam que a **UNICEF** lançou nota de orientação sobre trabalho infantil e conduta empresarial, assim como relato sobre a situação de crianças com deficiência na guerra da Ucrânia e no Sri Lanka.

Ungerer descreve no seu informe a importância da **Cooperação Sul-Sul e Triangular (SSTC)** no cenário internacional e a necessidade de renovar o compromisso de apoiar os países a alcançar a Agenda 2030 com novas formas de pensar, trabalhar e catalisar esforços para o reconhecimento do papel das mulheres no desenvolvimento sustentável e na conquista da igualdade de gênero no multilateralismo emergente no Sul Global.

O **G-77 e a China** participaram de três reuniões da AGNU relacionadas ao Comitê Executivo do PNUD, UNFPA e UNOPS destacando que o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas tem papel crucial a desempenhar no apoio aos esforços nacionais dos países para alcançar os ODS e para equipar os países menos desenvolvidos para aproveitarem as oportunidades e a transformação digital, permitindo que suas economias cresçam e aumentem a produtividade. No entanto, a participação mais importante do G-77 e da China foi no segundo rascunho da Declaração Ministerial do HLPF, para cujo texto final fizeram várias sugestões, ameaçando com a possibilidade de não haver consenso, se algumas alterações, importantes para o Grupo, não forem incorporadas ao documento final. O **MNA** destacou o papel dos jovens na garantia e promoção do desenvolvimento sustentável no período pós-Covid, em que o Presidente da 75ª AGNU ressaltou a importância dos jovens e sua inabalável esperança no futuro, valorizando as instituições multilaterais e a ONU. O **Centro Sul**, por sua vez, apresentou um documento de pesquisa sobre uma análise do uso das flexibilidades de saúde pública do Acordo TRIPS na Índia, 20 anos depois de Doha.

Cazumbá relata que o **FMI** e o G20 elaboraram relatório para resolver lacunas relacionadas às necessidades políticas emergentes, enquanto o **Banco Mundial** sinaliza com projetos na área da saúde para países do continente africano. **BID** recebe apoio dos EUA com o anúncio de aumentar o capital de seu setor privado.

Recentemente, a **UNESCO** lançou a versão em português da publicação sobre igualdade de gênero, patrimônio e criatividade, originalmente publicada em 2014, conforme reportam **Rodrigues, Gaspar e Sanglard**. A publicação continua bastante atual, visto que com a pandemia de COVID-19, muitos avanços alcançados em países que contribuíram para a ações e políticas de igualdade de gênero na área cultural foram revertidos a patamares anteriores à crise sanitária mundial, especialmente porque é uma área com forte atuação e participação das mulheres e meninas.

No informe sobre a **sociedade civil global, De Negri Filho** busca aproximar os leitores a três fontes regulares de notícias e análises dos movimentos e organizações que defendem de forma crítica o direito à saúde no âmbito global: o boletim "*People Health Dispatch*", que analisa as insuficiências e fracassos da 75ª Assembleia Mundial da Saúde e aponta, em perspectiva, os futuros fracassos da 12ª Reunião Ministerial da OMC; o boletim "*Global Health Watch*", que documenta a insuficiência das decisões adotadas pela 12ª Reunião Ministerial da OMC; e a publicação "*South Views*", do South Center, associado ao Movimento dos Não-Alinhados, que

faz um balanço crítico dos acordos de “Doha 20 anos depois - A promessa foi traída?”, algo muito oportuno frente aos impasses da OMC e seus impactos na saúde global. Adicionalmente, propõe-se a introduzir uma reflexão sobre a natureza e identidade dos movimentos em saúde global, através das análises do professor de ciência política da UNAM do México, Benjamin Arditti.

Nesta edição, são registradas manifestações públicas de 17 das cerca de 50 **organizações da sociedade civil** monitoradas por **Sousa e grupo**. Foram objetos de manifestações o fortalecimento dos sistemas de saúde e temas correlatos como a escassez da força de trabalho, a necessidade de ampliar a formação profissional, a construção de um tratado pandêmico sob o princípio da equidade, as preocupações com as mudanças climáticas e a insegurança alimentar mundial, as guerras e os conflitos.

O destaque, contudo, foi a resolução aprovada pela 12ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio que, entre várias outras coisas, aborda a questão da suspensão das patentes de vacinas contra a covid-19. Muitas OSC de interesse público, denunciaram o fato da resolução não apenas não remover os obstáculos de propriedade intelectual com ainda adicionar mais restrições às flexibilidades existentes.

Do lado das fundações de interesse privado, como poderia se esperar, não se registrou nenhuma manifestação relativa à decisão da OMC. Neste subgrupo de OSC, as manifestações se pulverizaram em inúmeros temas, embora as mudanças climáticas tenham sido o tema mais frequente.

O informe sobre **América Latina e Caribe**, preparado por **Tobar e Minayo**, está substancialmente enriquecido nesta quinzena. Traz uma análise sobre a conjuntura e resultados da **IX Cúpula das Américas**, ademais de destacar outros acontecimentos regionais relevantes, como a *Oficina do Mercosul sobre Saúde nas Fronteiras no Mercosul* e o *Seminário sobre Políticas de Recuperação Econômica e Inovação em Matéria de Proteção Social para mitigar os efeitos da Pandemia da Covid-19 no MERCOSUL*, além do lançamento do *Relatório sobre a Conjuntura Laboral da América Latina e o Caribe: Os Salários Reais durante a pandemia*, pela CEPAL. Também contou com a colaboração de **Calle e Pineda Restrepo** para abordar o tema da *Mesa Andina Inter-setorial de Concertação contra a Desigualdade em Saúde* e de **Morales e Hernández** para tratar da *LVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da América Central e República Dominicana (COMISCA)*.

Os fatos mais relevantes do **G7, G20, OCDE** vêm analisado por **Burger, Esteves e grupo de trabalho**. Entre os países do **G7**, chamaram a atenção na última semana: a visita de Scholz, Macron e Dragui à Kiev e o aceite de Zelensky em participar da próxima Cúpula do G7, em 26 de junho, nos Alpes alemães. Um novo pacote de ajuda à Ucrânia foi anunciado pelo presidente Biden. No encontro de ministros da ciência em Frankfurt, nos dias 12-14 de junho, que contou com a participação do ministro da ciência ucraniano, Serhiy Shkarlet, a cooperação científica com a China ganhou o centro dos debates.

No **G20**, os efeitos da pandemia de COVID-19 permanecem orientando os debates. Nesta última quinzena, a temática da educação ganhou centralidade pelos efeitos negativos que a interrupção do ensino presencial tem provocado no nível de aprendizado dos mais jovens. No que se refere ao tema da saúde, discussões importantes foram realizadas enfatizando a implementação global da abordagem de Saúde Única (*One Health*) e a mobilização de recursos para a preparação para enfrentar futuras pandemias. Os grupos de trabalho IWG e SFWG tiveram seus terceiros encontros para discutir os temas de infraestrutura e finanças

sustentáveis. Por fim, destaque para o informe da OCDE que repercute um movimento de desaceleração no PIB do G20 no primeiro trimestre deste ano.

Nesta quinzena, destaque da **OCDE** é o processo de acesso do Brasil à organização, cujo início de processo foi aprovado pelos 38 membros da mesma. Apesar das demonstrações das posições do governo brasileiro acerca da democracia, direitos humanos, gênero e proteção socioambiental, a OCDE e seus países membros continua facilitando a acesso do Brasil.

Na **África**, a Agência Africana de Medicamentos acelera a sua estruturação e localização num país anfitrião. A **União Africana** e o Fundo Monetário Internacional realizam conferência de alto nível sobre boa governança e combate à corrupção. O **CDC África** lançou o primeiro de uma série de formação prática em bioinformática. A **OMS AFRO** apoia o processo de fortalecimento do CDC África com a recente promoção ao organismo autônomo da União Africana. Lançada a Estratégia Continental de Segurança Sanitária dos Alimentos para a África, por ocasião de celebração do *World Food Safety Day*. 30 anos de cooperação ambiental entre a União Europeia e a CEEAC. A OMS AFRO realiza reunião sobre erradicação da poliomielite em África. Igualdade de gênero e desenvolvimento econômico na África Austral, motivo da reunião ministerial dos responsáveis pela área de gênero. A cooperação alemã apoia o desenvolvimento de infraestruturas hídricas resilientes na África Austral. A Arábia Saudita procura melhorar as relações com o COMESA e SADC. O Banco Mundial anunciou um novo pacote de financiamento para comércio livre entre os países da região dos Grandes Lagos da África Oriental. Esta vasta agenda foi coberta pelos pesquisadores **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg**.

A guerra na Ucrânia e a Covid-19 estiveram na agenda da **União Europeia (UE)** no período, que traz duas novidades, além do calor de 40º: a Bússola estratégica, um plano que visa fortalecer a política de segurança e defesa do bloco; e a revisão da Estratégia de Saúde Global. Sob o prisma desta última, reporta **Freire**, está a Agenda EUA-UE para vencer a pandemia global, vacinar o mundo, salvar vidas agora e reconstruir uma melhor segurança global de saúde, sob a qual já nasce um Acordo de cooperação sobre preparação e resposta a ameaças à saúde pública, assinado pela Comissão Europeia e os Estados Unidos.

Em final de maio, enquanto a Assembleia Mundial da Saúde se desenrolava, muitas conferências, reuniões e diálogos, com agendas intensas, aconteciam na **Ásia Pacífico e Oriente Médio**, que se estenderam à primeira semana de junho. Segurança e paz, saúde e resiliência, preparação e controle de riscos, desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, financiamento verde, mediação de conflitos, Agenda 2030, foram discutidos pela ASEAN, ESCAP/ONU, Organização de Cooperação Islâmica e Banco Islâmico de Desenvolvimento. Muitas declarações conjuntas, muitas resoluções e decisões e muitos relatórios e análises. E no Diálogo de Shangri-la, a resposta da China aos discursos de Joe Biden e de Antony Blinken e um recado dos países do Indo Pacífico: o Sudeste Asiático tem “maneiras asiáticas” de resolver os desafios de segurança regional e um jeito “aseano” de buscar soluções para as questões regionais. A animosidade americana crescente, reforçada pelo estigma do “vírus chinês”, tem minado os diálogos em outras esferas, para além da segurança, como saúde global. Esses são alguns dos destaques de **Marques** para esse informe.

A hipótese de que a pandemia surgiu com o vazamento do vírus de um laboratório voltou a aparecer no último relatório do comitê da OMS destinado a investigar as origens desta pandemia assim com criar capacidades para o enfrentamento das próximas. Chefes das diplomacias de EUA e China se encontraram e mais uma vez concordaram em discordar. Enquanto isso, Pequim sedia encontro dos Brics e faz reunião sobre desenvolvimento com

economias emergentes. É o que consta do informe sobre **China**, elaborado por **Lobato** para o Caderno 11.

É sempre um prazer entregar este produto de análise da conjuntura da saúde global e da diplomacia da saúde aos atentos leitores e leitoras que nos acompanham quinzenalmente. Neste momento de tantos conflitos globais e incertezas quanto aos destinos planetário, é fundamental que mantenhamos o espírito crítico e a voz alta, para apoiar o bem-feito e denunciar os muito malfeitos que se verificam globalmente.

É preciso ressaltar, ainda, que este material resulta da atividade de dezenas de pesquisadores do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS, além de pesquisadores externos que, sem remuneração, se incorporam ao esforço de dar aos leitores dos Cadernos a informação atualizada e um ponto-de-vista crítico para que cada um tire as conclusões que poderão orientar seu trabalho e sua visão de mundo.

Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 23 de junho de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger (com Erica Kastrup)

Editores dos Cadernos CRIS sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Non sequitur

Santiago Alcázar

Esta é uma obra de ficção.

Qualquer semelhança com fatos ou personagens reais é mera coincidência

M e T sentam-se. A atendente aproxima-se com um sorriso. Conhecida de ambos, a cumprimentam, comentam sobre o tempo, fazem perguntas sem importância e pedem dois expressos. O café é uma desculpa para esses encontros costurados com ideias, sempre novas e inusitadas, pois somente assim conseguem se interessar. Como sempre, a conversa cobrirá todos os assuntos, do paleolítico ao conceitual.

T – Qual é o principal problema hoje?

M – Fugir dos cobradores.

T – O principal problema é a inflação.

M – Eu sei, a alta de preços dos combustíveis e dos alimentos.

T – Entre outras coisas, mas o que quero é expor o que penso.

M – Adiante, não faço objeção, enquanto o café estiver quente.

T acomoda-se o melhor que pode na cadeira de metal. Terá que cobrir um amplo horizonte e terá que ser conciso e claro, pois a paciência não é uma das qualidades de M.

T – Em pouco mais de duas semanas deverá reunir-se o *High Level Political Forum*

M – De novo essas coisas estranhas

T – Que coisas?

M – Por que não expões tuas ideias de maneira simples, sem ter de recorrer a *High Political* ou seja lá o que for, que parecem fórmulas de química

T – Eu sei que a paciência não é teu forte, mas, *please, bear with me*.

M – Tá bom, segue com as tuas siglas incompreensíveis.

T explicou de maneira sucinta o que era o *High Level Political Forum*, conhecido entre os íntimos como HLPF, a sua relação com o ECOSOC

M – ECOSOC? Algo assim como a SHELL, ou a SUNOCO americana? Empresas de petróleo?

T – Muito engraçado, mas assim não consigo

M – Tá bom, fico mudo.

E ficou. Selou os lábios e, não se sabe se por reflexo ou por antecipação de sono, fechou os olhos.

Tentativa de intimidação, pensou. *No pasarán!* como diria Dolores. Reunindo toda a coragem, bem como algumas linhas de argumentação, iniciou a sua exposição.

T – O HLPF é a instância no universo das Nações Unidas com responsabilidade de acompanhar a implementação da Agenda 2030 e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ou ODS para os que sabem. Vamos ao que interessa. Em 2015, apenas uma data, os nossos líderes

M – Nossos? Não os conheço

T – Os líderes do mundo, os que frequentam Nova York, Genebra e tomam decisões que impactam sobre as nossas vidas.

M – Chama a Polícia, não quero ninguém me impactando

No pasarán!

T – Pois bem, esses muquiranas, se preferes, reuniram-se em Nova York naquela data com o propósito de transformar o mundo.

M – Sério?

T – Sério. Eram como colegiais. Quicavam de alegria, batiam palmas, riam à toa. Parecia que haviam descoberto a pólvora. Queriam, de verdade, transformar o mundo para melhor. Para isso traçaram um plano grandioso, que é essa tal de Agenda 2030 com os seus 17 ODS. Erradicar a pobreza, em todas as suas formas, em todos os lugares. Fome zero, ninguém com fome, esteja onde estiver e uma agricultura sustentável que garanta a segurança alimentar. Saúde e bem-estar, para todos, como prometido no preâmbulo da Constituição da OMS e presente em muitos sonhos, perseverantes, sem dúvida. Educação de qualidade ao longo da vida, para facultar a todos os instrumentos necessários para entender o que se passa. É preciso, porque a impressão que tenho é que a maioria não faz ideia.

M – Mais que a maioria. A quase totalidade

T – Igualdade de gênero para acabar com esse negócio besta de tentar inferiorizar a mulher. Se a mulher fosse inferior, por que correríamos atrás?

M – Algumas correm atrás

T – Basta! Água potável e saneamento para todos. Já imaginastes? O luxo da água e do saneamento para todos. Os caras realmente queriam transformar o mundo. Mas tem mais. Energia limpa e acessível para todos. *Finito* essa coisa de cozinhar com gravetos, jornal ou álcool. Energia limpa, ou seja, não poluente, coisa boa, chique e, pasmem, barata. Trabalho decente

M – Como é?

T – Fica quieto. O plano era deles. Trabalho decente, dizia, e crescimento econômico

M – Mas aí já é de mais, ainda que seja um plano mirabolante

T – Quietos! O plano é deles. Têm o direito de pensar o que bem lhes der na telha. E não são tão maluquinhos assim como pensas. Tinham a colaboração de economistas e especialistas de renome

M – Ah bom, se é assim fico sossegado. Combinaram com os russos, então

T – Shh. Vão nos botar para fora, sem cerimônia. A coisa tá ruça. Ih, me dei mal.

A atendente voltou e como tínhamos terminado o café perguntou se queríamos algo mais. Sim, por favor, dois expressos e um pouco d'água. Nem começamos a conversar e já havíamos consumido tudo, sem olhar para o gasto. O que me remeteu ao consumo e produção responsáveis

T – Consumo e produção responsáveis

M – *Non sequitur*

T – Sequitur! Estou me referindo ao plano dos meninos.

M – Ah!

T – Faz parte do plano produzir e consumir de modo responsável, olhando para a taxa de reposição da Terra. Consumir somente o que pode ser repostado. Simples, não? De outra maneira, ficaremos sem e aí só o diabo sabe

M – Quem nem o Jorginho Guinle.

T – Na mesma linha, orientar as nossas ações para combater a mudança climática. Como sabes, a ação humana é responsável em grande medida pelo aquecimento global via a emissão de gases de efeito estufa, que são consequência de nosso modelo energético

M – Quase todo voltado para a queima de combustíveis fósseis. Quase todo, porque a energia limpa, nesse modelo, é uma pequena porcentagem do total. Sim, esse é um problemão.

T – É sim. A mudança climática é uma parte do problema. Temos que cuidar da Terra e das águas. Todas. Conservação e uso sustentável da vida aquática e terrestre. Há uns..., como diria? Uns salafários, energúmenos, dementes, porcarias, vale-nadas que não estão nem aí para nada. Agem como se não houvesse um amanhã. Derrubam florestas inteiras, garimpam sobre reservas, caçam e pescam como bandidos e matam quem se lhes opõem

M – Como Dom e Bruno

T – Como eles e outros antes deles. Ninguém liga, ou ao menos, os caras que contam não ligam, ou fazem como se não importasse

M – Os caras que contam, bela ironia. Vamos pedir um misto quente?

T – Vamos

A atendente não estava, mas um garçom solícito passou, escutou, aproximou-se, tomou nota e se foi.

M – Esse então era o plano?

T – Em grandes linhas, sim, ainda que tenha deixado de mencionar a redução das inequidades

M – Como assim? Grande falha! Como deixas de fora algo tão crucial?

T – Não deixei. É que me sinto pressionado por tua falta de paciência. Tenho que dizer muito em pouco tempo.

M – O clássico fazer mais com menos

T – Posso acabar?

M – Claro.

T falou da necessidade de infraestrutura resiliente, das cidades e comunidades sustentáveis, da promoção de sociedades pacíficas e inclusivas e de tornar as instituições eficazes e justas...T teve que parar. M batia palmas de tanta felicidade. Seguiu-se um breve silêncio.

M – Acabou?

T – Não.

M – O que falta? Serpentinhas, confetes e estouro de garrafas de champagne?

T – Tudo tem que ser feito em parceria. Todos juntos. Todos têm que ajudar e participar. Estamos todos no mesmo barco

M – Eu estou neste Café. Meu velho, isso tem uma pegada *allons enfants*. Somos todos irmãos, braços dados ou não. Vamos tomar a Bastilha

T – Idiota. Há um em toda família.

M – Bom, mas e aí? Deu certo? Estamos no paraíso?

T – Não. E o que é pior, esses Objetivos, que deveriam ser alcançados até a data limite de 2030, não o serão, e sabes por quê? Porque todos eles deveriam estar em uma curva ascendente para alcançar a meta.

M – E então?

T – Nunca estiveram. Deixa eu explicar. Como te disse, o HLPF acompanha a evolução da implementação nos países. O Secretariado das Nações Unidas também acompanha, assim como as organizações regionais, sociedade civil, academias

M – *Allons enfants?*

T – Os chefes decidiram, naquela data memorável de 2015, que a cada 4 anos realizariam uma Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável. Seria uma oportunidade para rever os amigos, comer uns biscoitos, chocolates e examinar quanto se havia avançado, importante pois assim levariam boas notícias de volta para casa, ou assim pretendiam. A primeira Cúpula realizou-se em 2019.

M – E que aconteceu?

T – Muita coisa. Tudo pode ser lido no relatório preparado por grupo independente de peritos. Muitos países, por exemplo, incorporaram os ODS em suas respectivas estratégias e planos nacionais. Motivo para aplauso. Mas somente 35 países mencionaram medidas específicas para incluir as ações necessárias em seus respectivos orçamentos. Somente 35 países. Como esperavam realizar os ODS?

M – Tem que combinar com os russos, perdão com os ministros da economia

T – Não somente com os bruxos. Toda a sociedade tem que estar envolvida. Todas as sociedades, pois de nada adianta avançar aqui e retroceder acolá. O mundo teria que envolver-se

M – Bravo, agora temos um *allons enfants* global. Haja Bastilha para todos

No pasarán!

T – O que é importante reter do relatório é que houve avanços, tímidos e insuficientes, mas algo é algo. Do lodaçal em que estamos surge a impressão que há homens e mulheres de boa vontade, decididos a levar o projeto de transformação custe o que custar, ainda que não dê em nada. Porque é preciso. Porque sim. Os avanços, já disse, são insuficientes e apenas atestam da saudável teimosia vital. O que é grave é que em 3 Objetivos a coisa toda empacou. Não se avançou um milímetro. Melhor, retrocedeu-se. Para trás, entendes?

M – Que objetivos são esses?

T – Os que têm maior impacto sobre o resto. Mudança climática, perda da biodiversidade, aumento das inequidades. Como sabes, a mudança climática é resultado principalmente do aquecimento global, do qual somos em grande medida responsáveis. A economia global consome quantidades brutais de energia, principalmente por meio da queima de combustíveis fósseis, esses que produzem gases de efeito estufa. Se não frearmos esse consumo irresponsável, a temperatura da Terra atingirá níveis que tornarão a vida insustentável.

M – Que coisa!

T – Mas tem mais. Nada que é ruim vem desacompanhado. Ademais da mudança climática, que é uma realidade indiscutível, temos a perda da biodiversidade, que é outra realidade indiscutível. A vida é um fenômeno complexo. Podemos viver sem tudo o que nos rodeia? Creio que não. Todas as formas de vida colaboram para a nossa possibilidade. A perda dessa riqueza de vida é também a nossa perda

M – Cuidado com esses arroubos poéticos

T – Arroubo ou roubo, não faz diferença. Está acontecendo. Mudança climática, perda da biodiversidade e aumento das inequidades.

M – Que diferença faz? Nesse quadro todos morrem. Estão todos no mesmo barco.

T – Estamos. Estamos, não estão. Somos nós, tu e eu, a atendente e esse paspalhão que deve ter esquecido de nos trazer o misto quente

M – Conclusão?

T – Ainda não. Veio a pandemia e aí

M – Sim?

T – Tudo foi para o espaço. O que estava mal ficou pior. Ficamos mais distante da meta. Alguns inclusive dizem que está fora de nosso alcance, assim como as estrelas

M – E tu, que pensas, oh nuvenzinha negra?

T – Nada de nuvem negra. Temos uma realidade que não pode ser negada. Ou ainda, pode, mas às nossas custas e o preço é altíssimo. Explico-me. Não é preciso dizer o que a pandemia nos fez. Todos fomos atingidos, alguns com maior crueldade. Esperava-se que os muquiranas se reunissem em caráter de emergência e tomassem as providências necessárias para salvar o mundo, essa plataforma que sustenta a vida. Reuniram-se diversas vezes, é verdade, na Assembleia das Nações Unidas, no Conselho Econômico e Social, o ECOSOC que te recorda um posto de gasolina, FMI, Banco Mundial, G-20 e G-7, entre outros. Com que fim? *Business as usual*, principalmente, porque é preciso tratar os temas pendentes da agenda, mas com uma picada aqui e ali de referência à Covid-19, esse estorvo dos infernos. A economia ia mal e era preciso dizer algo, o suficiente. Nada de promessas e compromissos que depois não seriam cumpridos. *Build back better* foi o mantra escolhido, como poção mágica capaz de transformar corações e mentes. Recomeçar com espírito renovado e assim transformar o mundo para melhor, como imaginado pelos chefes das torcidas organizadas.

M – Estás muito amargurado

T – Deve ser o café. Ah, chegou o misto. Obrigado. Pode deixar aí. Sim, mais água, por favor.

E assim, ajudado pela energia conferida pelo misto, T continuou.

T – Escreve-se muito. Documentos pipocam por toda parte. É preciso não se perder. Somente alguns pontos são importantes. Quase tudo é cortina de fumaça. Vamos lá. O que deveria ser a primeira preocupação em uma crise sanitária? Garantir o acesso de todos a tudo o que for necessário para frear a contaminação, certo? Não foi o que se viu. Dez países açambarcaram quase 80% de todas as vacinas produzidas. Esses mesmos países praticaram atos de pirataria em aeroportos para desviar carregamentos válvulas, equipamentos de proteção, insumos e não sei que mais. O teu *allons enfants* se esfumou. Nesse baile foi cada um por si e o diabo por todos. A consequência lógica foi o aumento das inequidades, mas quem se lembrou que um dos ODS era justamente a redução delas? Como te disse antes, inequidades, mudança climática e perda de biodiversidade têm impacto transversal em todos os demais ODS. Deixa-os de lado e nada se resolve. Olha o que aconteceu em Glasgow, na Escócia, por conta da 26ª Conferência das Partes do Acordo sobre Mudança de Clima

M – O que aconteceu?

T – Um enorme faz de conta. Os rapazes reuniram-se como de costume e prometeram isso e aquilo. Nem isso, nem aquilo. Até o Secretário-Geral das Nações Unidas ficou chateado com tanta mentira. Disse algo assim: chefes e altos funcionários de empresas responsáveis pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa disseram uma coisa em Glasgow, mas

fizeram outra coisa. Mentiram, *así nomás*, na maior cara de pau. Mentiram em grande estilo, como se estivessem concorrendo ao prêmio de maior mentira

M – O que disseram?

T – Que assumiriam o compromisso de reduzir a queima de combustíveis fósseis

M – Aumentaram?

T – Claro. Vários fatores entraram em jogo para esse aumento, a retomada da economia e agora as circunstâncias especiais da guerra na Ucrânia

M – Essa guerra é um desastre. Putin cometeu um crime

T – É sempre bom recordar uma das leis do velho Newton, gafanhoto: ação e reação. É uma questão física e nada tem a ver com a moral ou a ética. Foi o que aconteceu. Todos sabiam da reação provável e ninguém deu a mínima. Seguiram em frente, ignorando que as condições para a avalanche estavam dadas. Agora rasgam as vestes e levantam os braços para o céu, como no teatro grego. Os bobinhos, claro, porque os espertos estão ganhando fortunas. As sanções econômicas à Rússia enriquecem os pescadores de águas turvas: produtores de petróleo e gás de ocasião, mercadores de armas, atravessadores disto e daquilo. *Tutti buona gente*. Ação e reação. Os preços do petróleo e do gás foram para as nuvens. Nada de *build back better* agora. Agora o jogo é outro

M – O que aconteceu?

T – Algo que nunca vi, nem no circo.

Empresas de petróleo voltaram a ser valorizadas nas bolsas de valores e disputam lugar de preferência com as digitais. *Build back better*? Não, *better build back*, isso sim. Empresas de energia que haviam perdido o glamour por conta dos preços baixos, voltam a dominar os mercados. A Rússia fornecia até pouco quase metade das necessidades de gás da UE, e quase um terço de seu consumo de petróleo. O seu *cancelamento* deixa um buraco no mercado que não pode ser preenchido a curto prazo. O resultado é a volta desses zombis, que estavam sumidos por conta da consciência com a mudança climática. Agora eles ditam as regras, e os preços. Os americanos, tão pragmáticos, andam falando com venezuelanos e iranianos, com quem jamais trocariam duas palavras de maneira civilizada

M – O que faz o amor

T – Sem dúvida, mas tens que ver o que a contorcionista disse: *Como democracias, queremos construir o mundo de amanhã com parceiros que compartilham as nossas mesmas ideias*

M – Ela disse isso?

T – Disse. Ou seja, não é suficiente ater-se à Agenda 2030 e aos ODS. É preciso separar o joio do trigo. Descobre-se, assim, que o mundo que se quer melhorar é somente uma parte do todo. Pior, a garota parece ignorar que a grande maioria dos que detém reservas de petróleo e gás compartilham somente o gosto pelo luxo, não as ideias dela, que ademais são irremediavelmente medíocres

M – Que turma essa no velho Continente. É um pior que o outro

T – Sim, não são do mesmo quilate dos que fizeram o que admiramos

M – Se um marciano aqui chegasse e com eles se deparasse, voltaria convencido que não há vida inteligente na Terra

T – Pois é, ainda que ache que o que falta é vergonha. Já nem disfarçam. Cinismo puro e absoluto. São como camaleões. Adaptam suas cores às circunstâncias. A coisa toda se embaralha. A indústria do carvão, em decadência, vive um boom. Li, outro dia no site da

Bloomberg um artigo, cujo título dispensa comentários: *Russia's war is turbocharging the world's addiction to coal*. Não é genial? A fonte mais poluente de energia volta como no tempo da revolução industrial. Esqueçam os compromissos da Agenda 2030 e do Acordo de Paris sobre mudança climática. E sabes o melhor? Com essas decisões podes dizer adeus ao combate à mudança climática, à perda de biodiversidade, porque é consequência daquela, e à redução das inequidades, porque depende das duas

M – Cobrimos tudo, creio. Deixamos algo de fora?

T – Quase. Garçom. A conta, por favor. Houve uma reunião no âmbito da OMC. Tinham muito a decidir e pouco fizeram. Um documento chamou a minha atenção. Trata-se da Declaração de Ministros sobre a resposta da Organização à Covid-19 e à preparação para futuras pandemias. Igualzinho, no título ao que aflige a Assembleia Mundial da Saúde. Resposta a isto e aquilo e depois todos saem como se nada. Deve ser porque não sabem. Em todo caso, produziram essa pérola de documento

M – O que diz

T – Um bla-bla-bla enjoativo. Reconhecem os desafios presentes, mudança climática, desastre naturais, perda de biodiversidade, etc. Mas ressaltam que qualquer solução deve respeitar o acordado

M – Ou seja, façam o que tiver que ser feito, mas não mexam no meu gado

T – Exatamente. Fazem outras considerações e à medida que se lê, parece que irão desaguar em algo maravilhoso. Não é o caso. O último parágrafo da Declaração é uma obra de arte. Diz textualmente, em inglês, pois não quero corer o risco de te dizer o que não foi dito:

We confirm that this declaration does not alter the rights and obligations of WTO Members. We further confirm that this declaration does not create sub-categories of developing country Members.

M – Sério?

T – Muito sério

M – Tudo fica como está, então

T – Exatamente

M – Por isso deves pagar a conta

T – Como sempre

M – Nos vemos amanhã

T – Sem falta. Ainda tenho que te explicar a quadratura do círculo e a receita de sarapatel de marimbondo.

M – Prefiro que fales do ECOSOC, essa coisa que nunca acabo de entender

T – Feito!

E se despedem, confiantes que deram um jeito nas muitas complicações da vida.

Uma nova Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional e a urgência de ações de preparo e resposta a situações críticas: a Covid-19 ensina algo?

Paula Reges, Luana Bermudez, Luiz Augusto Galvão e Paulo Buss

Estamos diante de mais uma Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional (PHEIC)?

A Organização Mundial da Saúde anunciou que convocará uma reunião de especialistas externos em 23/06/2022 para aconselhá-la sobre se a atual disseminação da varíola dos macacos constitui uma emergência de saúde pública de interesse internacional.

A expansão geográfica sem precedentes do vírus significa que pode haver necessidade de uma resposta internacional coordenada, disse o diretor-geral Tedros Adhanom ao anunciar a convocatória. *“Acho que agora está claro que há uma situação incomum”*, disse Tedros durante a coletiva de imprensa semanal da OMS. *“Acreditamos... que os especialistas externos podem expandir a compreensão e o conhecimento que temos sobre esse vírus.”*

Isso segue a propagação da doença em pelo menos 32 novos países fora dos nove países africanos onde é endêmica, com 1.600 casos confirmados e mais 1.500 casos suspeitos relatados à OMS. A OMS descreveu a identificação de mais de 1.200 casos confirmados de varíola em pouco mais de três semanas como “um evento sem precedentes”. Houve 72 mortes relatadas este ano, todas em países endêmicos.

“Embora no surto atual a maioria, mas nem todos os casos inicialmente relatados de quatro regiões da OMS estejam entre pessoas que se identificam como homens que fazem sexo com homens, espera-se que outros casos continuem a ocorrer em diferentes grupos populacionais”, de acordo com o relatório. As [orientações da OMS sobre vacinas e imunização contra a varíola dos macacos foram publicadas](#) em 14 de junho.

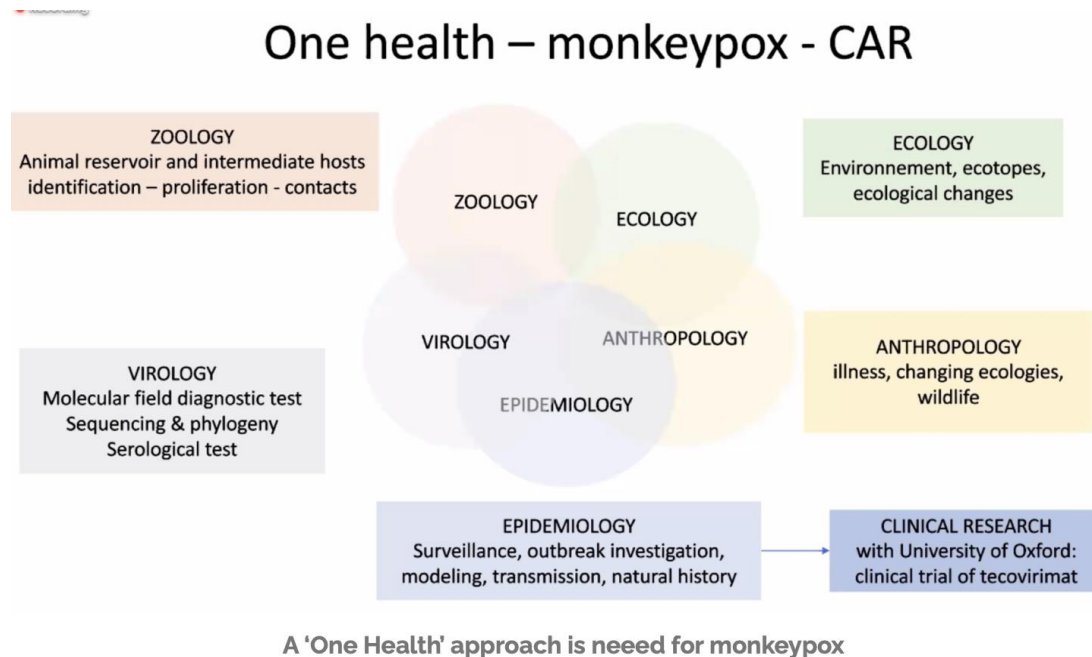
A Organização também está discutindo a mudança do nome da varíola dos macacos e suas *clades*, atualmente conhecidos como clados da África Central e África Ocidental, o que tem impacto direto no estigma da doença. Ademais, aprofundam-se as discussões sobre acesso equitativo à componentes imunobiológicos.

A líder técnica da OMS contra a varíola, a Dra. Rosamund Lewis, alertou que, embora algumas vacinas contra a varíola possam proteger contra a varíola dos macacos, muitos dos dados são antigos ou estão relacionados a estudos em animais. *“Não havia muitos dados clínicos e, portanto, a OMS está pedindo aos países que trabalhem juntos para colaborar no uso dessas vacinas e usar protocolos de pesquisa padrão com ferramentas padrão de coleta de dados para que possamos aprender sobre a eficácia das vacinas como eles são implantados nesta situação”*, disse Lewis.

A OMS não defende a vacinação em massa, mas diz que as decisões sobre a imunização com vacinas devem ser tomadas caso a caso por meio de tomada de decisão clínica, com base em uma avaliação conjunta de riscos e benefícios entre uma equipe de saúde, cuidador e paciente. O controle de surtos da infecção viral depende principalmente de medidas de saúde pública, incluindo vigilância, rastreamento de contatos, isolamento e atendimento de pacientes.

Ainda há muitas lacunas de conhecimento com relação à infecção viral, mas sobretudo levando em consideração os aprendizados com a Covid-19, o trabalho internacional articulado

tem sido um dos principais focos. Assim também se dão as reflexões sobre a abordagem em *One Health* para se estabelecer melhores estratégias de resolução.



A OMS, por meio de seus escritórios regionais, está trabalhando com países africanos, instituições regionais, parceiros técnicos e financeiros, para aumentar a capacidade de apoiar diagnósticos laboratoriais de vigilância de doenças, prontidão e ações de resposta relacionadas à varíola dos macacos. É necessário reconhecer o fato de que esse vírus circula há décadas e agora temos atenção a isso. Infelizmente, essa é uma triste realidade que deve ser usada como uma oportunidade para avançar a compreensão desse vírus para ajudar todos em todos os lugares a lidar com a varíola dos macacos.

FIF - Fundo Intermediário de Financiamento para Prevenção, Preparação e Resposta à Pandemia Organizado pelo Banco Mundial

O mundo sofreu uma enorme perda de 6,2 milhões de mortes devido a Covid-19, com estimativas de excesso de mortalidade devido a essa infecção variando de 13,3 a 16,6 milhões, ou mais de 2,5 vezes o número oficial registrado. O mundo está agora ciente da necessidade de tomar medidas decisivas e inovadoras para reduzir a vulnerabilidade frente a futuras pandemias. Uma delas é a criação de um Fundo Intermediário Financeiro (FIF) efetivo.

O Conselho de Economia da Saúde para Todos da Organização Mundial da Saúde (OMS), estabelecido em 13 de novembro de 2020 pelo Diretor-Geral da OMS para repensar como o valor em saúde e bem-estar é medido, produzido e distribuído em toda a economia, teceu diversos comentários sobre a decisão do G20 de estabelecer um FIF organizado pelo Banco Mundial para reduzir a vulnerabilidade do mundo a futuras pandemias e melhorar a preparação e resposta a pandemias (PPR).

Primeiro, como reconheceu a Declaração dos Líderes de Roma do G20, o FIF deve visar o acesso universal e a governança inclusiva para garantir que tenha legitimidade de acordo com os países de baixa e média renda. Ademais, deve ser sustentável e não financiado por meio de

iniciativas ocasionais de doação ou reabastecimento; devendo ter recursos suficientes para preencher a lacuna no investimento global em PPR.

Para isso, o FIF deve ser transparente e ter um mecanismo de avaliação, baseado em métricas acordadas dos resultados socioeconômicos de um investimento, para garantir o uso eficiente desses novos recursos. Além de ser complementar aos programas que atendem a outras necessidades urgentes de saúde pública.

Especificamente, o Conselho tem várias preocupações gerais sobre a atual proposta do FIF relacionadas à sua governança, potenciais agências de implementação e acesso à inovação.

Há uma apreensão sobre os mecanismos para a governança apresentada no White Paper, que recomenda que a composição e o papel do conselho administrativo sejam “*em última análise, decididos pelos doadores fundadores*”. Tal grupo deve incluir uma porção representativa de países de renda alta, baixa e média, bem como representantes da sociedade civil independente. Além disso, como a OMS representa 194 países e desempenha um papel central no apoio à PPR globalmente, é imperativo que também tenha um papel central a desempenhar em todos os aspectos do FIF. Isso significa que a OMS não deve ser apenas um consultor técnico ou operador, mas também um membro decisório do Conselho de Administração.

Há ainda olhares sobre a falta de qualquer menção à governança da inovação financiada pelo FIF no White Paper. A proposta final deve ter uma seção dedicada à governança da inovação, que descreva como pretende incorporar a equidade e o acesso em todas as parcerias do setor privado do FIF – incluindo aquelas que são intermediadas por terceiros, como bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) ou agências da ONU. Por fim, para garantir a mais ampla gama de parceiros de implementação, relações diretas dos países com o secretariado e evitar qualquer possível conflito de interesses, o secretariado deve ser baseado em um terceiro, fora do Banco Mundial, como acontece com vários outros FIFs, como o Parceria Global para a Educação e o Fundo Global.

A discussão sobre o FIF deve começar com o consenso de todas as partes interessadas sobre a incorporação dos princípios fundamentais. Um FIF bem projetado e totalmente financiado é um passo necessário no caminho para garantir que as gerações futuras nunca experimentem o pior caso de um mundo mal preparado para enfrentar uma pandemia global. A pandemia do Covid-19 mostra que precisamos de uma mudança radical de direção e a hora da ação é agora.

Report preliminar SAGO - Scientific Advisory Group for the Origins of Novel Pathogens

Este é o primeiro relatório preliminar do grupo consultivo científico para as origens de novos patógenos (SAGO) para a OMS e representa um trabalho em andamento e ainda não concluído.

Este primeiro relatório se concentra em fornecer recomendações iniciais para o desenvolvimento de uma estrutura global para estudar patógenos emergentes e reemergentes de potencial pandêmico e recomendações preliminares sobre estudos urgentes necessários para entender melhor as origens da pandemia de COVID-19. O relatório fornece informações básicas sobre a formação e reuniões do SAGO desde a sua criação em 13 de outubro de 2021, incluindo uma visão geral de algumas das discussões científicas que os membros tiveram em plenário e como parte dos grupos de trabalho técnicos do SAGO. A segunda versão do relatório inclui um cronograma, cartas da SAGO à OMS e esclarecimentos solicitados pela OMS.

O SAGO ressalta que seu trabalho está apenas começando. Funciona como grupo consultivo científico e está firmemente focado em ciência e saúde pública. Está operando sob os termos de referência acordados e continuará a cumprir os objetivos ali delineados. Este relatório destaca elementos importantes que precisarão ser considerados como parte de uma estrutura global para informar as ações necessárias sempre que um patógeno emergente ou reemergente for identificado e causar infecções humanas.

Os elementos recomendados pela SAGO para compor uma estrutura global atualmente incluem:

- estudos de investigação inicial e antropologia
- estudos humanos
- interface animal/humano
- estudos ambientais e estudos ecológicos
- genômica e filogenética
- biossegurança

No momento, os dados epidemiológicos e de sequenciamento atualmente disponíveis sugerem que as cepas ancestrais do SARS-CoV-2 têm uma origem zoonótica, com os vírus geneticamente relacionados mais próximos sendo os beta coronavírus, identificados em morcegos *Rhinolophus* na China em 2013 (96,1%) e no Laos em 2020 (96,8%). No entanto, até agora, nem os progenitores do vírus nem os hospedeiros naturais/intermediários ou o evento de transbordamento para os seres humanos foram identificados. As primeiras investigações sugeriram que o mercado de frutos do mar de Huanan em Wuhan desempenhou um papel importante no início da amplificação da pandemia, com vários dos pacientes detectados pela primeira vez em dezembro de 2019 tendo uma ligação com o mercado e amostras ambientais do mercado testando positivo para SARS-CoV-2. Há, no entanto, mais estudos necessários para acompanhar várias lacunas em nosso conhecimento. Por exemplo, a fonte do SARS-CoV-2 e sua introdução no mercado não são claras e ainda não foi determinado onde ocorreram os eventos iniciais de transbordamento. É necessário examinar amostras ambientais coletadas em barracas e drenos específicos no mercado em janeiro de 2020 que deram positivo para SARS-CoV-2 em áreas conhecidas por vender animais vivos. Além disso, os estudos de acompanhamento para identificar possíveis fontes animais de onde a contaminação ambiental poderiam ter se originado não foram concluídos. Outros estudos essenciais incluem mapeamento detalhado do comércio de luxo de animais selvagens/domésticos vendidos na cidade de Wuhan e na província de Hubei e histórico clínico e soroprevalência de anticorpos SARS-CoV-2 em humanos e animais das fazendas de origem de animais vendidos nos mercados de Wuhan.

Ademais, análises adicionais de verificação de amostras humanas coletadas por meio de programas nacionais de vigilância, incluindo influenza e outras amostras respiratórias (por exemplo, RSV e enterovírus D68) durante os meses anteriores a dezembro de 2019, ainda são necessárias na China e em todo o mundo. Estudos genéticos de coronavírus em espécies selvagens na Ásia e no resto do mundo também são necessários para identificar novas pistas em hospedeiros ancestrais ou intermediários (como animais que foram identificados como suscetíveis durante a pandemia).

Dividindo-se em grupos de trabalho técnicos organizados em torno dos seis elementos da estrutura global, os membros do SAGO se reuniram para revisar e discutir as evidências e informações disponíveis apresentadas a eles e fizeram recomendações sobre os estudos urgentes necessários para entender melhor as origens do SARS-CoV-2 na China e em outros países. Este relatório preliminar não pretende, nem fornece, conclusões conclusivas sobre as

origens do SARS-CoV-2, porque são necessárias mais informações dos estudos recomendados neste relatório.

O SAGO não foi formado para encontrar as origens do SARS-CoV-2, mas foi encarregado de aconselhar estudos necessários para reunir evidências para entender melhor as origens do SARS-CoV-2 e, mais amplamente, as origens dos emergentes e re-emergentes futuras epidemias/pandemias. O SAGO continuará a se reunir regularmente e discutir evidências emergentes e espera revisar os resultados dos estudos recomendados aqui e fornecer mais conselhos à OMS e este report na íntegra pode ser [aqui](#) consultado.

Reunião do Comitê Executivo da OPAS

O **Comitê Executivo (CE) da OPS** se reúne na semana entre 20 e 24 de junho, de forma híbrida, para aprovar um conjunto de resoluções, examinar os informes de avaliação sobre o conjunto de programas em curso e receber informações sobre outros tantos.

As *resoluções* abordaram: 1) Política para a retomada do avanço rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com equidade, mediante ações sobre os determinantes sociais da saúde e trabalho intersetorial; 2) Política para melhorar a saúde mental; 3) Política sobre atenção integrada para melhorar os desfechos de saúde; 4) Política para fortalecer os sistemas regulatórios nacionais de medicamentos e outras tecnologias de saúde; e 5) Estratégia de vigilância genômica regional para preparação e resposta a epidemias e pandemias. Na sequência os projetos de resolução serão submetidos à Conferência Pan-americana para aprovação definitiva.

O CE recebeu *informações* sobre o processo para a eleição do Diretor da OPAS, que como se sabe vai ocorrer na Conferência Sanitária Pan-americana, em setembro de 2022, assim como uma atualização sobre a pandemia de COVID-19 na Região das Américas e sobre a Implementação do Regulamento Sanitário Internacional. No dia 24 de junho os candidatos e candidatas ao posto de Diretor da organização farão apresentações ao CE sobre seus planos para o mandato quinquenal que disputam, de que daremos notícia no Caderno 12. Os candidatos para o posto são: Dr. Camilo Alleyne (Panamá); Dr. Jarbas Barbosa Da Silva Jr. (Brasil); Dr. Florence Duperval Guillaume (Haiti); Dr. Nadine Flora Gasman Zylbermann (México); Dr. Fernando Ruiz Gómez (Colômbia); e Dr. Daniel Salinas (Uruguay).

Ademais, recebeu e examinou *relatórios finais sobre planos executados nos últimos anos na região*, como: estratégia e plano de ação sobre o uso de substâncias psicoativas e saúde pública; epilepsia; redução do uso prejudicial do álcool; saúde urbana; redução do risco de desastres 2016-2021; e avaliação e incorporação de tecnologias nos sistemas de saúde:

Também analisou *relatórios de progresso sobre planos de ação na região* nos temas: prevenção e controle do câncer do colo do útero 2018-2030; saúde da mulher, da criança e do adolescente 2018-2030; fortalecimento dos sistemas de informação para a saúde 2019-2023; eliminação dos ácidos graxos trans de produção industrial 2020-2025; acesso e uso racional de medicamentos e outras tecnologias em saúde estratégicos e de alto custo.

CEPI

A Coalisão para Inovações em Preparação para Emergências (CEPI) se uniu com o Grupo de Vacinas de Oxford, no Reino Unido e no Brasil, para realizar um [ensaio clínico](#) sobre o impacto da administração de doses fracionadas como reforço. O público-alvo será populações previamente vacinadas com a CoronaVac e a inscrição de participantes começou em março de 2022. O estudo será realizado em Natal e Belém, com aproximadamente 700 voluntários, e a

CEPI fornecerá um financiamento de até US\$ 6,4 milhões. Os participantes receberão uma dose completa ou fracionada da vacina AstraZeneca/Fiocruz ou uma dose fracionada da vacina da Pfizer e serão acompanhados pelo período de seis meses.

Espera-se que o resultado do estudo forneça dados importantes sobre a possibilidade de vacinação de reforço com doses fracionadas, que tem o potencial de reduzir os custos da vacinação, poupar suprimentos e produzir menos efeitos colaterais, possivelmente aumentando a aceitabilidade da população. A CEPI se comprometeu a compartilhar todos os dados do ensaio clínico por publicações de acesso aberto e reuniões científicas para garantir que os dados sejam usados para subsidiar as decisões de autoridades reguladoras e tomadores de decisão.

Unitaid

A Unitaid realizou sua 40ª Reunião do Conselho Executivo, onde se aprovou a [nova estratégia 2023-2027](#) da organização. Na ocasião, a Embaixadora do Brasil, Cecilia Kiku Ishitani, foi eleita vice-presidente do Conselho. A estratégia destaca a importância de melhorar a relação com a sociedade civil e os países para conseguir alcançar um maior acesso a testes, tratamentos e produtos preventivos, sempre através de ações inovadoras. A estratégia reconhece o lugar destacado da Unitaid na arquitetura da saúde global, e toma como base os pontos fortes da Unitaid no presente para enfrentar os desafios do futuro e acelerar o caminho para o ODS3.

Além disso, a Unitaid, em parceria com a FIND e outros parceiros do pilar de diagnóstico do *ACT Accelerator* fizeram um [apelo conjunto aos G20 e ao G7](#) para que priorizem o diagnóstico em seus planos de preparação e resposta à pandemias. As organizações defendem que abordar os gargalos nos testes de diagnóstico deve ser uma prioridade. Neste sentido, as organizações pedem uma reafirmação dos compromissos relativos ao diagnóstico como parte da Missão de 100 Dias apresentada durante a Presidência do G7 do Reino Unido em 2021:

- Garantir que sistemas de vigilância aprimorados estejam implementados para detecção precoce de ameaças;
- As plataformas de teste de ponto de atendimento devem ser desenvolvidas e lançadas em todo o mundo para diagnosticar surtos de doenças à medida que ocorrem;
- A capacidade de produção deve ser estabelecida globalmente, em uma estrutura coordenada e distributiva para transferência rápida de tecnologia para minimizar a dependência excessiva de qualquer fonte e manter os pipelines de fornecimento abertos;
- Os sistemas de teste devem estar ligados a intervenções rápidas de saúde pública, quebrando cadeias de transmissão em tempo real – e evitando que os sistemas de saúde fiquem sobrecarregados;
- Os testes em todo o mundo devem ser acionáveis e acompanhados de vínculos com tratamento e cuidados por meio do desenvolvimento acelerado de vacinas e terapêuticas, que podem ser lançadas em 100 dias;
- O acesso global equitativo a testes, vacinas e terapêuticas, incluindo oxigênio médico, deve ser garantido.

A Unitaid também investiu, em conjunto com a FIND, US\$2 milhões para apoiar um programa de advocacy que abrange 19 países de baixa e média renda com o objetivo de aumentar o acesso e a aceitação de testes e tratamentos para Covid-19. Esta iniciativa abrangerá cerca de 21 organizações entre mais de 300 candidatos, além de complementar um investimento de US\$50 milhões anunciado anteriormente pelas duas organizações para apoiar a adoção antecipada de pacotes de testagem e tratamento.

Atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU de interesse para a Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

A 50ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que se desenvolve no Palácio das Nações de Genebra de 13 de junho a 8 de julho de 2022. A Agenda de trabalhos é como de costume uma maratona de informes de Países e dos relatores especiais, compondo um panorama desafiador e desalentador sobre a situação dos direitos humanos no Mundo, conforme pode-se apreciar na Agenda de Trabalho [G2233681.pdf \(un.org\)](#).

O tradicional informe anual da Alta Comissária para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, traz a particularidade de ser possivelmente sua última apresentação, posto que já anunciou que não irá postular por um novo mandato. No amplo e extenso informe apresentado [HRC-50-4-AdvanceEditedVersion.docx \(live.com\)](#), percebemos como a pandemia vai perdendo terreno (e por ende o direito à saúde) como objeto de intervenção e, mesmo o conflito na Ucrânia, vai perdendo potência de mobilização, em meio a um conjunto complexo de desigualdades e fragilizações dos direitos humanos que foram magnificadas no já longo processo pandêmico e de debilitamento do sistema multilateral. A crise política do Sistema ONU e suas insuficiências materiais para cumprir seus mandatos, transparecem na reiterada chamada ao cumprimento dos imperativos para a garantia material dos direitos humanos por parte dos poderosos do mundo, que estão mais poderosos porque mais ricos, sem demonstrar nenhuma intenção efetiva de reverter os processos de concentração da riqueza. O Informe da Alta Comissária tem o mérito de alinhar uma visão crítica geral sobre o estado dos direitos humanos no Mundo e deve ser lido com atenção.

Destacamos, além do Informe da Comissária Bachelet, dois outros documentos já disponibilizados para apreciação na 50ª Sessão:

1.O interessante informe do **grupo de trabalho sobre os direitos humanos e a ação das transnacionais** (tema já várias vezes destacado como fundamental para a Saúde Global), mais ainda à sombra do poder cada vez maior da Big Pharma, da guerra das vacinas e do bloqueio do debate sobre a suspensão dos direitos de propriedade intelectual em tempos de crise sanitária global. [*G2232350.pdf \(un.org\)](#) [A/HRC/50/40 \(un.org\)](#) espanhol.

A retomada com força deste Grupo de Trabalho, o qual tem a missão de produzir um tratado sobre o tema, com Presidência do Equador, é fundamental para tentar proteger o direito à saúde do exercício indiscriminado de poder das transnacionais em todos seus campos de atividade. O informe apresentado aponta nesta direção.

2. O instigante informe sobre investigação médico-legal de mortes do Relator Especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, Dr. Morris Tidball-Binz [A HRC 50 34 AdvanceEditedVersion.docx \(live.com\)](#), que apresenta a dramática situação que aflige a Medicina Legal ou Forense em um contexto de violações de direitos humanos e limitações da autonomia do exercício profissional, comprometendo a responsabilização dos agressores e a reparação das vítimas e seus familiares. Tema particularmente delicado na realidade da América Latina, a ser incorporado em nossas reflexões, relacionando saúde global, crime organizado e crimes de Estado.

Na segunda feira 20 de junho recebemos a notícia da manifestação dos indígenas brasileiros no Conselho de Direitos Humanos, denunciando o ataque aos povos indígenas na

Amazônia, tornado ainda mais visível pelo assassinato de Dom Phillips e Bruno Pereira...triste realidade.

Extratos traduzidos dos documentos mencionados

1. 50ª sessão do Conselho de Direitos Humanos. 13 de junho a 8 de julho de 2022. Agenda item 2. Relatório anual da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet. [HRC-50-4-AdvanceEditedVersion.docx \(live.com\)](https://www.unhcr.org/refugees/wp-content/uploads/2022/06/HRC-50-4-AdvanceEditedVersion.docx)

1. Introdução. 1. O presente relatório é apresentado de acordo com a resolução 48/141 da Assembleia Geral e contém uma visão geral do trabalho do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), na sede em Genebra e Nova York, e no campo, realizado entre 1 de Julho de 2021 e 15 de Março de 2022. Até março de 2022, a OHCHR tinha 103 presenças de campo de direitos humanos em todo o mundo. A duração ajustada do período de relatórios deve-se à mudança no programa anual de trabalho do Conselho de Direitos Humanos. O relatório deve ser lido em conjunto com o relatório do Alto Comissariado à Assembleia Geral (A/76/36), que contém uma visão geral das atividades da OHCHR de 1º de Janeiro a 30 de Junho de 2021.

2. A pandemia COVID-19 representa um desafio de proporções sem precedentes para a implementação da Agenda 2030 e demonstrou a fragilidade dos processos de desenvolvimento quando não ancorados nos direitos humanos. A recuperação cada vez mais divergente aliada ao encolhimento do espaço cívico em muitos países é uma tendência alarmante. No contexto da pandemia, a OHCHR enfatizou que os direitos humanos fornecem um modelo abrangente para uma recuperação sustentável, como também ecoou no "Call to Action for Action for Human Rights" do Secretário-Geral e no relatório Nossa Agenda Comum do Secretário-Geral, e pediu um movimento para uma economia orientada a melhoria dos direitos humanos.

3. Enquanto a pandemia COVID-19 continuou a impactar a forma como a OHCHR foi capaz de cumprir seu mandato, o Escritório permaneceu capaz de se adaptar às restrições usando diferentes modalidades, como o aumento do uso de ferramentas de monitoramento on-line e conferência híbrida.

4. A OHCHR apoiou o uso efetivo de mecanismos de direitos humanos para resolver desafios políticos, sociais e econômicos urgentes. Continuou apoiando o funcionamento contínuo dos mecanismos de direitos humanos da ONU e o exercício de seus mandatos, em formatos remotos e híbridos durante 26 sessões, resultando na revisão de 45 relatórios partidários do Estado e evitando lacunas de proteção dos direitos humanos. O Escritório também tomou iniciativas para melhor vincular esses mecanismos a outros processos de apoio à prevenção, proteção, manutenção da paz, desenvolvimento sustentável, paz e segurança.

5. A OHCHR promoveu normas de direitos humanos nas respostas dos Estados à pandemia COVID-19 para garantir uma recuperação efetiva e inclusiva, inclusive por meio de notas de orientação temática, advocacia, cooperação técnica e compartilhamento de experiências. A OHCHR trabalhou em estreita cooperação com entidades governamentais, instituições nacionais de direitos humanos, organizações da sociedade civil (OCS) e atores da ONU. Por exemplo, a OHCHR liderou avaliações de necessidades de recuperação, identificando lacunas na proteção para não deixar ninguém para trás nos planos de resposta COVID-19, fortalecendo a integração dos direitos econômicos e sociais, inclusive do ponto de vista macroeconômico. A OHCHR contribuiu com análise e aconselhamento de direitos humanos para

a Análise e Cooperação de Países Comuns da ONU e contribuiu para os processos nacionais de desenvolvimento.

6. A OHCHR continuou a priorizar a implementação da "Mais alta aspiração: um chamado à ação pelos direitos humanos" (Call to Action ou C2A), com um apelo para garantir a responsabilidade em todo o sistema pelos direitos humanos, bem como o imperativo de intensificar a integração dos direitos humanos em nível nacional. O Secretário-Geral Adjunto de Direitos Humanos tem trabalhado em estreita colaboração com o subsecretário-geral de Política no Gabinete Executivo do Secretário-Geral para liderar a operacionalização do Chamado à Ação. Importantes avanços foram feitos para traduzir sua visão e princípios fundamentais em ações tangíveis. O C2A uniu o sistema das Nações Unidas nas sete áreas temáticas e gerou um compromisso genuíno entre as entidades da ONU, que desenvolveram ferramentas, orientação e advocacia destinadas a promover a coerência política e ações concertadas em nível nacional. Em colaboração com o EOSG, a OHCHR continuou a apoiar o esforço interagências para garantir que os escritórios de campo da ONU sejam adequadamente apoiados e equipados para avançar na implementação do Call to Action, com foco na identificação de ações concretas para abordar as questões mais críticas de direitos humanos com o objetivo de impactar positivamente a vida das pessoas. A OHCHR continuou a conduzir a divulgação aos Estados-Membros, aos CSOs e a outras partes interessadas para aumentar a conscientização e continuar o impulso para a sua implementação, particularmente em torno das sinergias entre o Chamado à Ação e a Nossa Agenda Comum do Secretário-Geral.

II. Atividades do Escritório do Alto Comissariado.

A. Mecanismos Internacionais de Direitos Humanos. 1. Seguimento dos Tratados.

7. Os dez órgãos do tratado apoiados pela OHCHR tiveram que realizar seu trabalho obrigatório on-line até setembro de 2021, e, portanto, não puderam se reunir para o tempo de reunião completo agendado. Além dos desafios colocados à participação dos Estados e das partes interessadas, isso resultou em um aumento do atraso de 434 relatórios dos Estados Parte pendentes de revisão a partir de 15 de março de 2022, excedendo em grande parte as capacidades dos órgãos de tratado.

8. A Comissão dos Trabalhadores Migrantes adotou o comentário geral nº 5 (2021) sobre os direitos dos migrantes à liberdade e à liberdade da detenção arbitrária e a Comissão dos Direitos da Criança adotou o comentário geral nº 25 (2021) sobre os direitos das crianças em relação ao ambiente digital, abordando o impacto da pandemia. A Subcomissão de Prevenção à Tortura retomou as visitas in situ com uma missão ao Brasil. O Comitê de Desaparecimentos Forçados (CED) realizou sua primeira visita país, ou seja, o México.

5. Acompanhamento do trabalho dos mecanismos de direitos humanos. 16. A cooperação continuou com os Estados-Membros e entidades da ONU para incorporar as recomendações da UPR nos esforços para alcançar os ODS, incluindo através da Orientação Prática da UPR para Chefes de Missões da ONU, disponível em todas as línguas, e um novo Repositório de Boas Práticas da ONU sobre como o processo upr apoia o desenvolvimento sustentável, produzido em conjunto pela OHCHR e pelo PNUD. A OHCHR, em estreita cooperação com a União InterParlamentar e com a Organização Internacional da Francofonia (OIF), reforçou as capacidades dos parlamentares de se engajarem em todas as etapas da UPR.

B. Desenvolvimento. 1. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 20. No contexto dos retrocessos trazidos pelo COVID-19, a

OHCHR aumentou seu conselho focado no país para fortalecer a integração dos direitos humanos e das abordagens baseadas em direitos humanos (HRBA) para o desenvolvimento, baseando-se na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A OHCHR apoiou as presenças de campo da ONU com conteúdo analítico de direitos humanos e políticas para 61 processos de Análise de Países Comuns (CCA) e do Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (UNSDCF) para recuperações mais verdes e inclusivas. A OHCHR também apoiou os processos de Revisão Nacional Voluntária em vários países, incluindo Bósnia e Herzegovina, El Salvador, Eswatini, Guiné Bissau, Jamaica, Jordânia, Arábia Saudita e Tuvalu.

2. Direitos econômicos, sociais e culturais. 24. A OHCHR continuou seu engajamento com autoridades e partes interessadas relevantes que promovem e aconselham a integração dos direitos humanos nas políticas econômicas, para ajudar os Estados-Membros a enfrentar as desigualdades e resolver as lacunas dos direitos humanos nos esforços para se recuperar melhor da pandemia COVID-19. Com expertise econômica ampliada sob sua iniciativa Surge, a OHCHR forneceu análises baseadas em direitos humanos de políticas macroeconômicas e fiscais e orçamentos públicos em mais de 15 países, em um esforço para auxiliar com opções específicas de contexto para expandir o espaço fiscal e maximizar os recursos disponíveis para os direitos econômicos, sociais e culturais. Isso também incluiu o apoio aos governos em seus esforços para adotar planos de resposta socioeconômica baseados em direitos humanos. Um foco particular foi colocado na proteção social e na cobertura universal de saúde, elementos-chave de um novo contrato social enraizado nos direitos humanos solicitado pelo Secretário-Geral em seu relatório Nossa Agenda Comum. A OHCHR defendeu o acesso universal e equitativo às vacinas COVID-19 como um bem público global, incluindo o compartilhamento de boas práticas em medidas de proteção social que beneficiaram as populações mais marginalizadas.

3. Direito ao desenvolvimento. 27. A OHCHR liderou pesquisas, produziu relatórios e ferramentas, construiu capacidade e defendeu o direito ao desenvolvimento no enfrentamento das desigualdades e assimetrias entre os países na preparação, resposta e recuperação do COVID-19. A advocacia da OHCHR se concentrou entre outras na cooperação internacional e solidariedade, multilateralismo de vacinas, finanças sustentáveis, espaço fiscal e político, alívio da dívida, fluxos financeiros ilícitos e transferência de tecnologia, e na integração do direito ao desenvolvimento na ação climática.

28. A Alta Comissária usou sua voz para pedir ações urgentes sobre a gestão da dívida e a redução da dívida para dar aos países em situação de dívida o espaço fiscal necessário para manter serviços essenciais. O Alto Comissariado defendeu que os Estados introduzissem a renúncia temporária dos direitos relevantes de propriedade intelectual nos termos do Acordo sobre aspectos relacionados ao comércio dos direitos de propriedade intelectual (TRIPS), até que a pandemia COVID-19 seja contida, para promover o acesso a medicamentos para todos. 29. A OHCHR realizou diálogos de Hernán Santa Cruz sobre a contribuição do desenvolvimento para os direitos humanos na Guiné (julho) e sobre a América Latina e o Caribe sobre interligações entre o direito ao desenvolvimento e o direito a um ambiente saudável (dezembro).

30. A OHCHR organizou o Fórum Social (outubro) e a reunião sobre cooperação mutuamente benéfica (março), que ecoou os apelos do Alto Comissário de que a recuperação do COVID-19 deve ser fundamentada nos direitos humanos, incluindo garantir o acesso universal e equitativo às vacinas e notar que a busca de interesses econômicos não deve superar os direitos de saúde. O Escritório contribuiu para a UNCTAD XV e promoveu a inclusão do direito

ao desenvolvimento, aos direitos humanos e à igualdade de gênero no Programa de Ação UNLDC V Doha.

5. Negócios e direitos humanos 33. A orientação da OHCHR moldou o desenho e a prática da política, inclusive sobre políticas de prestação de contas das instituições financeiras de desenvolvimento. O engajamento da OHCHR com empresas de tecnologia e os principais stakeholders por meio de seu Projeto de Negócios e Direitos Humanos e Tecnologia aprimorou intercâmbios, capacidades e conscientização sobre a aplicação dos Princípios Orientadores em políticas e práticas internas. O engajamento do país da OHCHR aumentou a adoção dos Princípios Orientadores, incluindo na Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Libéria, México, Panamá e Peru, incluindo por governos, empresas, NHRI, sociedade civil e comunidades. Além disso, o diálogo multi-stakeholder foi fomentado graças ao fórum global anual em Genebra e a quatro fóruns regionais sobre negócios e direitos humanos, convocados pelo Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre negócios e direitos humanos, apoiado pela OHCHR.

53. A OHCHR defendeu e forneceu orientações sobre as normas de direitos humanos sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos, inclusive para a descriminalização do aborto no México. A OHCHR desenvolveu um pacote de treinamento para profissionais de saúde sobre serviços de saúde sem estigma para serviços de saúde sexual e reprodutiva e HIV, pilotado em dezembro em Uganda com o UNAIDS e o Ministério da Saúde.

56. A advocacia da OHCHR contribuiu para que a Moldávia ratificasse o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em novembro. No Brasil, Geórgia, Guatemala, Malawi, Moçambique e Ucrânia, a OHCHR forneceu suporte técnico para a implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência nos sistemas legais dos Estados e sua aplicação em processos legais. A Missão de Monitoramento de Direitos Humanos da ONU na Ucrânia realizou visitas de monitoramento a mais de 50 unidades de longa duração e hospitais psiquiátricos. No Chile, a OHCHR forneceu suporte técnico para a criação de um Protocolo de Maternidade para mulheres com deficiência.

7. Idosos. 59. A OHCHR continuou sua defesa quanto à proteção dos direitos humanos das pessoas idosas, inclusive no contexto da pandemia COVID-19. A OHCHR elaborou a análise das normas e obrigações normativas existentes no direito internacional, destacando lacunas e a necessidade de uma melhor implementação das normas e normas existentes e o desenvolvimento acelerado de um novo instrumento normativo sobre os direitos humanos das pessoas idosas.

Direitos humanos e política de drogas. 67. A OHCHR continuou defendendo a descriminalização do uso de drogas para uso pessoal e para enfrentar a superlotação das prisões, em consonância com a Posição Comum da ONU em 2018 sobre questões relacionadas com drogas. Em setembro de 2021, a OHCHR cooperou, com a Alemanha, a Suíça, o PNUD, o UNAIDS e outros parceiros para organizar o terceiro diálogo de implementação regional sobre as Diretrizes Internacionais para os Direitos Humanos e a Política de Drogas para os Estados e outras partes interessadas das regiões da Europa Oriental e Ásia central. A OHCHR continuou a se envolver com a Comissão das Nações Unidas sobre Drogas Entorpecentes.

F. Participação. 1. Valorizando e protegendo o espaço cívico e a participação das pessoas 69. A OHCHR continuou documentando ataques contra defensores e jornalistas, off-line e online, em todo o mundo. A OHCHR está liderando um projeto piloto no Sudeste Asiático para mapear e documentar a violência online contra defensores dos direitos humanos. A OHCHR

emitir o primeiro relatório regional sobre o direito à liberdade de associação, no Oriente Médio e norte da África, incluindo tendências, desafios e boas práticas. Como co-líder da Coalizão de Ação do Fórum de Igualdade de Geração sobre Movimentos Feministas e Liderança, a OHCHR comprometeu-se a aumentar o apoio aos movimentos feministas e às mulheres defensoras dos direitos humanos para acelerar a igualdade de gênero e promover o espaço cívico.

5. Educação em direitos humanos. 76. A OHCHR continuou liderando os treinamentos de direitos humanos e as atividades de cooperação em educação em direitos humanos com universidades e institutos, incluindo na Libéria, México e Níger. Em setembro, a OHCHR organizou um evento de alto nível, onde delegados do Conselho de Direitos Humanos reconheceram o papel da educação em direitos humanos para construir sociedades mais equitativas, sustentáveis e inclusivas, resilientes diante da crise. A OHCHR continuou implementando o programa educacional de jovens do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos e, em fevereiro de 2022, publicou, em conjunto com a Equitas, "Conectando nossas Diversidades: Um Compêndio de Boas Práticas em Educação de Direitos Humanos".

III. Conclusões. 77. A pandemia em curso, incluindo o surto de Omicron, foi uma característica definidora do período de relatórios, atrasando os esforços para recuperar melhor e agravando ainda mais as graves consequências dos direitos humanos. A humanidade enfrenta o desafio de aprender as duras lições que a pandemia está nos ensinando e construir sociedades que respeitem os direitos que serão mais resistentes a essa e futuras crises. Ao mesmo tempo, os impactos econômicos substanciais da pandemia, a necessidade de responder às mudanças climáticas e as consequências globais dos conflitos em curso, inclusive na Ucrânia, representam enormes restrições à nossa capacidade de avançar no enfrentamento desse desafio.

78. O mais perigoso de todos, as ameaças atuais intensificaram as exigências para se retirar do multilateralismo. O apelo popular dessa abordagem insular é compreensível, mas é uma estratégia autodestrutiva, pois os desafios globais exigem soluções globais.

79. Os direitos humanos como um conceito universal responderam aos horrores da Segunda Guerra Mundial, e à exigência de que nunca se repitam. Desde então, o quadro de direitos humanos foi desenvolvido e implementado, instrumentalizado, politizado e mal utilizado. No entanto, o conceito de dignidade humana e a profunda crença de que todas as pessoas nascem livres e iguais sobreviveu e até floresceu. O princípio fundamental é uma pedra de toque que é mais relevante do que nunca.

80. Investir em direitos humanos requer esforços, que o Alto Comissariado para os Direitos Humanos continuará a encorajar e sustentar. O Escritório continua a desempenhar um papel indispensável na integração dos direitos humanos nas Nações Unidas, tornando o sistema das Nações Unidas mais forte e eficaz. A relevância do trabalho do Escritório se reflete nas crescentes demandas por seu engajamento em todo um espectro de necessidades de direitos humanos. Os Estados continuam a demonstrar sua confiança no trabalho do Escritório e a solicitar maior cooperação técnica e apoio. O Conselho de Direitos Humanos da ONU busca uma gama crescente de iniciativas temáticas e relacionadas aos países, dependendo do Escritório para os funcionários e apoiar esses esforços.

81. A OHCHR responde a essas demandas da forma mais eficaz possível, esticando continuamente seus recursos limitados para lidar com suas tarefas crescentes. O Escritório continua reavaliando e avaliando seu trabalho com o objetivo de alcançar resultados de direitos humanos que impactam o cotidiano das pessoas. Nesse sentido, ao estender seu Plano de Gestão de Escritórios até 2023, o Escritório manteve sua direção estratégica global, ao mesmo

tempo em que deu ênfase adicional em áreas que hoje são particularmente relevantes. Estes incluem o enfrentamento das desigualdades, a alavancagem de dados para promover e proteger os direitos humanos e a situação das pessoas de ascendência africana.

82. O trabalho do Escritório para garantir que os direitos humanos sejam totalmente integrados aos esforços de recuperação pandêmica permanece essencial, com maior engajamento tanto nos direitos econômicos e sociais quanto no direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável. Como a pandemia retrocedeu a igualdade de gênero e afastou os já marginalizados mais para trás, o engajamento da OHCHR para acelerar o progresso na realização da Agenda 2030 também continuará a se intensificar.

83. O Alto Comissariado agradece o apoio dos Estados-Membros ao trabalho do Gabinete e a confiança exemplificada pela crescente carga de trabalho do Gabinete. O investimento em direitos humanos é um investimento em nosso futuro próspero e pacífico compartilhado, e este trabalho permanece substancialmente sem recursos. O Alto Comissariado incentiva os Estados-Membros a refletir a importância deste trabalho, alocando recursos que correspondam aos desafios que enfrentamos nos níveis nacional, regional e global, e através do apoio contínuo à OHCHR.

2. A pandemia da doença Covid19: lições aprendidas e seguindo em frente. Relatório do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das corporações transnacionais e outras empresas empresariais. Abril 2022. [*G2232350.pdf \(un.org\)](https://www.un.org/pt/press/docs/2022/04/220401.htm)

“Resumo. No presente relatório, submetido ao Conselho de Direitos Humanos nos termos das suas resoluções 17/4, 26/22, 35/7 e 44/15, o Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das corporações transnacionais e outras empresas empresariais descreve maneiras pelas quais vários atores abordaram a pandemia da doença coronavírus e os abusos de direitos humanos relacionados aos negócios que a acompanharam. Destaca lições aprendidas e identifica oportunidades e desafios para a proteção e respeito dos direitos humanos.

Antecedentes, alcance e objetivos 1. A pandemia da doença coronavírus (COVID-19) e suas consequências socioeconômicas têm sido um teste de liderança e respostas compatíveis com direitos humanos para governos e empresas. A pandemia destacou e exacerbou as desigualdades existentes e resultou em uma crise de direitos humanos de imensas proporções. É fundamental que Estados, empresas e todas as partes interessadas aprendam as lições da pandemia e tomem medidas proporcionais ao desafio, incluindo medidas para limitar o custo humano de crises futuras, salvar vidas e proteger os direitos humanos. 2. No presente relatório, o Grupo de Trabalho descreve como Estados, empresas, sociedade civil e vários outros atores abordaram a pandemia e os abusos de direitos humanos relacionados aos negócios que a acompanharam. Destaca lições aprendidas e identifica oportunidades e desafios para a proteção e respeito dos direitos humanos, com base nos Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos: Implementação do Quadro das Nações Unidas "Proteja, Respeite e Remedie". 1 Em suas recomendações, considera como a agenda de negócios e direitos humanos pode contribuir para "recuperar melhor" e enfrentar crises globais emergentes, ao mesmo tempo em que garante ações para prevenir abusos de direitos humanos relacionados aos negócios e proteger os direitos humanos.

3. No relatório, o Grupo de Trabalho enfatiza que os governos e as empresas precisam garantir uma abordagem sustentável centrada nas pessoas, ao mesmo tempo em que combatem a pandemia e outras crises, incluindo conflitos, mudanças climáticas, poluição ambiental e desafios dos direitos humanos decorrentes de injustiças e crescentes

desigualdades. Sublinha o que é exigido nos Princípios Orientadores para garantir que estados e empresas sejam capazes de responder a crises de forma a proteger e respeitar os direitos humanos e prevenir futuros abusos de direitos humanos. O Grupo de Trabalho destaca que isso requer uma ação ampliada e mais rápida, por meio de uma mistura inteligente de medidas obrigatórias e voluntárias, e modelos de negócios transformadores que reconheçam e respondam aos direitos humanos e aos desafios ambientais que confrontam sociedades e economias nos níveis nacional, regional e global.

V. Conclusões. 59. A pandemia e a consequente crise econômica expuseram e exacerbaram desigualdades e vulnerabilidades presentes na maioria dos modelos de negócios. Isso representou um desafio fundamental para os direitos humanos, a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável, e demonstrou a necessidade de melhores salvaguardas para trabalhadores e consumidores vulneráveis em todos os setores. Ao mesmo tempo, a pandemia oferece a oportunidade de enfrentar desigualdades e vulnerabilidades e construir um futuro de prosperidade e segurança compartilhada, com os direitos humanos no centro dos modelos de negócios. Estados e empresas devem garantir que as respostas pandêmicas contribuam para a construção melhor a longo prazo, inclusive pelo combate à pobreza, às desigualdades e ao subinvestimento em saúde e serviços públicos, para construir um mundo mais inclusivo e sustentável.

60. Quando a pandemia acabar, os Estados e os atores empresariais não devem voltar aos negócios como de costume, mas devem forjar um novo normal com base no padrão previsto pelos Princípios Orientadores. O período de recuperação oferece a oportunidade de tomar um caminho mais sustentável, colocando as pessoas e o planeta no centro. O progresso real na implementação dos Princípios Orientadores permitirá uma melhor preparação para a próxima crise, especialmente a crise climática e outros desafios dos direitos humanos decorrentes de injustiças e desigualdades.

61. Estados e empresas têm suas respectivas atribuições e responsabilidades em garantir que as medidas tomadas para apoiar a recuperação econômica sejam realizadas com respeito aos direitos humanos. A sociedade civil e outras partes interessadas devem ser vistas como parceiros críticos para alcançar esse objetivo e ajudar Estados e empresas a identificar, prevenir e mitigar os danos aos direitos humanos. Com foco na prevenção e enfrentamento dos riscos mais salientes dos direitos humanos, particularmente para aqueles em risco aumentado de vulnerabilidade ou marginalização, os Princípios Orientadores fornecem um marco para a ação tanto dos Estados quanto das empresas. Embora a situação criada pela pandemia seja sem precedentes, a resposta deve ser fundamentada nos padrões de direitos humanos existentes, incluindo os Princípios Orientadores. Crises como a pandemia duram anos e geram múltiplos e imprevistos efeitos de ondulação em estruturas econômicas e sociais. Os trabalhadores sentirão os efeitos dos danos econômicos bem causados após a reabertura das empresas. Quando as escolhas em torno da recuperação financeira são feitas às custas dos direitos humanos, bem-estar e dignidade das pessoas, as consequências humanas são reais, severas e muitas vezes que mudam a vida. O mundo tem a oportunidade de traçar um rumo diferente que contribua para negócios sustentáveis, respeitando os direitos e a dignidade de todos. As seguintes recomendações são aplicáveis às crises atuais e futuras.

VI. Recomendações. 62. Os Estados devem: (a) Assegurar que as medidas tomadas para aliviar o impacto econômico das crises sejam compatíveis com os direitos humanos e contribuam para o avanço da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; (b) Aplicar (ou desenvolver onde ainda não existe) leis e regulamentos trabalhistas e trabalhistas, incluindo

aqueles relativos a salários, saúde e segurança ocupacional, licença médica e familiar remunerada, auxílio-creche, discriminação e o direito de organizar e negociar coletivamente, inclusive através da garantia da capacidade adequada de inspeções e sanções trabalhistas proporcionais a quaisquer abusos descobertos; c Garantir que uma legislação e regulamentação eficazes esteja em vigor para proteger contra os danos dos direitos humanos por parte das empresas, inclusive exigindo que as empresas realizem diligências significativas de direitos humanos e avaliações de impacto ambiental e climático, para divulgar todas as informações relevantes sobre os impactos sobre o meio ambiente e as mudanças climáticas, e incentivá-las a priorizar investimentos de baixo carbono e carbono zero; (d) Considere, ao projetar e operar mecanismos de reclamação baseados no Estado, formas alternativas de permitir o acesso seguro ao remédio, removendo barreiras relacionadas à pandemia e garantir que o escopo de queixas admissíveis inclua danos que surgem durante as crises; (e) Exigir que as empresas honrem os acordos coletivos existentes, apoiem os sindicatos, priorizem a segurança dos trabalhadores, concedam aos trabalhadores salários adicionais e cuidados com as crianças, quando apropriado, evitem demissões, colaborem com trabalhadores na tomada de decisões corporativas e responsabilizem empresas empresariais que violem as leis trabalhistas; (f) Fornecer uma rede de segurança adequada, particularmente para grupos e indivíduos que estão em situação mais precária e vulnerável no mercado de trabalho, incluindo mulheres, jovens, pessoas com deficiência, povos indígenas, trabalhadores migrantes e trabalhadores na economia informal; (g) Estipular, ao fornecer resgates ou outros pacotes de apoio à recuperação financeira e pacotes de estímulo, que os beneficiários devem implementar os Princípios Orientadores, inclusive pela condução da devida diligência dos direitos humanos e pelo acesso a mecanismos de reparação e reclamação, e excluir das empresas de apoio do Estado com registros demonstrados de minar os direitos humanos, aqueles que protegem os lucros em paraísos fiscais e o capital direto dos trabalhadores para os acionistas e a administração, incluindo através de recompra de ações, pagamentos de dividendos, bônus executivos, aumentos salariais para os que ganham mais alto e demissões; (h) Exigir que as empresas que recebem resgates ou outros pacotes de apoio à recuperação financeira e pacotes de estímulos identifiquem seus riscos de direitos humanos no contexto da recuperação pós-crise e delineiem medidas para prevenir, mitigar e enfrentar esses riscos; (i) Considere os prováveis impactos climáticos do apoio à recuperação financeira, estructurem pacotes de ajuda para mitigar esses impactos e resistam a qualquer enfraquecimento das normas de emissões existentes e das regulamentações ambientais; (j) Considere especialmente em uma situação de crise a tensão colocada no setor assistencial e cuidadores não remunerados, incluindo as mulheres, ao exigir que as empresas relevantes atendam a padrões mais elevados de segurança do trabalhador e proibindo-os de penalizar trabalhadores que são forçados a funções de cuidador não remunerado; (k) Proteger o espaço cívico o tempo todo, garantindo o gozo das liberdades fundamentais e a proteção dos defensores dos direitos humanos, inclusive criando um ambiente legal e político para evitar ataques ou represálias contra eles por parte de empresas e terceiros, garantindo acesso a remédios para tais abusos e protegendo contra represálias enfrentadas por aqueles que buscam remédios; (l) Expandir planos de digitalização e estabelecer infraestruturas tecnológicas avançadas que possam ser utilizadas durante crises como alternativas às transações presenciais, e garantir que qualquer tecnologia, incluindo inteligência artificial e reconhecimento facial, esteja aberta ao escrutínio por autoridades regulatórias independentes e sociedade civil; (m) Garantir que as contratações públicas seja feita de forma aberta e transparente, com base na concorrência livre e justa, e com prioridade dada às empresas que operam em consonância com os Princípios Orientadores; (n) Integrar os Princípios Orientadores e os requisitos de sustentabilidade nas práticas de operações e compras de todas as entidades governamentais e

empresas estatais ou controladas, e exigir o mesmo daqueles dos quais adquirirem bens e serviços; (o) Coordenar através de instituições multilaterais, colaborar efetivamente por meio da assistência técnica, capacitação e conscientização e apoiar o desenvolvimento de normas e ferramentas internacionais, regionais e nacionais, a fim de promover o respeito dos negócios pelos direitos humanos e garantir que as instituições financeiras de desenvolvimento implementem projetos de recuperação de forma a não prejudicar as comunidades; (p) Assegurar que, quando as instituições multilaterais coordenem ou facilitem o apoio à recuperação financeira a vários países, incorporem as recomendações atuais e estipulam que o apoio financeiro às empresas deve estar condicionado aos compromissos de direitos humanos; (q) Construir parcerias público-privadas mais fortes e investir em sistemas de proteção social e apoio às empresas autônomas e pequenas e médias; (r) Reestruturar as economias nacionais com foco na sustentabilidade ambiental, na economia verde e em uma transição justa e equitativa para uma economia sustentável e sem carbono fundada em energia renovável, tecnologia ambientalmente sólida, uso sustentável de recursos, empoderamento comunitário, proteção social universal e meios de subsistência baseados na dignidade; (s) Asseguram-se de que, especialmente durante as crises, as instituições nacionais de direitos humanos sejam devidamente aproveitadas e recebam um mandato, ampla jurisdição e os poderes necessários para promover a conduta empresarial responsável e facilitar o acesso a remédios para os abusos relacionados aos negócios.

63. Os negócios devem: (a) Redesenhar modelos de negócios para focar no bem-estar das pessoas e do planeta em suas operações e cadeias de suprimentos, alcançando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e limitando o aquecimento global; (b) Garantir que as normas de saúde e segurança sejam respeitadas em todos os momentos, especialmente em tempos de crise, fornecer aos trabalhadores e empregados contratos justos e abrangentes, um salário mínimo, licença médica e familiar remunerada e pensão alimentícia, respeitar o direito dos trabalhadores de organizar e negociar coletivamente, honrar acordos coletivos, apoiar sindicatos, evitar demissões e colaborar com os trabalhadores na tomada de decisões corporativas; (c) Respeitar os direitos humanos internacionais e as normas trabalhistas, garantir práticas sustentáveis em suas cadeias de valor e realizar a devida diligência de direitos humanos para identificar, prevenir, mitigar e explicar como eles abordam seus impactos adversos dos direitos humanos, inclusive em relação aos trabalhadores diurnos, trabalhadores não contratados, empregados temporários, trabalhadores na economia gig e outras formas de situações precárias de trabalho, aqueles que trabalham em cadeias de suprimentos, clientes e comunidades; (d) Abster-se de penalizar trabalhadores, incluindo mulheres, que são forçados a passar por situações de crise em funções de cuidador não remunerado; (e) Garantir a participação dos indivíduos e grupos mais marginalizados na concepção e implementação de respostas compatíveis com direitos humanos, inclusive levando em consideração experiências e necessidades específicas de gênero; (f) Introduzir, em relação às crises de saúde, normas de segurança mais elevadas para os trabalhadores do setor assistencial; (g) Abster-se de se envolver em práticas empresariais que priorizem a criação de valor dos acionistas em detrimento dos direitos dos trabalhadores, como aqueles que redirecionam o capital para longe dos trabalhadores para acionistas e administradores, incluindo recompra de ações e ações, pagamentos de dividendos, bônus executivos, aumentos salariais para altos rendimentos e demissões; (h) Garantir que as avaliações de impacto dos direitos humanos envolvam consultas significativas com grupos potencialmente afetados e enfoque em impactos em indivíduos que possam estar em maior risco de vulnerabilidade ou marginalização; (i) Quando identificar que causou ou contribuiu para impactos adversos, mitigar tais impactos, inclusive através do

aumento e uso de alavancagem sobre as relações comerciais que possam estar causando ou contribuindo para danos, e se engajando em mecanismos eficazes de remediação; (j) Assegurar, ao projetar e operar mecanismos de reclamação não baseados no Estado, que todos aqueles com direito a reparação não enfrentem barreiras relacionadas à pandemia e estejam protegidos contra represálias e garantam que o escopo de queixas admissíveis inclua danos que surgem durante crises; (k) Adotar uma perspectiva de gênero ao realizar avaliações de impacto dos direitos humanos e projetar mecanismos de reclamação em nível operacional, com base na orientação do Grupo de Trabalho sobre as dimensões de gênero dos Princípios Orientadores; 201 (l) Fortalecer a proteção dos detentores de direitos e defensores dos direitos humanos, prevenir ataques contra eles e fornecer remédios para tais ataques; m Treinar funcionários e fornecedores sobre riscos e mecanismos de reclamação relacionados aos direitos humanos relacionados aos negócios; (n) Contribuir para parcerias globais na transição para um futuro mais sustentável, engajando-se em ações coletivas com Estados, pares, organizações empresariais e sociedade civil.

64. Todas as partes interessadas, incluindo a sociedade civil e as instituições nacionais de direitos humanos, devem: (a) Contribuir para o aprimoramento da prestação de contas corporativas, inclusive por meio do estabelecimento e manutenção de mecanismos obrigatórios e eficazes de due diligence de direitos humanos; (b) Envolver-se em uma consulta significativa com empresas empresariais que desenvolvem avaliações de impacto dos direitos humanos para garantir que os riscos de direitos humanos dos mais vulneráveis sejam compreendidos; (c) Envolver-se em um diálogo construtivo sobre os esforços para melhorar o remédio efetivo para os abusos de direitos humanos relacionados aos negócios e apoiar as vítimas no acesso ao remédio; (d) Aconselhar os governos sobre como responder às crises, protegendo os direitos humanos e orientando sobre medidas para proteger os mais vulneráveis na sociedade; (e) Monitorar a implementação de medidas emergenciais e seu impacto sobre os direitos humanos; f Compartilhar informações com detentores de direitos sobre a proteção dos direitos humanos durante crises e garantir acesso virtual ou on-line a seus serviços durante os bloqueios.

65. As agências, fundos, programas e mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas devem proteger contra os abusos de direitos humanos relacionados aos negócios por: (a) Apoiar Estados e comunidades na resposta a crises; (b) Encorajar Estados e empresas a se engajarem na cooperação multilateral e internacional para reconstruir melhor após a pandemia; (c) Convocando um novo contrato social, baseado em direitos e oportunidades iguais para todos.”

3. Investigações médico-legais de mortes. Informe do Relator Especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, Morris Tidball-Binz.
[A_HRC_50_34_AdvanceEditedVersion.docx \(live.com\)](#) 16.06.22

Sumário. No presente relatório, o Relator Especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias tem como foco a medicina forense e examina os desafios enfrentados pelos sistemas de investigação médico-legal de morte e profissionais forenses contemporâneos, em especial médicos forenses e especialistas auxiliares, na investigação de mortes potencialmente ilegais. O Relator Especial baseia-se na experiência de médicos forenses e profissionais de todas as regiões do mundo que compartilharam suas opiniões para ajudá-lo a alcançar uma compreensão global do status atual dos sistemas nacionais de investigação médico-legal de morte. Ele também oferece exemplos de melhores práticas na área de investigações de morte médico-legal e formula recomendações para aprimorar tais sistemas, inclusive através do cumprimento das normas que o mandato ajudou a desenvolver, promover

e implementar ao longo de seus 40 anos de existência (os Princípios sobre a Prevenção e Investigação Eficaz de Execuções Extra-legais, Arbitrárias e Sumárias, de 1989, e o Protocolo de Minnesota sobre a Investigação de Morte Potencialmente Ilegal, 2016), com o objetivo de fortalecer a proteção do direito à vida.

“III. O dever de investigar a morte. Os Estados têm o dever de investigar as mortes potencialmente ilegais das quais são ou devem estar cientes. De fato, todas as mortes requerem algum grau de investigação para verificar se são potencialmente ilegais ou não. O Comitê de Direitos Humanos considerou que o dever de investigar possíveis violações do direito à vida está implícito na obrigação de proteger a vida e reforçado pelo dever geral de garantir os direitos reconhecidos no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Em um relatório de 2015, um ex-relator especial, Christof Heyns, observou que o direito à vida não pode ser considerado totalmente protegido a menos que investigações minuciosas e eficazes sejam conduzidas em qualquer situação em que possa ter sido violada. Os Estados devem conduzir tais investigações com relação ao quanto a perícia forense for necessário. Assim, considera-se, por si só, uma violação do direito à vida.

Em 1988, a Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu um acórdão no qual estabeleceu que a obrigação de investigar faz parte do dever do Estado de proteger o direito à vida, juntamente com a garantia da responsabilização dos responsáveis e da adequada compensação às vítimas. O dever de investigar possíveis violações do direito à vida não devem ser realizado como uma mera formalidade preordenada para ser ineficaz, nem deve depender da iniciativa da vítima ou de sua família ou de sua oferta de prova, sem uma busca efetiva pela verdade pelo governo. O acórdão conclui com a observação de que, quando os atos de partes privadas que violam os direitos humanos não são seriamente investigados, essas partes são, de fato, auxiliadas pelo governo.

Em 1995, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos considerou que a obrigação de proteger o direito à vida requer uma investigação oficial eficaz. A não investigação adequada de supostas violações do direito à vida pode ser uma violação do direito à vida. Posteriormente, o Tribunal afirmou que essa obrigação deve ser entendida como parte inerente ao direito à própria vida e um dever em seu próprio direito. A Corte esclareceu ainda que o dever de investigar mortes ilícitas se aplica mesmo quando o Estado não tem envolvimento com a morte. Da mesma forma, a Comissão Africana dos Direitos humanos e dos Povos, em seu comentário geral sobre o direito à vida, deixa claro que a falha dos Estados em investigar de forma transparente as mortes suspeitas constitui uma violação do direito à vida.

10. Ao dever de investigar tem sido dado maior reconhecimento e peso no Protocolo de Minnesota, que complementa os Princípios. No Protocolo, estabelece-se que as investigações devem ser rápidas, efetivas, minuciosas, independentes, imparciais e transparentes e que o dever de investigar se aplica a todo o momento: em tempos de paz, em situações de perturbação interna e durante conflitos armados. O Protocolo fornece orientações práticas sobre os passos que devem ser tomados nas investigações de morte. Serve para promover a responsabilização e o remédio para possíveis violações do direito à vida. O Comitê de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos afirmaram que investigações de mortes potencialmente ilegais devem ser realizadas de acordo com as normas internacionais, incluindo o Protocolo.

11. O direito internacional deixa claro que a falha em investigar adequadamente a morte desvaloriza a vida. O processo de investigação da morte médico-legal é um meio pelo qual a

sociedade pode sinalizar que cada vida humana importa. Os governos devem permitir que tais processos sejam organizados e conduzidos de forma a refletir esse entendimento.

A. Propósito e impacto dos sistemas de investigação médico-legal de morte.

12.O objetivo central dos sistemas de investigação de mortes médico-legais é estabelecer a identidade e a causa e a forma de morte de pessoas em casos de mortes potencialmente ilegais. A identidade é entendida como atribuição do nome de nascimento válido e/ou outro nome apropriado ao cadáver; causa de morte refere-se à causa médica da morte; e forma de morte refere-se a se a morte é por homicídio, acidente, suicídio ou causas naturais ou é indeterminado.

13.A contribuição dos sistemas de investigação de morte médico-legal para a justiça criminal, o Estado de Direito e a proteção do direito à vida não pode ser exagerada. Por exemplo, médicos forenses podem ser os primeiros a identificar riscos sociais, como o aumento de mortes relacionadas a drogas, mortes por bens de consumo defeituosos e tendências de mortes relacionadas ao trabalho. A avaliação forense das mortes tem ajudado a prevenir acidentes de trânsito, acidentes de trabalho e mortes súbitas infantis e a elucidar a violência familiar e íntima do parceiro, incluindo feminicídio, e mortes sob custódia. Quando ocorrem óbitos hospitalares, as autópsias são indispensáveis na compreensão do curso clínico e da morte dos pacientes, ajudando a prevenir mortes futuras. O conhecimento da aparência dos pulmões a partir de autópsias de indivíduos que morreram da doença coronavírus (COVID-19), por exemplo, contribuiu para reduzir a mortalidade do paciente e desenvolver medidas preventivas. As investigações médico-legal de morte também desempenham um papel importante nas investigações sobre alegações de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio.

14.No entanto, apesar de seu papel central na investigação de mortes e sua contribuição para a proteção da vida, as investigações médico-legal de morte muitas vezes sofrem de reconhecimento insuficiente, financiamento e recursos dos Estados e tendem a ser consideradas como desamparadas prioritárias quando comparadas aos serviços públicos relacionados, incluindo a polícia e a administração da justiça.

35.Em ambientes pobres em recursos, funerárias, quando disponíveis, muitas vezes carecem de instalações e recursos essenciais, como eletricidade, água corrente, ventilação, armazenamento refrigerado operacional para corpos, criptas bloqueáveis e sacos e etiquetas corporais. Muitas vezes, não há salas de observação e espera adequadas para as famílias. Às vezes, múltiplos corpos são fixados em compartimentos destinados a um único corpo, resultando no manejo indigno da contaminação probatória morta e indevida entre os corpos. Os necrotérios também podem ser infestados de vermes e não devidamente limpos. Depois de realizar uma autópsia, pode não haver lugar para os médicos forenses e a equipe técnica tomarem banho. A falta de equipamentos básicos de proteção individual pode deixar os funcionários em risco de doenças e infecções. Pode não haver área dedicada onde médicos forenses possam escrever relatórios e, muitas vezes, nenhum repositório de arquivamento seguro. Pouca ou nenhuma atenção é dada ao bem-estar psicológico do pessoal funerário.

36. Salários ruins e exigências concorrentes sobre o tempo do médico forense muitas vezes resultam em tempo insuficiente dedicado a autópsias individuais, resultando em relatórios não confiáveis. Quando os funcionários são pagos por autópsia realizada, pode haver um incentivo para fazer o maior número possível de autópsias. Isso pode produzir resultados não confiáveis, é desrespeitoso com o falecido e suas famílias e subverte o imperativo ético para que a autópsia contribua o máximo possível para o bem comum.

37. Médicos forenses raramente têm o mesmo status que outros especialistas médicos. Eles lidam com os mortos, podem não ter qualificações especializadas e são incorretamente percebidos para contribuir pouco para a salvação de vidas. No geral, isso muitas vezes se torna um círculo vicioso, fazendo com que os jovens médicos optem por outras especialidades.

38. Em muitos contextos, a identificação de cadáveres ou restos humanos é responsabilidade da polícia. No entanto, o envolvimento de um profissional médico forense, bem como de outros especialistas, como antropólogos forenses, dentistas e geneticistas, permanece crucial, inclusive em casos de desaparecimentos forçados ou involuntários.

39. Investigações médico-legal de morte que incorporam uma perspectiva de gênero continuam a ser a exceção, o que pode afetar investigações de mortes ilegais decorrentes de violência de gênero, como em casos de feminicídio. Pouquíssimos sistemas de investigação médico-legais de mortes institucionalizaram programas abrangentes de conscientização e treinamento de perspectiva de gênero para seus funcionários e apenas uma minoria aplica procedimentos operacionais padrão sensíveis ao gênero. UNODC e OHCHR, entre outros, estão contribuindo para o enfrentamento desse problema.

40. Poucos países têm estatísticas centralizadas e confiáveis sobre corpos que permanecem não identificados após investigações ou sistemas de morte médico-legal para garantir sua identificação no futuro. Por isso, é importante ressaltar que cada corpo não identificado corresponde a uma pessoa desaparecida.

41. Em alguns contextos, pode não haver investigação de morte nos casos em que a identidade do falecido é desconhecida. Isso pode equivaler a um descumprimento do dever de investigar todas as mortes potencialmente ilegais e afeta particularmente os membros das comunidades e grupos mais pobres e marginalizados, incluindo refugiados, pessoas deslocadas e migrantes indocumentados. Portanto, é imperativo que, quando qualquer pessoa dentro das fronteiras de um Estado, ou em qualquer ambiente sob autoridade do Estado, possa ter sido vítima de uma morte potencialmente ilegal, a morte seja efetivamente investigada.”

A saúde humana também depende da saúde dos oceanos.

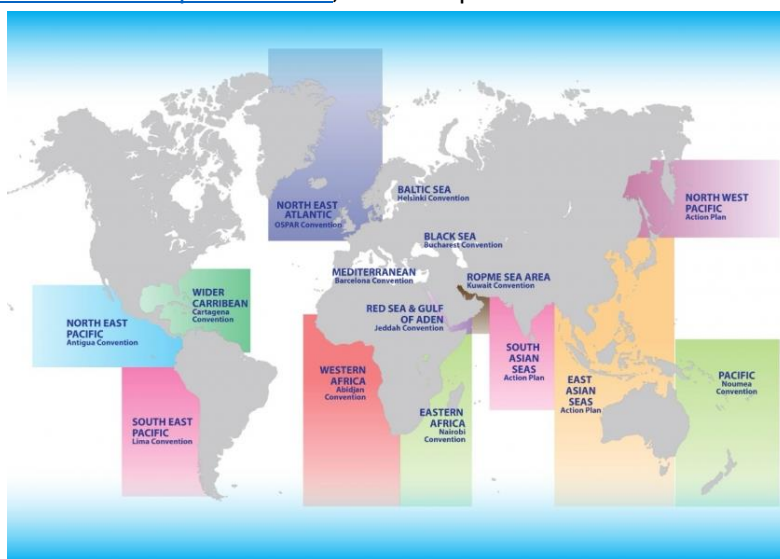
Danielly de Paiva Magalhães, Guilherme Franco Netto e Luiz Augusto Galvão

Em razão do [dia Mundial dos oceanos](#), comemorado no dia 8 de Junho. Nosso informe aborda a governança global dos oceanos, seus benefícios e as relações entre os oceanos e a saúde humana. Os Oceanos cobrem 71% do nosso planeta, produzem 50% do oxigênio, sustentando a sobrevivência humana e de todos os seres vivos, além de abrigar a maior diversidade do planeta. São responsáveis por 17% da proteína que consumimos, sendo a principal fonte de proteína para 1 bilhão de pessoas. [Um artigo de 2020 publicado na Nature](#), mostra que esse potencial poderá ser aumentado em 36–74% em relação ao atual, usando métodos sustentáveis e inovação tecnológica. O que poderia representar um aumento geral de 12-25% na produção de proteína do mundo para alimentar 9.8 bilhões de pessoas até 2050, e empregar 40 milhões de pessoas até 2030. A proteína de frutos do mar é muito rica em vitaminas, minerais e ácidos graxos, como o ômega-3, e considerada muito saudável devido seu baixo potencial de gordura. Ou seja, um ambiente com potencial promissor para suprir as necessidades de insegurança alimentar.

Apesar de todos esses benefícios, os oceanos vêm passando por mudanças profundas que ameaçam seus serviços. Com 90% das populações de peixes grandes esgotadas e 50% dos recifes de coral destruídos, estamos tirando mais do oceano do que pode ser reabastecido. Além do dano acidental à [25 milhões de espécies por ano devido à lixo de petrechos de pesca e plásticos abandonados no mar](#). E dentro desse contexto, o tema do Dia Mundial dos Oceanos de 2022 foi "Revitalização: ação coletiva pelo oceano", a ocasião também celebra 10 anos das Nações Unidas para a Ciência do Oceano e da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, dois anos depois de ter sido cancelada por causa da pandemia.

Governança dos Oceanos

O [Programa Mares Regionais](#) do PNUMA é o mecanismo regional de governança mais importante do PNUMA para a conservação do ambiente marinho e costeiro desde sua criação em 1974. É um programa orientado para a ação que implementa atividades específicas de cada região, reunindo partes interessadas, incluindo governos, comunidades científicas e sociedades civis. Atualmente há 18 regiões, [administradas ou não pelo PNUMA](#), e seus específicos Acordos Ambientais Multilaterais são regidos por suas próprias reuniões das Partes Contratantes (ilustrado na figura ao lado e mais a Região Ártica, Antártica e Mar Cáspio). Nas regiões, o programa Mares Regionais funciona por meio de Secretarias ou Unidades de Coordenação Regional (RCUs) e Centros Regionais de Atividades (RACs). A RCU é o centro e posto de comando das convenções e atividades do plano de ação e tem a responsabilidade geral e prática pela implementação das decisões dos países membros (ou partes



contratantes) sobre a operação do plano de ação. Cada convenção tem seus encontros regulares de membros de governança, técnico e de alto-nível.

As diversas Convenções e Planos de Ação dos Mares Regionais (RSCAPs) fornecem estruturas intergovernamentais para lidar com a degradação dos oceanos e mares em nível regional. Inicialmente, concentrava-se na poluição no mar, como derramamentos de óleo e movimento de resíduos perigosos, e potenciais fontes de poluição terrestre (por exemplo, plásticos, águas residuais e excesso de nutrientes). Atualmente, também adotam a abordagem ecossistêmica para gerenciar recursos marinhos, então foi incorporado protocolos sobre áreas protegidas, lixo marinho, combate a derramamentos de óleo, poluição de navios, movimento transfronteiriço de resíduos, incluindo sua eliminação, gestão integrada de zonas costeiras e fontes terrestres de poluição([Global Programme of Action for the Protection of the Marine Environment from Land-based Activities](#)) através do qual a redução de desastres, adaptação às mudanças climáticas e questões de consumo e produção sustentáveis podem ser abordadas. O foco está na promoção da governança regional dos oceanos para cumprir a agenda global dos oceanos e responder a questões emergentes, novas políticas e iniciativas - como a Economia Azul.

Alguns documentos e diretrizes atuais sobre Oceanos

Um [conjunto de diretrizes e estratégias para o período de 2022 -2025](#) foi aprovado por todas as 18 RSCAPs, visando integrar de forma mais eficaz a conservação e o uso sustentável dos oceanos nas políticas e programas, harmonizar metodologias para acompanhar o progresso e promover uma abordagem integrada para combater a crise ecológica, climática, poluição e saúde, a fim de alcançar a saúde dos oceanos a longo prazo, bem como as pessoas que dependem do oceano para subsistência ou não. O plano baseia-se em 3 objetivos gerais:

- 1- Proteger ecossistemas marinhos e costeiros diversos, resilientes e produtivos
- 2- Apoiar a avaliação, informação e gestão do conhecimento em todos os níveis para fortalecer o diálogo ciência-política sobre questões marinhas e costeiras e suas interações
- 3- Aumentar o alcance e a integração do Programa dos Mares Regionais, incluindo advocacia, apoio político e diálogo para promover a ação

O relatório, [Contributions of Regional Seas Conventions and Action Plans to a Healthy Ocean](#), baseia-se em uma série de estudos de caso que examinam o impacto cumulativo dessas convenções e políticas nos últimos 45 anos. Por meio de um corpo robusto de evidências, o Programa Mares Regionais, liderado pela ONU, reúne e coordena países e instituições e realiza planejamento e gestão baseados em ecossistemas para progredir em direção a oceanos e pessoas saudáveis.

Impacto nos oceanos e sua relação com a saúde

Os oceanos sempre foram usados como um grande sumidouro de resíduos, de efluentes, de lixo, além de receber toda a contaminação lançado nos rios, proveniente da lixiviação das chuvas e erosão pelo vento. O PNUMA estima que 80% da poluição dos oceanos é causada pelo descarte de resíduos municipais, industriais e agrícola; caracterizada por poluentes orgânicos persistentes, metais e óleos. Sem esquecer dos despejos ilegais de lixo eletrônico.

Como resultado, os pescados e frutos do mar que deveriam ser uma das fontes proteicas mais saudáveis, cada vez mais estão cheios de substâncias carcinogênicas e orgânicos

persistentes que desregulam a função hormonal (chamadas desreguladoras endócrinas). Geralmente se acumulam na gordura dos animais e dos humanos e quanto maior o nível ocupado na cadeia trófica pelo pescado, maior a sua acumulação. Elas causam alterações no metabolismo durante todos os estágios de vida, mas principalmente durante a fase de desenvolvimento fetal e infantil. Como se acumulam no tecido adiposo, a transferência de mãe para filho se dá no útero e depois durante a amamentação.

Cerca de 1 bilhão de pessoas em países em desenvolvimento dependem da pesca como fonte primária de proteína, tornando-os vulneráveis à essas substâncias. O maior exemplo de insegurança alimentar, vulnerabilidade e efeito na saúde humana pelo consumo de pescado contaminado são os observados nas populações Inuits, povos indígenas do Ártico (Esquimós). Esses povos vivem em áreas remotas do ártico com um estilo de vida muito simples, baseado na caça e pesca. São expostos a contaminantes que foram produzidos e utilizados em locais muito distantes, trazidos pelas correntes marinhas e de ventos. A dieta é baseada em mamíferos marinhos (em particular, foca anelada e beluga) que por sua posição na cadeia alimentar e alto potencial de gordura corporal, acumulam grandes quantidades de poluentes orgânicos persistentes (POP). As mulheres inuítes apresentam uma concentração média total de PCB (bifenilas policloradas – organoclorado banido em 1979) no leite materno sete vezes superior à das mulheres do sul de Québec. A fecundidade foi reduzida entre homens e mulheres expostos a níveis intermediários e altos em comparação com aqueles expostos a níveis baixos de PCB-153. As concentrações de PCB em crianças de 11 anos de idade foram associadas a menor peso, menor estatura, menor perímetro cefálico e menor índice de massa corpórea. O [QI de crianças Inuits](#) em idade escolar é anormalmente baixo devido à exposição ao metil mercúrio.

Outro exemplo muito estudado é o da Ilha Faroé, povos descendentes dos Vikings, que tem como tradição a pesca de baleia piloto. A alta exposição ao metilmercúrio pelo consumo da carne e gordura de baleia afetaram o vocabulário, a memória e as habilidades motoras das crianças. Em grupos de crianças de 5 anos de idade, o efeito tóxico no sistema imunológico causou a diminuição da concentração de anticorpos pós-vacinação contra difteria e tétano (20% para cada duplicação da exposição ao PCB no soro materno). Na vida adulta, o aumento da ingestão de carne e gordura de baleia foi significativamente associado à doença de Parkinson, hipertensão, arteriosclerose, hipoinsulinemia e diabetes tipo 2. O documentário “The Island and the Whale” disponível online conta um pouco de como a cultura desses povos vem sendo obrigada a se modificar por conta de uma contaminação que eles não causaram.

A Food and Drug Administration nos EUA (FDA) preconiza que o consumo de pescado por mulheres grávidas e crianças deve ser moderado e algumas espécies devem ser evitadas, como peixes carnívoros e mais gordurosos, veja recomendação completa [aqui](#).

O excesso de nutrientes, como esgotos não tratados, poluição urbana, fertilizantes, maricultura intensiva, e outras fontes ricas em compostos de nitrogênio, carbono, ferro, fósforo, alteram a composição química dos oceanos, favorecendo a proliferação de algas e bactérias nocivas. Um evento corriqueiro na região do Caribe é a proliferação descontrolada de *Sargassum sp.*, formando pilhas de mais de 1 metro de espessura nas praias, liberando compostos de enxofre que irritam o sistema respiratório humano quando se decompõe, aumentando os casos de internação por doenças respiratórias. No Chile, uma floração maciça da alga tóxica *Catenella alexandrium*, responsável pelo fenômeno de *maré vermelha*, em 2016 contaminou **fazendas de salmão**, matando 100.000 toneladas do peixe, mais de 11% da produção anual do país. A ocorrência desses eventos vem se intensificando, não só pela

poluição orgânica, mas também devido ao aumento da temperatura e mudança dos ventos em decorrência das mudanças climáticas.

Vigilância em saúde nos oceanos

A poluição por microplásticos, um problema ambiental global premente, tem um impacto severo nos ecossistemas aquáticos e na saúde pública. Devido ao pequeno tamanho, eles podem passar pelos sistemas de filtragem das estações de tratamento de águas residuais municipais. Esses resíduos possibilitam a formação de um [biofilme de bactéria que se adere a sua superfície](#), agindo como carreadores de colônias de bactérias. Um [estudo recente](#) também identificou uma diversidade de genes resistentes a antibióticos em bactérias no Oceano Pacífico e monitora sua rota de dispersão. Para se ter uma ideia dessa dispersão, [microplásticos já foram encontrados na região Antártica](#). Os efeitos de microplásticos nos seres humanos ainda são desconhecidos, mas o fato deles estarem presentes em muitos ambientes, inclusive no sangue humano, mas principalmente no mar, e poderem ser colonizados por bactérias, levanta o alerta para a importância da vigilância em Saúde nos Oceanos.

A Fiocruz tem iniciado um projeto de prospecção de microrganismos de interesse à saúde humana na região da Antártica. O [projeto FioAntar](#) conta com um laboratório experimental na base brasileira para gerar conhecimento de vigilância e prevenção epidemiológica que se traduza em benefícios para a população brasileira e o Sistema Único de Saúde.

Conferências das Partes das Convenções de Basileia, Roterdão e Estocolmo - Segmento de alto nível das reuniões das partes

Proteger o oceano significa reduzir e gerenciar com segurança produtos químicos e resíduos que é discutida no âmbito da tripla convenção de Basileia, Roterdã e Estocolmo. Em 1º de Junho aconteceu o Segmento de Alto Nível da tripla COP com objetivo de fornecer uma plataforma interativa, dinâmica e inclusiva para os ministros trocarem experiências e fornecer liderança política para um compromisso renovado com a implementação das Convenções. O Segmento de Alto Nível visou aumentar a conscientização política e o apoio às Convenções, bem como promover um diálogo entre os ministros e entre os ministros e outros delegados de alto nível. Vídeos e documentos podem ser encontrados [aqui](#). Um resumo dos momentos mais importantes pode ser encontrado [aqui](#).

O Segmento de Alto Nível abordou como as Convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo podem contribuir para enfrentar à tríplice crise ambiental planetária de perda de biodiversidade, mudanças climáticas e poluição. O tema foi subdividido nos seguintes subtemas:

- 1- Poluição – Oportunidades para enfrentar as três crises ambientais planetárias de poluição, mudança climática e perda de biodiversidade por meio da implementação das Convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo.
- 2- Abordagem do ciclo de vida – Oportunidades oferecidas pela implementação das Convenções de Basileia, Roterdão e Estocolmo para avançar para uma gestão do ciclo de vida de produtos químicos e resíduos, baseado na economia circular de produtos não tóxicos.
- 3- Meios de implementação – Oportunidades para melhorar a implementação das Convenções de Basileia, Roterdão e Estocolmo através da promoção de tecnologias novas e limpas e abordagens inovadoras de financiamento.

Foi apontada a necessidade de apoiar os países em desenvolvimento na resolução dos complexos desafios colocados pela boa gestão de produtos químicos. Alguns ministros estavam preocupados que não alcançariam a meta da Convenção de Estocolmo de eliminar gradualmente o uso de bifenilas policlorados (PCB) em equipamentos até 2025 e garantir a eliminação até 2028.

O Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) aumentou em 30% sua contribuição para questões de produtos químicos e resíduos, mas só os gastos para ajudar as partes a garantir o gerenciamento adequado de produtos químicos e resíduos da pandemia somam US\$ 5 bilhões. Foi pedida maior participação do setor privado como financiador.

Conferências das Partes das Convenções de Basileia COP15, Roterdão COP10 e Estocolmo COP10 - Segundo Segmento

Devido a Covid-19, a tripla COP que ocorreria em 2020 foi adiada e dividida em dois segmentos, o primeiro, online, que ocorreu em de 26 a 30 de julho de 2021. O primeiro segmento foi convocado para abordar as questões mais urgentes da agenda - aqueles itens que manteriam as convenções em funcionamento até que os delegados pudessem se reunir pessoalmente em junho de 2022. Um resumo dessa ocasião pode ser encontrado [aqui](#).

O segundo segmento, presencial, ocorreu de 6 a 17 de junho. O tema das reuniões foi "Acordos Globais para um Planeta Saudável: Gestão sólida de produtos químicos e resíduos". Embora as três convenções tenham sinergismos com ações que influenciam umas nas outras, elas possuem sua própria agenda, que pode ser encontrada [aqui](#).

Há um comércio significativo de produtos químicos e resíduos. Esse comércio pode ajudar todos os países a se beneficiarem do uso seguro de produtos químicos e a recuperar materiais do manuseio correto de resíduos. Mas esse comércio muitas vezes pode ser obscuro. Os países em desenvolvimento exigem informações para garantir que os produtos químicos e resíduos não sejam perigosos para importação e para garantir que sejam manuseados de maneira ambientalmente correta. A Convenção de Basileia (CB) e a Convenção de Rotterdam (CR) abordam este movimento transfronteiriço e o manejo de substâncias perigosas.

A Convenção de Basileia COP iniciou a discussão das diretrizes técnicas para diversos tipos de resíduos. Essas diretrizes ajudam os países a gerenciar os resíduos de maneira ecologicamente correta e eficiente e a desenvolver procedimentos detalhados, planos e estratégias de gerenciamento de resíduos. Várias diretrizes técnicas serão consideradas nesta reunião, inclusive sobre resíduos plásticos, baterias de chumbo-ácido e resíduos que estão contaminados ou contêm poluentes orgânicos persistentes (POPs).

Faremos um breve relato de alguns pontos interessantes discutidos nas 3 COPs:

- **Plásticos**

No Dia Mundial dos Oceanos, as Convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo (BRS) Triple COP destacam os plásticos. Eles são a forma mais visível de lixo, que ficou famosa por meio de documentários com imagens de pessoas e animais vivendo em meio ao lixo plástico. Os resíduos plásticos estão aumentando rapidamente, dobrando nos últimos vinte anos, enquanto apenas 9% são reciclados globalmente.

A Convenção da Basileia (CB) trabalhou para atualizar e desenvolver diretrizes técnicas para ajudar os países a gerenciar com segurança resíduos perigosos e outros, incluindo resíduos plásticos. Foi montado um Fórum do Plástico explorando as implicações para a saúde e o comércio ilegal de resíduos plásticos. Também foram discutidas possíveis soluções, como combustível derivado de lixo e reciclagem. A questão da governança global do plástico também foi discutida, e por toda essa complexidade, os delegados não conseguiram concluir as diretrizes técnicas sobre resíduos plásticos. Essa conclusão seria crucial para apontar as discussões para o novo instrumento juridicamente vinculativo sobre plástico em andamento. No entanto, o trabalho era complexo, tendo em conta os diversos tipos de plásticos utilizados numa vasta gama de produtos e, conseqüentemente, os diversos interesses nacionais em jogo. Este trabalho pode sinalizar para aqueles que trabalham no novo tratado de plástico que as negociações serão tecnicamente complicadas e politicamente complicadas.

- ***Lixo Eletrônico***

O lixo elétrico e eletrônico é o fluxo de resíduos que mais cresce no mundo e tem implicações para a saúde e para o ambiente. Corresponde cerca de 50 milhões de toneladas, dos quais menos de 20% foi documentado como sendo gerido de forma ambientalmente saudável. Gana e Suíça apresentaram uma proposta de emenda à Convenção de Basileia que visava ajudar a direcionar todos os resíduos eletrônicos para a recuperação de última geração, o que contribuiria para níveis mais altos de reciclagem de materiais valiosos e protegeria melhor os países vulneráveis contra danos indesejados. O desafio do lixo eletrônico também foi levantado durante a discussão ministerial em Estocolmo+50, onde foi observada a contribuição das convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo para o combate ao comércio ilegal de produtos químicos e resíduos.

Os delegados classificaram os resíduos eletrônicos e elétricos (e-waste) entre perigosos e não perigosos e determinaram que ambos estarão sujeitos ao procedimento de consentimento prévio informado (PIC) do CB, mas serão gerenciados de forma diferente. O PIC fornece aos países importadores informações sobre o potencial de perigo dos resíduos e, crucialmente, a necessidade de consentimento para que essas remessas sejam importadas. Essa decisão traz o fluxo de resíduos elétrico eletrônicos sob os mecanismos de controle do CB, como por exemplo a corresponsabilidade de manejo. Isso pode ajudar muito os países em desenvolvimento que acumulam montanhas de lixo eletrônico que representam riscos significativos para a saúde e o meio ambiente. O lixo eletrônico sempre foi assunto complexo, e os delegados estavam lutando para colocar esse amplo acordo no contexto de uma convenção negociada há mais de 30 anos para fluxos de resíduos mais diretos. As baterias de íon de lítio também foram destacada, são difíceis de reciclar e gerenciar com segurança como resíduos. Mas elas alimentam veículos elétricos e outras tecnologias cruciais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

- ***Produtos químicos isolados***

A Convenção de Estocolmo (CS) concordou em listar o ácido perfluorohexano sulfônico (PFHxS), seus sais e compostos relacionados ao PHFxS no Anexo A, sem isenções. para eliminar a produção e uso do ácido perfluorohexano sulfônico industrial (PFHxS), seus sais e compostos relacionados ao PHFxS. Este produto químico industrial é usado em uma variedade de aplicações, incluindo tecidos resistentes a manchas, embalagens de alimentos e espumas de combate a incêndio. Por esta decisão, a produção e o uso de PFHxS serão eliminados para proteger a saúde e o meio ambiente. O trabalho não termina aqui, pois o PFHxS está em

espumas de combate a incêndios em todo o mundo, exigindo uma transição global para alternativas seguras e representando um novo desafio de gestão de resíduos.

A convenção de Roterdã (RC) teve alguns dias difíceis, com bloqueios para listar todos os sete de seus produtos químicos na Convenção. Ao final, A Convenção de Roterdã (RC) concordou em listar dois produtos químicos em seu Anexo III, são eles o ácido perfluorooctanóico (PFOA), seus sais e compostos relacionados, e éter decabromodifenil (decaBDE). Ambos também estão listados na Convenção de Estocolmo, que concordou em eliminar sua produção e uso. Mas, por tempo limitado, existem alguns usos específicos permitidos. O que significa que o comércio desses produtos químicos precisará ter o consentimento prévio informado dos países importadores. Assim como a CB, a CR trata do consentimento prévio informado. No entanto, para cinco outros produtos químicos, um pequeno número de países argumentou que a listagem na CR constitui uma “proibição de fato”. Eles bloquearam a listagem desses produtos químicos, apesar do fato de a COP ter concordado que os critérios para listagem são atendidos.

- **DDT**

A CE está tentando substituir o uso do DDT que ainda é liberado para o controle de vetores de malária, mas encontrou resistência. A COP convidou as 18 partes atualmente incluídas no registro de finalidades aceitáveis para o DDT a reverem as suas necessidades em relação à utilização do DDT e a transmitirem uma notificação revista ajustada às necessidades atuais ou a retirarem-se do registro até 31 de dezembro de 2022. Também foi decidido iniciar um processo intersessional de consultas com as partes que estão no registro do DDT a partir de 1º de janeiro de 2023 sobre um possível plano de eliminação gradual, e solicita ao grupo de especialistas que informar à COP11 sobre as perspectivas de eliminação gradual do DDT para essas partes. A COP 11 vai avaliar a necessidade contínua de DDT para controle de vetores de doenças com base nas informações científicas, técnicas, ambientais e econômicas disponíveis, incluindo aquelas fornecidas pelo grupo de especialistas em DDT – a COP pede a colaboração da OMS nesse sentido. Foi solicitando ao Secretariado que ajude financeiramente e tecnicamente as partes para promover alternativas localmente seguras, eficazes e acessíveis para uma transição sustentável para longe do DDT. Também incentiva as partes que usam DDT a monitorarem a exposição entre trabalhadores de pulverização e as famílias receptoras para verificar se a implementação adequada de medidas de proteção tais como limites de exposição;

A próxima tripla COP será realizada nas Bahamas e contará com uma agenda de produtos químicos intensa para CS e um trabalho contínuo em plásticos e lixo eletrônico sob o CB (assim como vários outros resíduos, principalmente baterias). Nesse ínterim, muitos participantes esperam conversas sobre como avançar no CR e melhorar sua eficácia. Alguns observadores esperam ver novas ideias quando os países se reunirem para ajudar a proteger a saúde humana e o meio ambiente de produtos químicos e resíduos perigosos. Produtos químicos e resíduos perigosos podem permanecer no meio ambiente e nas pessoas, criando longos legados de poluição que afetam a saúde, a natureza, a vida selvagem e o clima. Os documentos decisórios pode ser encontrado [na página das COPs](#) e um resumo dos resultados está disponível [na página do International Institute for Sustainable Development](#) pelo Earth Negotiations Bulletin.

Conferência sobre Clima em Bonn: preparatória para a COP 27

A conferência do Clima em Bonn foi unificada com a 56ª sessões do Órgão Subsidiário para Implementação da UNFCCC (SBI) e Órgão Subsidiário para Aconselhamento Científico e

Tecnológico (SBSTA) – que não se reuniam presencialmente há 3 anos devido a pandemia. A reunião ocorreu em Bonn, Alemanha, de 6 a 16 junho de 2022, em preparação para a COP 27, prevista para novembro de 2022 no Egito.

A abertura da conferência de Bonn foi marcada por um debate acalorado sobre a proposta de inclusão de itens da agenda no programa de trabalho do GGA [Glasgow–Sharm el-Sheikh](#) e o Diálogo de Glasgow sobre perdas e danos na agenda de negociações. O consenso só pôde ser alcançado para incluir o primeiro. Os países em desenvolvimento ficaram frustrados depois de se unirem em torno de um novo mecanismo de financiamento para “perdas e danos” que acabou sendo deixado de fora da agenda, após a reação das nações ricas, principalmente dos EUA.

O mecanismo de financiamento de “perdas e danos” é falado há 30 anos, e atualmente sua importância vem emergindo diante das questões críticas relacionadas à adaptação climática que países em desenvolvimento vem enfrentando. “Perdas e danos” referem-se a como as mudanças climáticas já estão causando sérios impactos para as pessoas, desde mortes humanas até a perda de meios de subsistência e danos às casas. Perdas e danos podem ser causados por impactos climáticos imediatos, como eventos climáticos extremos mais intensos e frequentes, bem como eventos de início lento, como elevação do nível do mar e derretimento das geleiras.

Sob o processo climático da ONU, os países desenvolvidos, o G7 e o G20 concordaram em prometer fundos para ajudar os países em desenvolvimento a combater as emissões e a se adaptar às mudanças nas condições climáticas. No entanto, atualmente não há ajuda financeira disponível para lidar especificamente com perdas e danos, explica Harjeet Singh, consultor sênior e especialista em perdas e danos da Climate Action Network. Ele falou ao Carbon Brief: *“Este sistema, a UNFCCC, tem dinheiro se você quiser instalar painéis solares, tem dinheiro se você quiser reformar sua casa (claro que não o suficiente), mas não tem dinheiro quando as pessoas estão perdendo suas casas. É uma lacuna clara. Quando falamos de ação climática, também falamos de pessoas que estão sofrendo agora. Alguém que está se afogando, dizemos: ‘Não podemos ajudá-lo agora, mas se você sobreviver, podemos ajudá-lo a se preparar para um desastre futuro.’”*

A conferência de Bonn obteve progressos em algumas áreas. Os delegados concordaram com o trabalho intersessões sobre o Artigo 6, sobre mecanismos para estabelecimento dos mercados de carbono internacional, que—considerando o histórico de negociações sobre esta questão—foi uma surpresa bem-vinda. A maioria dos problemas, no entanto, foram deixados sem solução. Muitos países desenvolvidos ficaram especialmente desapontados ao ver uma série de itens sobre relatórios sob a Convenção levados adiante. Eles esperavam finalizar as discussões sobre o que em breve serão itens legados, eliminando-os assim da agenda para concentrar a atenção nos relatórios sob o Acordo de Paris.

Durante o evento, no dia 13 de Junho, a OMS organizou um *side event* sobre os efeitos das mudanças climáticas na saúde, o compromisso da OMS com o tema e os compromissos firmados com os países de criar sistemas de saúde resilientes e de carbono neutro. O evento pode ser visualizado [aqui](#).

Plano de ação em saúde na Cúpula das Américas

Na cúpula das Américas que ocorreu de 8 a 10 de Junho de 2022. O Plano de ação referente à saúde sobre as questões em torno do meio ambiente giraram em torno da pandemia, propondo mecanismos de abordagem *One Health* para prevenir, detectar

rapidamente e responder a surtos de doenças infecciosas, especialmente aqueles que resultam de ameaças à saúde entre humanos , animais, plantas e meio ambiente e transmissão vetorial, e reconhecendo a ameaça representada pela resistência antimicrobiana (AMR) à saúde humana, animal, vegetal e ambiental, segurança alimentar e segurança alimentar global, incentivar a integração de medidas para melhorar a conscientização e a compreensão AMR por meio de comunicação, educação e treinamento, e fortalecer a base de evidências e conhecimento por meio de vigilância e pesquisa. Também foi falado na necessidade de abordar dificuldades de adaptação climática no contexto pós-pandêmico.

Migrações, Refúgio e Saúde Global

Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martins, Júlia Moraes, Marina Sujkowski, Deisy de Freitas Lima Ventura

Relatório anual ACNUR: novos recordes

O número de pessoas forçadas a fugir de suas casas aumentou a cada ano na última década e está no nível mais alto desde o início dos registros, uma tendência que só pode ser revertida por um novo esforço conjunto em direção à pacificação, disse o ACNUR, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, no último dia 16 de Junho.¹ Neste dia, a instituição lançou seu relatório anual de Tendências Globais.

O relatório apresenta o trabalho realizado pelo ACNUR em 2021 para proteger e melhorar a qualidade de vida de uma imensa população vulnerável que abrange refugiados, retornados, deslocados internos, apátridas e outras. Ele destaca as conquistas do ano, bem como os desafios enfrentados pela organização e seus parceiros na tentativa de responder a múltiplas crises com risco de vida e necessidades humanitárias cada vez maiores.²

De acordo com o documento³, ao final de 2021 os deslocados por guerra, violência, perseguição e abusos dos direitos humanos totalizaram 89,3 milhões, um aumento de 8% em relação ao ano anterior e bem mais que o dobro de 10 anos atrás. Desde então, a invasão russa da Ucrânia, que causou a mais rápida e uma das maiores crises de deslocamento forçado desde a Segunda Guerra Mundial (13 milhões de deslocados, dos quais 7,7 milhões refugiados), e outras emergências, desde a África ao Afeganistão, empurraram o número para o marco dramático de 100 milhões, reportado em nosso último Informe.⁴

Enquanto isso, a escassez de alimentos, a inflação e a crise climática estão exigindo cada vez mais da resposta humanitária, enquanto as perspectivas de financiamento em muitas situações parecem ruins. A velocidade e o volume de deslocamento ainda superam a disponibilidade de soluções para os deslocados.⁵

Ainda de acordo com o relatório, o número de retornos de refugiados e deslocados internos voltou aos níveis anteriores à pandemia de COVID-19 em 2021, com o repatriamento voluntário subindo 71%. Embora o número estimado de apátridas tenha crescido ligeiramente em 2021, cerca de 81.200 adquiriram ou tiveram a cidadania confirmada.⁶

¹<https://www.unhcr.org/news/press/2022/6/62a9d2b04/unhcr-global-displacement-hits-record-capping-decade-long-rising-trend.html>

²<https://www.unhcr.org/news/press/2022/6/62a9d2b04/unhcr-global-displacement-hits-record-capping-decade-long-rising-trend.html>

³https://reporting.unhcr.org/publications#tab-lobal_report&_ga=2.70181520.1684205552.1655425977-973414188.1647222812

⁴<https://www.unhcr.org/news/press/2022/6/62a9d2b04/unhcr-global-displacement-hits-record-capping-decade-long-rising-trend.html>

⁵<https://www.unhcr.org/news/press/2022/6/62a9d2b04/unhcr-global-displacement-hits-record-capping-decade-long-rising-trend.html>

⁶<https://www.unhcr.org/news/press/2022/6/62a9d2b04/unhcr-global-displacement-hits-record-capping-decade-long-rising-trend.html>

OMS: Dia Mundial do Refugiado

Nesta semana, no dia 20 de junho, celebra-se o Dia Mundial do Refugiado de 2022. A data, comemorada desde 2001, homenageia o aniversário da Convenção sobre o Status de Refugiado, publicada em 1951⁷ e tem como objetivo dar luz à existência e à resistência de pessoas em situação de refúgio e deslocamento forçado, lembrando suas necessidades e mobilizando a vontade política para proteção desses grupos.

A Organização Mundial da Saúde reconhece a marca de mais de 100 milhões de pessoas forçadas a fugir de conflitos, violência, violações dos direitos humanos e perseguições, o maior número já registrado, como constatamos acima. Assim, o propósito dessa data é conscientizar o mundo sobre os desafios que pessoas refugiadas enfrentam em suas jornadas, reunindo esforços para o desenvolvimento de políticas que garantam o direito de todos de desfrutar da saúde e acessar serviços de qualidade que atendam suas necessidades, sejam apropriados a cada cultura e não tenham impedimentos financeiros⁸.

Ademais, o Diretor Regional da OMS para o leste do Mediterrâneo, Dr. Ahmed Al-Mandhari, destacou que a região é lar de 59% dos refugiados do mundo, ao mesmo tempo em que esses grupos continuam altamente vulnerabilizados e com pouco acesso à saúde. A título de exemplo, a região tem uma cobertura vacinal contra a COVID-19 de apenas 43% até o momento. É considerando esse cenário que o diretor regional também lembra o comprometimento da OMS com a estruturação de uma estratégia regional para saúde de migrantes e refugiados, de forma a incluir a pauta nas políticas nacionais de saúde, responder prontamente às necessidades dos refugiados em situações de emergência, melhorar os determinantes que afetam a saúde dessas populações, e fortalecer parcerias para promover a saúde desses grupos⁹.

OMS: Líderes humanitários da organização e da ONU pedem a renovação da autorização para assistência transfronteiriça no nordeste da Síria

Em menos de um mês, a resolução do Conselho de Segurança que permite que a ONU forneça ajuda humanitária ao nordeste da Síria por meio da fronteira com a Turquia irá expirar, podendo ser renovada pelos membros do órgão. Isso significaria um impacto direto na vida de mais de 4 milhões de pessoas vivendo em situação de risco na Síria, principalmente aquelas refugiadas que dependem de assistência humanitária para sobreviver. Mais de 3,2 milhões de pessoas vivem com insegurança alimentar e precisam de apoio à alimentação.

No último ano, a ONU e seus parceiros entregaram serviços assistenciais que apoiaram a proteção de mais de dois milhões de pessoas por mês, enviando comboios de áreas controladas pelo governo sírio para o nordeste do país com recursos para a saúde para mais de 40 mil pessoas através de itens para alimentação. Para garantir que essas entregas continuem acontecendo e alcancem um ainda maior número de pessoas, os líderes humanitários da ONU e da OMS solicitam que o Conselho de Segurança renove a resolução que garante a autorização

⁷<https://www.unhcr.org/world-refugee-day.html#:~:text=When%20did%20World%20Refugee%20Day,to%20the%20Status%20of%20Refugees.>

⁸ <https://www.who.int/news-room/events/detail/2022/06/20/default-calendar/world-refugee-day>

⁹ <http://www.emro.who.int/media/news/world-refugee-day-everyone-has-the-right-to-seek-safety.html>

desses trabalhos, evitando consequências humanitárias graves sobre a população local e pessoas buscando refúgio na região¹⁰.

Cúpula das Américas: Declaração de Los Angeles sobre Migração e Proteção

Na última semana, durante a 9ª Cúpula das Américas que reuniu as lideranças dos países do continente americano na cidade de Los Angeles (EUA), foi assinada a Declaração de Los Angeles sobre Migração e Proteção¹¹, que reitera os esforços nacionais, regionais e globais desses Estados para garantir que a migração seja segura, ordenada e humanizada.

Na Declaração, os Estados signatários ressaltam seu compromisso com a proteção da segurança e dignidade dos migrantes, refugiados e expatriados, independentemente de seu status migratório e respeitando seus direitos e liberdades fundamentais. Além disso, reconhecem que a imigração irregular deve ser objeto de uma abordagem regional sob um espírito de cooperação e solidariedade.

A Declaração se desdobra em quatro pontos fundamentais. O primeiro versa a respeito da promoção de estabilidade e assistência para comunidades de origem, trânsito e retorno; o segundo, sobre a promoção de caminhos regulares para a migração e promoção internacional; o terceiro destaca a promoção da gestão humana/humanizada da migração; e o último para promoção de respostas coordenadas a emergências.

Por fim, a Declaração propõe uma abordagem para a migração irregular, como a revisão de instrumentos de apoio financeiro para países receptores de migrantes, melhoria dos mecanismos de cooperação regionais baseados no direito internacional em acordo com as leis domésticas, o fortalecimento e expansão de oportunidades temporárias de trabalho para pessoas migrantes, o aprimoramento do acesso a serviços públicos e privados e a expansão de possibilidades de regularização de forma a incluir opções de reunificação familiar quando possível.¹²

Os Estados Unidos, em particular, se comprometeram com a admissão de 20 mil refugiados da América Latina nos próximos dois anos e a emissão de vistos temporários de trabalho em 11,5 mil para a América Central e o Haiti. Esses números ainda representam uma pequena fração dos migrantes que tentam atravessar a fronteira a partir do México, um fluxo que deve alcançar um milhão de pessoas este ano. A administração Biden ainda preserva medidas mais duras de contenção da migração do governo Trump, incluindo a restrição de entrada por questões de saúde pública baseada na pandemia de COVID-19, o chamado *Título 42*. Essa política instruiu que as autoridades de fronteira dos EUA impedissem a entrada de requerentes de asilo e outros imigrantes sem documentos. A expulsão é efetuada sem que os migrantes tenham acesso ao processo de triagem de refúgio exigido por lei. O Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) planejava retirar a restrição no fim de maio, mas foi impedido pela decisão de um juiz federal¹³. O *Título 42* levou à expulsão de mais de 17.700 pessoas dos Estados Unidos de janeiro de 2021 a abril de 2022, de acordo com as informações mais recentes da Alfândega e Proteção de Fronteiras.

¹⁰ <https://www.who.int/news/item/16-06-2022-un-humanitarian-leaders-call-for-the-renewal-of-cross-border-aid-authorization-to-northwest-syria>

¹¹ <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/06/10/los-angeles-declaration-on-migration-and-protection/>

¹² <https://www.nytimes.com/2022/06/10/us/politics/biden-latin-america-migration-deal.html>

¹³ <https://www.nytimes.com/2022/05/20/us/title-42-border-migrants-court.html>

A demonstração de unidade na Cúpula das Américas em torno do tema das migrações foi enfraquecida pela ausência do México e dos três países da América Central, de onde parte um volume importante dos migrantes que rumam aos EUA (El Salvador, Guatemala e Honduras). Apesar da ausência de seus chefes de Estado, os quatro países assinaram a Declaração. O ACNUR se mostrou satisfeito pela adoção da declaração na IX Cúpula das Américas. A agência parabenizou especialmente o compromisso desses países em melhorar os seus sistemas de proteção, garantindo que nenhum imigrante ou refugiado seja mandado de volta ao país de onde ele veio, principalmente quando se trata de uma região onde a pessoa enfrenta perseguição ou violações de direitos humanos.

A situação dos haitianos na fronteira México-Estados Unidos

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Escritório do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos da ONU (OHCHR) fizeram um pedido aos países receptores de migrantes e refugiados haitianos, para que eles não os expulsassem sem uma análise coerente principalmente de suas condições individuais de proteção. Esse pedido foi feito no final de 2021, para tentar aumentar a proteção dos direitos humanos essenciais dos haitianos que acabam se deslocando dentre os demais países, oferecendo formas de permanência legal com acesso mais seguro às vias regulares de migração.

O Haiti enfrenta problemas crônicos de pobreza e insegurança. Cerca de 24% de sua população vive abaixo da linha de extrema pobreza com aproximadamente US\$1,23 por dia. Por volta de 46% da população enfrenta questões de insegurança alimentar grave: 1,2 milhão de pessoas estão em níveis de emergência e 3,2 milhões de pessoas em níveis de crise.¹⁴ O complexo cenário no âmbito social, econômico, humanitário e político, além das diversas catástrofes naturais que atingiram o país nos últimos anos, como os terremotos de 2010 e 2021, precipitaram deslocamentos internos e externos contínuos em toda a região das Américas.¹⁵

Em Tijuana, na fronteira entre México e EUA, migrantes haitianos sofrem os efeitos das políticas de fronteira dos EUA e do racismo estrutural presente no México. A *Haitian Bridge Alliance*, uma organização sem fins lucrativos com escritórios em San Diego e Tijuana, ajudou a custear 12 funerais desde dezembro de 2021. Segundo a organização, essas mortes resultam normalmente de ataques violentos durante algum assalto ou rejeição por parte dos hospitais e clínicas quando os haitianos chegam aos serviços de saúde procurando atendimento médico. Em diversos momentos, ocorre uma junção desses dois fatores.

Além da situação perigosa na região da fronteira México-EUA, o ACNUR expressou sua preocupação com o aumento de indivíduos, em especial haitianos, que recorrem a viagens perigosas no Mar do Caribe, muitas delas em barcos sobrecarregados e sem condições de navegação.¹⁶ A tendência de travessias perigosas da região do Caribe ficou em evidência recentemente quando um navio que transportava mais de 800 haitianos chegou à Cuba depois de ter sido abandonado por seu capitão e deixado à deriva no mar, tentando chegar aos Estados Unidos. Em maio, a Guarda Costeira dos EUA informou que interditou quase 3.900 cidadãos

¹⁴<https://www.acnur.org/portugues/2021/09/30/agencias-da-onu-pedem-medidas-de-protecao-e-abordagem-regional-abrangente-para-pessoas-haitianas-em-movimento/>

¹⁵<https://www.acnur.org/portugues/2021/09/30/agencias-da-onu-pedem-medidas-de-protecao-e-abordagem-regional-abrangente-para-pessoas-haitianas-em-movimento/>

¹⁶<https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/5/629090844/unhcr-urges-caribbean-governments-protect-refugees-amid-surge-risky-sea.html>

haitianos no ano de 2022, mais que o dobro do número registrado em 2012 (1.527 haitianos). Além disso, pelo menos 175 haitianos foram relatados como desaparecidos ou falecidos à Guarda Costeira dos EUA.¹⁷

Mortes crescentes no mar e perigos em terra em direção à Europa

Mais de 3.000 pessoas morreram ou desapareceram ao tentar cruzar o Mediterrâneo Central e Ocidental e o Atlântico no ano passado para a Europa, de acordo com o relatório divulgado no dia 29 de Abril pelo ACNUR¹⁸. O Alto Comissariado pede apoio urgente para prevenir mortes e proteger refugiados e pessoas que necessitam de asilo que estão embarcando em viagens perigosas por terra e mar.

Os dados divulgados pelo ACNUR¹⁹ são alarmantes: embora o número relatado de refugiados e migrantes que cruzam o Mediterrâneo para a Europa seja menor do que em 2015, quando houve um pico, as viagens estão se tornando mais fatais. Muitas pessoas fogem de conflitos, violência e perseguição; e os dados analisados indicam uma concentração de pessoas especificamente na rota do leste e do Chifre da África até o Mar Mediterrâneo Central.

A maioria das travessias marítimas ocorreu em barcos infláveis lotados, sem condições de navegação. Muitas embarcações viraram ou esvaziaram durante as viagens, levando à perda de vidas. A viagem marítima, por exemplo, dos estados costeiros da África Ocidental, como Senegal e Mauritânia, para as Ilhas Canárias é longa e perigosa e pode levar até 10 dias. Muitos barcos escaparam do curso e desapareceram sem deixar vestígios.²⁰

Além do número crescente de mortos no mar, o ACNUR continua preocupado com mortes e abusos ao longo das rotas terrestres, mais comumente dentro e através dos países de origem e trânsito, incluindo Eritreia, Somália, Djibuti, Etiópia, Sudão e Líbia, com os maiores números de incidentes relatados.²¹ Na lista de abusos relatados por pessoas que viajam por essas rotas estão execuções extrajudiciais, detenções ilegais e arbitrárias, violência sexual e de gênero, trabalho forçado, escravidão, casamento forçado e outras graves violações de direitos humanos.²²

Assim, requerendo mais ações para prevenir mortes e proteger refugiados e solicitantes de refúgio que estão embarcando nessas jornadas, o ACNUR divulgou uma estratégia atualizada de proteção e soluções e um apelo de financiamento no início de abril²³ (mencionado acima) que destaca a necessidade de maior assistência humanitária, apoio e soluções para pessoas que precisam de proteção internacional e sobreviventes de graves violações de direitos.

¹⁷<https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/5/629090844/unhcr-urges-caribbean-governments-protect-refugees-amid-surge-risky-sea.html>

¹⁸https://reporting.unhcr.org/document/2247#_ga=2.92594717.1684205552.1655425977-973414188.1647222812

¹⁹<https://storymaps.arcgis.com/stories/07502a24ce0646bb9703ce96630b15fa>

²⁰<https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/4/626ba1be4/un-refugee-agency-appeals-urgent-action-amid-soaring-deaths-sea.html>

²¹<https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/6/62a2f90a1a/unhcr-data-visualization-mediterranean-crossings-charts-rising-death-toll.html>

²²<https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/4/626ba1be4/un-refugee-agency-appeals-urgent-action-amid-soaring-deaths-sea.html>

²³https://reporting.unhcr.org/document/2247#_ga=2.92594717.1684205552.1655425977-973414188.1647222812

O ACNUR está pedindo intervenção jurídica aos estados das regiões, tanto na África, quanto na Europa. Os Estados devem garantir o acesso humanitário desimpedido para a prestação de serviços essenciais a pessoas em trânsito ou retidas no caminho, interceptadas no mar ou mantidas em centros de detenção, e determinar se elas têm necessidades de proteção internacional.²⁴

A Suprema Corte norte-americana dificulta ainda mais o desafio de políticas migratórias no judiciário

No dia 12 de junho, a Suprema Corte dos Estados Unidos tornou ainda mais difícil que migrantes desafiem políticas migratórias no judiciário e consigam alguma mudança efetiva em seus casos. A corte decidiu que qualquer desafio deve ser feito individualmente, não podendo ser impetrado por uma classe ou grupo de indivíduos.

Perdendo de 6 contra 3 votos, a Juíza Sonia Sotomayor argumentou o motivo de sua discordância com a resolução da corte. Segundo ela, vários “não-cidadãos” vulneráveis ficarão incapacitados de proteger seus direitos com essa nova decisão. Ademais, a juíza caracterizou as leis de imigração nacionais como um labirinto, ao evidenciá-las como uma dificuldade a mais para os migrantes.²⁵

Essa decisão afeta todos os imigrantes que possuem os Estados Unidos como direção ou residência, impactando vidas como as dos migrantes haitianos citados neste informe, e de muitas outras pessoas, como de mexicanos envolvidos no caso "Remain in Mexico"²⁶, que está ainda por ser decidido pela Corte. Além disso, a decisão é um passo na direção contrária do diálogo que Biden está tentando estabelecer com a América Latina através da Declaração de Los Angeles sobre Migração e Proteção.

A Cruz Vermelha alerta para as crises decorrentes do conflito na Ucrânia

Conforme destacado pelo Informe anterior, o conflito na Ucrânia possui imensos impactos em escala global, muitos deles relacionados ao aumento de preços de energia e de alimentos. Na última semana, contudo, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha publicou relatórios e notícias informando sobre esses efeitos nos países do norte da África e do Oriente Médio, além dos efeitos nos sistemas de saúde nacionais e dos países vizinhos. Publicou-se também um panorama geral da atuação da Cruz Vermelha nos últimos 4 meses.

Em primeiro lugar, apontou-se como o conflito na Ucrânia vem sendo um multiplicador de risco para as crises já existentes²⁷, principalmente na região do Norte da África e Oriente Médio²⁸. Conforme o documento, existem atualmente na região 56 milhões de pessoas necessitando de alimentos, número que pode aumentar em até 25% com a alta dos preços na região. 85% do trigo da região provém da Ucrânia e da Rússia, o que explica o aumento de até 100% dos preços de alimentos básicos em países como o Líbano. O documento discorre também sobre o aumento dos preços de energia, que na região varia de 25% a 75%. No tema de

²⁴ <https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/4/626ba1be4/un-refugee-agency-appeals-urgent-action-amid-soaring-deaths-sea.html>

²⁵ <https://www.cnn.com/2022/06/13/politics/immigration-policies-supreme-court/index.html>

²⁶ <https://www.hrw.org/news/2022/02/07/remain-mexico-overview-and-resources>

²⁷ <https://www.ifrc.org/document/impact-ukraine-conflict-crisis-multiplier-middle-east-and-north-africa>

²⁸ <https://www.ifrc.org/press-release/ukraine-conflict-intensifies-existing-humanitarian-crisis-mena-region-warns-ifrc>

migrações, a expectativa é de que a situação dos migrantes e refugiados piore em países como Lîmen, Líbano, Irã, Jordânia e Tunísia, ou piore consideravelmente, como na Argélia e no Egito. O texto aponta também que muitos estudantes árabes que moravam na Ucrânia tiveram de retornar aos seus países de origem, sofrendo racismo e pouca assistência em comparação com refugiados ucranianos.

A Cruz Vermelha salienta também os efeitos do conflito nos sistemas de saúde da Ucrânia e países vizinhos, que receberam um alto número de migrantes.²⁹ Mais de 290 instalações de saúde foram destruídas no país desde o início do conflito, segundo a OMS. Além disso, mais de 1,4 milhão de pessoas estão sem água corrente e 4,6 milhões de pessoas estão com risco de perder o seu acesso à água. A falta de eletricidade dificulta os esforços sanitários e de tratamento de água. Essa situação aumenta o risco de doenças relacionadas à transmissão hídrica, como diarreia. Ademais, os sistemas de saúde de países como Romênia, Bielorrússia, Hungria e Moldávia já estavam sobrecarregados antes do conflito devido à pandemia de COVID-19. O delegado da Cruz Vermelha Nick Prince afirma que “a falta de suprimentos médicos, de enfermeiros e de infraestrutura cresce diariamente”, e “os milhões que migraram [...] possuem um elevado risco de doenças contagiosas devido à exposição a muitas pessoas, estresse nutricional, e acesso limitado a abrigo”.

Por fim, a organização publicou um relatório com um panorama de sua atuação no conflito, desde o seu início em fevereiro até o mês de maio.³⁰ O documento traz em detalhes números importantíssimos para o reconhecimento da extensão das atividades da Cruz Vermelha, delimitando quantas pessoas foram assistidas em matéria de saúde mental ou com necessidades básicas em cada país limítrofe, por exemplo. Ainda conforme o documento, 3,6 milhões de pessoas foram ajudadas recebendo assistência básica, e quase 115 mil voluntários estão envolvidos.

²⁹<https://www.ifrc.org/press-release/preventing-second-crisis-health-needs-extend-beyond-ukraines-borders-warns-ifrc>

³⁰<https://www.ifrc.org/document/movement-picture-ukraine-and-impacted-countries-crisis-february-may-2022>

Proposta do PNUD de prevenção de riscos na estratégia de desenvolvimento: redução de riscos, resiliência, e desenvolvimento informado pelos riscos

Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa

A nova abordagem do PNUD sobre desenvolvimento informado pelos riscos (*risk-informed development - RID*) tem recebido progressivamente maior espaço nos últimos relatórios mais conjunturais da agência, em uma aparente tentativa de solidificar essa especialização em seu raio de ação internacional. O relatório “The UNDP Approach to Risk-Informed Development”³¹, publicado em junho, é uma primeira tentativa de sistematização de seus últimos esforços neste caminho.

Tal abordagem possui conexão direta com a Solução Assinatura do PNUD denominada “Resiliência” durante o Plano Estratégico de 2018-2021, e busca superar os admitidos erros e lacunas encontrados durante este período de implementação. Na época, o objetivo explícito da assinatura era a prevenção de crises e construção de resiliência, com foco não apenas na mitigação do impacto das crises no desenvolvimento, mas também nos esforços para conter os fatores de risco enraizados nos próprios processos de desenvolvimento³². Neste sentido, o tema da resiliência seria o ponto de partida para o desenvolvimento da nova conceituação de desenvolvimento informado pelos riscos, chamada atualmente pelo acrônimo RID.

Porém, a origem da integração da consideração do risco ao desenvolvimento é ainda mais antiga. Ela tem início no campo da redução do risco de desastres, como a Resolução de 1989 sobre a Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais, a Estratégia e Plano de Ação de Yokohama (1994) e a Estrutura de Hyogo para Ação: Construindo a Resiliência das Nações e Comunidades aos Desastres. Já nesta década foram feitas promessas políticas de “integrar considerações de risco de desastres de forma mais eficaz com políticas de desenvolvimento sustentável, planejamento e programação em todos os níveis, preparação e redução de vulnerabilidade”. No entanto, a integração da redução do risco de desastres na política e nos instrumentos legais permaneceu na maioria dos países em um estágio inicial até o final da década. E mesmo onde tal integração ocorreu, o progresso na sua implementação foi limitado.

Apesar de ter se originado no campo da redução de riscos de desastres, o conceito foi expandido nos últimos anos para abranger os riscos relacionados às mudanças climáticas e agora exige a integração de um espectro ainda mais amplo de riscos ligados à saúde, conflito, meio ambiente, choques econômicos, direitos humanos e fatores relacionados, como migração, governança e desigualdade.

Durante os anos recentes de implementação do Plano Estratégico de 2018-2021, foi observado que na prática o paradigma do risco informado permaneceu em grande parte como esforços isolados das práticas dedicadas de gestão de risco do PNUD, como adaptação às mudanças climáticas, redução do risco de desastres, prevenção de conflitos, saúde, gestão ambiental, etc.

Após avaliações internas, a construção do novo Plano Estratégico do PNUD de 2022-2025 surge como nova oportunidade para dar um passo à frente da noção prévia de resiliência para garantir que o desenvolvimento informado pelos riscos possa permear a prática de

³¹ [The UNDP Approach to Risk-Informed Development | United Nations Development Programme](#)

³² [UNDP Strategic Plan, 2018-2021](#)

desenvolvimento dos países. A nova direção escolhida foi de explicitar e destacar o paradigma do risco informado no plano central de sua estratégia, retirando-o do plano de fundo de seu papel enquanto um instrumento para a construção de resiliências. Em outras palavras, o conceito latente na antiga estratégia passa a receber uma maior independência conceitual na nova.

Ainda que o termo tenha sido utilizado previamente em outros contextos, a abordagem RID apresentada neste relatório foi desenvolvida pela Equipe de Redução e Recuperação de Riscos de Desastres para Construção de Resiliência, do Birô de Crise³³ do PNUD, em um amplo processo de consulta com os principais membros da Rede de Políticas Globais do PNUD (GPN) trabalhando em níveis global e regional, bem como como Escritórios Nacionais do PNUD, Centros Regionais e parceiros ao longo de 2021.

Neste sentido, o presente relatório apresenta a abordagem do PNUD para o desenvolvimento informado pelos riscos enquanto um esforço corporativo alinhado com o seu Plano Estratégico 2022-2025 para articular o objetivo de tornar o RID um dos aceleradores do desenvolvimento sustentável. Afirma-se ainda que a prática do RID também deverá estar conectada aos princípios da Agenda 2030, para garantir que aqueles que são deixados para trás participem e beneficiem do progresso do desenvolvimento. Adicionalmente, o relatório fornece orientações para a formação de parcerias internas e externas para proteger o futuro do desenvolvimento à prova de riscos e para impulsionar novas oportunidades de mobilização de recursos para esta linha de trabalho para o PNUD.

O relatório apresenta o aumento da frequência e da magnitude do impacto das crises recentes como justificativa para o investimento no desenvolvimento informado pelos riscos. Argumenta-se que a paz global se deteriorou em 2020 pelo quarto ano consecutivo. Outro enfoque é no aumento dos impactos dos desastres naturais nas populações e na ampliação das desigualdades nos últimos anos. Destaca-se ainda o fato que as perdas econômicas diretas de desastres aumentaram 68% entre os dois períodos de 20 anos de 1978-1997 e 1998-2017.

Há a defesa que, enquanto o risco sistêmico sempre existiu, suas expressões locais e nacionais são agora mais frequentes e graves e complementadas por manifestações em escala global. Os riscos associados a desastres naturais geralmente coincidem com epidemias, conflitos ou choques econômicos que podem interagir e se manifestar como crises com efeitos em cascata em todos os setores.

Nesta abordagem, o risco passa a ser entendido como multidimensional e sistêmico, com altos níveis de interdependência, não linearidade, retroalimentação e incerteza. Por consequência, é implicado que a redução de riscos e a construção de resiliência necessitam considerar ameaças múltiplas e cruzadas. O RID abrange a noção de risco a partir da perspectiva

³³ Enquanto algumas agências da ONU, como a UNICEF, possuem grandes centros de estudos e pesquisa para mobilizar sua influência na produção de conhecimento em alguns temas, o PNUD apresenta uma outra forma de organização para a maior parte de sua produção conceitual. Apesar de possuir um centro de pobreza em Genebra, e parcerias com centros em universidades, a maioria dos conhecimentos e guias do PNUD são produzidos por meio do seu Birô de Crise. Este Birô, além de incluir a sua equipe fixa, utilizasse de uma lista de até 200 especialistas que são mobilizados enquanto consultores. A vantagem desse modelo é que, além dos atores mobilizados possuírem pesquisas e experiências diversificadas na área, todos na lista são pré-qualificados, excluindo a morosidade habitual de um processo de contratação e permitindo uma rápida mobilização.

da desigualdade social, incluindo gênero e outros fatores da interseccionalidade a serem considerados de acordo com o princípio de não deixar ninguém para trás.

Parte de sua justificativa advém das lições que eles afirmam terem sido explicitadas a partir da pandemia do COVID-19, que expôs que a crise é uma expressão dos riscos subjacentes e da vulnerabilidade diferencial ligada à pobreza, desigualdade e falta de acesso a serviços. O relatório defende que estes elementos, por sua vez, são resultados de caminhos de desenvolvimento insustentáveis. No que concerne os novos contextos dos países após as consequências da COVID-19, o RID prega promover políticas públicas de recuperação que transformem as vias de desenvolvimento dominantes que moldaram os riscos sistêmicos e os impactos da pandemia em primeiro lugar, incluindo a redução das desigualdades socioeconômicas.

Ao mesmo tempo, o relatório reitera que o próprio processo de desenvolvimento pode ser um grande fator de risco. Ele defende que a relação entre risco e desenvolvimento funciona em ambos os sentidos e constitui a razão central para integrar a redução de risco na política de desenvolvimento, planejamento e orçamento. Decisões sobre trajetórias de desenvolvimento e investimentos podem contribuir para a criação de risco. Deste modo, o desenvolvimento elaborado a partir de informações sobre riscos requer a transformação interna da agenda de desenvolvimento e precisa ser liderada pelos atores do desenvolvimento. Sua defesa é que o novo paradigma de desenvolvimento precisa ser capaz de abordar tanto os “riscos para” quanto os “riscos do” desenvolvimento.

Além disso, a abordagem procura articular as formas como a Rede de Políticas Globais do PNUD pode apoiar os Escritórios Nacionais do PNUD e os países participantes do programa, buscando unir ferramentas tanto existentes quanto aquelas inovadoras. A Rede de Políticas Globais pretende possuir um papel importante na liderança do PNUD para gerenciar e mitigar riscos multidimensionais para caminhos de desenvolvimento sustentável e pacífico, abordando fatores subjacentes ou estruturais que criam riscos e investindo em capacidades de governança de risco por meio de abordagens aplicáveis em toda a gama de resultados de desenvolvimento.

Saúde mental em perspectiva mundial e as situações de violência sexual, de crianças com deficiência e do trabalho infantil no contexto de guerras e crises econômicas

*Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes
Karinne Marieta Carvalho*

Organização Mundial da Saúde (OMS) - Relatório Mundial de Saúde Mental: transformando a saúde mental para todos

A saúde mental é extremamente importante para todos, em todos os lugares. Em todo o mundo, as necessidades de saúde mental são altas, mas as respostas são insuficientes e inadequadas. A prevalência de diferentes transtornos mentais varia com o sexo e idade e cerca de uma em cada oito pessoas no mundo vive com algum transtorno mental.



Em homens e mulheres, os transtornos de ansiedade e os transtornos depressivos são os mais comuns. O suicídio afeta as pessoas e suas famílias, desde todos os países e contextos, e em todas as idades. Estima-se que pode haver 20 tentativas de suicídio para cada morte, e o suicídio é responsável por uma em cada 100 mortes, sendo a principal causa de morte entre os jovens. A esquizofrenia, que representa aproximadamente 1 caso em cada 200 adultos, é uma preocupação primordial, uma vez que, em seu estado agudo, é a mais prejudicial de todas as condições de saúde. Pessoas com esquizofrenia ou outras condições de saúde mental morrem em média 10 a 20 anos antes da população em geral, muitas vezes de doenças físicas evitáveis.

Em geral, as consequências econômicas das condições de saúde mental são enormes. Perdas de produtividade e outros custos indiretos para a sociedade muitas vezes superam em muito os custos dos cuidados de saúde. Economicamente, a esquizofrenia é a doença mental mais cara desordem por pessoa para a sociedade. Depressão e transtornos de ansiedade são muito menos dispendiosos por pessoa, embora sejam mais prevalentes, e assim contribuem em grande parte para os custos nacionais globais.

Outra questão apontada é que os cuidados em saúde mental, além de caros, são serviços severamente mal prestados para seus usuários. Os sistemas de saúde mental em todo o mundo estão marcados por grandes lacunas e desequilíbrios em pesquisa, governança, recursos e serviços. Outras condições de saúde são frequentemente priorizadas sobre a saúde mental e, dentro do orçamento de saúde, a saúde mental é continuamente subfinanciada. Em média, os países dedicam menos de 2% de seus orçamentos para a saúde mental e mais de 70% dos gastos com saúde mental vão para os hospitais psiquiátricos.

Cerca de metade da população mundial vive em países onde há apenas um psiquiatra para servir 200 000 ou mais pessoas. E a disponibilidade de psicotrópicos essenciais a preços acessíveis é limitado, especialmente em países menos desenvolvidos, o que significa que a maioria das pessoas com diagnóstico, fica sem tratamento.

Vários fatores impedem as pessoas de procurar ajuda para condições de saúde mental, incluindo a má qualidade de serviços, baixos níveis de literacia em saúde, estigma e

discriminação. Em muitos locais, não existem serviços oficiais de saúde mental e, mesmo quando estão disponíveis, muitas vezes são inacessíveis.

O relatório aponta que existem três razões principais para se investir em saúde mental: saúde pública, direitos humanos e desenvolvimento socioeconômico. A transformação começa com a construção de bases para o bom funcionamento dos sistemas e serviços de saúde mental, permitindo reorganização e ampliação de serviços. As áreas-chave para atuação incluem: governança e liderança; financiamento; conscientização pública; e competências para o cuidado em saúde mental.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#) e para acessar o sumário executivo, [clique aqui](#).

UN Women - Relatório de Recursos Regulares 2021

O relatório de Recursos Regulares da ONU Mulheres 2021 aponta que a organização recebeu US\$165 milhões em contribuições de doadores no período. Ele aponta algumas conquistas e abordagens feitas nesse período pela organização para acelerar mudanças na defesa de meninas e mulheres, e como o financiamento de doadores regulares foi a base para a proposição do novo Plano Estratégico (2022–2025).

Em 2021 os maiores doadores foram: Finlândia (US\$18 milhões), Suíça (US\$17,4 milhões), Alemanha (US\$16,7 milhões), Estados Unidos (US\$14,9 milhões), Suécia (US\$12,6 milhões), Dinamarca (US\$12,3 milhões) e Noruega (US\$11,9 milhões). Apesar do Reino Unido ser o maior doador regular dos últimos 10 anos, sua contribuição em 2021 correspondeu à metade das doações de 2020 (US\$6,8 milhões e US\$15,9 milhões, respectivamente).

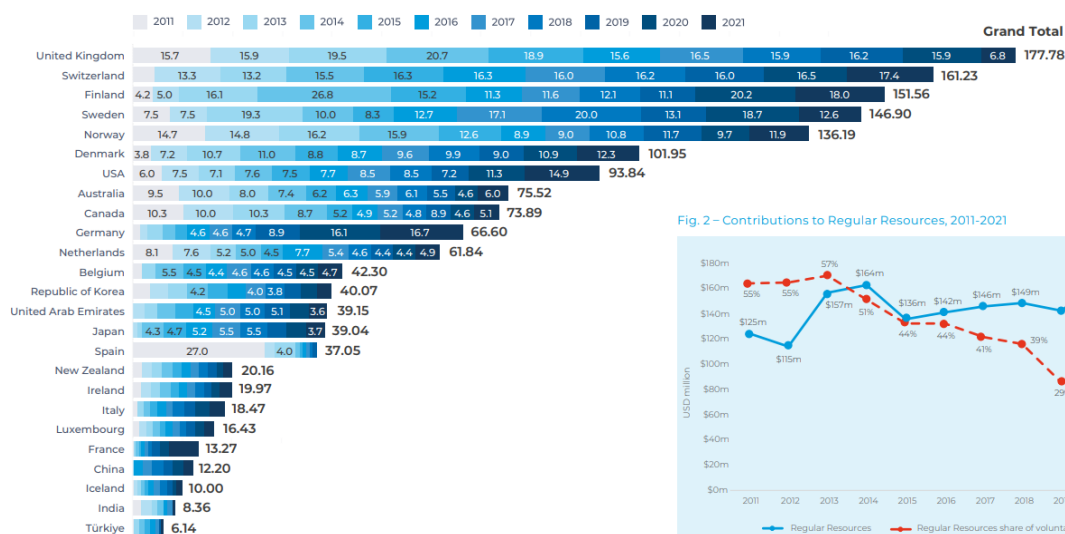
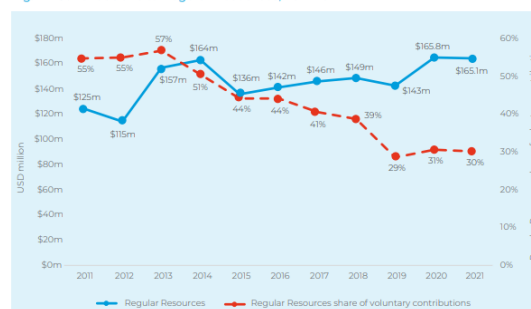


Fig. 1a - Top 25 Regular Resources Partners, 2011-2021 (in USD millions)

Fig. 2 - Contributions to Regular Resources, 2011-2021



O relatório apresenta também os investimentos realizados pela organização no combate à Covid-19, globalmente e regionalmente.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

Fig. 3 - 2021 Expenditures on COVID-19 from Regular Resources in USD



UNFPA - Reunião Executiva

Em 2021, apesar dos desafios contínuos da pandemia de Covid-19, com sérias interrupções nas cadeias de suprimentos e serviços de planejamento familiar, sistemas de saúde sobrecarregados e uma onda crescente de violência baseada em gênero, a UNFPA registrou seu melhor desempenho dos últimos quatro anos.

As operações humanitárias da organização alcançaram mais de 29 milhões de mulheres com informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva, apoiaram 1,5 milhão de partos seguros e ajudaram sobreviventes de violência de gênero.

CONTRACEPTION PROVIDED BY UNFPA WORLDWIDE:			
MALE CONDOMS	744,371,136	FEMALE CONDOMS	7,930,300
ORAL CONTRACEPTIVES (MONTHLY CYCLES OF THE PILL)	64,614,408	DOSES OF INJECTABLE CONTRACEPTIVES	36,734,143
CONTRACEPTIVE IMPLANTS	6,365,089	INTRAUTERINE DEVICES (IUD)	1,146,666
EMERGENCY CONTRACEPTIVES	1,883,900	TUBES OF PERSONAL LUBRICANTS	175,414,935

Serviços de telessaúde, suporte psicossocial online e por telefone e digital foram integrados a muitos programas e operações, permitindo alcançar mais pessoas, em ambientes mais exigentes, do que nunca. Destacou-se:

- África - colaboração e o apoio à organizações comunitárias, lideradas por mulheres e feministas, com programas como prevenção de mutilação genital feminina, defesa da idade mínima de consentimento em leis de casamento e treinamento de agências governamentais para a coleta de dados;
- América Latina e no Caribe - concentrou-se em esforços nacionais, regionais e internacionais para defender os direitos das pessoas excluídas, por meio de estratégias para alcançar e capacitar grupos marginalizados;
- Europa Oriental e na Ásia Central - incluiu responder aos desafios demográficos, culminando no lançamento da Década da Resiliência Demográfica, com ações pautadas em evidências e direitos humanos;
- Estados Árabes - foco na advocacia pública e na prestação de serviços, junto com o lançamento de uma ferramenta para acompanhar e medir o progresso da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos;
- Ásia e Pacífico - serviços que salvam vidas para mulheres e meninas e defesa de políticas populacionais incorporadas aos direitos humanos.

Também houve progresso para alcançar os três resultados transformadores da UNFPA:

- 1) Acabar com as mortes maternas evitáveis: entre 2000 e 2017, houve redução de 35% na mortalidade materna. Novas estimativas globais ainda não estão disponíveis para mostrar o progresso feito em 2017-2021. Ainda assim, há indicações de que o aumento dos investimentos em saúde materna e fortalecimento do sistema de saúde está tendo um impacto – incluindo o número crescente de parteiras treinadas de acordo com os padrões internacionais.

Tragicamente, mesmo antes da pandemia de COVID-19, o progresso se mostrou muito lento para atingir a meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de reduzir a mortalidade materna, e há evidências de que a pandemia afetou negativamente esses esforços.

- 2) Acabar com a necessidade não atendida de planejamento familiar: diminuiu entre 2018-2021, e a taxa de declínio foi ligeiramente maior em algumas regiões em comparação com o período de quatro anos anterior. Globalmente, 49% das mulheres (ou seus parceiros) estavam usando pelo menos um método de contracepção, representando uma conquista de 77% da meta do plano estratégico. E até 2021, 77% das mulheres em idade reprodutiva estavam atendendo suas necessidades de planejamento familiar com métodos modernos, representando uma conquista de 93% da meta do plano estratégico. Ainda assim, a taxa de redução não é suficiente para acabar com a necessidade não atendida de planejamento familiar até 2030.

Globalmente, a proporção de mulheres em idade reprodutiva que têm necessidades não atendidas de planejamento familiar permaneceu em torno de 9% nas últimas duas décadas. Os dados mais recentes mostram que quase metade de todas as gestações em todo o mundo não são intencionais e muitas resultam em abortos inseguros; isso contribui para o elevado número de mortes maternas.

- 3) Acabar com a violência de gênero e práticas nocivas: os dados sobre a prevalência global da violência baseada em gênero permanecem escassos, e as interrupções relacionadas à pandemia dificultaram a coleta de dados confiáveis nos últimos quatro anos. Dados de 2000 a 2018 indicam que cerca de 736 milhões de mulheres (quase 1 em cada 3), foram submetidas a violência por parceiro íntimo, violência sexual não-parceira ou ambas pelo menos uma vez durante a vida.

Durante a pandemia, outras tecnologias como, ligações para linhas de ajuda e resultados de pesquisa on-line, apontam para o aumento da chamada pandemia sombria de violência baseada em gênero durante os bloqueios da COVID-19. Apesar desses fatos, há sinais promissores de que atitudes e normas estão mudando em todo o mundo. Os compromissos globais na Cúpula de Nairóbi sobre CIPD em 2019 e no fórum Geração Igualdade em 2021 mostraram forte convicção internacional de que o progresso para a humanidade não pode ser alcançado sem a segurança e a participação de mulheres e meninas.

Desde 2000, a prevalência da mutilação genital feminina diminuiu 25%, com uma taxa de redução mais rápida observada entre 2015 e 2020 em comparação com o período de 2010 a 2015. Além disso, os dados mostram que 25 milhões de casamentos infantis foram evitados na última década, graças ao progresso acelerado na eliminação da prática. Ainda assim, o ritmo de declínio tem sido desigual nas regiões e continua insuficiente para cumprir a meta de 2030.

Para acessar a página do Relatório Anual 2021, [clique aqui](#).

19 de Junho – Dia Internacional para a Eliminação da Violência Sexual em Conflitos

Uma resolução da Assembleia Geral de 2015 proclamou dia 19 de junho como um dia para condenar e pedir o fim da violência sexual relacionada à conflitos, incluindo estupro, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada e esterilização forçada e para homenagear vítimas, sobreviventes e aquelas que lutam para acabar esses crimes.

O relatório [Violência Sexual Relacionada à Conflitos](#), do secretário geral das Nações Unidas, aponta que 97% dos incidentes têm como alvo mulheres e meninas e descreveu o risco aumentado que migrantes, refugiadas e deslocadas enfrentam. O documento ressalta que os fatores que contribuem para a violência sexual são os ataques contínuos contra mulheres e meninas envolvidas em atividades de subsistência, dificuldades econômicas e políticas, instabilidade e desigualdade de gênero.

A violência sexual relacionada a conflitos cobra um preço indescritível a um sobrevivente, que provavelmente é um civil e não um combatente. Faltam esforços nos serviços de prevenção, proteção e tratamento. Uma cultura de impunidade envolve este flagelo: os perpetradores permanecem livres, enquanto as sobreviventes ficam com cicatrizes físicas e emocionais duradouras, roubadas não apenas de saúde, dignidade e paz, mas também de justiça. A violência sexual também impede a participação das mulheres na vida social, política e econômica. Os custos do conflito são grandes; os custos do conflito pagos em grande parte por mulheres e meninas são incalculáveis.

Para ler a nota completa, [clique aqui](#).

UNICEF - Trabalho infantil e conduta empresarial responsável: uma nota de orientação para ação

O ano de 2021, chamado Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, apresentou um importante momento. Diversos atores de todo o mundo comprometeram-se a intensificar os esforços para eliminar o trabalho infantil até 2025, uma das metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ainda assim, restam 160 milhões de crianças em trabalho infantil em todo o mundo. Isso corresponde a 1 em cada 10 crianças menores de 18 anos, sendo que 72% trabalha com a própria família e 70% em atividades ligadas à agricultura.

O aumento da pobreza infantil devido à crise do COVID-19, pode retroceder o progresso feito até aqui. Sem medidas de proteção social, mais 8,9 milhões de crianças podem ser levadas para o trabalho infantil como consequência.

O relatório fornece orientação para empresas, formuladores de políticas e outras partes interessadas no cumprimento da Meta 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sobre a erradicação do trabalho infantil até 2025. Ele resume a literatura existente, enfatizando práticas comerciais responsáveis que abordam as causas básicas e as privações mais amplas dos direitos das crianças. O relatório descreve como o setor privado pode responder ao trabalho infantil de forma mais eficaz e sustentável, incluindo análises de políticas e práticas de negócios em três setores principais: cobalto, cacau e algodão.

Com base nessa análise, o relatório oferece orientação sobre como fundamentar as estratégias de trabalho infantil em abordagens baseadas nos direitos da criança, com foco na prevenção e integração nas principais práticas e estratégias de negócios. Também explora a

legislação obrigatória que garante os direitos humanos das crianças e os critérios que estas leis devem incluir para protegê-las efetivamente dos impactos adversos nos negócios, incluindo trabalho infantil.

Para acessar a nota completa, [clique aqui](#).

24 de Junho - Dia Internacional da Mulher na Diplomacia

Reafirmando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, onde o gênero, a igualdade e o empoderamento de todas as mulheres e meninas dão contribuição crucial para o progresso em todos os Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o dia 24 de junho de cada ano o Dia Internacional da Mulher em Diplomacia.

O documento ainda reconhece as importantes contribuições que as mulheres dão à diplomacia, afirma que há sub-representação das mulheres nesse campo e reitera os esforços do sistema Nações Unidas para promover a paridade de gênero.

Guerra na Ucrânia: as crianças com deficiência estão entre as mais afetadas pelo conflito

Em contextos humanitários, as crianças com deficiência muitas vezes permanecem invisíveis e são condenadas a viver um cenário onde as suas necessidades não são atendidas. Precarizadas de cuidados e proteção, elas têm acesso negado à educação, saúde, serviços sociais e outros apoios. Em parte, isso se deve ao estigma ou às preocupações com a segurança, que podem resultar em marginalização e exclusão de famílias com deficiência da resposta e atenção humanitária. Quando a guerra começou na Ucrânia, muitas crianças com deficiência não foram incluídas nos planos de evacuação e enfrentaram a falta de acesso a abrigos, serviços essenciais, remédios e alimentos. A guerra teve um efeito devastador e impactou o bem-estar de todas as crianças, mas como em outras emergências, as crianças com deficiência têm sido particularmente vulneráveis e afetadas pela violência, deslocamento e exposição prolongada ao estresse.

Antes da guerra, a Ucrânia tinha o maior número de crianças em instituições de acolhimento na Europa – mais de 90.000 crianças que viviam em instituições de acolhimento, incluindo orfanatos, internatos e outras instalações de acolhimento. Quase metade deles eram crianças com deficiência.

Desde o início da guerra, dezenas de milhares de crianças de internatos foram devolvidas às famílias, muitas delas às pressas e sem o cuidado e a proteção de que necessitam. Milhares de outros permaneceram em instituições, ou foram realocados dentro da Ucrânia ou evacuados para países vizinhos.

Entre os principais desafios identificados:

- **Proteção:** crianças com deficiência, especialmente meninas, são muito mais propensas a sofrer violência, abuso e negligência do que crianças sem deficiência. Esses riscos foram amplificados durante a atual guerra com muitas crianças com deficiência separadas de suas redes de apoio habituais. As crianças com deficiência correm maior risco de estar entre as vítimas civis, pois enfrentam maiores dificuldades em encontrar segurança devido à falta de transporte e abrigos acessíveis. Eles também podem enfrentar barreiras para acessar informações que salvam vidas, inclusive sobre

evacuação e assistência humanitária, bem como sinais de alerta, como sirenes de ataque aéreo.

- Pessoas deslocadas internamente: cerca de dois terços das crianças ucranianas foram deslocadas desde o início da guerra, enquanto as pessoas continuam a fugir de suas casas. Cerca de 1 em cada 5 pessoas deslocadas internamente na Ucrânia tem um atraso no desenvolvimento ou deficiência. Adultos e crianças com deficiência deslocados internamente foram separados das redes e serviços de apoio. Enquanto isso, locais e acampamentos recém-formados têm serviços acessíveis e inclusivos limitados.
- Evacuação: as famílias que têm membros com deficiência muitas vezes têm dificuldade em evacuar por conta própria devido a barreiras de acesso a informações sobre evacuação, acessibilidade limitada de estradas e transporte limitado e falta de dispositivos de assistência. Além disso, o transporte dessas crianças pode representar um risco especial para a sua saúde e bem-estar e acarreta custos adicionais.
- Refugiados: famílias com crianças com deficiência correm maior risco de serem separadas como resultado de realocação ou evacuação. Os sistemas nacionais nos países de acolhimento de refugiados estão sobrecarregados, impactando a disponibilidade e a qualidade dos serviços especializados para refugiados com deficiência, além de limitar suas oportunidades de acesso à escola e outras atividades.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#).

Cenário da População Infantil em meio à grave crise econômica no Sri Lanka

O Sri Lanka está em sua pior crise econômica e seus milhões de habitantes enfrentam graves dificuldades para conseguir alimentos, combustível e remédios. A crise deixou quase metade das crianças do país precisando de alguma forma de assistência humanitária e por isso a ONU lançou um apelo para atender às necessidades urgentes da população mais vulnerável.

Mesmo antes da crise atual, o Sri Lanka tinha a segunda maior taxa de desnutrição infantil no sul da Ásia, e 2 em cada 5 bebês não recebiam a dieta mínima aceitável. Com o aumento dos preços dos alimentos, 70% das famílias estão relatando um consumo reduzido de alimentos, e a crise de combustível e os cortes frequentes de energia estão prejudicando serviços vitais para as crianças, incluindo saúde e educação. O acesso à água potável para consumo e uso doméstico está em declínio, aumentando o risco de doenças transmitidas pela água.

Para acessar a nota completa, [clique aqui](#).

Não há tempo a perder para articular agendas para promover sistemas alimentares globais inclusivos, resilientes e sustentáveis.

Denise Oliveira e Silva, Eduardo Nilson e Erica Ell

Dia 07 de junho de 2002 foi comemorado o Dia Mundial da Segurança de Alimentos (*World Food Safety Day*) com o lema “Alimentos seguros, mais saúde” para relacionar a segurança dos alimentos à saúde humana, desenvolvimento econômico, agricultura, acesso a mercados, turismo e desenvolvimento sustentável.³⁴ Neste evento duas estratégias foram afirmadas: (1) a necessidade de mudanças climáticas; (2) e a importância da ciência e inovação para apoiar a implementação do Quadro Estratégico da FAO 2022-31. Estas estratégias podem apoiar os a busca das diretrizes de “melhor produção, melhor nutrição, melhor meio ambiente e uma vida melhor para todos, sem deixar ninguém para trás.

Em 17 de junho o Diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), QU Dongyu, declarou que a “atual situação global de segurança alimentar nos convida a agir agora – não há tempo a perder” no encerramento da 170ª Sessão do órgão executivo da Conferência da FAO³⁵.

O acesso a alimentos mais seguros é elemento importante no alcance dos ODS, em sua relação com a saúde e bem-estar das populações, a eliminação da fome, inclusão de pequenos produtores e sustentabilidade ambiental.

A segurança dos alimentos é uma preocupação global, visto que em torno de 10% da população adoece por comida contaminada em todo o mundo e representa uma significativa carga de doença. Além disso, traz consigo temas prioritários como a resistência antimicrobiana e uma forte relação com o risco de morte e de adoecimento em populações mais vulneráveis. Particularmente entre as crianças, as diarreias, que têm a água e os alimentos como importantes veículos, associam-se com a desnutrição e a mortalidade infantil e podem comprometer o pleno desenvolvimento físico e intelectual e a saúde dos indivíduos, com repercussões por toda a vida, desde o desempenho escolar à produtividade na vida adulta.³⁶

A segurança dos alimentos é, portanto, um componente da segurança alimentar e o problema mostra que, apesar da mudança nos padrões de morbimortalidade, com a predominância de doenças crônicas na morbimortalidade no mundo, as doenças transmitidas por alimentos continuam tendo relevância global, particularmente, em populações mais vulneráveis.

Mais recentemente, outro componente da segurança de alimentos, as zoonoses, mostrou sua relevância na relação entre os sistemas alimentares e a saúde, por meio do problema global da resistência antimicrobiana e foi ainda mais evidenciada com a pandemia de Covid-19, cuja possível origem é zoonótica, além de possuir um componente ambiental importante.

Esse componente, em nível internacional, vem sendo tratado na abordagem “*One Health*” proposta pela OMS e FAO, que relaciona a saúde animal e vegetal com a saúde humana

³⁴ <https://www.who.int/campaigns/world-food-safety-day/2022>

³⁵ <https://www.fao.org/director-general/news/news-article/en/c/1539933/>

³⁶ <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-HEP-NFS-AFS-2022.1>

e busca trabalhar especificamente com essas questões, ainda que sem considerar de forma mais aprofundada as implicações dos sistemas alimentares de maneira mais ampliada sobre a saúde animal, vegetal e humana.³⁷

Nesse contexto maior, também possuem grande impacto a crescente urbanização particularmente nos países de média e baixa renda que caminha proximamente com o desmatamento, que também está associado a novas terras para cultivo, principalmente de monoculturas de commodities agrícolas. Ao mesmo, ainda que perdendo muito espaço ao longo do tempo, os mercados públicos são elementos que merecem grande atenção no contexto da segurança de alimentos, na medida em que são fundamentais para o acesso a alimentos frescos e locais e de criação de vias de distribuição para os pequenos agricultores locais, mas, ao mesmo tempo, representam desafio em termos da garantia da segurança química e biológica dos alimentos tanto de origem vegetal, quanto animal.

Contudo, apesar da frequente menção aos sistemas alimentares no âmbito da segurança de alimentos, a prioridade de suas ações continua sendo o alimento em si, particularmente no sentido da higiene, da segurança microbiológica e da presença de alguns tipos de contaminantes, incluindo seus aspectos regulatórios e de fiscalização, mas não reforçando suficientemente o papel que as formas de produção de alimentos afetam mais amplamente a saúde, o desenvolvimento econômico e social e o meio ambiente.

A segurança dos alimentos relaciona-se também à infraestrutura saneamento (tratamento de água e esgotamento sanitário), ao ambiente alimentar, ao perfil nutricional dos alimentos e à presença de contaminantes, pesticidas e agrotóxicos nos alimentos, tanto frescos quanto processados e ultraprocessados.

Por exemplo, a cadeia de produção até o consumo dos alimentos é tratada predominantemente como uma sequência de pontos críticos de controle, considerando a gestão de riscos, minimizando, em grande parte, o papel das formas de produção, processamento e acesso aos alimentos que afetam não somente a segurança química e microbiológica dos produtos, mas também seu papel na garantia do Direito Humano à Alimentação e nas formas e padrões de consumo e sua relação com riscos dietéticos para doenças crônicas e que permeiam os sistemas alimentares hegemônicos, voltados para o lucro e não à diversidade, à preservação da cultura alimentar e à saúde e bem-estar das populações.

Com isso, a discussão da segurança dos alimentos também não incorpora outros pontos relevantes da agenda atual dos sistemas alimentares como o uso de agrotóxicos e a utilização do solo e das águas, assim como as formas de produção, para incorporar mais efetivamente os pequenos produtores e a agricultura orgânica e agroecológica.

Uma das mensagens do Dia Mundial da Segurança dos Alimentos é que “a segurança de alimentos é responsabilidade de todos”, no sentido de que governos, produtores e consumidores possuem todos importante papel na agenda, prevendo a necessidade ainda de uma governança intersetorial tanto dentro dos governos quanto com outros atores, em alinhamento com o multissetorialismo que é preconizado pela Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas.³⁸ Isso é correto, porém é preciso reconhecer as assimetrias e injustiças que esse mesmo multissetorialismo, como implementado atualmente, pode gerar e perpetuar

³⁷ <https://www.fao.org/one-health/en>

³⁸ <https://www.un.org/en/food-systems-summit>

injustiças e iniquidades e colocar em risco premissas de sustentabilidade, resiliência e inclusão dos sistemas alimentares.

É necessário, ainda, entender que a responsabilidade no papel de consumidores depende muito de fatores que extrapolam sua governabilidade individual, como o ambiente alimentar, político e regulatório que influencia diretamente o acesso aos alimentos e a educação e o acesso a informações pela população. O papel do Estado (e dos organismos internacionais) é fundamental na governança dos sistemas alimentares para a garantia da segurança dos alimentos juntamente com a garantia dos direitos fundamentais, como o da alimentação, além de atuar sobre as questões de proteção à saúde individual e coletiva. Enquanto isso, a participação do setor privado é relevante no contexto da segurança dos alimentos no sistema alimentar dominante, mas traz grandes conflitos de interesses na agenda mais ampliada, na medida que atua para manter essa hegemonia e tomar o espaço dos outros sistemas, resilientes, inclusivos e sustentáveis.

No contexto regulatório, destaca-se globalmente o *Codex Alimentarius*, coordenado conjuntamente pela FAO e OMS, que representa espaço estratégico para a segurança dos alimentos, trazendo orientações e padrões que subsidiam as regulações nacionais e regionais em termos de rotulagem, perfil nutricional, contaminantes, aditivos, resíduos de pesticidas, risco microbiológico etc.³⁹ Assim, o papel do comitê é fundamental na garantia da segurança dos alimentos e de sua qualidade nutricional por meio de padrões e recomendações baseados em evidências científicas robustas e que deve também considerar os impactos comerciais e ambientais das decisões, baseando-se em um tripé de proteção à saúde, proteção ambiental e comércio internacional justo.

Todavia, mesmo no âmbito do *Codex*, os interesses comerciais, a título de defender o comércio internacional justo, frequentemente competem com os interesses ambientais e de saúde, representando o conflito entre os sistemas alimentares hegemônicos e os sistemas resilientes, inclusivos e sustentáveis, entre o globalizado e o local e entre o lucro e a saúde e sustentabilidade. Esse mesmo conflito é espelhado no âmbito regional e nacional, sempre que normas voltadas à saúde e à sustentabilidade ambiental competem com os interesses comerciais. Nesses cenários, a assimetria de poder entre esses interesses pode influenciar o direcionamento das decisões ou adiar a implementação de medidas efetivas do ponto de vista da saúde e do meio ambiente, mas cujas implicações econômicas para o sistema alimentar e econômico hegemônico sejam consideradas altas.

Apesar desses desafios, riscos e contradições, vale destacar o esforço de agências nacionais de vigilância sanitária, como a própria Anvisa, na incorporação de abordagens para garantir a equidade de tratamento nos mercados e a inclusão, a exemplo da adaptação das regras e prazos das normativas aos pequenos produtores.⁴⁰ Além disso, com a adoção de boas práticas regulatórias, pode ser garantido espaço de participação de todos os setores interessados na discussão regulatória e fortalecer as decisões baseadas em evidências e instrumentos como Avaliações de Impacto Regulatório, desde que haja uma forte estrutura de governança em que as decisões idealmente tenham caráter técnico, sob responsabilidade do

³⁹ <https://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/en/>

⁴⁰ <http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2954740/Relat%C3%B3rio.pdf/62d00cbc-d82c-4d01-8506-c1aa5781d019>

poder público, em que o interesse ambiental e de saúde tenha prioridade sobre o econômico e em que se sejam evitados conflitos de interesses.⁴¹

Durante a série de *Health Talks* promovidos pela OMS de 06 a 09 de junho de 2022, como parte da celebração do Dia Mundial da Segurança de Alimentos, foram tratados temas como as respostas de emergência, o empoderamento de consumidores, os mercados tradicionais, o comércio digital, padrões globais de segurança e rotulagem, entre outros.⁴² Apesar da referência à relação entre segurança dos alimentos e sistemas alimentares em várias falas da FAO e da OMS, predominou a abordagem de higiene e contaminação dos alimentos, excetuando particularmente pelos pontos destacados pelo representante do Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional (CFS), reforçando principalmente a sua relação com compromissos globais, como as Diretrizes Voluntárias sobre Sistemas Alimentares e Nutrição, como orientadores para as políticas nacionais e regionais e a garantia de sistemas alimentares resilientes, inclusivos e saudáveis.⁴³

Nesse sentido, considerando a determinação social e econômica da fome, a segurança dos alimentos está inerentemente associada ao acesso físico e financeiro aos alimentos, que se tornou ainda mais importante com o aumento da insegurança alimentar e nutricional em nível global. Esse aumento da fome no mundo, além de uma violação ao direito humano à alimentação, coloca em grande risco o acesso a alimentos seguros. O direito humano à alimentação está baseado no acesso a ao alimento saudável, seguro e socialmente adequado e envolve desde o que é produzido e como é produzido, processado, distribuído, acessado e consumido. Esse ponto deve, portanto, ser base para vincular mais forte e efetivamente a segurança dos alimentos aos sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos nessa perspectiva de direitos e, vez da predominância dos sistemas alimentares hegemônicos que não asseguram esses pressupostos nem garantem o alcance dos ODS, inclusive de eliminação da fome.

Por fim, a construção da governança global proposta pela Década de Ação sobre a Nutrição e pela Cúpula de Sistemas Alimentares depende muito do fortalecimento da articulação entre seus eixos prioritários e as agendas afins com os compromissos globais, regionais e nacionais. Contudo, o Dia Mundial da Segurança de Alimentos de 2022, que constituiria oportunidade estratégica de trabalhar mais ampla e articuladamente a segurança dos alimentos com a segurança alimentar e nutricional e os sistemas alimentares, a partir das premissas de resiliência, inclusão e sustentabilidade, não foi plenamente aproveitado para esse objetivo. De fato, não há mais tempo a perder!

⁴¹<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/agenda-regulatoria/2017-2020/temas/transversais/arquivos/3517json-file-1>

⁴²<https://www.who.int/news-room/events/detail/2022/06/07/default-calendar/health-talks-on-food-safety>

⁴³ <https://www.fao.org/cfs/vgfsn/en/>

Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde

Isis Pillar Cazumbá

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

O anúncio de aumentar o capital do **BID Invest** (setor privado do Grupo) feito pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, foi bem recebido pelo Banco e pelos seus países membros.

Para o **BID**, com o apoio bipartidário que recebeu, incluindo o apoio histórico no Congresso dos EUA — o primeiro da instituição — espera-se trabalhar com todas as partes interessadas em direção a um aumento de capital que, segundo o Banco, ajudará a região no avanço da transparência, na superação dos desafios endêmicos e das crises em curso decorrentes da COVID-19 e da guerra da **Rússia** na **Ucrânia**.

Para mais informações: <https://www.iadb.org/en/news/statement-capital-increase-idb-invest>

O presidente do **BID**, Mauricio Claver-Carone, e o vice-ministro da Economia do **Brasil**, Marcelo Guarany, assinaram um protocolo para formalizar o trabalho que o **BID** realizará em conjunto com o Ministério para apoiar a entrada do Brasil na **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**. Com o anúncio, o **BID** vai ampliar o apoio técnico ao país e já possui uma análise das iniciativas do Ministério da Economia que já estão alinhadas com as práticas e políticas de gestão de países membros da **OCDE**.

Como parte de seu apoio, o **BID** vai pesquisar e apresentar planos de ações de como adotar as melhores práticas da **OCDE** em áreas de políticas públicas sob o mandato do Ministério da Economia. Também organizará reuniões com autoridades de países membros da **OCDE**, especialistas internacionais e instituições do setor privado brasileiro e da sociedade civil para promover ampla participação nas discussões técnicas sobre a adesão à organização.

O Banco planeja fortalecer as capacidades institucionais da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais para coordenar e monitorar o processo de adesão à **OCDE** no âmbito do Ministério da Economia.

Para mais informações: <https://www.iadb.org/en/news/idb-support-ministry-economy-brazils-path-oecd-accession>

Durante a realização do **Fórum de Investimentos Brasil (BIF)**, maior evento de investimento estrangeiro da **América Latina**, o presidente do **BID**, Mauricio Claver-Carone, reforçou o compromisso da instituição em viabilizar investimentos estrangeiros vitais diretos e parcerias público-privadas para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do país, ao mesmo tempo em que anunciou a aprovação de um empréstimo de **US\$ 150 milhões** em infraestrutura.

O presidente Jair Bolsonaro, o ministro das Relações Exteriores Carlos França, o ministro da Economia, Paulo Guedes e o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Investimentos e Comércio (**ApexBrasil**), Augusto Pestana, participaram da quinta edição do Fórum que reuniu aproximadamente 5.000 participantes e investidores de 100 países.

De acordo com a **ApexBrasil**, os projetos — incluindo oportunidades em infraestrutura, agronegócio, energia renovável, inovação e tecnologia — têm potencial para atrair mais de **US\$ 66 bilhões** em investimentos e ajudar a criar 200 mil empregos no país.

O **BID** enfatizou o papel que essas parcerias devem desempenhar para o país, e à **América Latina e o Caribe**, em geral, para realizar uma oportunidade única de inserção em cadeias globais de valor e aproximação – o que poderia gerar um impulso regional de curto prazo de **US\$ 78 bilhões** na exportação de bens e serviços por ano.

Para mais informações: <https://www.iadb.org/en/news/idb-enables-brazils-immense-investment-opportunities-approves-infrastructure-credit>

O **BID** assinou um acordo com parceiros de desenvolvimento regional para disponibilizar **US\$ 50 bilhões** até 2026 para apoiar uma ação climática ambiciosa na **América Latina e o Caribe**.

O acordo, anunciado na Nona Cúpula das Américas, faz parte de um esforço colaborativo entre o **Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)**, o **Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB)** e o **Banco Central americano de Integração Econômica (CABEI)**.

O **BID** possui uma meta ambiciosa: 40% de financiamento climático e verde até 2025 e se compromissar em alinhar suas operações ao **Acordo de Paris** até 2023. Se o **BID** conseguir alcançar essas metas, se tornará um líder de ação climática entre os bancos de desenvolvimento regional. Somente em 2021, o **BID** e seu braço do setor privado, o **BID Invest**, entregaram um total recorde de **US\$ 6 bilhões** em finanças climáticas.

Para mais informações: <https://www.iadb.org/en/news/idb-group-reaffirms-climate-leadership-signs-50-billion-agreement-with-other-institutions>

Banco Mundial

Nos últimos dias, o continente africano ficou em evidência com a liberação de recursos do **Banco Mundial (BM)** para projetos focados na saúde.

Para o Projeto de Resposta de Emergência COVID-19 da **África do Sul**, o **BM** aprovou um empréstimo de **US\$ 480 milhões de dólares**. O empréstimo vem após um pedido do governo sul africano para assistência no financiamento de contratos de aquisição de vacinas. Especificamente, este projeto financiará retroativamente a aquisição de 47 milhões de doses de vacina COVID-19. A **África do Sul** é o epicentro da pandemia COVID-19 na **África**, com o maior número acumulado de infecções e mortes.

Apoiando o programa de vacinação COVID-19 do país, o projeto ajudará o governo a lidar melhor com a pandemia, já que o país vive sua quinta onda, e apoiará o governo a criar o espaço fiscal necessário para fortalecer seu sistema de saúde e garantir a sustentabilidade financeira e institucional.

Gana, país da **África Ocidental**, recebeu a aprovação de um financiamento de **US\$ 300 milhões** para os programas de Gestão Financeira Pública (PFM), Prestação de Serviços (**US\$ 150 milhões**) e o Investimento em Atenção Primária à Saúde (**US\$ 150 milhões**) para ajudar o país a melhorar a mobilização de recursos públicos e a prestação de contas para uma melhor prestação de serviços de qualidade e equidade da atenção primária à saúde. O Programa de Investimento em Atenção Primária à Saúde é co-financiado por **US\$ 31 milhões** em subvenções pela *Global Financing Facility* (GFF), incluindo **US\$ 16 milhões** para restaurar e proteger serviços essenciais de saúde em meio a múltiplas crises, incluindo a COVID-19.

A **Etiópia** também recebeu atenção do **BM**. A prestação de serviços de saúde no país foi interrompida pela pandemia COVID-19 em curso, causando danos à infraestrutura de saúde pública.

Para ajudar a enfrentar os desafios, o Banco aprovou uma bolsa de **US\$ 195 milhões** em apoio ao Projeto de Resposta de Emergência COVID-19 do país. Esse financiamento adicional apoiará os esforços da **Etiópia** para aumentar a disponibilidade e a implementação de vacinas COVID-19 em todo o país, com ênfase especial em atingir áreas rurais e comunidades vulneráveis afetadas pelo conflito. Além disso, os recursos apoiarão a reabilitação de unidades públicas de saúde prejudicadas pelo conflito em diferentes partes do país.

Para mais informações: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/06/13/new-financing-agreement-to-boost-south-africa-s-covid-19-vaccination-program-and-health-system>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/06/10/afw-world-bank-supports-ghana-to-improve-primary-health-care-resource-mobilization>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/06/03/ethiopia-to-rapidly-scale-up-covid-19-vaccination-with-world-bank-support>

Fundo Monetário Internacional – FMI

O **Fundo Monetário Internacional (FMI)** em parceria com o **Conselho de Estabilidade Financeira (FSB)** e o publicaram um relatório para marcar a conclusão da segunda fase da **Iniciativa de Lacunas de Dados do Grupo dos Vinte (G20) (DGI-2)**. Este relatório também estabelece prioridades para uma nova iniciativa liderada pelo **FMI** para resolver lacunas relacionadas às necessidades políticas emergentes.

O relatório conclui que foram feitos progressos significativos no enfrentamento das lacunas de dados identificadas durante a crise financeira global de 2007-08 através das duas fases da **Iniciativa Lacunas de Dados**, incluindo o desenvolvimento de estruturas conceituais e melhorias na cobertura de dados, pontualidade e periodicidade. Com base na estreita colaboração entre as economias participantes e organizações internacionais, no mecanismo de pressão dos pares e no apoio explícito do **G20**, os formuladores de políticas agora têm uma melhor percepção dos riscos e vulnerabilidades que suas economias enfrentam. As melhorias de dados os ajudaram a desenvolver respostas políticas eficazes, incluindo, por exemplo, a pandemia COVID-19.

Para mais informações: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/06/09/pr22190-fsb-imf-completion-g20-initiative-close-data-gaps-identified-global-financial-crisis>

12ª Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio: Decisão sobre Patentes e Covid-19

Claudia Chamas

Geneva Package



**12th WTO MINISTERIAL
CONFERENCE
GENEVA 2022**
CO-HOSTED BY KAZAKHSTAN



A **12ª Conferência Ministerial (MC12)** da **Organização Mundial do Comércio** teve início em Genebra no dia 12 de junho de 2022, após cinco anos desde o último encontro. A Conferência foi co-organizada pelo Cazaquistão e presidida pelo Sr. Timur Suleimenov, Vice-Chefe de Gabinete do Presidente do Cazaquistão. O país havia sido escolhido para sediar a MC12, em junho de 2020, mas o evento foi adiado devido à pandemia da COVID-19.

Com prorrogação para permitir a finalização dos trabalhos, em 17 de junho, às 5h (CET), ministros aprovaram um **pacote de decisões, acordo e declarações** (“Geneva Package”) (Foto 1). Os temas abordados refletem boa parte dos desafios comerciais da governança global – propriedade intelectual e Covid, corte de subsídios à pesca com impacto ambiental, segurança alimentar, agricultura e reforma da OMC. Provar que existe capacidade negociadora relevante na organização, em contexto de fragilização do multilateralismo, polarização política, disputas entre China e Estados Unidos, pandemia e guerra na Ucrânia, é o objetivo mais elevado de sua diretora geral, Ngozi Okonjo-Iweala, em especial no momento em que soluções para bens públicos globais são necessárias para a superação das instabilidades (Beattie, 2022; OMCa, 2022; OMCc, 2022).

Foto 1 – Aprovação do *Geneva Package*



Fonte: OMC, Jessica Genoud

O pacote adotado pelos países-membros inclui: (1) documento final ([WT/MIN\(22\)/W/16/Rev.1](#)); (2) pacote sobre a resposta da OMC a emergências, compreendendo: Declaração Ministerial sobre a Resposta de Emergência à Insegurança Alimentar ([WT/MIN\(22\)/W/17/Rev.1](#)); Decisão Ministerial sobre Isenções de Compras de Alimentos do Programa Mundial de Alimentos (PAM) de Proibições ou Restrições à Exportação ([WT/MIN\(22\)/W/18](#)); Declaração Ministerial sobre a Resposta da OMC à Pandemia de COVID-

19 e Preparação para Pandemias Futuras ([WT/MIN\(22\)/W/13](#)); e Decisão Ministerial sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio ([WT/MIN\(22\)/W/15/Rev.2](#)); (3) Decisão sobre a Moratória do Comércio Eletrônico e Programa de Trabalho ([WT/MIN\(22\)/W/23](#)); e (4) Acordo sobre Subsídios à Pesca ([WT/MIN\(22\)/W/22](#)). Adicionalmente, os ministros adotaram duas decisões - sobre o Programa de Trabalho sobre Pequenas Economias ([WT/MIN\(21\)/W/3](#)) e sobre as queixas de não violação e situação do TRIPS ([WT/MIN\(21\)/W/4](#)) - e uma Declaração Sanitária e Fitossanitária para a Décima Segunda Conferência Ministerial da OMC: Respondendo aos Desafios Modernos de SPS ([WT/MIN\(22\)/W/3/Rev.3](#)). Todos os documentos estão disponíveis neste sítio: https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/mc12_e/documents_e.htm

Suspensão (*Waiver*) de Direitos de Propriedade Intelectual

A proposta original sobre suspensão de direitos de propriedade intelectual, de outubro de 2020, previa cobertura para vacinas, tratamentos e diagnósticos no escopo da pandemia da Covid-19, abrangendo 40 artigos do Acordo TRIPS e sem limitação geográfica. Após um ano e meio de negociações e debates, os ministros aprovaram decisão ministerial com escopo muito mais limitado e compromisso diluído. O foco neste momento é apenas patente de vacina contra Covid-19, excluindo-se outros aspectos da propriedade intelectual. Medicamentos e diagnósticos, essenciais para o enfrentamento de crises e pandemias, serão tratados posteriormente. Nesse ponto, vale lembrar o apelo de Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), no briefing de mídia de COVID-19, em 14 de junho de 2022:

“A OMS está ciente de que os países estão discutindo uma renúncia temporária aos direitos de propriedade intelectual para ferramentas COVID-19 na Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio nesta semana. Como já disse muitas vezes, a isenção do TRIPS foi criada para uso em emergências. Então, se não agora, então quando? Espero que os países cheguem a um acordo sobre uma isenção não apenas para vacinas, mas também para diagnósticos e terapias.”⁴⁴ (OMS, 2022)

O pacote acordado inclui texto que reflete o processo de intensa polarização. Muitos questionam se o termo suspensão (*waiver*) ainda se aplica, uma vez que as medidas constituem sobretudo esclarecimentos sobre flexibilidades existentes e simplificação do uso de licenças compulsórias, além de acréscimo de burocracia (Beattie, 2022).

A decisão, obtida por consenso entre os países-membros, abarca os seguintes pontos:

⁴⁴ No original, em inglês: “WHO is aware that countries are discussing a temporary waiver on intellectual property rights for COVID-19 tools at the World Trade Organization’s Ministerial Conference this week. As I have said many times, the TRIPS waiver was created for use in emergencies. So if not now, then when? I hope countries will come to an agreement on a waiver not just for vaccines, but for diagnostics and therapeutics as well.”

1. Leva em conta os parágrafos 1⁴⁵, 3⁴⁶ e 4⁴⁷ do artigo IX⁴⁸ do Acordo de Marraquexe que institui a Organização Mundial do Comércio. Esses parágrafos regulam o tema da concessão de suspensão (*waiver*) de obrigações.

2. Considera as circunstâncias excepcionais da pandemia da COVID-19.

Decide:

3. É possível que o país possa limitar direitos previstos no Artigo 28.1⁴⁹ do Acordo TRIPS e autorizar o uso do objeto de uma patente necessária para a produção e fornecimento de vacinas COVID-19 sem o consentimento do titular do direito na medida necessária para lidar com a pandemia COVID-19.

4. Elegibilidade. A nota de rodapé 1 esclarece que todos os membros países em desenvolvimento são elegíveis. Os membros de países em desenvolvimento com capacidade para fabricar vacinas COVID-19 são incentivados a assumir compromisso

⁴⁵ “1. The WTO shall continue the practice of decision-making by consensus followed under GATT 1947. Except as otherwise provided, where a decision cannot be arrived at by consensus, the matter at issue shall be decided by voting. At meetings of the Ministerial Conference and the General Council, each Member of the WTO shall have one vote. Where the European Communities exercise their right to vote, they shall have a number of votes equal to the number of their member States⁽²⁾ which are Members of the WTO. Decisions of the Ministerial Conference and the General Council shall be taken by a majority of the votes cast, unless otherwise provided in this Agreement or in the relevant Multilateral Trade Agreement.”

⁴⁶ “3. In exceptional circumstances, the Ministerial Conference may decide to waive an obligation imposed on a Member by this Agreement or any of the Multilateral Trade Agreements, provided that any such decision shall be taken by three fourths of the Members unless otherwise provided for in this paragraph. (a) A request for a waiver concerning this Agreement shall be submitted to the Ministerial Conference for consideration pursuant to the practice of decision-making by consensus. The Ministerial Conference shall establish a time-period, which shall not exceed 90 days, to consider the request. If consensus is not reached during the time-period, any decision to grant a waiver shall be taken by three fourths of the Members. (b) A request for a waiver concerning the Multilateral Trade Agreements in Annexes 1A or 1B or 1C and their annexes shall be submitted initially to the Council for Trade in Goods, the Council for Trade in Services or the Council for TRIPS, respectively, for consideration during a time-period which shall not exceed 90 days. At the end of the time-period, the relevant Council shall submit a report to the Ministerial Conference”

⁴⁷ “4. A decision by the Ministerial Conference granting a waiver shall state the exceptional circumstances justifying the decision, the terms and conditions governing the application of the waiver, and the date on which the waiver shall terminate. Any waiver granted for a period of more than one year shall be reviewed by the Ministerial Conference not later than one year after it is granted, and thereafter annually until the waiver terminates. In each review, the Ministerial Conference shall examine whether the exceptional circumstances justifying the waiver still exist and whether the terms and conditions attached to the waiver have been met. The Ministerial Conference, on the basis of the annual review, may extend, modify or terminate the waiver.”

⁴⁸ Article IX Decision-Making

⁴⁹ Article 28 Rights Conferred

1. A patent shall confer on its owner the following exclusive rights: (a) where the subject matter of a patent is a product, to prevent third parties not having the owner’s consent from the acts of: making, using, offering for sale, selling, or importing ⁽⁶⁾ for these purposes that product; (b) where the subject matter of a patent is a process, to prevent third parties not having the owner’s consent from the act of using the process, and from the acts of: using, offering for sale, selling, or importing for these purposes at least the product obtained directly by that process.

vinculante de não se valer desta decisão, fazendo menção a declarações feitas na reunião do Conselho Geral em 10 de maio de 2022. As declarações serão registradas pelo Conselho de TRIPS e publicadas no sítio da OMC.

5. “Objeto de uma patente” inclui ingredientes e processos necessários para a fabricação da vacina contra a COVID-19.
6. Um membro elegível pode autorizar o uso do objeto de uma patente nos termos do Artigo 31 sem o consentimento do titular do direito por meio de qualquer instrumento disponível na lei do país - ordens executivas, decretos de emergência, autorizações de uso do governo ou ordens administrativas, independentemente de haver ou não regime de licença compulsória em vigor.
7. Um Membro elegível não precisa exigir que o usuário proposto do objeto de uma patente faça esforços para obter uma autorização do titular do direito, conforme estabelecido no Artigo 31(b)⁵⁰.
8. Exportação. Um Membro elegível pode dispensar a exigência do Artigo 31(f)⁵¹ de que o uso autorizado nos termos do Artigo 31 seja predominantemente para abastecer seu mercado doméstico. Pode permitir que qualquer proporção dos produtos fabricados sob a autorização de acordo com esta Decisão seja exportada para Membros elegíveis, inclusive por meio de iniciativas conjuntas internacionais ou regionais que visem garantir o acesso equitativo de Membros elegíveis à vacina COVID-19 coberta pela autorização.
9. Os Membros elegíveis envidarão esforços para impedir a reexportação dos produtos fabricados sob a autorização de acordo com esta decisão que tenham sido importados em seus territórios sob esta decisão. De acordo com a nota de rodapé 3, em circunstâncias excepcionais, será possível reexportar vacinas COVID-19 para outro Membro elegível para fins humanitários e sem fins lucrativos, desde que o Membro elegível se comunique de acordo com o parágrafo 5. Ou seja, deverá ser feita comunicação ao Conselho de TRIPS sobre qualquer medida relacionada à implementação desta Decisão, incluindo a concessão de uma autorização. De acordo com a nota de rodapé 5, as informações fornecidas devem incluir o nome e endereço da entidade autorizada, o(s) produto(s) para o qual a autorização foi concedida e a duração da autorização. A(s) quantidade(s) para a(s) qual(is) a autorização foi concedida e o(s) país(es) ao(s) qual(is) o(s) produto(s) será(ão) fornecido(s) devem ser notificados o mais rápido possível após a disponibilização da informação.
10. Remuneração. A determinação da remuneração adequada nos termos do Artigo 31(h)⁵² pode levar em consideração o propósito humanitário e sem fins lucrativos de programas específicos de distribuição de vacinas destinados a fornecer acesso equitativo às vacinas COVID-19, a fim de apoiar fabricantes em Membros elegíveis a produzir e fornecer essas

⁵⁰ (b) such use may only be permitted if, prior to such use, the proposed user has made efforts to obtain authorization from the right holder on reasonable commercial terms and conditions and that such efforts have not been successful within a reasonable period of time. This requirement may be waived by a Member in the case of a national emergency or other circumstances of extreme urgency or in cases of public non-commercial use. In situations of national emergency or other circumstances of extreme urgency, the right holder shall, nevertheless, be notified as soon as reasonably practicable. In the case of public non-commercial use, where the government or contractor, without making a patent search, knows or has demonstrable grounds to know that a valid patent is or will be used by or for the government, the right holder shall be informed promptly;

⁵¹ (f) any such use shall be authorized predominantly for the supply of the domestic market of the Member authorizing such use;

⁵² (h) the right holder shall be paid adequate remuneration in the circumstances of each case, taking into account the economic value of the authorization;

vacinas a preços acessíveis para Membros elegíveis. Ao definir a remuneração adequada nesses casos, os Membros elegíveis podem levar em consideração as boas práticas existentes em casos de emergências nacionais, pandemias ou circunstâncias semelhantes. A nota de rodapé 4 cita aspectos de remuneração do Estudo OMS-OMPI-OMC sobre Promoção do Acesso a Tecnologias Médicas e Inovação (2020) e as Diretrizes de Remuneração para Uso Não Voluntário de uma Patente de Tecnologias Médicas publicadas pela OMS (OMS/TCM/2005.1).

11. As disposições podem ser aplicadas até 5 anos a partir da data desta Decisão. O Conselho Geral pode prorrogar esse período levando em consideração as circunstâncias excepcionais da pandemia de COVID-19. O Conselho Geral revisará anualmente o funcionamento desta Decisão.
12. Os Membros não contestarão quaisquer medidas tomadas em conformidade com esta Decisão nos termos dos subparágrafos 1(b) e 1(c) do Artigo XXIII do GATT 1994.
13. Medicamentos e diagnósticos. Os Membros decidirão sobre a extensão desta Decisão para cobrir a produção e o fornecimento de diagnósticos e terapias COVID-19 em até seis meses a partir da data desta Decisão.

No encerramento da MC12, Okonjo-Iweala demonstrou convicção quanto aos impactos positivos da Decisão Ministerial sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio:

“Em resposta aos choques contínuos do COVID-19, a declaração adotada tornará o acesso a suprimentos e componentes médicos mais previsível nesta pandemia – e na próxima. O compromisso de isenção do TRIPS contribuirá para os esforços contínuos para desconcentrar e diversificar a capacidade de fabricação de vacinas, de modo que uma crise em uma região não deixe outras sem interrupção. O pacote de acordos alcançado fará diferença na vida das pessoas ao redor do mundo. Os resultados demonstram que a OMC é, de fato, capaz de responder às emergências do nosso tempo. Eles mostram ao mundo que os membros da OMC podem se unir, por meio das falhas geopolíticas, para resolver os problemas dos bens comuns globais e para reforçar e revigorar esta instituição. Eles nos dão motivos para esperar que a competição estratégica possa existir ao lado da crescente cooperação estratégica”⁵³ (OMCb, 2022)

Por outro lado, diversas organizações da sociedade civil como Knowledge Ecology International, Health Action International e Third World Network consideraram que as medidas são limitadas e decepcionantes, caracterizando exceção restrita e temporária e esvaziando o propósito de suspensão. Na Decisão, há esclarecimentos sobre as salvaguardas de saúde pública existentes (parágrafos 2, 3(a) e 4 do acordo) e exceção às restrições de exportação contidas no Artigo 31.f, que é de caráter temporária e limitada às vacinas contra Covid-19, além de acrescentar certa burocracia de notificação. Os países elegíveis poderão fazer uso da medida em até cinco anos. As indicações sobre remuneração poderão ser úteis em contextos nacionais.

⁵³ No original, em inglês: “In response to the ongoing shocks from COVID-19, the declaration you just adopted will make access to medical supplies and components more predictable in this pandemic – and in the next one. The TRIPS waiver compromise will contribute to ongoing efforts to deconcentrate and diversify vaccine manufacturing capacity, so that a crisis in one region does not leave others cut off. The package of agreements you have reached will make a difference to the lives of people around the world. The outcomes demonstrate that the WTO is, in fact, capable of responding to the emergencies of our time. They show the world that WTO members can come together, across geopolitical fault lines, to address problems of the global commons, and to reinforce and reinvigorate this institution. They give us cause to hope that strategic cooperation will be able to exist alongside growing strategic competition.”

Christos Christou, Presidente Internacional de Médicos sem Fronteiras, se pronunciou a esse respeito: “Estamos desapontados com o resultado inadequado da suspensão da propriedade intelectual para ferramentas médicas COVID-19 que resultaram de mais de 20 meses de deliberações. Reconhecemos que foram feitas algumas alterações no acordo que mitigaram alguns dos elementos mais preocupantes do texto anterior apresentado em maio de 2022, mas, no geral, estamos desapontados que uma verdadeira suspensão de propriedade intelectual, proposta em outubro de 2020, abrangendo todos os COVID-19 ferramentas médicas e incluindo todos os países, não puderam ser acordadas, mesmo durante uma pandemia que já matou mais de 15 milhões de pessoas. Em geral, esse acordo não oferece solução eficaz e significativa para ajudar a aumentar o acesso das pessoas às ferramentas médicas necessárias durante a pandemia, pois não dispensa adequadamente a propriedade intelectual de todas as ferramentas médicas essenciais da COVID-19 e não se aplica a todos os países.”⁵⁴ (MSF, 2022)

Manifestação de Melinda St. Louis, Diretora do Global Trade Watch da Public Citizen, segue na mesma direção: “O movimento mundial que apoiou os países do Sul Global que propuseram uma isenção abrangente do TRIPS e lutou bravamente por quase dois anos não vai jogar a toalha, só porque os membros da OMC decidiram hoje.”⁵⁵ (Public Citizen, 2022)

Novo impulso à OMC

A aprovação do conjunto de acordos e declarações para um conjunto variado de temas de importância global deu novo impulso à Organização Mundial do Comércio e ao trabalho da diretora geral, especialmente em meio às tensões geopolíticas. Sofrendo por causa dos infortúnios que acometem o multilateralismo e pelas decisões em Washington, o sistema de comércio multilateral parece ganhar algum fôlego, mas, como afirmou o jornal Financial Times, a organização segue em suporte de vida (Financial Times, 2022). A agenda para que se consiga reestruturar a OMC e lhe dar agilidade e capacidade para oferecer respostas robustas e rápidas a crises globais é ainda mais complexa em face das crises sobrepostas e novos desafios regulatórios como serviços digitais.

A decisão ministerial em matéria de propriedade intelectual foi tomada em consenso, de acordo com as regras da OMC, em que qualquer membro pode exercer o poder de veto. O real impacto desse conjunto de medidas depende da sua implementação. No entanto, é evidente que o resultado foi bom para a OMC e ao mesmo tempo considerado modesto ou decepcionante por muitos. Recebeu fortes críticas da sociedade civil, que argumentou que a medida produz expansão limitada das regras em vigor e não cobre temas fundamentais como medicamentos e diagnósticos. A IFPMA, órgão que representa as empresas biofarmacêuticas

⁵⁴ No original, em inglês: “We are disappointed with the inadequate outcome on waiving intellectual property for COVID-19 medical tools that resulted from more than 20 months of deliberations. We acknowledge that a few changes were made to the agreement that mitigated some of the most worrisome elements of the earlier text presented in May 2022, but overall, we are disappointed that a true intellectual property waiver, proposed in October 2020 covering all COVID-19 medical tools and including all countries, could not be agreed, even during a pandemic that has claimed more than 15 million people’s lives. This agreement fails overall to offer an effective and meaningful solution to help increase people’s access to needed medical tools during the pandemic, as it does not adequately waive intellectual property on all essential COVID-19 medical tools, and it does not apply to all countries.”

⁵⁵ No original, em inglês: “The worldwide movement that supported countries in the Global South that proposed a comprehensive TRIPS waiver and fought valiantly for nearly two years, will not throw in the towel, just because WTO members decided to today.”

em Genebra, afirmou que a decisão na MC12 envia mensagem errada para aqueles que realizam pesquisa e desenvolvimento e inovam (IFPMA, 2022). Editorial do Wall Street Journal conecta a decisão às disputas com a China e atesta que é um presente de patente de Biden para Pequim, minando a propriedade intelectual dos EUA (Wall Street Journal, 2022).

A OMC foi capaz de produzir uma decisão sobre propriedade intelectual no escopo da Covid-19, além de um acordo e outras decisões e declarações em outras temáticas. A qualidade e a limitação de cada documento e a potencialidade de internalização e implementação serão avaliadas nos próximos meses. A revitalização da OMC e sua capacidade para enfrentar questões emergenciais e estruturais estão igualmente em pauta, dependendo de vários fatores, inclusive compromissos e apoios dos Estados Unidos, da China e de outras potências.

No entanto, cabe lembrar, atravessamos a pandemia com debates e burocracias, sem resposta rápida do sistema multilateral comercial para aliviar o sofrimento das populações dos países mais pobres, que ficaram no fim da fila do fornecimento de vacinas. O texto final, parte do *Geneva Package*, será capaz de propiciar de fato ampliação do acesso a vacinas contra Covid-19? Haverá produção de medicamentos e diagnósticos para os países de renda média e baixa no futuro próximo? As respostas serão cruciais para avaliar capacidades e ambições.

Referências

Beattie, A. The WTO's marathon exercise in staying alive. Financial Times, 2022. Disponível em: <https://www.ft.com/content/ae5599ef-2710-43f3-bf08-9d2799f1b884> Acesso em: 20 de junho de 2022.

IFPMA. Pharmaceutical industry expresses deep disappointment with decision on waiving intellectual property rights adopted at the World Trade Organization Ministerial Conference. Disponível em: <https://www.ifpma.org/resource-centre/pharmaceutical-industry-expresses-deep-disappointment-with-decision-on-waiving-intellectual-property-rights-adopted-at-the-world-trade-organization-ministerial-conference/> Acesso em: 20 de junho de 2022.

Medicines Law & Policy. WTO Covid-19 TRIPS Decision: Some observations. Disponível em: <https://medicineslawandpolicy.org/2022/06/wto-covid-19-trips-decision-some-observations/> Acesso em: 20 de junho de 2022.

MSF. Inability to agree a real pandemic intellectual property Waiver at WTO is a devastating global failure for people the world over. Disponível em: <https://msfaccess.org/inability-agree-real-pandemic-intellectual-property-waiver-wto-devastating-global-failure-people> Acesso em: 20 de junho de 2022.

OMCa. WTO members secure unprecedented package of trade outcomes at MC12. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/mc12_17jun22_e.htm?utm_source=dlvr.it&utm_medium=twitter Acesso em: 20 de junho de 2022.

OMCb. MC12 Closing Session. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/spno_e/spno27_e.htm Acesso em: 20 de junho de 2022.

OMCc. WTO 12th Ministerial Conference extended by one day to facilitate outcomes. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/mc12_15jun22_e.htm Acesso em: 20 de junho de 2022.

OMS. WHO Director-General's opening remarks at the COVID-19 media briefing-- 14 June 2022. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-covid-19-media-briefing--14-june-2022> Acesso em: 20 de junho de 2022.

Public Citizen. Undemocratic WTO Processes Produce Shameful Result on Intellectual Property and Covid at 12th WTO Ministerial. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/undemocratic-wto-processes-produce-shameful-result-on-covid-trips-waiver-at-12th-ministerial/> Acesso em: 20 de junho de 2022.

Wall Street Journal. Biden's Patent Gift to Beijing. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/bidens-patent-gift-to-beijing-world-trade-organization-intellectual-property-china-11655498904> Acesso em: 20 de junho de 2022.

Igualdade de gênero, patrimônio e criatividade

Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard

Em 2014, a UNESCO lançou originalmente a publicação "Égalité des genres: patrimoine et créativité", disponíveis nos idiomas [francês](#), [inglês](#), [chinês](#) e em [espanhol](#). Traduzida, em 2021, para a versão em [português](#) intitulada "Igualdade de gênero, Patrimônio e Criatividade", a qual visa entender o cenário global em relação à luta pela igualdade de gênero no campo da cultura. Embora nas últimas décadas, houve avanços significativos para promover as mulheres no mercado de trabalho, como a criação da ODS 5 (alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas), ainda há avanços a serem feitos principalmente depois da pandemia de COVID-19.

Em 2013, a Unesco elaborou um questionário relacionado à diversidade de gênero na cultura e enviou para os Estados-membros da organização, apenas 31 Estados responderam (incluindo o Brasil). As principais informações retiradas do questionário foram a falta de estatísticas de gênero disponíveis no campo de cultura; mulheres representam a maioria no consumo de bens culturais; a perspectiva de gênero não está integrada aos impactos gerados pela política, legislação, orçamento e programas; desequilíbrio de gênero no ensino superior, a maioria dos matriculados em cursos relacionados a cultura são mulheres; apesar da forte presença de mulheres em profissões culturais, os homens possuem mais chances de progressão na carreira.

Um dos temas abordados no questionário tratava-se das políticas nacionais com referência específica a igualdade de gênero na cultura e 58% dos entrevistados têm desenvolvido políticas desse tipo. Brasil, Montenegro, Portugal e Espanha destacaram que as estratégias de integração de gênero e os arcabouços legais incorporam objetivos específicos na área da cultura. Como exemplo, na Espanha, o Artigo 26 da Lei nº 3/2007 para a igualdade entre mulheres e homens refere-se a seis objetivos, no campo da criação e da produção intelectual e artística.

Muitos Estados-membros destacaram estratégias nacionais para estar em conformidade com as convenções culturais da UNESCO. Na Eslováquia, por exemplo, o Ministério da Cultura elabora e atualiza periodicamente documentos de estratégia para a implementação das convenções de cultura da UNESCO em conformidade com princípios de solidariedade, tolerância, não discriminação e igualdade de oportunidades. Na Albânia e Mônaco, informaram que princípios de não discriminação e de igualdade foram consagrados nas suas constituições e aplicados em suas políticas públicas.

O Patrimônio é entendido como a valorização do legado deixado pelas gerações passadas para a sociedade no presente e no futuro. O que deve ser considerado patrimônio é um processo de escolha do que é valioso ou não, a aplicação da perspectiva de gênero ao Patrimônio é fundamental para uma visão mais abrangente e ampla. As mulheres permanecem em grande parte não reconhecidas ou subvalorizadas nessa área, o que é considerado valioso e digno como Patrimônio Cultural são estabelecidos a partir de um viés masculino. Alguns programas pelo mundo procuram mitigar o machismo existente nesse meio, como por exemplo, na Turquia, as mulheres foram fortemente encorajadas a participar e praticar o canto tradicional como menestréis, prática historicamente masculina. Na Nigéria, as mulheres desempenham papéis importantes em festivais, bem como rituais, eventos sociais, e expressões orais, tais como poesia. Festivais e outros eventos culturais têm demonstrado uma elevada participação

das mulheres e resultados benéficos para a geração de renda para as mulheres e suas famílias. Da mesma forma, na Namíbia, orientado ao desenvolvimento do turismo cultural como um veículo para a redução da pobreza, especialmente entre as mulheres, pessoas de baixa renda e grupos vulneráveis.

A Criatividade é considerada como um processo inerentemente dinâmico que reúne tradição, imaginação e inovação, que tem o potencial de abrir um importante espaço para o diálogo social em torno de questões de igualdade de gênero na vida cultural, bem como em outras esferas socioeconômicas e políticas. A expressão criativa também pode apoiar-se fortemente no empoderamento social, cívico e político das mulheres por meio do respeito pelos seus direitos humanos, em especial os direitos culturais e à liberdade de expressão e empoderamento econômico pelo emprego e por oportunidades empresariais nas indústrias culturais e criativas. As mulheres estão presentes em toda gama de profissões e atividades no setor criativo, superficialmente pode-se ter suposição de que o setor oferece igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. Contudo, como acontece em outros setores, continua muito desigual. Um fenômeno observado nesse meio chama-se “teto de vidro”, por mais que mulheres estejam presente em grande quantidade nesse meio, a progressão de carreira estagna-se antes de aceder aos níveis de gestão e liderança sênior.

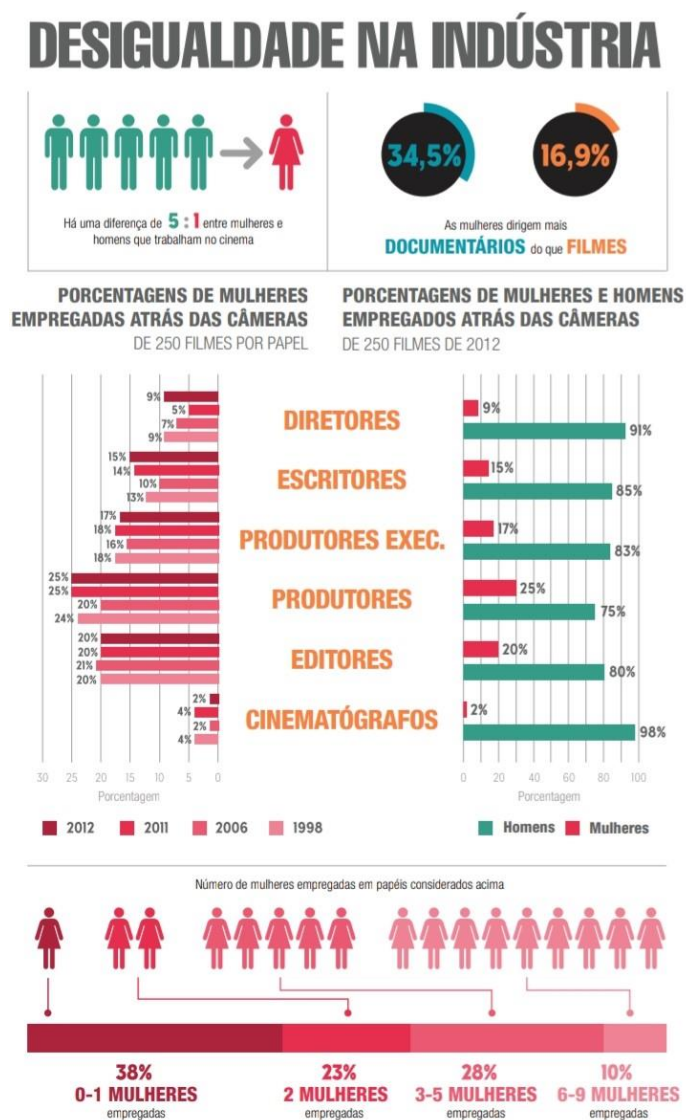


Figura 1: Desigualdade de gênero no cinema. | **Fonte:** New York Film Academy (2013).

As respostas ao questionário da UNESCO a partir de Chipre, Montenegro, Finlândia, Nigéria e Camboja percebem tetos de vidro semelhantes. Uma análise de gênero da indústria cinematográfica nos EUA também expõe tendências semelhantes: nos 250 filmes de maior bilheteria de 2012 nos Estados Unidos, 17% dos produtores executivos eram mulheres, 9% eram diretoras, 2% eram cineastas e 15% eram escritoras.

De acordo com o Diretor-geral adjunto para a Cultura da UNESCO, Ernesto Ottone, apesar da publicação original ter sido lançada em 2014, partir da pandemia da Covid-19 que evidenciou a distribuição desigual do trabalho doméstico, a falta de redes de segurança diante dessa crise entre outros fatores de reversão de avanços alcançados,

as recomendações dessa publicação continuam atuais e altamente relevantes.

As oito recomendações visam intensificar a luta dos Estados-membros em prol da igualdade de gênero no campo da cultura, quais são, transcritas na sua totalidade:

1. Assegurar a plena implementação das convenções e declarações internacionais no campo da cultura em linha com outros instrumentos de direitos humanos e em matéria de igualdade de gênero e diversidade, a fim de ampliar os horizontes criativos de mulheres e homens, meninas e meninos, e para garantir a igualdade de participação e acesso à vida cultural.
2. Fortalecer a base de provas por meio da coleta e divulgação regular e sistemática por instituições nacionais de dados desagregados de gênero em todas as áreas da cultura: incluindo emprego, educação, capacitação, participação e consumo.
3. Desenvolver e aplicar políticas e estratégias sensíveis ao gênero na cultura que empoderam todos os membros da sociedade, levando em consideração a diversidade dos diferentes grupos e indivíduos, e da interseção de fatores e as desigualdades sociais mais amplos que podem compor desvantagens.
4. Reforçar as capacidades institucionais nacionais para promover a igualdade de acesso das mulheres e dos homens nos processos de tomada de decisão, recursos financeiros e educação em campos culturais.
5. Estabelecer iniciativas de liderança e orientação para as criadoras e as profissionais da área de Patrimônio e garantir a igualdade de gênero nos âmbitos de liderança sênior no setor cultural e criativo.
6. Apoiar campanhas internacionais, nacionais e locais de conscientização e advocacia que lidam com estereótipos de gênero e discriminação em todos os aspectos da vida cultural.
7. Incentivar e envolver todos os membros da sociedade nas estratégias de promoção da igualdade de gênero na cultura. Isso inclui trabalhar em parceria com todos os grupos e comunidades envolvidas para promover soluções sustentáveis para a igualdade de gênero no acesso, participação e contribuição para a cultura.
8. Apoiar a pesquisa interdisciplinar sobre a igualdade de gênero em Patrimônio e as indústrias criativas que envolvem grupos e comunidades em questão e considerar a complexidade e diversidade das relações de gênero e as estruturas de poder subjacentes.

Atividades e posições dos Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais de Interesse Público que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

Este informe busca aproximar os leitores a três fontes regulares de notícias e análises dos movimentos e organizações que defendem de forma crítica o direito à saúde no âmbito global: o Boletim “*People Health Dispatch*”, o qual analisa as insuficiências e fracassos da 75ª Assembleia Mundial da Saúde e aponta, em perspectiva, os futuros fracassos da 12ª Reunião Ministerial da OMC; o Boletim “*Global Health Watch*”, que documenta a insuficiência das decisões adotadas pela 12ª Reunião Ministerial da OMC; e a publicação “*South Views*”, do South Center, associado ao Movimento dos Não-Alinhados, que em um artigo faz o balanço crítico dos acordos de “Doha 20 anos depois - A promessa foi traída?”, algo muito oportuno frente aos impasses da OMC e seus impactos na saúde global.

Adicionalmente, propomos introduzir uma reflexão sobre a natureza e identidade dos movimentos em saúde global, através das análises do professor de ciência política da UNAM, México, Benjamin Arditti, paraguaio que nos convida a um olhar crítico sobre a tensão entre “um zelo particularista excessivo e a um descrédito simultâneo dos universais” que afeta a natureza das lutas pelo direito a saúde como expressão universal hoje fragmentada em várias reivindicações particulares de gêneros, sexos, idades, etnias. Benjamin convida a uma reflexão mais sofisticada sobre o “inverso ou reverso da diferença” e nos oferece um caminho a partir da distinção que a língua Guarani faz “entre o *oré*, ou nós excludente, e o *ñandé*, ou nós inclusivo. O jogo contínuo entre um e outro nos dará a chave da leitura para introduzir a relação entre particularismo e universalismo, bem como pensar na ideia de comunidade como um espaço necessariamente dividido, e não como um todo harmonioso.”

1. Boletim 27 do “People Health Dispatch” e do Movimento pela Saúde dos Povos PHM <https://peoples-health-dispatch.ghost.io/bulletin-27-wto-and-wha/> junho 11, 2022

Os delegados dos países estão mais uma vez reunidos em Genebra, desta vez para a 12ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) [12th Ministerial Conference](#). Durante quase dois anos, a OMC manteve em sua agenda a proposta de renúncia ao TRIPS, mas não conseguiu nenhum progresso significativo. Em vez disso, sob a pressão da União Europeia e de outros países do Norte Global, os presentes na reunião são mais propensos a adotar uma decisão alternativa sem nenhum significado ou impacto da proposta original.

A renúncia original do TRIPS visava levantar privilégios de propriedade intelectual (IP) no caso dos produtos Covid-19, colocando a saúde das pessoas à frente dos lucros do setor farmacêutico. O atual sistema de propriedade intelectual também foi questionado durante a 75ª Assembleia Mundial da Saúde, mas os membros da OMS não condenaram claramente seus efeitos nocivos à saúde. A Assembleia Mundial de Saúde também ouviu discussões sobre doenças não transmissíveis [non-communicable diseases](#), incluindo o impacto dos determinantes comerciais da saúde. Da mesma forma que aconteceu durante a conversa sobre privilégios de IP, os delegados não conseguiram planejar medidas concretas para combater estratégias corporativas de afrontar conselhos de saúde pública na comercialização e venda de produtos que alimentam a pandemia de doenças não transmissíveis, incluindo álcool [alcohol](#) e alimentos ultraprocessados.

As indústrias responsáveis pela comercialização agressiva de produtos nocivos não estão se limitando a aproveitar ao máximo o espaço que já ocupam. Eles também estão investindo grandes quantidades de dinheiro em posições de delegados de lobby na OMS. Este parece ser o caso nos Estados Unidos, onde um relatório recente mostra milhões de dólares corporativos sendo gastos para influenciar os pontos de vista dos delegados dos EUA. O sucesso das estratégias corporativas na influência do trabalho da OMS depende, pelo menos em parte, da capacidade da organização de garantir financiamento adequado de seus membros. A Assembleia Mundial da Saúde finalmente concordou em aumentar a quantidade de contribuições avaliadas dos Estados-membros, mas é improvável que isso seja suficiente para resolver todos os problemas financeiros enfrentados pela OMS. Analisamos mais de perto a estrutura do orçamento da OMS em nossa seção onde os dados falam “Data Speak Section”.

Os trabalhadores da saúde [Health workers](#) também se encontraram na agenda da Assembleia Mundial de Saúde. Nos reunimos com Baba Aye, Diretor de Saúde e Setor Social da Public Services International, para discutir o que está por vir para os trabalhadores e sindicatos do setor saúde após as decisões da Assembleia.

[World Trade Organization and Pandemic response: Time is up](#) Na 12ª Conferência Ministerial da OMC, que acontece de 12 a 16 de junho, os delegados comerciais provavelmente aprovarão uma decisão sem sentido do Covid-19 na tentativa de salvaguardar o rosto da organização após meses de negociações fracassadas para a suspensão de regras comerciais prejudiciais sobre propriedade intelectual.

[Private monopolies hinder progress on public health: intellectual property at the 75th World Health Assembly](#) A obstrução por parte das empresas farmacêuticas do Norte Global e o uso indevido de privilégios monopólios continuam a retardar a pesquisa sobre novas vacinas e medicamentos, com efeitos desastrosos para a saúde das pessoas no Sul Global. Discussões na 75ª Assembleia Mundial de Saúde pouco fizeram para abordar isso.

[World Health Assembly falls short of insulating food and alcohol plans from commercial interests](#) Sem ações mais fortes para combater a influência das empresas transnacionais de álcool e alimentos, os danos à saúde impulsionados pela indústria continuarão a persistir.

[Obesity pandemic at the World Health Assembly: when the unhinged market feeds disease](#) A Assembleia Mundial de Saúde deste ano destacou as discussões sobre obesidade. No entanto, a implementação de políticas sérias para lidar com o problema está sendo prejudicada pela abordagem multi-stakeholder, que está permitindo que as indústrias influenciem a conversa.

[Is corporate lobbying influencing US positions at the WHO?](#) Um novo relatório mostra que as corporações dos EUA e suas organizações guarda-chuva estão alocando quantias crescentes de dinheiro para moldar as intervenções dos delegados na OMS, com efeitos potencialmente desastrosos na saúde.

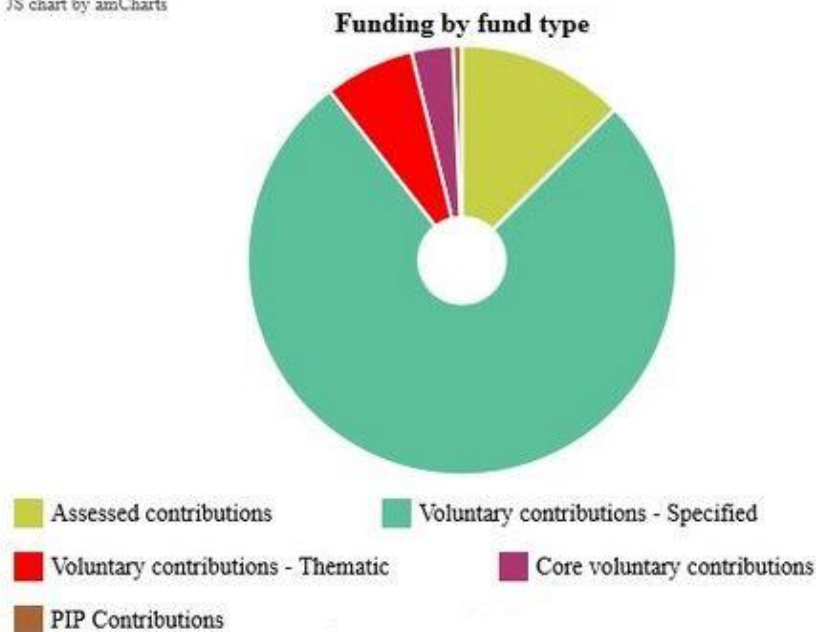
[Sustainably financing the World Health Organization](#) O financiamento sustentável da OMS foi um dos temas mais esperados da 75ª Assembleia Mundial de Saúde. Embora tenham sido feitos progressos através de esforços de um grupo de trabalho designado, as preocupações permanecem de que o aumento planejado não será suficiente para atender às necessidades reais.

[Video: Trade unions and civil society ask WHO members for stronger commitment to health workers' rights](#) Baba Aye, da Public Services International (PSI), analisa os principais pontos de discussão e os destaques da 75ª Assembleia Mundial de Saúde.

Os dados falam por si . “Data speaks”.

WHO Budget (fund type, until Q4 2021)

JS chart by amCharts



Source: WHO, <https://open.who.int/2020-21/contributors/contributor>

The World Health Organization's (WHO) budget is made of Assessed and Voluntary Contributions. Assessed Contributions are mandated contributions paid by each WHO member state, which can be used for a range of activities and programmes. While these contributions represent a type of funding which allows independent priority-setting by WHO itself, for a long time their amount was frozen at 1993 levels because of pressure from the United States.

As Assessed Contributions were not enough to guarantee the fulfillment of all programmes and activities, the WHO began to rely more and more on Voluntary Contributions, donations that members, as well as other entities like the Bill and Melinda Gates Foundation, choose to give the organization. By the end of 2021, 76% of the overall WHO budget consisted of Specified Voluntary Contributions, which are allocated for a specific programme area by the member states or other donors. This approach has led to some programmes receiving more than enough money for fulfilling their aims, while others remain underfunded and unable to achieve their goals.

While a recent decision by the 75th World Health Assembly to increase Assessed Contributions over a set period of time might lead to small-scale improvements, this alone will not be enough to address the skewness of the budget towards specified, tied funding which makes it more difficult for WHO to play the role it's supposed to play.

2. Renúncia parcial de IP criticada em todas as frentes. <https://healthpolicy-watch.news/wto-negotiators-agree-on-package-to-reduce-harmful-fishing-subsidies-and-limited-ip-waiver-on-covid-19-vaccines/>

Protesto na Indonésia contra o atraso na aprovação da OMC de uma isenção de TRIPS para vacinas COVID-19. O longo acordo atrasado sobre uma isenção parcial de IP para vacinas COVID-19 visa aliviar as regras sob as quais os países em desenvolvimento podem produzir e exportar versões biossimilares (genéricas) de vacinas, sem permissão dos detentores de patentes. Passou após a entrada de última hora dos Estados Unidos e da China, disse Okonjo-Iweala. Presumivelmente, os Estados Unidos tiveram de concordar com a cláusula que prevê negociações sobre testes e tratamentos em seis meses; até agora, só havia concordado com a isenção de vacinas — para desgosto dos defensores da vacina.

Como um dos maiores exportadores de vacinas do mundo, a China também teve que concordar em renunciar à linguagem que a exclui implicitamente da isenção de IP. Uma nota de rodapé do acordo diz que os países em desenvolvimento que podem tomar vacinas COVID-19 "são encorajados a assumir um compromisso vinculativo para não aproveitarem-se dessa decisão. Tais compromissos vinculativos incluem declarações feitas por membros elegíveis ao Conselho Geral, como as feitas na reunião do Conselho Geral em 10 de maio de 2022, e serão registradas pelo Conselho de VIAGENS e serão compiladas e publicadas publicamente no site da OMC."

A China, que exportou mais de 10% das vacinas COVID-19 do mundo em 2021, havia dito explicitamente no processo do Conselho Geral que não se beneficiaria da renúncia, mas se opôs à linguagem que exclui explicitamente grandes exportadores de países em desenvolvimento. A renúncia temporária substituiu algumas proteções existentes da OMC "TRIPS" sobre propriedade intelectual, permitindo que os países em desenvolvimento produzam e exportem vacinas COVID-19 sem licença do detentor de patentes, sob termos um pouco relaxados.

Acordo final de renúncia de IP denunciado pelo co-patrocinador Índia e pela indústria farmacêutica. Briefing de imprensa quarta-feira em Genebra pela diretora executiva da ONU AIDS Winnie Byanyima (segunda à direita) e opositores da sociedade civil ao texto atual da renúncia ip da OMC. Mas, ao contrário do acordo sobre os subsídios à pesca, não houve celebração sobre o texto final da renúncia de IP — que é limitado no escopo, bem como carregando uma série de novas condições que muitos defensores originais descreveram como precedentes potencialmente perigosos. O texto foi alvo de críticas imediatas da indústria farmacêutica e da Índia, um dos co-patrocinadores originais da iniciativa de renúncia.

Os líderes do setor farmacêutico compartilham uma "profunda decepção com a decisão tomada de adotar uma renúncia de TRIPS, apesar da propriedade intelectual (IP) não ser uma barreira para a escala de vacinas e o amplo reconhecimento do excedente de vacinas", disse a Federação Internacional de Fabricantes & Associações Farmacêuticas (IFPMA), com sede em Genebra, em comunicado. Médecins Sans Frontières (MSF) descreveu-a como um "fracasso global devastador", enquanto Ellen t'Hoën, da Medicines, Law and Policy disse que "não era mais uma renúncia de TRIPS no sentido de que foi proposta pela África do Sul e Índia em outubro de 2020". Embora tenha reconhecido que a nova medida "pode tornar a emissão de uma licença compulsória fácil e rápida e ajudará os poucos países que atualmente não possuem mecanismos de licenciamento obrigatório viável".

Jamie Love, da Knowledge Ecology International, disse que "embora o texto não tenha impacto na equidade da vacina COVID-19 muito ou em tudo, há alguns forros de prata". Ele os chamou de requisitos "mais curtos e mais utilizáveis" para notificar a OMC das vacinas produzidas sob a renúncia à exportação, bem como a renúncia a qualquer limitação às importações por países sem capacidade de fabricação própria. "Se a decisão for estendida à

terapêutica em seis meses, pode ser muito mais valor, dadas as restrições de fornecimento de terapêutica e o caminho regulatório muito melhor", acrescentou.

Enquanto isso, a Índia disse que o acordo de longa data sobre a isenção de IP da vacina havia perdido sua relevância à luz do excesso de oferta da vacina. "O que estamos recebendo é completamente meio assado e não nos permitirá fazer nenhuma vacina", disse Goyal, da Índia, em um comunicado publicado no início desta semana no site de seu ministério. "É tarde demais. Não há mais demanda por vacinas." Ele disse, no entanto, que sua nação espera que a medida leve a um acordo mais amplo daqui a meio ano: "Nossa esperança e desejo era que este fosse o começo e em 6 meses eles decidirão sobre a terapêutica e os diagnósticos".

Elaine Ruth Fletcher contribuiu para a reportagem e a escrita desta história.

3.Doha 20 anos depois - A promessa foi traída? SouthViews nº 238, 20 de junho de 2022.
<https://mailchi.mp/southcentre/southviews-doha-twenty-years-on-has-the-promise-been-betrayed?e=17e0b60518> Autores: Yousuf Vawda, Associado sênior de pesquisa, Escola de Direito, Universidade de KwaZulu-Natal, e Bonginkosi Shoji, Pós-Doutorando, Instituto de Ética Prática, Universidade da Califórnia San Diego e Pesquisador Honorário, Escola de Direito, Universidade de KwaZulu-Natal

O vigésimo aniversário da Declaração de Doha, em novembro de 2021, ocorreu em meio à pandemia COVID-19. A experiência dos últimos dois anos demonstrou que os próprios fatores que necessitavam da Declaração — os problemas de acesso injusto a medicamentos e outras tecnologias de saúde para os pobres do mundo — continuam a nos atormentar.

A promessa da Declaração de Doha foi traída? Nesta contribuição, nos engajamos criticamente com essa questão, focando nossa avaliação sobre se a Declaração de Doha foi bem sucedida no cumprimento de seus compromissos com: (a) avançar no acesso à saúde; b Equidade e equidade nas relações entre os Estados-Membros da OMC; e (c) reconhecer perspectivas do mundo em desenvolvimento na formulação da política de IP. Em última análise, concluímos que a promessa da Declaração de Doha não se concretizou. Há muitas razões para isso. Por exemplo, os governos de países desenvolvidos intencionalmente minaram a Declaração por sua insistência em inserir disposições mais onerosas de TRIPS-plus em acordos de livre comércio e acordos de parceria econômica, que dizem as flexibilidades limitadas permitidas pelo Acordo TRIPS. E onde os países têm procurado usar tais flexibilidades, eles foram atacados por uma indústria farmacêutica excessivamente litigiosa, e ameaças de governos como a Lista de Observação dos EUA 301. Por essas razões, defendemos a necessidade de paradigmas alternativos para desafiar a hegemonia ocidental e as normas relativas ao PI e outras questões relacionadas ao comércio, e por efetivamente desafiá-lo através da aplicação de uma abordagem de "decolonialidade".

4.O inverso da diferença (versão 2010). Benjamin Arditti.
https://www.academia.edu/879114/El_reverso_de_la_diferencia_versi%C3%B3n_2010?email_work_card=view-paper

El reverso de la diferencia (versión 2010). Benjamin Arditti.

"La reivindicación de la diferencia ha tenido una importancia estratégica en la crítica de enfoques más restrictivos de la política y el sujeto. Contribuyó a legitimar movimientos sociales contra la inveterada reducción de la acción política al territorio de los partidos y a la conquista

de posiciones de poder en el Estado. Dentro de la izquierda ayudó a legitimar las identidades de género, raciales y étnicas en un medio dominado por el marxismo vulgar que se empeñaba en reducir toda identidad política a la del sujeto de clase. Pero ocurrieron dos cosas inesperadas. Por una parte, la izquierda cultural postergó la cuestión de la estrategia —qué se iba a hacer de allí en adelante— y se abocó a una búsqueda entusiasta de un creciente refinamiento conceptual del aparato crítico; por otra, hubo un reconocimiento tardío de dos problemas políticos, el de los límites a las diferencias aceptables y el del endurecimiento creciente de las fronteras entre grupos. Al plantear esto mi intención no es cuestionar la legitimidad de la diferencia, o descartar los esfuerzos progresistas para afirmarla. Mas bien quiero explorar un conjunto de consecuencias menos auspiciosas —lo que aquí se denomina el reverso de la diferencia— que surge a la par con nuestra defensa y celebración de la particularidad. Me refiero a un excesivo celo particularista y un simultáneo descrédito de los universales. Luego de ver el reverso de la diferencia examinaré el retorno de los universales como categorías impuras antes que como referentes trascendentales. Desarrollaré esto apelando a la distinción que hace la lengua Guaraní entre el oré o nosotros excluyente y el ñandé o nosotros incluyente. El juego continuo entre uno y otro nos dará una clave de lectura para introducir la relación entre particularismo y universalismo, así como para pensar la idea de comunidad como un espacio necesariamente escindido y no como un todo armónico."

O inverso da diferença (versão 2010). Benjamin Arditti.

"A reprovação da diferença teve uma importância estratégica na crítica de abordagens mais restritivas à política e ao tema. Contribuiu para legitimar movimentos sociais contra a inveterada redução da ação política ao território dos partidos e a conquista de posições de poder no Estado. Dentro da esquerda, ajudou a legitimar identidades de gênero, raciais e étnicas em um meio dominado pelo marxismo vulgar que insistia em reduzir toda a identidade política à do sujeito de classe. Mas duas coisas inesperadas aconteceram. Por um lado, a esquerda cultural adiou a questão da estratégia — o que seria feito a partir de então — e se engajou em uma busca entusiasmada por um crescente refinamento conceitual do aparelho crítico; por outro lado, houve um reconhecimento tardio de dois problemas políticos, o dos limites às diferenças aceitáveis e o do crescente aperto de fronteiras entre os grupos.

Ao levantar isso, minha intenção não é questionar a legitimidade da diferença, ou descartar esforços progressistas para afirmá-la. Em vez disso, quero explorar um conjunto de consequências menos auspiciosas — o que é chamado de inverso da diferença aqui — que surge em conjunto com nossa defesa e celebração da particularidade. Refiro-me a um zelo particularista excessivo e a um descrédito simultâneo dos universais. Depois de ver o inverso da diferença, examinarei o retorno dos universais como categorias impuras e não como referências transcendentais. Vou desenvolver isso apelando para a distinção que a língua Guaraní faz entre o oré ou nós excludente e o ñandé ou nós inclusivo. O jogo contínuo entre um e outro nos dará a chave da leitura para introduzir a relação entre particularismo e universalismo, bem como pensar na ideia de comunidade como um espaço necessariamente dividido e não como um todo harmonioso."

Instituições da sociedade civil na saúde global e diplomacia da saúde

Anna Carole D’Amelio, Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Patrícia Lewis e Luis Eugênio de Souza

Introdução

Nesta edição, são registradas manifestações públicas de 17 das cerca de 50 organizações monitoradas. Foram discutidos temas como tratado pandêmico, escassez da força de trabalho na enfermagem, guerras e conflitos, doenças transmissíveis e não transmissíveis, iniquidades raciais e em saúde, varíola dos macacos, entre outros.

O destaque do período foi a aprovação pela 12ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio de uma resolução que não remove os obstáculos de propriedade intelectual em relação à vacina contra a covid-19 e ainda adiciona mais restrições às flexibilidades existentes para a produção de medicamentos.

Muitas organizações da sociedade civil, todas de interesse público, divulgaram cartas e manifestos, denunciando o acordo como vergonhoso por não enfrentar o oligopólio farmacêutico e estabelecer um precedente negativo para futuras crises e pandemias globais de saúde.

O tema, no entanto, passou ao largo das Organizações de Interesse Privado que focaram suas manifestações nas mudanças climáticas e na construção de sistemas de saúde resilientes.

A) ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

Acordo Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio de medicamentos para Covid-19

A [Drugs for Neglected Diseases DNDi](#) se uniu a outras organizações da sociedade civil para pressionar, por meio de uma [carta aberta](#), os ministros do comércio a não aceitarem o atual projeto de Decisão Ministerial sobre o Acordo TRIPS e negociar uma isenção robusta, incluindo todos os produtos (vacinas, testes e tratamentos) relacionadas a Covid-19.

Também um conjunto de 298 entidades da sociedade civil, incluindo a [WFPHA](#), além da Action Aid International, Anistia Internacional, Greenpeace, Movimento pela Saúde dos Povos e Peoples Vaccine Alliance, entre outras, lançou uma [chamada urgente](#) aos governos para quebrar o estrangulamento que a Big Pharma e a OMC estão impondo ao acesso a medicamentos, aproveitando a realização da reunião da 12ª Conferência Ministerial da OMC nesta semana.

Em [carta aberta](#), o [People’s Vaccine Movement](#) pede aos delegados da OMC para que pressionem pela remoção de todas as barreiras à produção diversificada de vacinas, testes e medicamentos no Sul global para garantir o acesso em países de renda média e baixa.

A organização [Public Citizen](#) publicou um manifesto imediatamente após a divulgação de que os membros da OMC haviam chegado a um consenso sobre o acordo TRIPS e as vacinas contra a COVID-19. Segundo a declaração, o acordo é vergonhoso, prioriza os lucros, e não ajudará a salvar vidas nesta ou em futuras pandemias.

Os [Médicos Sem Fronteiras](#) (MSF) se mostram desapontados com o resultado da [renúncia à propriedade intelectual para ferramentas médicas COVID-19, assinado na conferência ministerial da OMC](#). As medidas contidas na decisão não garantirão o acesso às

ferramentas médicas que salvam vidas, estabelecendo um precedente negativo para futuras crises e pandemias globais de saúde.

Tratado pandêmico

A Drugs for Neglected Diseases (DNDi) apontou suas contribuições ao esboço de [tratado pandêmico da OMS](#). A organização elogia o Órgão de Negociação Intergovernamental da OMS (Intergovernmental Negotiating Body-INB) por sua abordagem colaborativa e concentra os comentários em como o instrumento pode garantir melhor acesso equitativo a ferramentas de saúde. Destaca a necessidade de inclusão de epidemias existentes, resistência antimicrobiana e outras doenças propensas a pandemias e sensíveis ao clima, além da adoção de uma abordagem de Saúde Única.

Tamém a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) apresentou uma [declaração](#) ao INB, destacando a importância do tratado da pandemia prever mecanismos de transparência, compromisso e responsabilização dos organismos multilaterais e dos Estados-membros.

As [Women in Global Health](#) chamam a atenção para o fato de que os profissionais de saúde não são objeto do Tratado da Pandemia. Pagamento justo, equidade na liderança, trabalho decente e segurança são os temas apontados pela WGH como necessários para os profissionais.

Escassez de força de trabalho em saúde

O [Conselho Internacional de Enfermeiros](#) (ICN, sigla em inglês) apontou que a maior ameaça atual à saúde global é a escassez de força de trabalho. Segundo o ICN diz que o aumento alarmante do número de enfermeiros em greve em todo o mundo é uma consequência direta do fracasso dos governos em combater as fragilidades nos sistemas de saúde. A falta global de enfermeiros tenciona os trabalhadores que estão em serviço.

Guerras e conflitos

A International Federation of Medical Students' Associations ([IFMSA](#)) divulgou o Relatório Anual da *Safeguarding Health in Conflict Coalition*, organização que promove a segurança dos trabalhadores e serviços de saúde ameaçados por guerras ou distúrbios civis. Intitulado Violência Implacável, o [relatório](#) documenta 1.335 atos de violência contra de serviços de saúde em 2021 e pede responsabilidade e ação dos Estados.

A Internacional Progressista [se mobiliza contra o ataque de Erdoğan ao povo curdo](#). A organização defende o desmantelamento da máquina de guerra e a diplomacia baseada na cooperação e na convivência, tendo enviado uma delegação à Turquia.

A [CARE](#) e a Charity Foundation for Stabilization Support Services (CFSSS) estão trabalhando na assistência às pessoas necessitadas na Ucrânia. As organizações estão fornecendo alimentos e água, bem como distribuindo itens de higiene e pacotes médicos para os deslocados internos.

Na Cisjordânia, os MSF denunciam a [destruição contínua de casas de famílias palestinas pelas forças israelenses](#). A organização manifesta profunda preocupação com o impacto na vida das pessoas e continua fornecendo assistência médica e psicológica nas comunidades afetadas sob transferência forçada.

Educação

A [International Alliance of Patients' Organizations](#) desenvolveu a plataforma educacional [Patient Academy](#) para conscientização sobre doenças relevantes, em colaboração com a Viatrix.

A [World Heart Federation](#) assinou uma [carta aberta](#) às universidades e interessados, junto a dezenas de organizações, entre elas a ABRASCO, em que pedem a inclusão do tema das mudanças climáticas na formação de todos os profissionais de saúde.

Doenças Crônicas Não Transmissíveis

A [NCD Alliance](#) comentou o [relatório sobre Saúde Mental](#) da Organização Mundial de Saúde, chamando atenção para 20 assuntos importantes, tais como: o quão comum são os transtornos mentais; questões de gênero, indicando ser a doença mais comum em mulheres do que em homens; o impacto das doenças na expectativa de vida, em países ricos e pobres e sua relação com as Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

A International Federation of Ageing (IFA) divulgou o [estudo](#) que mostra que barreiras, como custo e longos tempos de espera, afetam a capacidade de adultos com diabetes receberem os cuidados de que precisam para prevenir a perda de visão relacionada ao diabetes.

Mudança climática

O movimento Global Citizen está atento à reunião dos líderes do G7, que começa no próximo dia 26 de junho, e publicou dois artigos, destacando os [principais pontos de atenção e ações que o grupo dos sete países mais ricos devem tomar para agir em relação à mudança climática](#).

A SB56, a reunião do clima de Bonn, começou no dia 6 de junho na Alemanha, e a Action Aid [se manifestou com insatisfação](#) em relação aos bloqueios de países ricos a assuntos importantes para o Sul Global nas discussões que antecedem a COP27.

A CARE International divulgou [um vídeo](#) do Coordenador de Comunicações e Advocacy da CARE Somália, Walter Mawere, que relata os eventos climáticos extremos que acontecem na Somália, em que destaca as consequências humanitárias catastróficas que atingem a região.

Doenças Transmissíveis

A Drugs for Neglected Diseases (DNDi) [comentou](#) as novas diretrizes de tratamento da Organização Mundial da Saúde (OMS) para co-infecção da leishmaniose visceral e HIV em áreas endêmicas da África Oriental e no Sudeste Asiático. O novo tratamento decorre de ensaios clínicos desenvolvidos nessas regiões, permitindo a adequação das medicações à virulência do parasita. O tratamento demonstrou ter uma taxa de eficácia de 88% na Etiópia e uma taxa de eficácia de 96% na Índia, enquanto a eficácia do tratamento padrão atual foi de 55%. Os estudos foram conduzidos por DNDi, MSF e parceiros.

A empresa farmacêutica global Cipla e a DNDi lançaram um [tratamento antirretroviral](#) para crianças pequenas que vivem com HIV na África do Sul. Esta nova formulação representa uma melhoria significativa em relação às formulações pediátricas de ARV.

MSF lançará a [aplicativo Antibioogo](#), recentemente certificado em conformidade com os padrões europeus de saúde, segurança e proteção ambiental. Trata-se de uma ferramenta de diagnóstico para combater a resistência a antibióticos em países de baixa e média renda.

Iniquidades de gênero

A [CARE Internacional](#) destacou a interrupção das atividades escolares para mulheres e meninas no Afeganistão, desde quando o governo do país mudou em agosto de 2021. No governo anterior e no atual a CARE forneceu, principalmente para as meninas, educação baseada na comunidade e programas de aprendizado acelerado, no entanto, os programas para meninas em idade escolar deixaram de ser executados no momento.

Em [comunicado](#) especial, a CARE divulgou o relatório “[O futuro do trabalho é sexista](#)”, que mostra que a pandemia gerou uma revolução na força de trabalho, a qual, ao contrário das anteriores, tem deixado as mulheres para trás. Os retrocessos incluem o aumento do trabalho de assistência não remunerado, o aumento da violência de gênero, os obstáculos que ao empreendedorismo das mulheres, a maior exclusão digital entre as mulheres, assim como o domínio de homens nas posições de comando.

B) ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PRIVADO

Mudanças climáticas

A [Fundação Bill e Melinda Gates](#) destacou que os eventos climáticos severos influenciados pela crise climática estão aumentando e afetando populações carentes, [ficando as mulheres ainda mais vulneráveis](#) à devastação.

Para a [Fundação Wellcome Trust](#), as mudanças climáticas estão prejudicando a saúde das comunidades ao redor do mundo e limitando o acesso a água. O [lago Urmia do Irã](#) é um exemplo de como a crise climática está transformando a água na Terra. Também se registram ameaças de [inundações](#) que afetam a vida cotidiana nas Filipinas. As altas temperaturas podem acelerar o crescimento de patógenos, aumentando o risco de [surto de cólera](#) e de [surto de salmonela](#) e [doenças transmitidas por vetores](#) (dengue, vírus Zika. Nesse sentido, distribui [informações](#) sobre o que isso significa para a saúde global e o que pode ser feito para limitar os danos.

A [Fundação Rockefeller](#) destacou a parceria com a Green Health Alliance para ações climáticas na Índia. Destacou também a iniciativa Blue Forest Conservation para financiar a [restauração florestal](#) no oeste dos EUA e a assistência a [líderes comunitários](#) para acesso à energia confiável em Porto Rico.

A [Fundação Wellcome Trust](#) está concedendo até 2 milhões de libras esterlinas para pesquisas sobre o efeito do calor extremo na saúde materna e infantil.

Sobre a segurança alimentar

Para a [Fundação Wellcome Trust](#), as mudanças climáticas estão dificultando a produção de alimentos, contribuindo para a escassez e aumento dos preços. Segundo a Fundação, até 2050, o mundo precisará alimentar mais dois bilhões de pessoas e a preocupação é [como garantir um futuro saudável e sustentável para todos](#), destacando que os atuais sistemas alimentares do mundo produzem mais gases de efeito estufa do que todos os carros do planeta.

Segundo a [Fundação Rockefeller](#), a partir da guerra da Rússia contra a Ucrânia, se agravou a crise global de segurança alimentar enfrentada, sobretudo, pelos países em desenvolvimento. Junto à Conferência de Segurança de Munique, a fundação pede à comunidade internacional que [responda de maneira coordenada](#) para enfrentar a crise.

Sistemas de saúde resilientes

O [Global Fund](#) considera que sistemas resilientes e sustentáveis de saúde são importantes para não apenas para enfrentar o HIV, a tuberculose e a malária, mas, sobretudo, para que os países combatam pandemias, se preparem para ameaças emergentes e acelerem o progresso em direção à cobertura universal de saúde.

Também para a [Fundação Bill e Melinda Gates](#), é importante construir sistemas de saúde equitativos. Os [investimentos em sistemas mais equitativos](#) ajudam as comunidades mais vulneráveis, como acontece em alguns países da [África](#), onde a coordenação entre governos, instituições regionais e organizações globais de saúde permite atingir avanços significativos.

A [Fundação Rockefeller](#) na Ásia, desenvolve um trabalho para criar um futuro que seja equitativo, inclusivo e justo, e que se concentre nas pessoas e no planeta.

Segundo o [Global Fund](#), [investir na saúde global](#) é fundamental para salvar vidas agora e proteger contra ameaças futuras. Destaca também a importância de investir em [capacitação de profissionais de saúde](#) como para fortalecer os sistemas de saúde.

O [Global Fund](#) e a [Fundação Rockefeller](#) estão unindo forças para alavancar [novas tecnologias e ferramentas digitais](#) para transformar os sistemas de saúde da comunidade. Cita, como exemplo, a parceria com a USAID, a IFAC e a Gavi para melhorar a [transparência financeira](#) e as práticas de auditoria para a saúde global.

Doenças transmissíveis, incluindo a covid-19

O [Global Fund](#) apoiou a inovação no tratamento de Tuberculose Droga-Resistente na Geórgia, através do lançamento do aplicativo de tratamento por vídeo [AdhereTB](#) que pode reduzir as idas à clínica e auxiliar no uso de medicamentos em casa. Foi destacado também o esforço de comunidades, ativistas, governos e parceiros globais de saúde, resultando em um [progresso extraordinário](#) na luta contra o HIV.

O [Global Fund](#), a UNDP e a UNAIDS apoiam brigadas móveis em Djibuti que levam [testes de HIV e serviços de prevenção](#) às comunidades por meio de clínicas móveis.

A [Fundação Bill e Melinda Gates](#) destaca o avanço da campanha para [erradicar a pólio](#). Na África, apoia esforços para [combater a polio e parar a COVID-19](#). Com equipes de vacinadores treinados, a fundação fornece vacinas contra COVID-19 e reforça a capacidade local para distribuição de vacinas.

Sobre a [monkeypox](#), a [Fundação Wellcome Trust](#) destaca que as doenças infecciosas são um lembrete de nossa vulnerabilidade global compartilhada.

A [Fundação Rockefeller](#) elaborou uma [iniciativa de equidade na vacinação](#) para mostrar como dados e estratégias locais podem ajudar a diminuir disparidades raciais em taxas de vacinação e proteger mais pessoas do coronavírus.

Energia solar

O [Global Fund](#) destaca que algumas instalações de saúde enfrentam escassez de energia e apóia a iniciativa do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, [Solar for Health](#) na Zâmbia que ao mesmo tempo mitiga o impacto das mudanças climáticas.

Iniquidades de gênero e raça

Durante o mês do orgulho gay, a [Fundação Rockefeller](#) destacou a participação de [pessoas transgênero](#) no suporte à comunidade e apoio na vacinação contra o Covid-19.

A [Fundação Bill e Melinda Gates](#) destacou o compromisso do Quênia para acabar com a violência de gênero, passo crítico na luta pela igualdade de gênero.

O Fundação Rockefeller anunciou o fundo de investimento liderado por negros [Apis Heritage](#) como um exemplo de luta contra as desigualdades raciais. O fundo investe em empresas onde pelo menos 40% da força de trabalho é composta por trabalhadores negros.

C) EVENTOS

- A International Alliance of Patients' Organizations realizou o [1º Congresso Latinoamericano de pacientes](#) no dia 16 de junho, com o tema "Innovation, Good Governance and Equity in Latin American Health Systems through Patient Engagement, Insight and Co-production".
- A International Federation of Social Workers deu destaque ao [People's Global Summit, 'Co-construindo um Novo Mundo Eco-Social: Não Deixando Ninguém para Trás'](#) que acontecerá entre os dias 29 de junho e 2 de julho. Com participação de Antonio Guterres, Secretário Geral das Nações Unidas, entre outros, o evento terá uma programa de 24 horas, com muitos espaços de interação entre os participantes e palestrantes.
- No dia 17 de junho, a Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) realizou um [seminário](#) para discutir migrações e envelhecimento.
- O Health Systems Global realiza [chamada para 2022 HPSR Societal Awards](#). Os prêmios reconhecem contribuições para o campo da pesquisa de políticas e sistemas de saúde e fortalecimento de [sistemas de saúde](#). O prazo para submissão é 14 de julho de 2022.
- A CARE sediou sua [Conferência Nacional](#) (CNC) anual, de 6 a 7 de junho, em Washington, EUA. Em seu 19º ano, o CNC reúne um grupo diversificado com enfoque nas questões de gênero, para treinar, desenvolver habilidades e defender mudanças positivas para mulheres e meninas em todo o mundo.
- O Conselho Internacional de Enfermagem realizou em 14 de Junho um [Webinar especial](#) "Cuál es el estado de la situación de la enfermería de Latinoamérica en 2022?" com a participação de 15 Presidentes de Associações Nacionais de Enfermeiros de toda a América Latina.

Conclusão

A resolução da 12ª Conferência Ministerial da OMS que trata, entre outras coisas, das patentes para vacinas, testes e medicamentos para a covid-19 foi o tema central nas manifestações das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público no período, refletindo a urgência ainda presente de responder às demandas intensificadas com a pandemia de Covid-19.

Além disso, foram objetos de muitas manifestações o fortalecimento dos sistemas de saúde e temas correlatos como a escassez da força de trabalho, a necessidade de ampliar a formação profissional, a construção de um tratado pandêmico sob o princípio da equidade, as

preocupações com as mudanças climáticas e a insegurança alimentar mundial, as guerras e os conflitos.

É digno de nota que todas as manifestações enfatizam, reiteradamente, a importância do princípio ético da equidade e da atenção aos grupos em situação de vulnerabilidade e a necessidade de implementar políticas, acordos, cooperações e tratados que realmente não deixem ninguém para trás, nem indivíduos, nem o planeta como um todo. Essa reiteração, contudo, deixa à mostra que a busca da equidade não ultrapassou a esfera da retórica, permanecendo distante das ações concretas, o que evidencia a persistência das assimetrias do poder global e da disputa entre concepções de saúde como um direito humano ou como mercadoria.

G-77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Regina Ungerer

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaques do UNOSSC

Muito tem-se discutido atualmente sobre o combate a fome na linha de frente das emergências e como a pandemia do Covid-19 tem afetado enormemente as atividades econômicas ameaçando a vida de milhões de pessoas já vulneráveis pela insegurança alimentar, desnutrição, efeitos de conflitos e outros desastres.

Enquanto é importante discutir soluções emergenciais para enfrentar esta crise, não se pode esquecer de soluções que sejam mais duradouras que ultrapassem os modelos tradicionais de ajuda para combater a fome.

Por isso, destaco aqui uma discussão promovida pelo Escritório Regional para África da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre melhores práticas de Cooperação Sul-Sul para a segurança alimentar da África, como um todo.

Diálogo regional da África compartilha melhores práticas sobre cooperação Sul-Sul

O diálogo regional sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular (SSTC) na África foi organizado pelo Escritório Regional para África da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) que destacou o crescimento da demanda por soluções caseiras para os desafios de segurança alimentar do continente africano. A mensagem principal foi o compartilhamento de soluções e o enfrentamento coletivo de um caminho econômico e eficaz para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com o Diretor-Geral Adjunto da FAO e Representante Regional para a África Abebe Haile- Gabriel, a Cooperação Sul-Sul e Triangular (SSTC) vem desempenhando um papel maior do que nunca no cenário de desenvolvimento internacional e agora, é necessário renovar o compromisso de apoiar os países a alcançar a Agenda 2030 com novas formas de pensar e trabalhar. Nos últimos dez anos, a maioria dos programas SSTC da FAO foram implementados na África e a FAO vem ampliando seu papel facilitador de SSTC.

As novas Diretrizes para Ação SSTC da FAO têm defendido e facilitado a SSTC na agricultura, desenvolvimento rural, sistemas alimentares e redução da pobreza e nutrição, como parte da Década de Ação para acelerar a implementação da Agenda 2030, em particular ODS2 e ODS1.

Os países africanos vêm apoiando soluções criadas internamente. Os governos da Nigéria e Angola, por exemplo, estabeleceram fundos fiduciários unilaterais e o Fundo Fiduciário de Solidariedade da África foi estabelecido para facilitar a cooperação intrarregional.

Leia a [Diretriz de Ação da FAO para 2022-2025](#)

South-South Galaxy⁵⁶

Já mencionado anteriormente no [informes 7 e 12 de 2021](#), o South-South Galaxy é uma plataforma global de intercâmbio de conhecimento e de parcerias, apoiada pelo UNOSSC, agências da ONU e parceiros para o desenvolvimento. Atua como uma plataforma de soluções Sul-Sul consolidada para parceiros do Sul e o sistema da ONU, e opera como um balcão único para ser utilizado por todos os parceiros.

O South-South Galaxy conecta todas as plataformas existentes de compartilhamento de conhecimento Sul-Sul, em diversas áreas, tornando mais fácil para os parceiros do Sul acessar, navegar e encontrar soluções e experiências relevantes para serem utilizadas. Permite que os usuários acessem uma ampla gama de iniciativas, conhecimentos, soluções, pesquisa, parceiros e capacitação.

Com esta plataforma, os parceiros do sul são capazes de publicar suas soluções e necessidades de desenvolvimento, trocar conhecimento, promover parcerias, acessar pesquisas de ponta, apresentar e se envolver em iniciativas de capacitação e conectar o sistema das Nações Unidas com os parceiros Sul-Sul.

O South-South Galaxy também conecta os parceiros do sul com mecanismos de financiamento e, o mais importante, contribui com serviços de consultoria, conectando os parceiros do sul com especialistas temáticos de agências da ONU para fornecer apoio à implementação, quando solicitado.

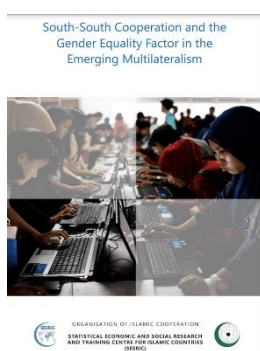
Atualmente, o South-South Galaxy apresenta centenas de soluções inovadoras de parceiros, incluindo agências da ONU, Estados Membros, organizações regionais e inter-regionais, ONGs, Organizações da Sociedade Civil entre outros parceiros de desenvolvimento.

Este banco de dados de Soluções tem como objetivo servir como um repositório de conhecimento, facilitando a troca de experiências entre as partes interessadas do Sul e criando oportunidades de parcerias com o objetivo de enfrentar desafios comuns para o desenvolvimento no Sul Global.

Abaixo, um destaque de Cooperação Sul-Sul dentro da Plataforma South-South Galaxy.

⁵⁶ Brochura sobre o South-South Galaxy: <https://www.southsouth-galaxy.org/wp-content/uploads/2019/10/South-South-Galaxy-Brochure-1-6-Web-Version.pdf>

Cooperação Sul-Sul e o Fator Igualdade de Gênero no Multilateralismo Emergente



Este documento temático sobre “Cooperação Sul-Sul e o Fator de Igualdade de Gênero no Multilateralismo Emergente” foi publicado em janeiro de 2022 pelo Centro de Pesquisa e Treinamento Estatístico, Econômico e Social para Países Islâmicos (SESRIC), em colaboração com o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC).

O documento destaca o potencial da cooperação Sul-Sul (CSS) em catalisar esforços para o reconhecimento do papel das mulheres no desenvolvimento sustentável e na conquista da igualdade de gênero no Sul Global.

Estruturado em cinco seções, o relatório define a cooperação Sul-Sul (CSS) usando exemplos de países do Sul Global e lança luz sobre a evolução histórica do CSS e seu papel na busca por uma agência no Sul Global. Uma das seções do documento analisa como a CSS, particularmente as abordagens multilaterais podem melhorar os resultados de gênero quando se trata de orçamento baseado em gênero; direitos de gênero; educação; alterações climáticas; sistemas alimentares no Sul global; migração; direitos de propriedade intelectual, conhecimento indígena e desenvolvimento; dados; análise baseada em evidências e planejamento e o setor privado. O documento desconstrói o papel do gênero na cooperação para o desenvolvimento, particularmente no que se refere à economia política, democratização e humanismo no Sul Global.

Ao aproveitar as experiências de iniciativas lideradas por mulheres em várias esferas da sociedade, este documento incentiva os parceiros de desenvolvimento e as partes interessadas a aproveitar a CSS para melhorar a experiência institucional, orientar o desenvolvimento de políticas e os processos de implementação de programas nos níveis local, nacional, regional e internacional.

[Para saber mais.](#)

Grupo G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁵⁷, Nairóbi (UNEP)⁵⁸, Paris (UNESCO)⁵⁹, Roma (FAO/IFAD)⁶⁰, Viena (UNIDO)⁶¹ e Washington ((G-24)⁶².

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano.

Entre os dias 04 a 17 de junho de 2022, o G-77 e a China participaram de quatro reuniões

New York, 08 de junho de 2022

Declaração feita pela Delegação do Paquistão, em nome do G-77 e da China no seguimento do PNUD na sessão anual de 2022 do Comitê Executivo do PNUD, UNFPA e UNOPS⁶³⁶⁴- Diálogo interativo com o Administrador do PNUD e Relatório anual.

É de notar que em 2021, várias crises ameaçaram os avanços de desenvolvimento global. Enquanto o mundo ainda está se recuperando dos impactos devastadores da pandemia de Covid-19 e da iminente catástrofe climática, a atual tensão geopolítica luta para alcançar a Agenda 2030 no restante da década de ação, se não nos comprometermos com ações ousadas e imediatas.

Os desafios agravados do peso insustentável da dívida; aumento dos preços das commodities e inflação; aumento do custo dos empréstimos; e restrições de liquidez obrigam muitos em países em desenvolvimento a fazer escolhas difíceis, tais como: salvar a vida das pessoas ou pagar suas dívidas. Essas dificuldades financeiras extremas já levaram alguns países em desenvolvimento ao calote de suas dívidas e outros podem seguir o exemplo.

O Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas tem um papel crucial a desempenhar no apoio aos esforços nacionais dos países para alcançar os ODS e enfrentar seus desafios de desenvolvimento e o G-77 e a China apreciam os esforços do PNUD em ajudar os países necessitados, neste sentido.

O papel do Conselho Executivo é garantir que as agências implementadoras estejam equipadas com orientação e ferramentas para enfrentar esses desafios. Para nortear o trabalho da diretoria, o Grupo destaca algumas prioridades.

Em primeiro lugar, a erradicação da pobreza deve permanecer o foco central do trabalho do PNUD.

⁵⁷ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

⁵⁸ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁵⁹ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁶⁰ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁶¹ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁶² G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

⁶³ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS)

⁶⁴ O Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS) é um braço operacional da ONU, dedicado à implementação de projetos para o Sistema das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais, governos e outros parceiros em todo o mundo

O acesso ao financiamento concessional é de importância crucial para os países em desenvolvimento. Apesar do apoio do PNUD aos países em desenvolvimento, nesta área, o Grupo considera que este apoio deva ser ampliado ainda mais.

O acesso à liquidez deve ser complementado por outras medidas imediatas, inclusive pelo cumprimento dos compromissos de longa data de disponibilizar 0,7% de sua renda nacional bruta e assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) e US\$ 100 bilhões em financiamento climático anual por países desenvolvidos, medidas de emergência para lidar com o sobre endividamento em muitos países em desenvolvimento e recanalização de pelo menos US\$ 250 bilhões de SDRs do FMI⁶⁵ não utilizados para países em desenvolvimento que precisam de liquidez.

Além disso, para garantir o acesso universal, são necessários esforços mais concertados para as medidas de proteção social como meio de salvar vidas e meios de subsistência.

É de notar que a mobilização de investimentos adequados em infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente em energia, agricultura, comunicações, transporte e tecnologia deve fazer parte da estratégia sinérgica para recuperação do Covid-19, desenvolvimento sustentável e ação climática.

O G-77 e a China estão cientes das múltiplas crises interligadas que se aproximam e que, sem dúvida, afetarão desproporcionalmente os mais pobres. A fim de responder efetivamente a isso, há uma extrema necessidade de o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas ter acesso a recursos financeiros previsíveis e regulares e o Grupo está extremamente preocupado com a tendência de grandes cortes na alocação de recursos para o desenvolvimento.

Além do desequilíbrio generalizado entre recursos essenciais e não essenciais, esses recentes cortes de financiamento ameaçam a viabilidade de longo prazo do pilar de desenvolvimento da ONU, que também, por meio do apoio a países em situações de conflito e pós-conflito, contribui para a construção da paz e sustentar a paz ao reduzir as necessidades das pessoas, abordar os riscos para a programação de desenvolvimento e promover a resiliência, de acordo com os mandatos de cada agência.

Enquanto o mundo enfrenta urgências humanitárias imediatas, também está à beira de uma crise global de desenvolvimento e esses cortes no financiamento básico do Sistema de Desenvolvimento da ONU podem ter um efeito duradouro sobre os mais vulneráveis, assim como podem interferir e paralisar as trajetórias de desenvolvimento coletivo e bem estar das pessoas das últimas décadas, bem como nas instituições que são projetadas para cumprir as aspirações de desenvolvimento.

De muitas maneiras, cortar o financiamento para o desenvolvimento é o oposto do que o mundo precisa no momento.

Reiteramos fortemente a importância de que os países concedam ao mandato central de desenvolvimento das Agências de Desenvolvimento da ONU, em particular o PNUD, e gostaríamos de enfatizar a importância e a necessidade de recursos essenciais para o PNUD cumprir seus importantes mandatos.

⁶⁵ Em 23 de agosto de 2021, o FMI emitiu um total de US\$ 650 bilhões em Reservas Especiais (SDRs) para que a economia global pudesse combater as implicações financeiras da pandemia de Covid-19

New York, 09 de junho de 2022

Declaração feita pela Delegação do Paquistão, em nome do G-77 e da China no seguimento do PNUD na sessão anual de 2022 do Comitê Executivo do PNUD, UNFPA e UNOPS: Fundo de desenvolvimento de Capital das Nações Unidas (UNCDF)

O mundo deve acelerar seus esforços para caminhar em direção a uma recuperação sustentável, inclusiva e resiliente da pandemia de Covid-19 e para alcançar a Agenda 2030 na década restante de ação, devemos acelerar os esforços para alcançar primeiro os ODS mais atrasados.

Nos países menos desenvolvidos, as baixas taxas de vacinação, combinadas com os crescentes desafios da dívida, inflação acelerada e insegurança alimentar crescente sugerem um caminho longo e árduo para a recuperação. Algumas estimativas postulam que seriam necessários em torno de US\$ 1 trilhão anualmente para alcançar os ODS nos 46 países menos desenvolvidos. A lacuna de financiamento anual estimada para alcançar a Agenda 2030 é de pelo menos US\$ 400 bilhões.

O Grupo destaca o relatório do Fundo de Desenvolvimento de Capital das Nações Unidas (UNCDF), que é a principal entidade de financiamento catalítico da ONU para os países menos desenvolvidos, sobre os resultados de 2021 e valoriza o progresso realizado, incluindo o alcance do mais alto nível de receitas para a organização.

O G-77 e a China apreciam o papel que o UNCDF desempenha na disponibilização de soluções de financiamento que beneficiam as populações dos países menos desenvolvidos. O apoio do UNCDF à inclusão financeira nos países em desenvolvimento é importante e a transição da organização para um foco na expansão dos serviços financeiros digitais é muito bem-vinda. Equipar os países menos desenvolvidos para aproveitarem as oportunidades das finanças digitais e a transformação digital mais ampla será fundamental para permitir que suas economias cresçam e aumentem sua produtividade.

É preciso incentivar o UNCDF a continuar seus esforços para apoiar a mobilização de financiamento para os ODSs para governos e outros atores locais como um centro da ONU para financiamento de governos locais. Particularmente, o G-77 e a China destacam o progresso com a Iniciativa de viver adaptado ao clima local (*Local Climate Adaptive Living Facility initiative - LoCAL*)⁶⁶, que continua a aumentar o número de países que apoia e que também goza de forte apropriação dos países participantes.

O G-77 e a China também destacam a expansão da carteira de empréstimos e garantias do UNCDF, em 2021, com foco especial nas pequenas e médias empresas dos países menos desenvolvidos. Quando usado e direcionado estrategicamente, esse tipo de financiamento é fundamental para ajudar a mobilizar quantias maiores de financiamento para pequenas e médias empresas para os ODS.

O veículo de investimento no balanço do UNCDF, o BRIDGE Facility⁶⁷, também é um importante mecanismo de apoio para a implementação do Programa de Ação de Doha,

⁶⁶ O Local Climate Adaptive Living Facility ajuda as autoridades governamentais locais nos países menos desenvolvidos e outros países em desenvolvimento a acessar financiamento climático, a capacitação e o apoio técnico de que precisam para responder e se adaptar às mudanças climáticas

⁶⁷ O mecanismo BRIDGE é um mecanismo de financiamento específico para os países menos desenvolvidos

disponibilizando capital de investimento catalítico para as micro, pequenas e médias empresas e pequenos projetos de investimento em países menos desenvolvidos e países graduados. Incentivamos o apoio ao UNCDF na ampliação desta instalação.

New York, 10 de junho de 2022

Declaração feita pela Delegação do Paquistão, em nome do G-77 e da China no seguimento do PNUD na sessão anual de 2022 do Comitê Executivo do PNUD, UNFPA e UNOPS: atualização sobre os esforços de implementação do reposicionamento do Sistema de Desenvolvimento da ONU

Embora já estivesse difícil para os países alcançarem seus ODS, não há dúvida de que a pandemia de Covid-19 e as tensões geopolíticas impactaram negativamente e prejudicaram muitos avanços na área do desenvolvimento. A pobreza extrema e a fome estão novamente em ascensão.

Também é evidente que os países em desenvolvimento foram desproporcionalmente impactados pela crise atual e que não há espaço fiscal necessário para alcançar todos os ODS em um cenário de endividamento insustentável, aumento dos preços das commodities e inflação global, entre outros desafios em curso. Essas dificuldades financeiras levaram muitos países em desenvolvimento a fazer escolhas difíceis: salvar a vida de seu povo ou pagar suas dívidas.

Durante o período de extrema dificuldade econômica e quando os países em desenvolvimento enfrentam múltiplas crises, deve-se fortalecer o Pilar de Desenvolvimento do Sistema de Desenvolvimento da ONU.

O G-77 e a China voltam a enfatizar que os mandatos estabelecidos pela AGNU, na Revisão Quadrienal de Políticas Abrangentes (QCPR) devem ser totalmente implementados pelo Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas. Os Conselhos Executivos precisam desempenhar seu papel de supervisão e orientação para garantir o pleno cumprimento dos mandatos acordados. As decisões do Conselho Executivo devem reenfatizar esses mandatos e não renegociar o já delicado equilíbrio alcançado na Assembleia Geral e ECOSOC. As decisões em desacordo com esses mandatos, não podem ser consideradas como precedente para futuras discussões e decisões.

Para o Grupo, princípios básicos como propriedade nacional e liderança são de importância crítica para alcançar resultados efetivos. Não deve haver uma abordagem única e o programa de cada país deve refletir as realidades e necessidades dos países que fazem parte do programa.

É evidente que o delicado equilíbrio no QCPR já está comprometido pela ênfase em questões institucionais das agências, mesmo no contexto de suas operações nos países e no relacionamento bilateral com os países do programa.

O QCPR é claro: “erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, conforme estabelecido na Agenda 2030”.

É, portanto, lamentável que ainda pareça haver resistência em reconhecer que a erradicação da pobreza continua a ser o objetivo primordial do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas.

O Grupo reconhece a importância de colocar o Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS) de “volta nos trilhos” e enfatiza as contribuições vitais do UNOPS para os países em desenvolvimento e para o próprio sistema de desenvolvimento da ONU. As irregularidades comunicadas relacionadas com os investimentos do S3i⁶⁸ são, evidentemente, objeto de grande preocupação entre os Estados-Membros. O foco na revisão dos controles internos precisa ser superado com urgência, pois é necessário que o foco dos investimentos volte a ser o desenvolvimento.

Além disso, parece haver um enfoque das atividades operacionais voltadas exclusivamente para questões institucionais e de eficiência, sem a devida consideração ou referência ao status preocupante do desenvolvimento global e o caminho para os ODS, incluindo a lacuna de financiamento para o pilar de desenvolvimento da ONU; os compromissos de financiamento não cumpridos pelos países desenvolvidos e a necessidade de investir mais energia intergovernamental, vontade política e recursos em soluções integradas em vez de discussões burocráticas.

New York, 10 de junho de 2022

Declaração feita pela Delegação do Paquistão, em nome do G-77 e da China durante as consultas informais sobre o segundo rascunho da Declaração Ministerial revisado do HLPF do ECOSOC de 2022. Este é o segundo rascunho desta declaração a ser discutida na AGNU.

No [Cadernos 7](#) de 28 de abril de 2022, já descrevemos sobre o *High Level Political Forum* (HLPF), quando foi criado e porquê e vale à pena ser revisto, pois tem informações importantes. Naquele momento, o G-77 e a China fizeram diversas considerações e sugestões à Declaração Ministerial final e aqui, nesta segunda rodada de discussões, o Grupo faz uma reflexão sobre este segundo rascunho, lembrando que a reunião do HLPF será realizada entre os dias 5 e 15 de julho próximo.

Neste segundo rascunho, o grupo observou que algumas de suas contribuições anteriores foram aceitas, mas muitas outras, sobre questões fundamentais para o G-77 e a China não foram levadas em consideração e, portanto, foram, outra vez, expressas e propostas nesta rodada de discussões, já que o Grupo considera de extrema importância, a sua inclusão na Declaração Ministerial final, correndo o risco de não haver consenso, se alterações importantes para o Grupo não forem incorporadas ao documento final.

Sendo este, um processo intergovernamental, é também necessário que haja tempo suficiente para que as delegações possam reagir a outras propostas de outras delegações.

E mais uma vez, o Grupo reitera a necessidade de aderir às terminologias dos documentos multilaterais da ONU, como a Agenda 2030, a Agenda de Ação de Adis Abeba, o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC) e outros documentos importantes da ONU nos campos econômico, social e ambiental ao longo deste texto.

Mas ressaltamos os pontos mais importantes destacados pelo G-77 e a China, para a versão final desta declaração:

⁶⁸ O objetivo da S3i é reduzir o risco e atrair investimentos do setor privado para projetos de infraestrutura em economias em desenvolvimento e emergentes

- ✓ O Grupo tem proposto consistentemente um parágrafo adicional reafirmando o direito ao desenvolvimento como um direito humano inalienável, considerando que a Agenda 2030 e seus ODS buscam realizar os direitos humanos de todos.
- ✓ A adição de uma frase reafirmando a importância de alcançar a segurança alimentar e expressando preocupação com o aumento drástico da fome, desnutrição e insegurança alimentar, especialmente nos países em desenvolvimento. Reiteram também que o G-77 e a China “permanecem seriamente preocupados” com o aumento da taxa de pobreza global.
- ✓ O Grupo propõe a adição de protecionismo, consumo insustentável e padrões de produção, no documento e que é preciso fortalecer a resiliência do valor global e das cadeias de suprimentos.
- ✓ O Grupo insiste na inclusão de uma referência a “países e pessoas sob ocupação estrangeira” e a adição de um parágrafo referente à necessidade de medidas efetivas a serem tomadas para remover os obstáculos à plena realização do direito determinação da vida das pessoas sob ocupação colonial e estrangeira.
- ✓ O Grupo também observa a necessidade de incluir uma referência à contribuição positiva dos migrantes para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável e para a resposta e recuperação da Covid-19.
- ✓ O Grupo solicita a inclusão da segurança escolar e propõe a adição de uma frase sobre ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
- ✓ O Grupo propõe a inclusão da educação primária e secundária para todas as meninas e meninos, de acordo com o indicador da Agenda 2030 e propõem acrescentar o “empoderamento das meninas através da educação” e adicionar empoderamento econômico de jovens e mulheres que permita sua parceria plena, igual, eficaz e significativa.
- ✓ O Grupo propõe a adição de uma referência à Segunda Conferência dos Oceanos da ONU a ser realizada em 27 de junho e propõem uma linguagem sobre a ameaça à saúde dos oceanos causada pelo gerenciamento inadequado de resíduos causado pela pandemia do Covid-19.
- ✓ Propõem também uma referência à cooperação Sul-Sul e Triangular e acrescentar “desafios de dimensão global” após a seca. Assim como uma linguagem para destacar os desafios específicos à África, os países menos desenvolvidos e os países sem litoral.
- ✓ Reiteram que a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, especialmente a Cooperação Norte-Sul, continua sendo um catalisador fundamental para o desenvolvimento.
- ✓ Propõem uma linguagem sobre a necessidade de maior integração dos países em desenvolvimento sem litoral no comércio mundial e nas cadeias globais de valor.
- ✓ Propõem um parágrafo sobre a contribuição do uso sustentável, proteção, conservação e restauração de ecossistemas de montanha para a implementação da Agenda 2030.

- ✓ Propõem um parágrafo sobre os desafios das mudanças climáticas, incluindo uma referência ao recente relatório da Convenção Internacional de Proteção Vegetal (IPPC)⁶⁹ incluindo à plena implementação de todos os compromissos, do Acordo de Paris, todos os resultados da COP26, incluindo o pacto climático de Glasgow e trabalhar para uma COP 27 ambiciosa.
- ✓ O documento deve incluir metas de temperatura e o objetivo de atingir o pico global o mais rápido possível, reconhecendo que levará mais tempo para os países em desenvolvimento e que é necessária uma ação acelerada nesta década com base na equidade, refletindo responsabilidades diferenciadas e respectivas capacidades e no contexto do desenvolvimento sustentável e dos esforços de erradicação da pobreza.
- ✓ O Grupo também está preocupado com o financiamento climático e que apesar das contribuições ao primeiro rascunho, vários aspectos relacionados à disponibilização dos US\$ 100 bilhões prometidos pelos países desenvolvidos e atrasado desde 2020; a necessidade de dobrar a provisão coletiva de financiamento climático dos níveis de 2019 até 2025 e a decisão de estabelecer uma nova meta quantificada de financiamento climático de um piso de 100 bilhões não está refletida neste segundo rascunho.
- ✓ O Grupo gostaria de ver destacado a importância de promover o desenvolvimento socioeconômico nas áreas rurais e a necessidade de criar condições para um trabalho decente para todos. Desta forma, seria importante a inclusão de uma referência ao Acelerador Global para a proteção social e de empregos para uma transição justa (*Global Accelerator on Jobs and Social Protection for Just Transitions*).
- ✓ Propõem a nomeação do painel para finalizar o Índice de Vulnerabilidade Multidimensional e encorajar a comunidade internacional a considerar a vulnerabilidade multidimensional como um critério para acessar financiamento concessional. A proposta é baseada na linguagem acordada do Documento Final do FfD⁷⁰.
- ✓ Propõem linguagem adicional sobre a necessidade de proteger as crianças do uso ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, conforme definido nos tratados internacionais relevantes.
- ✓ Propõem uma referência à necessidade de financiamento adequado, previsível e sustentável para o sistema de Coordenadores Residentes.
- ✓ Propõem um parágrafo sobre os compromissos voluntários de mais de 100 Estados Membros para conservar pelo menos 30% da terra e 30% do oceano global.
- ✓ Reiteram a proposta de investimento em infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente para a recuperação da Covid-19 e o alcance do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental.

⁶⁹ A Convenção Internacional de Proteção Vegetal (IPPC) é um tratado multilateral de 1951 da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) que visa assegurar uma ação coordenada e eficaz para prevenir e controlar a introdução e disseminação de pragas de plantas e produtos vegetais. A Convenção vai além da proteção de plantas cultivadas para a proteção da flora natural e produtos vegetais. Também leva em consideração danos diretos e indiretos por pragas, por isso inclui ervas daninhas.

⁷⁰ O documento final afirma que as estratégias de recuperação da Covid-19 devem ser projetadas para acelerar a implementação da Agenda 2030 na década de ação.

- ✓ Propõem linguagem adicional sobre o apoio necessário para países em desenvolvimento na identificação de projetos e mobilização de investimento público e privado e uma referência à canalização voluntária de SDR⁷¹ de US\$ 250 bilhões para todos os países em desenvolvimento necessitados.
- ✓ Propõem atenção ao relatório do Secretário-Geral Quadrienal sobre o andamento da implementação da Nova Agenda Urbana.
- ✓ Reafirmam seu compromisso de promover um sistema multilateral de comércio universal, aberto, baseado em regras, não discriminatório, equitativo, transparente e previsível.

Movimento dos Não Alinhados

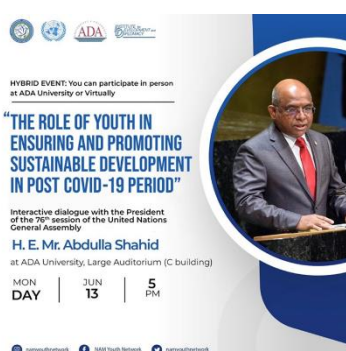
O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada cúpula e os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão.

Um dos desafios do Movimento dos não alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Destaque do MNA



No dia 13 de junho de 2022, foi organizado um encontro interativo e híbrido sobre o tema “Papel dos jovens na garantia e promoção do desenvolvimento sustentável no período pós-Covid” que foi sediado na [Universidade ADA](#)⁷².

Na ocasião, o Presidente da 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, H. E. Sr. Abdulla Shahid fez um discurso virtual em que destacou a oportunidade ímpar de conversar com estudantes da Universidade ADA e representantes da Rede de Jovens do Movimento dos não

alinhados (MNA)⁷³.

⁷¹ Em 23 de agosto de 2021, o FMI emitiu um total de US\$ 650 bilhões em Reservas Especiais (SDRs) para que a economia global pudesse combater as implicações financeiras da pandemia de Covid-19

⁷² A Universidade ADA, inicialmente chamada de Academia Diplomática do Azerbaijão, foi criada pelo Ministério das Relações Exteriores do Azerbaijão em março de 2006, com o objetivo de treinar especialistas para uma carreira diplomática em relações exteriores do Azerbaijão. Em 2014, com a expansão de seus programas, foi transformada em Universidade ADA.

⁷³ A Rede de Jovens do MNA é um grupo bastante ativo dentro do Movimento (Nota do autor)

O Sr. Abdulla Shahid destacou que um dos aspectos mais gratificantes de conversar e interagir com os jovens é sua esperança no futuro, pois os jovens ainda não se renderam ao cinismo que permeia o mundo, e eles acreditam no valor das instituições multilaterais e no valor das Nações Unidas. Os jovens se preocupam profundamente com as principais questões com as quais a humanidade agora lida, como: a mudança climática, os direitos humanos, o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade, a paz e segurança, para citar alguns. E como temos uma responsabilidade para com eles, os mais jovens sabem que precisam estar preparados para um dia arcar com o fardo das responsabilidades globais.

Na verdade, o seu otimismo e o seu senso de responsabilidade são inspiradores e nos obrigam a defender e tentar inculcar esses valores em nossos pares que devem estar atentos ao fato de os jovens continuarem firmes em seu otimismo, apesar das circunstâncias globais desafiadoras.

Os jovens estão amadurecendo em um mundo marcado por crises interconectadas e grandes incertezas. Nos últimos tempos, suas vidas foram alteradas por uma pandemia global que teve e ainda têm graves repercussões econômicas e que muito provavelmente, continuarão a repercutir ao longo de suas vidas profissionais.

O Sr. Abdulla Shahid destacou que os jovens são testemunhas e, às vezes, diretamente tocados por conflitos em todo o mundo; conflitos que deixaram um trágico tributo humanitário e devastaram sociedades inteiras. Mas eles não fecharam os olhos para o que está acontecendo no Afeganistão, Síria, Ucrânia e Palestina, entre outros lugares. E também não ignoram a condição do nosso planeta como: incêndios florestais violentos, secas, inundações, erosão do solo, padrões climáticos irregulares e extremos, e a lista continua.

No entanto, não se pode ter a esperança dos mais jovens, como certa e garantida e nós (os mais velhos) devemos isso a eles e devemos atender às suas expectativas de mudança, entendendo que eles buscam um mundo melhor, com lideranças mais ousadas que possam oferecer um futuro melhor. Por isso, não se contentam em ser passivos ou em que as decisões sejam tomadas por eles. Eles querem se envolver e contribuir com o mundo em que vivem. Eles têm o direito de ter suas vozes ouvidas e ter voz nas decisões que os afetam.

A “década de ação” que imaginamos se transformou em uma “década de recuperação” à medida que lidamos com as consequências de uma pandemia geracional, à medida que os conflitos proliferam e a crise climática que há muito temíamos se manifesta.

Toda a sociedade, inclusive os mais jovens, deve estar mobilizada para que possamos corrigir o rumo e alcançar uma linha de base mais promissora. Para que mais uma vez estejamos posicionados para cumprir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no prazo, sem deixar ninguém para trás.

O Sr. Abdulla Shahid disse ainda que em sua presidência na 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, sempre promoveu e deu prioridade à participação dos jovens e sempre fez questão de convidar os jovens para Eventos de Alto Nível na AGNU, encontrando-se com eles sempre que possível.

Neste sentido, o Sr. Abdulla Shahid lançou um programa intitulado “*Fellowship for HOPE*”, que trouxe a Nova York um pequeno grupo de jovens diplomatas e funcionários públicos de países sub-representados na ONU, particularmente os de países menos desenvolvidos, países

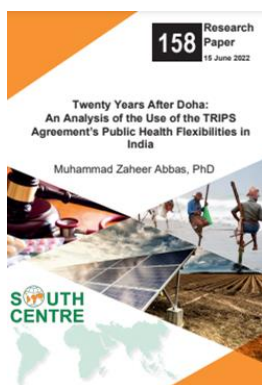
em desenvolvimento sem litoral e países insulares em desenvolvimento, garantindo também a representação geográfica e equilíbrio de gênero.

O Sr. Abdulla Shahid quer promover o engajamento dos jovens no multilateralismo e apoiar a próxima geração de diplomatas. Ao envolver jovens mulheres e homens no trabalho do multilateralismo global, ele acredita que podemos estabelecer bases mais sólidas para um futuro inclusivo e sustentável.

Centro Sul (*South Centre*)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, ao mesmo tempo que mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaque do South Centre



20 anos depois de Doha: Uma análise do uso das flexibilidades de saúde pública do Acordo TRIPS na Índia

A Organização Mundial do Comércio (OMC) vinculou a proteção da propriedade intelectual ao comércio.

O Acordo da OMC sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Acordo TRIPS), no entanto, incluiu uma série de flexibilidades de saúde pública para dar aos Estados Membros liberdade para adaptar suas leis nacionais de patentes para atender às suas necessidades individuais.

Em 2001, a [Declaração de Doha](#) esclareceu e reafirmou as flexibilidades existentes do acordo TRIPS. Este artigo argumenta que a Índia assumiu o papel principal na promulgação das flexibilidades de patentes substantivas e processuais do Acordo TRIPS ao introduzir medidas legislativas únicas para lidar com o problema de acesso a medicamentos.

Este artigo avalia o uso da seção 3(d) pela Índia como uma cláusula de exclusividade de assunto. Examina a validade constitucional e o cumprimento do TRIPS da seção 3(d). Também avalia o uso da flexibilidade da Índia para definir o termo “etapa inventiva”.

Além disso, este artigo avalia o uso do licenciamento compulsório pela Índia, a exceção mais notável aos direitos de patente previstos no Acordo TRIPS. Este estudo empírico é importante no contexto da pandemia de COVID-19, que mais uma vez destacou as mesmas questões de saúde pública que a Declaração de Doha procurou abordar há vinte anos.

Para ler este documento de pesquisa, [clique aqui](#).

Enquanto G7 e G20 tratam da Guerra e da pandemia a acessão do Brasil à OCDE ganha momentum

Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar

G7

Na última semana, foi realizada a visita dos líderes alemão, francês e italiano, respectivamente, Olaf Scholz, Emmanuel Macron e Mario Draghi à cidade de Kiev. A demonstração da continuidade do apoio não se resumiu, contudo à visita, uma vez que na ocasião os líderes europeus estenderam, a Volodymyr Zelensky, o convite para participar da cimeira do G7 (26-28 de junho)⁷⁴. Ao chegar em Kiev, Macron anunciou que era “uma mensagem de unidade europeia para com os ucranianos, um apoio”⁷⁵. Os líderes europeus visitaram a cidade de Irpin, destruída pela guerra e, em Kiev, também contaram com a participação do presidente romeno, Klaus Iohannis. No entanto, não ficou especificado se a participação ucraniana na cimeira se dará de forma presencial ou por videoconferência. Nas redes sociais, Zelensky aproveitou para agradecer e anunciar sua participação tanto no encontro do G7, como na cimeira da OTAN⁷⁶.

Segundo analistas, a visita busca afastar qualquer dúvida acerca do compromisso da União Europeia para com a Ucrânia – independente da dependência energética de muitos países membros, particularmente a Alemanha, em relação à Rússia. A analista Helena Ferri Gouveia, da CNN, faz algumas leituras sobre o que considera ser “uma operação de diplomacia pública muito significativa”, principalmente diante das críticas de que as autoridades europeias estariam apegadas aos laços com a Rússia, devido à dependência energética. Macron procura uma solução político-diplomática para o conflito, fazendo com que a Rússia não saia humilhada dessa guerra. Além disso a visita foi oportunidade para ganhar visibilidade às vésperas das eleições legislativas. Dragui, possui seu plano em 4 etapas para a resolução do conflito e Scholz sua política reticente de apoio à Ucrânia, como na demora no envio de armamento ao país, sendo pressionado pelos partidos alemães, tanto esquerda como direita, para tal⁷⁷. Em resposta às críticas, as autoridades garantiram estar fazendo o possível para reduzir o nível de dependência do petróleo e gás russo, a França respondeu que intensificará o envio de armamentos e Scholz garantiu que apoiará a adesão da Ucrânia à UE⁷⁸.

⁷⁴ A presidência alemã convidou cinco países para a tradicional seção de engajamento externo (outreach section): Argentina, Senegal, África do Sul, Índia e Indonésia. A Ucrânia irá então se juntar ao grupo, como uma demonstração de apoio do G7.

⁷⁵ Ucrânia: Emmanuel Macron em Kiev com Olaf Scholz e Mario Draghi. *RFI*. 2022. Disponível em: <<https://www.rfi.fr/pt/mundo/20220616-ucr%C3%A2nia-emmanuel-macron-em-kiev-com-olaf-scholz-e-mario-draghi>>. Acesso em: 17/06/2022.

⁷⁶ Zelensky aceitou convite para reunião do G7. *Notícias ao Minuto*. 2022. Disponível em: <<https://www.noticiasao minuto.com/mundo/2017095/zelensky-aceitou-convite-para-reuniao-do-g7>>. Acesso em 17/06/2022.

⁷⁷ Scholz, Macron e Draghi querem visitar Kiev antes da reunião dos G7. *CNN*. 2022. Disponível em: <<https://cnnportugal.iol.pt/amp/videos/scholz-macron-e-draghi-querem-visitar-kiev-antes-da-reuniao-dos-g7-quais-as-leituras-a-fazer-sobre-este-anuncio/62a6e7db0cf26256cd290dc8>>. Acesso em 17/06/2022.

⁷⁸ Líderes de França, Alemanha e Itália visitam a Ucrânia em exibição de apoio em meio a críticas. *Folha de São Paulo*. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/06/lideres-de-franca>>.



Também na última semana, ainda no que tange à Ucrânia, Joe Biden anunciou novo pacote de ajuda ao país. Serão mais 1 bilhão de dólares em ajuda militar, que pode permitir que Zelensky defenda Donbass contra o avanço russo. Ainda, na reunião do G7, está previsto que Biden anuncie um plano de financiamento a projetos de infraestrutura e saúde em vários países, de forma a rivalizar com a China. O anúncio foi feito pelo conselheiro de segurança nacional Jake Sullivan em 16/06. O plano contará com parte de recurso governamental americano e parte advinda do setor privado⁷⁹.

As perspectivas favoráveis à adoção de políticas de competição e/ou contenção em relação à China também estiveram presentes no encontro dos ministros da ciência que ocorreu em Frankfurt entre os dias 12-14 de junho. No encontro a afirmação da democracia como indutora (ou condicionante) do intercâmbio científico esteve no centro do debate e dividiu as posições do grupo. Alguns se colocaram favoráveis à expansão das redes de cooperação com países como a China, enquanto que a ministra da ciência alemã se colocou cautelosa com relação a “engajamentos com Estados autoritários como a China” e que é preciso “verificar criticamente” os vínculos de pesquisa com tais países. No entanto, não há indícios de que os países do G7 retirem a parceria, dada as contribuições da parceria para UE e EUA. O que houve, de fato, foi uma redução das colaborações conjuntas entre China e EUA diante das tensões geopolíticas desde 2016 e um esfriamento das publicações com a Europa, visto que, segundo os países, Pequim não estaria compartilhando o conhecimento científico de forma equitativa. Em relação à Rússia, EUA anunciou corte no desenvolvimento de pesquisas junto ao governo russo, no entanto, deu autonomia às universidades que agissem conforme a própria vontade.

Algumas prioridades nesse encontro foram levantadas como: 1) mudança climática e saúde dos oceanos. 2) reforço da cooperação em pesquisa e ciência. 3) pesquisa sobre os efeitos de longo prazo da COVID-19. Com relação a isso, os ministros defenderam a necessidade de intensificar a pesquisa científica sobre os efeitos a longo prazo das infecções de forma a contribuir com estratégias terapêuticas e de saúde a fim de reduzir a carga da doença.

[alemanha-italia-e-romenia-visitam-a-ucrania-em-demonstracao-de-apoio.shtml](#)>. Acesso em: 17/06/2022.

⁷⁹ Biden quer lançar plano de infraestrutura com o G7 para rivalizar com a China. VALOR. São Paulo. 2022. Disponível: <<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2022/06/16/biden-quer-lanar-plano-de-infraestrutura-com-o-g7-para-rivalizar-com-a-china.ghtml>>. Acesso em 17/06/2022.

Defenderam também mais coleta e compartilhamento de dados sobre os pacientes que tiveram a COVID-19⁸⁰⁸¹.



Na próxima quinzena vamos acompanhar os resultados da cimeira do G20, que terá lugar em Schloss Elmau, entre 26-28 de junho.

G20

Para além dos desafios económicos provocados pela pandemia de COVID-19, questões referentes à educação também têm repercutido no âmbito do G20. O fechamento de escolas, ou a suspensão de atividades presenciais, gerou impactos negativos no processo de aprendizagem de crianças e jovens no mundo todo. Com a pandemia ainda em curso, esses problemas persistem e são agravados para aqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade e com pouco ou nenhum acesso à tecnologia. Com isso em mente, aconteceu nesta quinzena o webinar gerenciado pelo C20⁸² intitulado “Acesso à uma Educação Universal, Inclusiva e Segura de Qualidade”, realizado pelo Grupo de Trabalho de Educação, Digitalização e Espaço Cívico (EDCSWG)⁸³.

O evento contou com a participação de autoridades governamentais e representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSC). Representantes da Save the Children (Reino Unido), mais de 1.6 bilhão de crianças ficaram fora da escola por conta da pandemia. Entre elas, 50% não tinham acesso a computadores e 43% não contavam com acesso a internet. Em países de renda baixa e média, a já significativa defasagem de aprendizado foi agravada pela pandemia – de 50% para 70%. Os participantes destacaram, ainda, o impacto desproporcional sobre meninas e mulheres, para quem a interrupção da experiência de aprendizado foi acompanhada do aumento de sua participação em tarefas domésticas e de cuidado. Nesse contexto, como

⁸⁰ G7 science ministers urge democracies to unite research efforts. Science Business. 2022. Disponível em: <<https://sciencebusiness.net/news/g7-science-ministers-urge-democracies-unite-research-efforts>>. Acesso em 17/06/2022.

⁸¹ Progress through science and research. G7 GERMANY. Disponível em: <<https://www.g7germany.de/g7-en/news/g7-articles/g7-science-ministers-2051870>>. Acesso em: 17/06/2022.

⁸² O Civil 20, ou C20, é o fórum para organizações da sociedade civil do G20.

⁸³ Urgency on Access to Universal, Inclusive and Safe Quality Education. G20. 2 jun 2022. Disponível em: <<https://g20.org/urgency-on-access-to-universal-inclusive-and-safe-quality-education/>> Acesso em: 16 jun 2022.

percebeu a representante da Children and Youth Advisory Network (CYAN), muitas famílias em situação de vulnerabilidade recorreram ao casamento e ao trabalho infantil como formas de contornar a situação. O ciclo de deficiência educacional resulta assim no aprofundamento das desigualdades sociais e de gênero.

Com base em dados coletados por essas organizações, participantes afirmaram a urgência da adoção de ações imediatas pelos líderes do bloco, particularmente no que concerne ao financiamento da educação. O presidente do Grupo de Trabalho de Educação (EDWG) reafirmou, então, o compromisso da Indonésia em promover a educação universal de qualidade, priorizando as crianças e jovens em áreas vulneráveis. Tais debates geraram ainda uma agenda proposta pelo C20 em torno das seguintes recomendações: (i) priorizar a população com maior vulnerabilidade, especialmente crianças fora da escola, meninas e mulheres, e moradores de áreas remotas; (ii) garantir um ambiente de aprendizagem seguro; (iii) garantir orçamentos adequados; e (iv) colaborar com professores, pais e cuidadores para fornecer métodos inovadores de ensino para uma educação mais resiliente.

No que se refere ao tema da saúde, foram realizados eventos preparatórios ao do primeiro encontro de Ministros da Saúde, que aconteceu nos dias 20 e 21 de junho em Yogyakarta. Nesse sentido, o Grupo de Trabalho de Saúde (HWG-2), liderado pelo Ministro da Saúde da Indonésia, organizou seu segundo encontro oficial nos dias 6 e 7 deste mês⁸⁴. Segundo Siti Nadia Tarmizi, porta-voz do G20 para a Saúde, o evento se propôs a iniciar discussões acerca da construção de um sistema de saúde global resiliente contra a ameaça de futuros desastres no âmbito da saúde. Aspectos referentes à coordenação, capacidades e resposta rápida, além, é claro, do financiamento do plano de mitigação dos efeitos da pandemia.

Figura 1 – Mesa de Discussão no Segundo Encontro do Grupo de Trabalho de Saúde



Fonte: G20 Indonesia. HWG is committed to formalizing the establishment of a pandemic (...). 8 jun 2022. Twitter: @g20org. Disponível em: <<https://twitter.com/g20org/status/1534430363929305088>>

Os delegados presentes enfatizaram a seguinte agenda: (i) a mobilização de recursos financeiros para a prevenção, preparação e resposta a pandemias (PPR), em especial a

⁸⁴ The 2nd HWG Meeting Focuses on Global Funding to Face the Next Pandemic. G20. 3 jun 2022. Disponível em: <<https://g20.org/the-2nd-hwg-meeting-focuses-on-global-funding-to-face-the-next-pandemic/>> Acesso em: 16 jun 2022.

continuidade da discussão sobre o Fundo Financeiro Intermediário (FFI)⁸⁵ em colaboração com o Banco Mundial e a Organização Mundial da Saúde (OMS); (ii) a mobilização de recursos de saúde; e (iii) a otimização da vigilância genômica e reforço de mecanismos de partilha de dados e informações confiáveis para promover incentivos para o fortalecimento da saúde pública global.

A reunião contou ainda com um evento paralelo para promover a melhora na implementação da abordagem de Saúde Única (“One Health” em inglês) nos níveis nacional, regional e global, como parte do compromisso do G20 firmado na Declaração de Roma de 2021. Com isso em mente, o fórum promoveu espaço para troca de boas práticas e o engajamento na formulação posterior de um Policy Brief que reunirá essas experiências – com o intuito de promover o fortalecimento e melhora da implementação da Saúde Única como modo de PPR para pandemias que podem ocorrer no futuro.

Para além desses eventos, nesta quinzena ocorreram os terceiros encontros do Grupo de Trabalho de Infraestrutura (IWG), nos dias 9 e 10 de junho em formato híbrido, e do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis (SFWG), nos dias 14 e 15 de junho em Bali. O primeiro evento⁸⁶ sublinhou seis tópicos-chave que continuarão a ser abordados no encontro promovido em setembro: o (i) investimento em infraestrutura sustentável; a (ii) inclusão social e desigualdade regional; (iii) infraestrutura transformadora pós-pandemia; (iv) indicadores de Infraestrutura de Investimento de Qualidade (QII); (v) infraestrutura digital e InfraTech; e (vi) e governança do Global Infrastructure Hub (GI Hub)⁸⁷.

Já o SFWG abordou questões relacionadas à promoção da transição para finanças mais sustentáveis e melhores condições para o seu financiamento⁸⁸, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e metas climáticas do Acordo de Paris. Foram destacados tanto o papel da tecnologia digital como redutor de custos de operações financeiras, quanto os impasses em relação à adoção, em âmbito global, de mecanismos políticos que incentivem o financiamento e investimento para uma transição mais sustentável. Ademais, discutiu-se a ampliação de instrumentos financeiros, com foco na melhoria da do acesso e redução de custos, o papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) e a ampliação do mercado local com o apoio de bancos nacionais de desenvolvimento, além do monitoramento do progresso do Roteiro de Finanças Sustentáveis do G20.

Por fim, em relação à esfera econômica, de acordo com o boletim informativo publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no dia 14 de junho⁸⁹,

⁸⁵ Para mais informações sobre este Fundo, consulte os informes de número 7 e 10 de 2022 do presente projeto de Cadernos CRIS Fiocruz.

⁸⁶ The 3rd Infrastructure Working Group (IWG) Meeting strives for Global Digital Infrastructure Development. G20. 10 jun 2022. Disponível em: <<https://g20.org/the-3rd-infrastructure-working-group-iwg-meeting-strives-for-global-digital-infrastructure-development/>> Acesso em: 16 jun 2022.

⁸⁷ Para mais informações sobre a iniciativa do GI Hub: <<https://www.gihub.org/>>

⁸⁸ Indonesia Encouraged the Accessibility and Affordability of Sustainable Finance Instruments at the 3rd SFWG Meeting. G20. 15 jun 2022. Disponível em: <<https://g20.org/indonesia-encouraged-the-accessibility-and-affordability-of-sustainable-finance-instruments-at-the-3rd-sfwg-meeting/>> Acesso em: 16 jun 2022.

⁸⁹ G20 GDP growth continues to slow in the first quarter of 2022. OECD. 14 jun 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/g20-gdp-growth-first-quarter-2022-oecd.htm#:~:text=In%20the%20OECD%20area%2C%20which,on%20countries'%20preliminary%20GDP%20releases.>>>

o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do G20 continuou desacelerado no primeiro trimestre deste ano. A desaceleração no bloco reflete, sobretudo, o desempenho mais fraco dos Estados Unidos, onde o PIB contraiu 0,4% em relação ao trimestre anterior. A explicação para tanto, segundo o informe, está principalmente nas mudanças no comércio, reduções no investimento e nos gastos governamentais com assistência para pandemia.

Apesar da tendência para a área do G20, alguns países registraram um crescimento em relação às taxas anteriores, é o caso do Brasil, Alemanha, México, Arábia Saudita, África do Sul e a União Europeia como um todo. Cabe destacar que o crescimento na Arábia Saudita, impulsionado pelo aumento acentuado das atividades petrolíferas, foi o mais alto entre as economias do bloco.

OCDE

Nesta quinzena, repercutiu na mídia nacional o sinal verde para o início do processo de adesão do Brasil à OCDE, aprovado por 38 países da Organização em 10 de junho de 2022, com condições e regras que devem ser seguidas pelo país para tornar-se efetivamente um membro.

O *roadmap* que condiciona a acessão, prevê a adoção de instrumentos jurídicos propostos pela Organização (dos quais o Brasil já adotou 112 dos 257), assim como alinhamento da visão de futuro dos países da OCDE, que inclui valores como democracia, direitos humanos, proteção do meio ambiente e garantia das liberdades individuais.⁹⁰

A Casa Civil reuniu o Conselho brasileiro da OCDE⁹¹ para alinhar os detalhes da acessão do país à organização, detalhar a adoção de mais cinco instrumentos legais⁹² da OCDE e elaborar um memorando Inicial sobre o país. A reunião ocorreu, contudo, em um clima de divergências inter-burocráticas entre ministros do governo Bolsonaro⁹³. A adoção dos novos instrumentos foi assinada pelo Comitê Gestor do Conselho Brasil -OCDE⁹⁴, uma sinalização do compromisso do país para a acessão ao Organismo.

Além disto, a representante da OCDE⁹⁵ afirmou que a adesão do Brasil à OCDE deve se tratar de um plano de Estado, e não limitado a um governo, para que os frutos da entrada no órgão sejam colhidos, principalmente no que tange investidores e fomento de boas práticas. O Secretário-Geral da OCDE, Mathias Cormann confirmou presença na semana Brasil-OCDE que ocorrerá no Palácio do Itamaraty em 20 a 24 de junho, fortalecendo então, esses laços entre o Brasil e a OCDE.

Com o recente assassinato de Dom e Bruno na Amazônia, e a repercussão internacional do caso, que escancarou as posições do governo brasileiro em relação aos chamados valores

⁹⁰ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61767467>, com acesso em 17 de junho de 2022.

⁹¹ <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/junho/casa-civil-alinha-os-proximos-passos-do-processo-de-acessao-do-brasil-a-ocde>, com acesso em 17 de junho de 2022.

⁹² <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/junho/brasil-adere-a-novos-instrumentos-da-ocde>, com acesso em 17 de junho de 2022.

⁹³ <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/ministros-de-bolsonaro-trocam-farpas-em-publico-na-reuniao-da-ocde/>, com acesso em 17 de junho de 2022.

⁹⁴ O Comitê é composto pela Casa Civil, Secretaria de Governo, Secretaria Geral, Ministério da Economia e pelo Ministério das Relações Exteriores.

⁹⁵ <https://tnonline.uol.com.br/noticias/economia/novik-entrada-do-brasil-na-ocde-deve-ser-compromisso-de-estado-nao-de-governo-653949?d=1>, com acesso em 17 de junho de 2022.

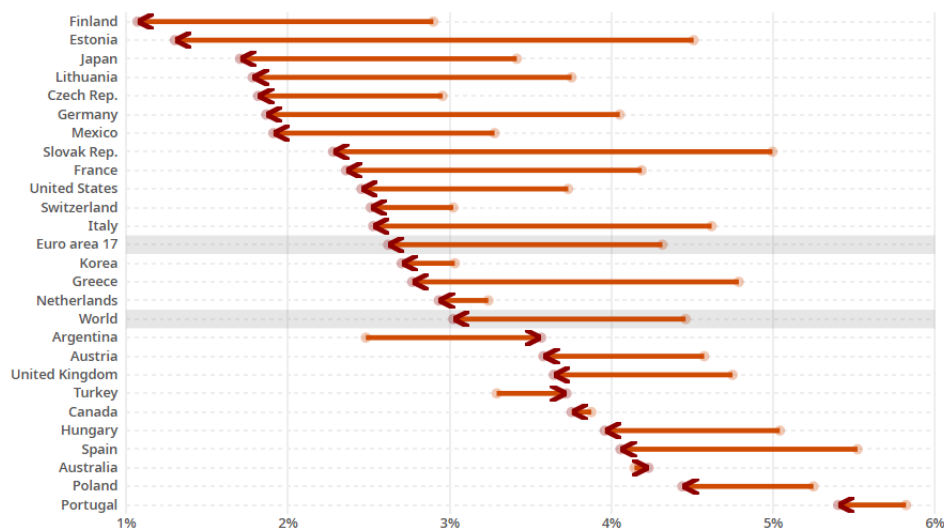
professados pela DE e seus membros é surpreendente que o secretário geral da organização participe do evento e busque dar impulso ao processo de acesso.

Apesar da notícia do início do ingresso do Brasil na OCDE, a previsão da organização é de que a economia do Brasil crescerá 5 vezes menos do que a global, com redução para 0,6%, dada a alta inflação, efeitos da guerra na Ucrânia e o consumo interno menor que o esperado pela organização, além das incertezas trazidas pelas eleições que ocorrerão este ano no país, de forma que a notícia repercutiu na mídia nacional⁹⁶.

Annual GDP growth projections for 2022

Year on year, %

● December 2021 projection ● June 2022 projection



Source: OECD Economic Outlook (Edition 2022/1).

A Guerra na Ucrânia foi o destaque internacional da OCDE, que publicou, em junho de 2022, um panorama dos impactos da guerra no mundo para além do desastre humanitário que atinge milhões de pessoas. A guerra, ao lado da política de covid zero da China impactou negativamente o crescimento da economia global e contribuiu para o aumento da inflação.

Food and energy prices have risen sharply

■ Food price index (2014-2016=100) ■ Brent crude oil (USD/barrel)



Source: OECD Economic Outlook (Edition 2022/1).

⁹⁶<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/08/economia-global-crescera-5-vezes-mais-que-brasil-em-2022-diz-ocde.ghtml>, com acesso em 17 de junho de 2022.

A próxima Cúpula dos BRICS e prioridades de cooperação em 2022

Claudia Hoirisch

A próxima Cúpula dos BRICS

A China organizará a XIV Cúpula virtual dos BRICS em Pequim em 23/06 sob o tema Promover a Parceria BRICS de alta qualidade, inaugurar uma nova era para o desenvolvimento global⁹⁷ marcando a primeira reunião desse tipo desde o desenrolar da crise da Ucrânia. Para promover uma parceria de alta qualidade, os BRICS deverão intensificar a coordenação sobre as principais questões internacionais e regionais para encarar os desafios comuns enfrentados pela humanidade e aprofundar a cooperação prática em todos os campos, entregar os resultados das Cúpulas anteriores e garantir que resultados concretos sejam alcançados. Deverão cooperar com outros países emergentes e em desenvolvimento, bem como organizações internacionais para ampliar a CSS para o desenvolvimento comum e a prosperidade⁹⁸.

Hoje, o mundo está passando por mudanças importantes agravadas pela pandemia de Covid-19. O sistema de governança global e o cenário internacional estão evoluindo a um ritmo acelerado e a recuperação econômica mundial está cada vez mais frágil com o aumento da lacuna entre o Norte e o Sul. Como grandes mercados emergentes e países em desenvolvimento, os países do BRICS assumem a missão de aumentar o bem-estar de suas populações e promover (a paz e) o desenvolvimento no mundo.

Para iniciar uma nova era para o desenvolvimento global, precisam se concentrar na promoção do multilateralismo, trabalhar juntos para promover uma economia mundial inovadora, manter cadeias industriais e de suprimentos estáveis e sem obstáculos e impulsionar a recuperação econômica mundial. Devem trabalhar juntos para combater a Cov-19, melhorar a cooperação na pesquisa de vacinas, produção e reconhecimento mútuo de normas, impulsionar a distribuição equitativa das vacinas e fortalecer a cooperação em saúde pública, com vistas a alcançar um desenvolvimento global mais saudável.

Dia 24/6, o presidente Xi sediará o Diálogo de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Global em Pequim sob o tema "Promover uma Parceria de Desenvolvimento Global para a Nova Era para implementar conjuntamente a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Líderes do BRICS e de mercados emergentes e PEDs participarão do evento.

Cabe lembrar que dia 19 de maio aconteceu uma reunião dos MRE. À margem da conferência dos MRE, a China que está pressionando pela expansão do bloco, também realizou uma reunião BRICS plus com MRE da Argentina, Cazaquistão, Arábia Saudita, Tailândia, Nigéria, Senegal, Egito e EAU. O NBD dos BRICS já admitiu o Uruguai, Bangladesh, Egito e EAU como seus membros. Os países do BRICS enquanto mecanismo de cooperação são importantes para os países emergentes, os PEDs e são uma importante plataforma para a cooperação sul-sul. Nesta Cúpula, os países irão discutir meios de conduzir a cooperação BRICS plus a níveis mais elevados, em mais áreas e em maior abrangência para injetar mais força nos BRICS na direção do desenvolvimento global quando o mundo enfrenta turbulências e desafios.

⁹⁷ [Xi Jinping, da China, sediará cúpula virtual para economias emergentes dos Brics | The Straits Times](#)

⁹⁸ [Presidente Xi sediará 14ª Cúpula dos BRICS \(xinhaxmt.com\)](#)

Prioridades de Cooperação dos BRICS em 2022

Para promover o multilateralismo, os países do BRICS devem consolidar ainda mais a parceria estratégica e continuar a alavancar mecanismos como a Reunião dos MRE e o mecanismo de reunião dos representantes permanentes do BRICS às instituições multilaterais e melhorar a coordenação sobre as principais questões globais e regionais.

Para salvaguardar a justiça e justiça nos assuntos internacionais é preciso os países do BRICS coordenem melhor sua posição dentro da ONU e outros quadros multilaterais, protejam o sistema internacional centrado na ONU e defendam a ordem internacional sustentada pelo direito internacional e as normas das relações internacionais com base nos princípios da Carta da ONU.

Para melhorar a Governança Econômica Global, é imperativo que os países do BRICS fortaleçam a coordenação nos quadros do G20, da OMC, do BM e do FMI, façam esforços conjuntos para melhorar o sistema e as regras de governança econômica global, mantenham o sistema multilateral de comércio com a OMC em seu cerne e promovam a reforma da OMC. Os países do BRICS devem continuar a pressionar pela conclusão da 16ª Revisão Geral de Cotas do FMI para pressionar a rede global de segurança financeira.

Na área da saúde, os países do BRICS devem trabalhar em solidariedade para combater a Cov-19. Para tanto, precisam fortalecer a cooperação em métodos de teste, a pesquisa terapêutica e a pesquisa, produção e reconhecimento de vacinas. Na área de vacinas, já lançaram antecipadamente o Centro de P&D de Vacinas dos BRICS em formato virtual e sediaram um seminário sobre cooperação de vacinas em março. Devem trabalhar com o resto da comunidade internacional para defender a abordagem baseada na ciência para rastrear as origens do COVID-19. Devem traduzir o consenso de que as vacinas são um bem público global em ações concretas, garantindo uma distribuição justa e equitativa, bem como sua acessibilidade nos PEDs e, assim, fechar a lacuna de imunização.

Precisam aproveitar mecanismos como a Reunião dos MS e a Rede de Pesquisa em TB, e cooperar no diálogo de políticas, compartilhamento de experiências e treinamento de pessoal no campo da **saúde pública** e precisam acelerar a criação do Sistema Integrado de Alerta Precoce do BRICS para a prevenção de riscos de doenças infecciosas em massa e implementar o MdE sobre cooperação no campo da Regulação de Produtos Médicos para o Uso Humano, e fortalecer a cooperação na medicina tradicional e na saúde digital para melhor prevenir e responder a crises futuras.

Na área de C&T, os países do BRICS devem implementar o Plano de Ação dos BRICS de Cooperação em Inovação para 2021-2024, construir a Rede de Centros de Transferência de Tecnologia do BRICS e incentivar a Rede iBRICS a desempenhar um papel maior. Também é importante que os países do BRICS realizem atividades como o BRICS STI Joint Call on research projects e fortaleçam a cooperação em programas emblemáticos.

Na área da Governança Global da Saúde, os países devem prestar apoio ao papel central de coordenação da ONU e da OMS e melhorar o sistema global de prevenção e controle de doenças, a fim de manter a segurança global em saúde pública. No âmbito da ONU e da OMS, devem apoiar a melhoria da governança global da saúde, com a participação de todos os Estados-membros e com base em consenso, com vistas a apoiar os PEDs no aprimoramento da capacidade dos serviços públicos de saúde.

No campo financeiro e monetário, com a realocação do NBD para sua sede permanente, os países do BRICS devem encorajar o NDB a continuar suas operações comerciais de forma constante, expandir gradualmente sua adesão e fornecer apoio financeiro e intelectual para os Estados-membros. Os BRICS também devem fortalecer o mecanismo de Arranjo de Reserva Contingencial (CRA) com a alteração de seu Tratado e outros documentos. É importante que os BRICS promovam o desenvolvimento dos mercados de títulos, estabelecendo o Fundo Local de Títulos de Moeda dos BRICS para aumentar as capacidades na resposta aos riscos financeiros.

A China estimula o modelo de cooperação "BRICS Plus"

O conselheiro de Estado chinês e MRE Wang Yi defendeu que as partes devem usar o modelo de cooperação "BRICS Plus" para criar um futuro promissor.

As observações de Wang vieram depois que ele presidiu um diálogo em vídeo de MRE entre os BRICS e mercados emergentes e países em desenvolvimento. A reunião chegou a quatro pontos de consenso.

Todos os lados concordaram em promover o multilateralismo que é um farol para os mercados emergentes e os países em desenvolvimento participarem da governança global. Todas as partes devem defender firmemente o verdadeiro multilateralismo, os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e trabalhar para aumentar a representação dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento na governança global.

Todos as partes concordaram em cooperar no combate à pandemia e não devem relaxar até que a pandemia acabe. Wang enfatizou que todos os lados devem se unir contra a epidemia, fortalecer a cooperação na P&D de vacinas e medicamentos e ajudar os PEDs a melhorar sua capacidade anti-epidêmica e proteger a saúde das pessoas.

Mercados emergentes e países em desenvolvimento têm experiências, ideias e interesses semelhantes. Nesse sentido, os países concordaram em promover o desenvolvimento comum, colocar o desenvolvimento no centro da agenda internacional, aumentar o investimento, garantir recursos e promover a implementação da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável.

Todos os ministros das Relações Exteriores que participaram do Diálogo apoiaram e concordaram com o modelo de cooperação "BRICS Plus" que é uma plataforma para mercados emergentes e países em desenvolvimento construído para cooperação e desenvolvimento.

Wang afirmou que "Devemos fazer bom uso do modelo de cooperação 'BRICS Plus' e receber mais países para participar e trabalhar juntos para promover a democracia nas relações internacionais, a inclusão na economia mundial e a justiça na governança global, e criar conjuntamente perspectivas auspiciosas e um futuro promissor".

Os países BRICS no desenrolar da invasão da Ucrânia

Três de seus membros - China, Índia e África do Sul - abstiveram-se de votar uma resolução das Nações Unidas condenando a invasão da Ucrânia pela Rússia.

China e Índia têm fortes laços militares com a Rússia e compram quantidades significativas de seu petróleo e gás. Xi em um telefonema na quarta-feira (15 de junho) assegurou ao seu homólogo russo Vladimir Putin que a China apoiará os principais interesses de Moscou em "soberania e segurança" - levando Washington a avisar Pequim que ele corre o risco

de acabar "do lado errado da história". A África do Sul, um dos poucos países africanos que exercem influência diplomática fora do continente, também se recusou a condenar a ação militar russa, para salvaguardar importantes laços econômicos.

Em meio ao conflito da Rússia com a Ucrânia, Xi conversa com Putin

O presidente Xi conversou ao telefone com Putin em junho. Xi observou que, desde o início deste ano, as relações bilaterais dos dois países mantiveram um bom impulso de desenvolvimento diante das turbulências e transformações globais. A cooperação econômica e comercial entre os dois países fez progressos constantes e a ponte transfronteiriça Heihe-Blagoveshchensk se abriu ao tráfego, criando um novo canal que conecta os dois países.

O lado chinês está pronto para trabalhar com o lado russo para pressionar pelo desenvolvimento constante e de longo prazo da cooperação bilateral prática; também está disposta a trabalhar com a Rússia para continuar apoiando os interesses fundamentais em relação à soberania e segurança de ambos os países, bem como o fortalecimento da comunicação e da coordenação em organizações internacionais e regionais como a ONU, o BRICS e a Organização de Cooperação de Xangai (OCX). A China também está disposta a trabalhar com a Rússia para promover a solidariedade e a cooperação entre países de mercados emergentes e nações em desenvolvimento, e pressionar pelo desenvolvimento da ordem internacional e da governança global para uma direção mais justa e razoável.

A Rússia, por sua vez, apoia a Iniciativa de Segurança Global proposta pelo lado chinês e se opõe a qualquer uso de força para interferir nos assuntos internos da China, usando como desculpa questões relativas a Xinjiang, Hong Kong e Taiwan, entre outras. A Rússia está pronta para fortalecer a coordenação multilateral com a China, a fim de fazer esforços construtivos para impulsionar a multipolarização do mundo e estabelecer uma ordem internacional mais justa e razoável.

Na ocasião, os dois chefes de Estado trocaram opiniões sobre a questão da Ucrânia. Xi enfatizou que a China sempre avaliou independentemente a situação com base no contexto histórico e nos méritos da questão, e promove ativamente a paz mundial e a estabilidade da ordem econômica global. Para Xi, todas as partes devem pressionar por uma solução adequada da crise da Ucrânia de forma responsável, acrescentando que a China, para este fim, continuará a desempenhar seu devido papel.

Banco dos BRICS financia projetos em nove municípios do Pará

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) concedeu um crédito de US\$ 50 milhões para que o Pará otimize a infraestrutura urbana em nove municípios que têm como atividades a agropecuária e a extração mineral. A cooperação com o NDB é extremamente importante porque a captação de recursos leva à infraestrutura, ao desenvolvimento, à redução da pobreza e à busca do equilíbrio econômico e social.

Exportações do BRICS

As exportações entre os países do BRICS tiveram um aumento de 32,6% em 2021 passado, chegando a US\$ 451 bilhões (R\$ 2,24 trilhões). Já as exportações do BRICS para o resto do mundo cresceram 23,4%, atingindo um total de US\$ 4,3 trilhões (R\$ 21,4 trilhões)⁹⁹.

⁹⁹ [Exportações entre países do BRICS totalizaram R\\$ 2,24 trilhões em 2021, diz governo brasileiro - 10.06.2022, Sputnik Brasil \(sputniknews.com\)](https://www.sputniknews.com/brasil/2022/06/10/exportacoes-brics-2021/)

Salud en las Fronteras de Sudamérica: Experiencias y Desafíos

Arosquipa, Carlos^α; Balladelli^β, Paolo; Farante, Sofia^γ; Sepúlveda, Hernán^δ

1. Caracterización de las fronteras de Sudamérica, un marco conceptual

1.1. Introducción a las Fronteras en Sudamérica

América del Sur es una subregión integrada por 12 países que comparten aproximadamente 48 fronteras a lo largo de 17 mil kilómetros, donde se pueden identificar 3 espacios con características ecosistémicas diferentes: i) las fronteras andinas; ii) las fronteras amazónicas y iii) las fronteras del cono sur.

Además, dichas fronteras presentan perfiles de desarrollo institucional y económico diferenciados, desde casos como la Triple Frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay con una amplia dinámica de desarrollo económico, sanitario e integración hasta zonas remotas con escaso desarrollo humano e integración como la Triple Frontera entre Brasil, Perú y Bolivia en la cuenca Amazónica.¹⁰⁰

El mapa político sudamericano fue resultado de procesos sociales e históricos que se remontan a cientos de años atrás, que requirió de procesos de delimitación entre los países que se iniciaron de distintas formas y que marcaron posteriormente las dinámicas propias de cada contexto de frontera: por mutuo acuerdo, en relaciones más o menos amistosas; con mediación diplomática, en un contexto post-bélico o de guerra armada y por resolución diplomática acelerada por un conflicto militar con un tercer país.¹⁰¹

La esencia del territorio fronterizo, posterior a actualizarse en las relaciones de vecindad, suele ser influenciada por la manera en que el proceso de delimitación se haya iniciado.¹⁰² Múltiples fronteras han desarrollado en el tiempo procesos de imbricación profundos, generando fuertes lazos históricos y culturales entre pueblos, cuyos orígenes pueden ser anteriores a la conformación de los Estados Nacionales y a la ulterior delimitación de las fronteras políticas.¹⁰³

Las fronteras, muchas veces consideradas solo como líneas de demarcación entre estados, responden a dinámicas de carácter bio-funcional propias de territorios de integración, especialmente por el rol que juegan pueblos y familias caracterizadas por lazos e historia comunes que facilitan, en ambos lados, dinámicas positivas de fuerte unidad. Si bien muchas veces tales territorios son visualizados desde los elementos que los separan, por originar

^α Consultor, OPS/OMS – Programa Subregional para Sudamérica

^β Director, OPS/OMS – Programa Subregional para Sudamérica

^γ Consultor, OPS/OMS – Programa Subregional para Sudamérica

^δ Consejero técnico, OPS/OMS – Programa Subregional para Sudamérica

¹⁰⁰ Programa Subregional para América del Sur de la OPS/OMS, *Sistematización de Acciones y Planes de Fronteras*, 2018.

¹⁰¹ Benedetti, Alejandro. *Espacios fronterizos del sur sudamericano: Propuesta de un modelo conceptual para su estudio*. Vol.15, n.29, pp.11-47. ISSN 2395-9134, 2014. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-69612014000100001

¹⁰² *Ibíd.*

¹⁰³ Programa Subregional para América del Sur de la OPS/OMS, *op. cit.*

tensiones y contrastes, las dinámicas más frecuentes son de cooperación e integración debido a los intereses comunes de comunidades y familias que están asentadas.

Sin embargo, estos territorios fronterizos son al mismo tiempo espacios complejos, porque la apropiación y generación de tales espacios - geográficamente delimitados –surgen de procesos políticos, históricos, económicos y culturales que son producto de las relaciones e interacción entre diferentes actores. De hecho, la población fronteriza, que vive y transita por uno y otro lado de los límites, está inmersa en esta situación compleja y sensible de distintos factores de naturaleza económica, política y comercial.

Esta territorialidad incluye una esfera social que involucra relaciones de trabajo y de producción, en la distribución, intercambio y consumo de bienes y servicios, en un mercado que avanza hacia su integración regional.¹⁰⁴ De hecho, las fronteras se pueden considerar como el primer paso de integración para avanzar en un espacio de intercambios de diverso tipo en cuanto áreas estratégicas para la integración y el desarrollo, de respeto mutuo y de responsabilidades compartidas. Para ello, debe ser priorizado a nivel de las políticas nacionales y regionales. “En el marco de la profundización del proceso de globalización vigente, se observa un importante avance de los procesos de integración regional. Estos procesos han supuesto un cambio de paradigma geopolítico, donde la integración entre las naciones del continente pasa ser vista como prioritaria y en donde las fronteras o los territorios fronterizos pasan a tener un papel estratégico y un fuerte protagonismo”.¹⁰⁵

Las fronteras pueden ser categorizadas de muchas maneras. Algunas de las que podríamos utilizar están mencionadas a continuación:

- El grado de colaboración entre los dos lados: confrontadas, coexistentes, interdependientes o integradas.¹⁰⁶ Esta caracterización no es permanente, por ejemplo, en un país pueden co-existir los cuatro tipos de relaciones e ir cambiando;¹⁰⁷
- La frecuencia de dinámicas prevalentes de crisis – emergencia - o desarrollo, o mixtas;
- La calidad de las relaciones y dialogo entre los gobiernos locales fronterizos con sus sociedades civiles. La presencia de poblaciones indígenas y el uso en las relaciones institucionales con las comunidades de un enfoque de interculturalidad;
- La relación entre grupos institucionales y grupos voluntarios¹⁰⁸;
- La presencia y uso de tecnologías de virtualidad que permitan acercar zonas y territorios fronterizos.

Históricamente, como citado por Oddone, se han dado mecanismos y dinámicas de “desfronterización” entendiéndose con ese término la apertura a espacios comunes de integración, alternados con “refronterización”, como en la reciente crisis pandémica de COVID-19, en la cual se ha determinado el cierre de fronteras por motivos de salud pública. Visiones disonantes, medidas diferentes, descoordinación han contribuido a la

¹⁰⁴ *Ibíd.*

¹⁰⁵ *Ibíd.*

¹⁰⁶ Martínez, Oscar. *The Dynamics of border interaction. New approaches of border analysis*. In: Blake, G. [ed.]: World boundaries series I. London, Routledge, 1994.

¹⁰⁷ Restrepo, Antonio (Coord.). *Taller Política de Salud de Fronteras en UNASUR*. Instituto Suramericano de Gobierno en Salud (ISAGS), 2016.

¹⁰⁸ Mendoza, Guillermo. *Organización Panamericana De La Salud-Organización Mundial De La Salud – OPS/OMS*, en Restrepo, Antonio (Coord.). *Taller Política de Salud de Fronteras en UNASUR*. Instituto Suramericano de Gobierno en Salud (ISAGS), 2016

refronterización.¹⁰⁹ Además, se han visto situaciones en que ha ocurrido una bilateralización de los acuerdos al interior de un bloque.¹¹⁰

A pesar de haber sido analizadas en muchas oportunidades, la mayoría de las experiencias exitosas de coordinación en frontera, han sido implementadas en su mayoría entre ciudades espejo o de tipo bilateral y no del bloque en su totalidad, como se ha evidenciado en el Taller de MERCOSUR realizado en Asunción el 7-8 de junio de 2022 bajo la Presidencia Pro-Tempore de Paraguay.

Parte de los desafíos en llevar experiencias exitosas en frontera desde un nivel bilateral a uno de bloque pueden ser referidas a las asimetrías en el desarrollo institucional y político entre los países, que imponen potencialidades distintas en el logro de los resultados previstos, así como distintas velocidades en la ejecución.

Otro factor del contexto que impone un enorme desafío en la implementación de los acuerdos se debe a la multiplicidad de actores e intereses en el nivel subregional, estatal y subnacional. La misma multiplicidad de mecanismos subregionales, con estados miembros a veces asociados simultáneamente a más de un mecanismo, evidencia un contexto complejo que exacerba la fragmentación, asincronías, ineficiencia y hasta contradicciones. Las fronteras son espacios complejos de intervención, mediados por diversos intereses y actores que influyen en el éxito o fracaso de las acciones y planes de cooperación en salud. Estas presentan características contradictorias, porque por un lado separan a dos países y al mismo tiempo los aproximan.¹¹¹

La discontinuidad en la implementación de los múltiples acuerdos que veremos descritos en los siguientes capítulos se deben a distintos planos y recursos, a la dependencia de individualidades, de ideologías (como, por ejemplo, la discontinuidad en el funcionamiento de UNASUR y el surgimiento de PROSUR).

Un importante sesgo que se da en la construcción de planes para la frontera y la implementación de las acciones está relacionado con las características de la relación entre Estado nacional y gobiernos locales fronterizos. Esta relación no siempre es exitosa porque los intereses pueden no coincidir. Por esta razón muchas veces la construcción o materialización de acuerdos hecha desde arriba hacia abajo y sin construcción conjunta con los gobiernos locales, no permite incluir acciones requeridas por los contextos locales fronterizos y tampoco facilita el empoderamiento de las autoridades subnacionales en frontera. Inversamente, partir desde los niveles locales fronterizos que con facilidad logran una buena coordinación de planes y acciones entre los dos lados de la frontera en procesos de abajo hacia arriba, sin contar con un marco normativo definido y acompañamiento ni con el acompañamiento de las autoridades nacionales, si bien permite la realización o materialización de propósitos de forma rápida y fácil, no siempre tiene continuidad en el tiempo.

1.2. Las dinámicas de salud en las fronteras

Como lo señalamos anteriormente, en la toma de decisiones en las zonas fronterizas, a menudo confluyen objetivos políticos que compiten entre sí, que incluyen diferentes conceptos

¹⁰⁹ Oddone, Nahuel. Presentación en *II Taller de Salud en Fronteras en el MERCOSUR realizado en Asunción el 7-8 de junio de 2022 bajo la Presidencia Pro-Tempore de Paraguay*.

¹¹⁰ Rhi-Sausi, José Luis; Oddone, Nahuel. *Cooperación e integración transfronteriza en América Latina y el Mercosur*, 2009.

¹¹¹ Programa Subregional para América del Sur de la OPS/OMS, op. cit.

de seguridad nacional, seguridad económica y seguridad humana, incluyendo a los sistemas utilizados para responder a las necesidades de salud.

Desde la perspectiva de la salud pública, las poblaciones de frontera comparten factores protectores y de riesgos que generan un perfil de salud que con frecuencia se diferencia del correspondiente a las personas ubicadas en el resto del territorio nacional del país al que pertenecen.

Para la salud, existe la complejidad de tratar con diferentes sistemas nacionales de atención médica, influenciados por la política exterior nacional y los objetivos económicos. Todos los factores deben conciliarse para que las políticas de salud pública fronteriza tengan éxito y eso implica acuerdos inter-países de armonización.

En función de la identificación y abordaje de los problemas y sus determinantes de la salud en un territorio común, bajo el concepto de “salud de fronteras” se identifican un conjunto de acciones y planes cuya ejecución necesita de: arreglos de gobernanza que permitan identificar problemáticas comunes, actividades y proyectos para su superación, asumir compromisos políticos, y la movilización de recursos¹¹².

A lo largo de estas fronteras, los países y las iniciativas de integración regional han desarrollado una serie de importantes acciones y planes de salud de diferente naturaleza, envolviendo actividades vinculadas a los servicios y la atención de las poblaciones, a la vigilancia epidemiológica, a la mitigación de riesgos y desastres, así como para la prevención y promoción de la salud, entre otros.¹¹³

Algunos temas comunes de salud identificados en la región responden a prioridades de salud pública que afectan la relación entre los países o problemas de salud pública que requieren del abordaje de ambos países para ser resueltos; y problemas de salud pública que no cumplen con los criterios anteriores, pero son de interés para académicos e investigadores.¹¹⁴

El logro del acceso universal a la salud implica mayores desafíos en las poblaciones fronterizas quienes habitan áreas que han sido tradicionalmente negligenciadas, ya sea por sus características geográficas, por la lejanía de las capitales y de los centros de decisión, y por la incompatibilidad entre el modelo de sistema de salud para cubrir un determinado territorio nacional y la movilidad de las poblaciones, lo cual contribuye a su vulnerabilidad.

Al estar distantes del centro político del país, las comunidades fronterizas suelen tener poca influencia en la toma de decisiones y asignación de recursos. A esto se suman las deficiencias vinculadas a la disponibilidad de información y las limitaciones de instrumentos como los censos, registros de servicios de salud, registros migratorios, etc. Por lo general la información está dispersa en diferentes fuentes de información existiendo poca continuidad de los sistemas de información de salud de un país en el otro.

Los territorios fronterizos, por un lado, pueden experimentar similares contextos y determinantes de la salud de ambos lados de las líneas fronterizas, y, por otro, estar reguladas por políticas diferentes de salud de los respectivos Estados, que pueden afectar directamente la población vecina del otro lado de la frontera. Además, la Región se caracteriza por una gran

¹¹² Programa Subregional para América del Sur de la OPS/OMS, op. cit.

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ Restrepo, Antonio, op. cit.

fragmentación y segmentación acentuadas, por ejemplo, por la contigüidad de los Sistemas de Salud de dos o más países.¹¹⁵

En los límites de los países se observan muchas veces ciudades gemelas o espejo, con formas de articulación social y económica, arreglos familiares que traspasan los límites de los países, e incluso en algunos casos, persisten conflictos territoriales entre los Estados vecinos. El continuo paso de población que habita las ciudades espejos de cada lado de los límites de los países, así como el tránsito de mercaderías y vehículos, configuran a las fronteras como un espacio de particular importancia, por el mayor riesgo frente a la diseminación posible y contagio de enfermedades transmisibles.

Las grandes diferencias y contrastes en las fronteras en Sudamérica amplían los desafíos para cerrar las brechas presentes en estas áreas, pero también nos plantean una ventana de oportunidades para el desarrollo de acciones y planes innovadores en salud; así como políticas de integración en la atención de salud. Considerando que los problemas de salud plantean desafíos, preocupaciones y acciones que van más allá de las fronteras nacionales, que pueden ser influidas por circunstancias de distintos países, a la luz de la profundización del proceso de globalización y su impacto sobre la salud. Los temas comunes de salud que afectan la relación entre dos países requieren de un abordaje conjunto para su solución.

1.3. El impacto del COVID-19 en el manejo de las fronteras

De acuerdo con el Observatorio de acciones en respuesta a la pandemia por COVID 19 de CEPAL¹¹⁶, todos los países de América del Sur cerraron sus fronteras para impedir el ingreso del virus en sus respectivos territorios. Estas medidas de contingencia de cierre de fronteras, además de no lograr contener la pandemia, tuvieron un gran impacto negativo en el desarrollo social y económico de la población residente en territorios de frontera y personas en situación de movilidad. De hecho, el cierre afectó sustantivamente el desarrollo de las actividades laborales, comerciales y sociales, generando mayores niveles de vulnerabilidad por riesgo de enfermar y caer en pobreza. Lo anterior, debido a las estrechas interacciones y los lazos culturales que comparten los habitantes de uno y otro lado de la frontera, creando una sinergia y dinámica entre las comunidades fronterizas que es única. Por esta razón, varios países tuvieron que retroceder en esta medida de cierre, dado el clamor de sus pobladores. En otros casos, se crearon pasos informales a través de extensas fronteras rurales o simplemente se desconoció esta medida. Las ciudades fronterizas sufrieron profundas modificaciones en sus sistemas económicos locales y fronterizos a causa de los efectos restrictivos de la pandemia.¹¹⁷

La apertura de las fronteras fue por eso, una medida muy esperada por las poblaciones residentes y la misma fue muy heterogénea en los distintos pasos fronterizos. Estos territorios fueron doblemente golpeados durante la pandemia: la propia enfermedad que afectó a muchos de sus habitantes y las medidas de contención adoptadas por los gobiernos, que afectaron social y económicamente a estas poblaciones.

Las zonas fronterizas se han convertido en una primera línea de salud pública entre los países vecinos, con implicaciones regionales y globales, y, como tal, un sitio clave para la seguridad sanitaria. Para controlar y mitigar la propagación del virus, los mecanismos de

¹¹⁵ Programa Subregional para América del Sur de la OPS/OMS, op. cit.

¹¹⁶ CEPAL. *Observatorio COVID-19 en América Latina y el Caribe: acciones por país*. Último acceso el 12 de Junio 2020. <https://www.cepal.org/es/subtemas/covid-19>

¹¹⁷ ISM-UNFPA, *Impacto de Covid-19 en las fronteras del MERCOSUR y prospección de escenarios en materia de medios de vida para las juventudes*. Asunción, 2021.

integración han reposicionado enfoque y acciones para estas áreas y colocado el tema de la salud fronteriza como una prioridad en las agendas de salud de los países debido a las fragilidades observadas en esos niveles. Estos mecanismos tienen un papel importante para que los países acuerden protocolos para acciones fronterizas coordinadas.

La pandemia de Covid-19 ha demostrado cómo las vulnerabilidades en los sistemas de salud pueden tener profundas implicaciones también para la salud de las comunidades fronterizas cuya salud, en la mayoría de los casos, es más frágil dadas las cuestiones económicas, étnicas, geográficas y fronterizas. Por ello, la construcción de sistemas de salud resilientes debe incluir servicios de salud en las zonas fronterizas, donde para brindar atención integral se necesita de un enfoque distinto en la armonización y coordinación de los esfuerzos entre las autoridades locales y nacionales.

Las zonas fronterizas comparten nichos ecológicos como reservas potenciales de agentes que pueden causar endemias y epidemias de enfermedades emergentes y reemergentes; y al mismo tiempo, comparten determinantes comunes que deben abordarse de manera colaborativa, abordando estas áreas compartidas como un solo espacio. Sin una coordinación y respuesta concertada entre países, los eventos de salud como la pandemia de COVID-19, pueden propagarse más rápidamente.

La pandemia de COVID-19 ha puesto de relieve la importancia de una mayor cooperación en materia de salud pública en las zonas fronterizas, incluyendo el desarrollo de protocolos y relaciones más fuertes que promuevan la salud fronteriza en zonas epidemiológicas comunes entre países, una mayor armonización regulatoria y mecanismos de comunicación fortalecidos entre las ciudades fronterizas.

Se necesita reforzar la prevención y la preparación ante futuras crisis sanitarias y abordar mejor las necesidades de las personas que viven, trabajan y transitan en y entre las ciudades fronterizas.

2. El marco de los acuerdos sobre salud de fronteras en Sudamérica

2.1. Organización Panamericana de la Salud (OPS/OMS) y Organización Mundial de la Salud (OMS)

La Organización Panamericana de la Salud OPS/OMS, a través de su Sede Central, las Representaciones en cada país sudamericano y el Programa Subregional para América del Sur, ha acumulado una valiosa experiencia y acciones específicas dirigidas a la atención de la salud de poblaciones fronterizas. Abordar la Salud en las fronteras representa una prioridad para la Organización para lograr el acceso y cobertura universal y cerrar las brechas a partir de la identificación de grupos vulnerables, objetivos de su Plan Estratégico de la Organización Panamericana de la Salud 2020-2025 *“La Equidad, El Corazón De La Salud.”*¹¹⁸

De hecho, las poblaciones fronterizas son frecuentemente grupos poblacionales vulnerables, en situación de pobreza y con mayores dificultades en el acceso a los servicios de

¹¹⁸ Organización Panamericana de la Salud (OPS/OMS), Plan Estratégico de la Organización Panamericana De La Salud 2020-2025 *“La Equidad, El Corazón De La Salud”*, Washington, D.C., 2020. https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52717/9789275373613_spa.pdf?sequence=5&isAllowed=y

salud, entre los cuales se encuentran los grupos indígenas, quienes además en su cosmovisión tienen un peculiar entendimiento de las fronteras.

A nivel global, la Organización Mundial de la Salud (OMS), elaboró la Resolución WHA74.7 "Fortalecimiento de la preparación y respuesta de la OMS ante emergencias sanitarias" que insta a los Estados Miembros a:

- "fortalecer la cooperación para crear mecanismos de comunicación, coordinación y articulación de programas y políticas sobre cuestiones de salud, consideradas de interés compartido, entre localidades fronterizas vinculadas, para responder adecuadamente a los riesgos y emergencias de salud pública de interés internacional".
- "cooperar para facilitar los viajes transfronterizos de personas con fines esenciales durante una emergencia sanitaria y evitar interferencias innecesarias con el comercio sin socavar los esfuerzos para prevenir la propagación del agente patógeno causal, de conformidad con el Reglamento Sanitario Internacional (2005)"¹¹⁹

2.2. El Mercado Común del Sur (MERCOSUR)

Los acuerdos e iniciativas llevadas a cabo por el MERCOSUR relativos a Salud en Fronteras se fundamentan en la necesidad de abordar los desafíos sanitarios que se producen en estas zonas, de manera colaborativa comprendiendo los espacios compartidos como territorio único. En este contexto, se pueden destacar los siguientes acuerdos e iniciativas:

Decisión MERCOSUR Nº 03/95¹²⁰: Reunión de ministros de Salud (1995). El Consejo del Mercado Común decide la creación de la Reunión de Ministros de Salud, que tendrá como función proponer al Consejo medidas tendientes a la coordinación de políticas en el área de salud para el Mercosur.

Resolución MERCOSUR Nº 151/96 Creación del Subgrupo de Trabajo Nº 11 "Salud" (1996). Mediante esta resolución se crea el Subgrupo de Trabajo Nº 11 de Salud como un órgano técnico, de carácter deliberativo, que centralice el tratamiento de las cuestiones relativas a salud, de modo de facilitar la armonización de las legislaciones nacionales y la compatibilización de los sistemas de control sanitario de los Estados Partes.¹²¹

Decisión MERCOSUR Nº 05/02 - Grupo Ad Hoc sobre Integración Fronteriza (2002). El Consejo del Mercado Común decide crear el "Grupo Ad Hoc sobre Integración Fronteriza", subordinado al Grupo Mercado Común, coordinado por los Ministerios de Relaciones Exteriores e integrado por representantes de alto nivel de los órganos técnicos con competencia sobre los temas específicos a ser tratados en el ámbito de su agenda, con el objetivo de crear instrumentos que promuevan una mayor integración de las comunidades fronterizas impulsando una mejora en la calidad de vida de sus poblaciones.¹²²

Acuerdo MERCOSUR Nº 18/08 de la XXV Reunión de Ministros de Salud del MERCOSUR (2008). Los Ministros de Salud acuerdan la creación del Observatorio MERCOSUR de Sistemas de Salud (OMSS), con el objetivo de producir, diseminar e intercambiar conocimientos sobre los sistemas

¹¹⁹ Organización Mundial de la Salud (OMS), Resolución WHA74.7 "Fortalecimiento de la preparación y respuesta de la OMS ante emergencias sanitarias", 2021. https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA74/A74_R7-sp.pdf

¹²⁰ Decisión MERCOSUR Nº 03/95, 1995.

¹²¹ MERCOSUR, Resolución MERCOSUR Nº 151/96, 1996.

¹²² MERCOSUR, Decisiones Del Consejo Del Mercado Común, MERCOSUR/CMC/DEC. Nº 05/02, 2002

de salud de los Estados Partes, mediante la sistematización y análisis de los aspectos vinculados al abordaje de los determinantes sociales de la salud, los modelos de atención, financiamiento y gestión para apoyar los procesos de formulación de políticas y toma de decisiones en materia de salud priorizadas en el ámbito del MERCOSUR.¹²³

Prevención, atención y apoyo en VIH en los espacios fronterizos de los países socios del MERCOSUR (2012). Este fue un Proyecto de cooperación técnica entre países (TCC) financiado por la Organización Panamericana de la Salud, a solicitud de los Estados Parte del MERCOSUR, cuyo propósito fue fortalecer los comités locales de VIH-SIDA en las zonas de fronteras a fin de conocer las condiciones de vulnerabilidad para el VIH/ITS y Hepatitis virales e implementar procesos para un desarrollo efectivo de la respuesta a nivel de los espacios fronterizos en el área de VIH y sexualidad. El principal desafío surgido a partir de este proyecto fue el de la homologación en los esquemas de tratamiento de los Programas de VIH de los diferentes países del Bloque.¹²⁴

Memorando de Entendimiento entre el Mercado Común del Sur (MERCOSUR) y la Organización Panamericana de la Salud (2015). Este memorando es un acuerdo de colaboración a través de la ejecución de proyectos de cooperación que fortalezcan la cooperación institucional la convergencia estratégica y la cooperación técnica, incluyendo proyectos de Cooperación Sur – Sur. En este acuerdo se establecen siete áreas temáticas de interés mutuo acordadas para la ejecución de proyectos de cooperación, entre las que se considera el tema de salud en fronteras.¹²⁵

Acuerdo de Vigilancia en Salud en Zonas de Frontera del MERCOSUR (2015). A través de este acuerdo los ministros de salud de los Estados Parte instruyen a la Comisión Intergubernamental de Reglamento Sanitario Internacional (CIRSI), en articulación con otras instancias de MERCOSUR Salud, un modelo de Vigilancia en Salud, Investigación y Monitoreo de eventos de Salud Pública de importancia nacional e internacional en las zonas de frontera de MERCOSUR, que incorpore, entre otros aspectos, comunicación, capacitación, intercambio de experiencias y banco de datos.¹²⁶

Resolución MERCOSUR/GMC/RES. N°59/15, Creación del Subgrupo de Trabajo N°18 “Integración Fronteriza” (2015). Mediante esta resolución, se crea el Subgrupo de Trabajo N°18 “Integración Fronteriza” coordinado por los Ministerios de Relaciones Exteriores.¹²⁷

Acuerdo de Ejes Integradores de Salud en Frontera para MERCOSUR (2018).¹²⁸ Mediante este acuerdo, los Ministros de Salud de los Estados Parte posicionan a la Salud de Fronteras como un área priorizada, de alto impacto político y estratégico, desde la perspectiva de salud internacional para MERCOSUR y desde MERCOSUR para la región. A partir de lo anterior,

¹²³ MERCOSUR, Acuerdo N° 18/08 de la XXV Reunión de Ministros de Salud del MERCOSUR realizada en Río de Janeiro el 28 de noviembre de 2008.

¹²⁴ Ver MERCOSUR, *Reunión Proyecto CIVIH/Sida y OPS(TCC), Acta de Taller, " Prevención, atención y apoyo en VIH en los espacios fronterizos de los países socios del MERCOSUR"*, 29 y 30 de Mayo de 2013, Montevideo, Uruguay. <https://www.paho.org/uru/dmdocuments/Acta-Taller-CIVIHsida-MVD.pdf>

¹²⁵ MERCOSUR/GMC/RES. N° 18/15, “*Memorando de entendimiento de cooperación entre el Mercado Común del Sur (MERCOSUR) y la Organización Panamericana de la Salud (OPS/OMS)*”, Montevideo, 2015. https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/57481_RES_018-2015_ES_MOU%20OPS-OMS.pdf

¹²⁶ MERCOSUR/RMS/ACUERDO N° 07/15, Vigilancia en Salud en Zonas de Frontera del MERCOSUR, 2015

¹²⁷ MERCOSUR, MERCOSUR/GMC/RES N° 59/15, Asunción, 2015, http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/resolutions/RES_059_2015_s.pdf

¹²⁸ MERCOSUR/RMS/ACUERDO N° 06/18, *Ejes Integradores de Salud en Frontera para MERCOSUR*, 2018.

acuerdan establecer como ejes integradores de la Salud en Frontera: Vigilancia e Información en Salud; Redes y Servicios de Salud; Desarrollo de Recursos Humanos para la Salud y el abordaje de los Determinantes Sociales a través de la articulación intersectorial.

Acuerdo de Directrices para el Plan de Trabajo de Salud en Fronteras para el MERCOSUR (2019).

¹²⁹ Mediante este acuerdo, los Ministros de Salud de los Estados Parte aprueban las Directrices para el Plan de Trabajo de Salud en base a los cuatro ejes integradores. Además, acuerdan solicitar a la OPS el apoyo técnico y financiero para la ejecución de los proyectos que se deriven de las directrices.

Acuerdo sobre localidades fronterizas vinculadas (2019). Este acuerdo estableció que la población de las localidades fronterizas podrá solicitar la expedición del Documento de Tránsito Vecinal Fronterizo, teniendo, entre otros beneficios, el derecho a la atención médica en los servicios públicos de salud en condiciones de gratuidad y reciprocidad.¹³⁰ A partir de esta iniciativa, se constató la necesidad de avanzar en la armonización de los marcos regulatorios para el ejercicio profesional y homologación de las prescripciones y recetas médicas en los distintos países.

Declaración de los Presidentes del MERCOSUR sobre coordinación regional para la contención y mitigación del Coronavirus y su impacto (2020). En esta declaración, los ministros de Estados Parte, declaran su voluntad para facilitar el retorno de ciudadanos y residentes de los Estados Partes del MERCOSUR a sus lugares de origen o residencia y a tomar en consideración las especificidades propias de las comunidades residentes en áreas fronterizas, en lo relativo a la circulación de bienes, servicios y personas, de manera de reducir el impacto de las medidas para frenar el COVID en dichas comunidades.¹³¹

La IV Reunión Extraordinaria de Ministros de Salud del MERCOSUR y Estados Asociados, dio firma a la “Declaración de la IV Reunión Extraordinaria de ministros de Salud del MERCOSUR y Chile sobre Estrategias Regionales en Salud”.¹³² ¹³³ Entre los diez puntos contenidos en la declaración se hace un llamado a impulsar las campañas de vacunación en fronteras, la vigilancia de salud en las ciudades espejo y reposicionar los esquemas regulares de vacunación.

2.3. Comunidad Andina, el Organismo Andino de Salud Convenio Hipólito Unanue (ORASCONHU)-REMSAA

En la Comunidad Andina también se ha trabajado en el tema de salud e integración fronteriza. A continuación, detallamos algunos hitos dentro del proceso andino:

¹²⁹ MERCOSUR/RMS/ACUERDO N° 01/19, Directrices para el Plan de Trabajo de Salud en Fronteras para el MERCOSUR, 2019. https://calendario.mercosur.int/simfiles/docreuniones/73439_RMS_2019_ACTA01_ES.pdf

¹³⁰ MERCOSUR/CMC/DEC. N°13/19, Acuerdo Sobre Localidades Fronterizas Vinculadas, 2019. <https://www.mercosur.int/documento/acuerdo-localidades-fronterizas-vinculadas/>

¹³¹ Declaración de los Presidentes del MERCOSUR sobre coordinación regional para la contención y mitigación del Coronavirus y su impacto, 2020, <https://www.mercosur.int/documento/declaracion-de-los-presidentes-del-mercosur-covid19/>

¹³² MERCOSUR, “semana del MERCOSUR: salud”, 23 de marzo de 2022, <https://www.mercosur.int/semana-del-mercosur-salud/>

¹³³ MERCOSUR, Declaración de la IV Reunión Extraordinaria de ministros de Salud del MERCOSUR y Chile sobre Estrategias Regionales en Salud, <https://www.mercosur.int/documento/declaracion-ministros-y-ministras-de-salud/>

1969 - Pacto Andino o Acuerdo de Cartagena, el acuerdo de integración subregional andino suscrito en Cartagena por Bolivia, Colombia, Chile, Ecuador y Perú. Posteriormente la República Bolivariana de Venezuela se suma al Pacto Andino y hoy en día cuenta con Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay como estados asociados. Propone la integración y de la cooperación económica y social para mejorar la calidad de vida de sus habitantes.¹³⁴

1970 - Se crea el Consejo Andino de Ministros de Salud - Convenio Hipólito Unanue.

1996 - Protocolo de Trujillo, suscrito por los Presidentes, donde el Pacto Andino se substituye por la Comunidad Andina, incorporando una perspectiva social.¹³⁵

1999 - El Consejo Andino incorpora a su agenda a las fronteras y se aprueba la Decisión N° 459¹³⁶, que establece a las Zonas Fronterizas como ámbitos territoriales dinámicos del proceso de integración contribuyendo al desarrollo equilibrado y armónico de la Subregión. Las *Zonas de Integración Fronteriza (ZIF)* son áreas definidas para ejecutar Programas y Proyectos acordados para responder a las necesidades específicas de cada ámbito territorial, respetando a identidad cultural de las poblaciones fronterizas. Promueve la integración, procura facilitar la libre circulación de personas, bienes, capitales y servicios, a través de los pasos de fronteras mediante el trabajo comunitario en materia de infraestructura física, aduanas, migraciones, y armonización normativa y de las legislaciones. Impulsa el desarrollo económico de las ZIF: generación de empleo, mejoras de ingresos, promoción de actividades productivas y estímulo a la micro, pequeña y mediana empresa. En relación con la salud: se plantea asegurar acciones para satisfacer la infraestructura sanitaria, así como de otros determinantes como son la educación, la capacitación laboral y la preservación del medio ambiente en las zonas fronterizas.

2001 - Comunidad Andina

Decisión N° 501: Creación del Banco de Proyectos de Integración y Desarrollo Fronterizo-BPIF para contribuir al financiamiento de planes, programas y proyectos en las ZIF y con el apoyo del Banco Interamericano de Desarrollo BID y de la Corporación Andina de Fomento - CAF.¹³⁷

Decisión N° 502: Creación de los Centros Binacionales de Atención de Fronteras - CEBAF para instituir un sistema eficiente de gestión y control integrado de los tráficós bidireccionales de personas, vehículos y mercancías en entrada y salida de los países.¹³⁸

2001 - Atención de salud en las Fronteras – lineamientos y elaboración planes para salud en frontera.

¹³⁴ Acuerdo de Cartagena, op. cit.

¹³⁵ Protocolo Modificadorio del Acuerdo de Integración Subregional Andino (Acuerdo de Cartagena), 1996, http://www.sice.oas.org/trade/junac/carta_ag/trujillo.asp

¹³⁶ Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores, Decisión 459, Política Comunitaria para la Integración y el Desarrollo Fronterizo, 1999, <http://www.sice.oas.org/trade/junac/decisiones/dec459s.asp>

¹³⁷ Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores, Decisión 501, Zonas de Integración Fronteriza (ZIF) en la Comunidad Andina, 2001. <http://www.sice.oas.org/trade/junac/decisiones/dec501s.asp>

¹³⁸ Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores, Decisión 502, Centros Binacionales de Atención en Frontera (CEBAF) en la Comunidad Andina, <http://www.sice.oas.org/trade/junac/decisiones/dec502s.asp>

2002 – Resolución REMSAA XXIV/382¹³⁹, Sobre Vigilancia Epidemiológica en Frontera. Continuar con RAVE – Red Andina de Vigilancia Epidemiológica, con inclusión de VIH/SIDA. Parte del Escudo Andino de Salud.

REMSAA XXIV/384¹⁴⁰ Se adoptan los lineamientos del PASAFRO - Plan Andino de Salud en Fronteras. Crea Comité Ejecutivo del PASAFRO que en 2020 se llamara Comité Andino de Salud en Fronteras.

2003 - *Plan Integrado de Desarrollo Social-PIDS*¹⁴¹ para enfrentar los graves problemas de pobreza, exclusión y desigualdad social en la subregión. El PIDS reconoce a las *zonas de fronteras*, como zonas donde se manifiestan o acentúan diferencias y caracterizadas por el abandono del poder central y la pobreza que afecta a sus habitantes, y la atención a las necesidades de las áreas deprimidas predominantemente rurales al interior de los países¹⁴². En tal sentido, se postulan la necesidad de *mecanismos dirigidos a privilegiar el desarrollo de las zonas más pobres y deprimidas de la Subregión*.

2018 – REMSAA XXXVII/527¹⁴³: Se adopta un Plan de Gestión del riesgo en el ámbito del Cambio Climático.

REMSAA XXXVII/529¹⁴⁴. Se actualiza el Plan de PASAFRO con 5 objetivos estratégicos:

1. Diagnostico situación de salud en fronteras andinas y capacidad respuesta social;
2. Construcción de redes para aumentar acceso;
3. Promover alianzas y respuesta integral;
4. Programas y acciones específicas;
5. Fortalecer la comunicación.

2.4. La Organización del Tratado Amazónico (OTCA)

El Tratado de Cooperación Amazónica (TCA), fue suscrito en 1978 por representantes de Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Guyana, Perú, Surinam y Venezuela para dar inicio al proceso de coordinación y cooperación en la Amazonía. El Tratado de Cooperación Amazónica hace referencia a los territorios amazónicos y de la cooperación desarrollado proyectos de interés común en aspectos vinculados al desarrollo económico y social, preservación del medio

¹³⁹ Resolución REMSAA XXIV/382, Vigilancia Epidemiológica y Salud en las Fronteras, 2002, <https://www.orasconhu.org/sites/default/files/REMSAA-XXIV-382.pdf>

¹⁴⁰ Resolución REMSAA XXIV/384, Lineamiento Plan Andino de Salud en Fronteras <https://www.orasconhu.org/sites/default/files/REMSAA-XXIV-384.pdf>

¹⁴¹ El PIDS fue elaborado por la Secretaría General de la CAN, la Secretaría Ejecutiva del Organismo Andino de Salud– Convenio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) para los temas referidos a la salud, elaboró un documento de trabajo sobre la base de consultas con la Secretaría Ejecutiva de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) y la colaboración de algunos especialistas de la Subregión, quienes aportaron ideas, formularon propuestas y ayudaron a recabar y sistematizar información.

¹⁴² Acuerdo de Cartagena, Artículos 121, 144 y 148 d), 1969.

¹⁴³REMSAA XXXVII/527, 2018, <https://orasconhu.org/sites/default/files/ResolREMSAAXXXVII/ResolREMSAAXXXVII527CambioClimaticoYPlanGRyD.pdf>

¹⁴⁴ REMSAA XXXVII/529, 2018 <https://orasconhu.org/sites/default/files/ResolREMSAAXXXVII/ResolREMSAAXXXVII529Pasafro20192022.pdf>

ambiente, en base a características comunes y la necesidad de preservar los mismos; no hace referencia explícita de las áreas fronterizas.^{145 146}

Sin embargo, la OTCA, Organización Internacional que tiene como instancia máxima la Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores, representa un proceso de integración subregional que agrupa a ocho países que comparten la vasta cuenca amazónica y desarrolla una serie de programas con incidencia en los territorios fronterizos, consideradas áreas estratégicas y de oportunidades para la integración subregional¹⁴⁷.

En 2010, los Ministros de Relaciones Exteriores aprobaron la Agenda Estratégica de Cooperación Amazónica (AECA)¹⁴⁸ que incluye la cuestión de las fronteras asociadas a las tierras y territorios indígenas y otras comunidades tribales.

En la XIII Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores de los países miembros de la OTCA (1 de diciembre de 2017), en la ciudad de Tena, Ecuador se formula la “Declaración de Tena” destacando los avances referidos a la protección de los Pueblos Indígenas en Aislamiento Voluntario y Contacto Inicial -PIACI. La Declaración de Tena:

- Resalta “la importancia del Proyecto “Manejo Integrado y Sostenible de los Recursos Hídricos Transfronterizos de la Cuenca del Río Amazonas, considerando la variabilidad climática y el Cambio Climático” teniendo en cuenta que los resultados fueron: 1. Visión compartida sobre la gestión de los recursos hídricos en la Cuenca Amazónica; 2. El Análisis del Diagnóstico Transfronterizo, y 3. La propuesta final del Plan de Acción Estratégica del proyecto (PAE).”
- Ratifica “la importancia otorgada a la Cooperación para el Combate de Incendios Forestales en las áreas Fronterizas entre los Países Miembros de la OTCA. Consecuentemente, instruir al CCA que realice los esfuerzos necesarios para viabilizar la suscripción de un instrumento sobre la materia. Asimismo, EXPRESAR su complacencia por la validación de la Nota Conceptual de la propuesta de “Proyecto Regional para el Fortalecimiento de Capacidades en el Manejo Integrado de Incendios Forestales en la Amazonía”.¹⁴⁹

La Secretaría Permanente de la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (SP/OTCA) implementó, con fondos del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), el Programa para elaborar una Agenda Regional de Protección de los Pueblos Indígenas en Aislamiento Voluntario y Contacto Inicial (PIACI). Las actividades se desarrollaron en dos fases: la primera entre los años 2011 y 2014, y la segunda, denominada “Pueblos Indígenas en Regiones de Frontera de la OTCA”, desarrollada entre los años 2016 y 2018. En 2018, la OTCA elaboró el Marco estratégico para la protección de los pueblos indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial, que sistematiza evalúa las actividades realizadas en las dos fases.

¹⁴⁵ Programa Subregional para América del Sur de la OPS/OMS, op. cit.

¹⁴⁶ Tratado de Cooperación Amazónica, Brasilia, 1978, <http://otca.org/wp-content/uploads/2020/01/TRATADO-DE-COOPERACIÓN-AMAZÓNICA.pdf>

¹⁴⁷ Ver SELA, “Cooperación Regional Fronteriza en el Ámbito de la Integración Fronteriza”. XXIV Reunión de Directores de Cooperación Internacional de América Latina y Caribe. El Salvador, San Salvador, 2013. p. 13.

¹⁴⁸ OTCA, Agenda Estratégica de Cooperación Amazónica (AECA), 2010, <http://otca.org/wp-content/uploads/2021/02/Agenda-Estrategica-de-Cooperacion-Amazonica.pdf>

¹⁴⁹ Declaración De Tena. XIII Reunión De Ministros De Relaciones Exteriores De Los Países Miembros De La Organización Del Tratado De Cooperación Amazónica, 2017. https://www.cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2017/12/declaracion_de_tena_esp.pdf

Entre ellas, se evidencia:

- La Convergencia y armonización de normas, protocolos y guías para enfrentar una situación de emergencia, principalmente en zonas fronterizas.
- Lineamientos para el intercambio de conocimientos tradicionales entre pueblos indígenas en regiones de frontera, para el manejo sostenible de la biodiversidad
- se identificaron acciones binacionales en fronteras que refuerzan el trabajo conjunto en favor de los PIACI, como resultado del intercambio de información entre los Países Miembros de la OTCA.¹⁵⁰

3. Las experiencias desarrolladas en salud de las fronteras

Hemos agrupado las experiencias en salud de frontera en cuatro dimensiones: la vigilancia en salud; los sistemas y redes de salud; los recursos humanos en salud y los determinantes sociales de la salud

3.1. Vigilancia Epidemiológica

La vigilancia epidemiológica es una función esencial de salud pública¹⁵¹ que permite prevenir, detectar y controlar brotes epidémicos en territorios y poblaciones. Su aplicación a nivel mundial está definida y regulada por el Reglamento Sanitario Internacional aprobado el 2005 por medio de la resolución WHA58.3,1 y su correcta aplicación debe prevenir la propagación internacional de enfermedades, proteger contra esa propagación, controlarla y darle una respuesta de salud pública proporcionada y restringida a los riesgos para la salud pública, evitando al mismo tiempo las interferencias innecesarias en el tráfico y el comercio internacional¹⁵².

Es evidente que, a pesar de haberse avanzado de manera significativa en la implementación de esta normativa internacional, no fue suficiente para impedir los efectos devastadores de la pandemia por COVID-19, y América del Sur fue de las subregiones más afectadas en todo el mundo con tasas de letalidad y de incidencia más altas del mundo.

Sin embargo, la respuesta de los equipos de vigilancia epidemiológica en las fronteras húmedas y secas de América del Sur permitió avanzar en un esfuerzo conjunto para fortalecer su trabajo en estos territorios.

Tenemos dos ejemplos que muestran lo avanzado en este tema:

- En la frontera seca Rivera-Santana Do Livramento, mediante memorándum de entendimiento del 26 de junio de 2020 se decidió compartir información sobre la situación epidemiológica de cada localidad, intercambiar boletines epidemiológicos y coordinar acciones de vigilancia epidemiológica¹⁵³.

¹⁵⁰ Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA), *Marco estratégico para la protección de los pueblos indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial: compendio de las actividades realizadas en la fase I (2011-214) y la fase II (2016-2018)*. Brasilia DF, 2018. <http://otca.org/wp-content/uploads/2021/02/Marco-Estrategico-para-la-Proteccion-de-los-PIACI.pdf>

¹⁵¹ Organización Panamericana de la Salud (OPS/OMS), *Las funciones esenciales de la salud pública en las Américas. Una renovación para el siglo XXI. Marco conceptual y descripción*. Washington, D.C., 2020. Licencia: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

¹⁵² Organización Mundial de la Salud (OMS), *Reglamento Sanitario Internacional*, 2005.

¹⁵³ Presentación de Uruguay en el *II Taller de Salud en Fronteras en el MERCOSUR realizado en Asunción el 7-8 de junio de 2022 bajo la Presidencia Pro-Tempore de Paraguay*.

- En la triple frontera húmeda Santa Rosa, Tabatinga y Leticia, sin acuerdo formal de por medio, se intercambiaron información, así como la elaboración de boletines epidemiológicos trinacionales.

Sin embargo, en ningún caso se logró un intercambio informatizado o sistematizado de información epidemiológica en zonas de frontera, lo cual queda como tarea pendiente para la agenda de trabajo futuro.

Otro aspecto que es necesario destacar, es que la pandemia ha permitido fortalecer los equipos de vigilancia en territorios de fronteras, muchos de ellos con equipamiento y suministros renovados y debidamente entregados. El gobierno de Brasil a través de FIOCRUZ y OPS Brasil, desarrollaron programas de maestría y doctorado en vigilancia epidemiológica dirigido a profesionales de salud que laboren en regiones fronterizas de Brasil y países vecinos. Igualmente, el CDC Sudamérica junto con TEPHINET han estado trabajando para entrenar más epidemiólogos de campo con la finalidad de fortalecer la vigilancia epidemiológica.

En reciente Cumbre de las Américas llevada a cabo en Los Ángeles, Estados Unidos, se anunció la iniciativa de capacitar a 500,000 trabajadores de salud en las Américas, junto con la OPS/OMS. Esta iniciativa sin duda incluirá el fortalecimiento de capacidades en vigilancia epidemiológica.

3.2. Sistemas redes de salud

Tanto en MERCOSUR como en los países andinos, se han aprobado planes de salud en fronteras que incluyen la necesidad de diseñar e implementar redes binacionales o trinacionales de servicios de salud. Estos planes regionales, se tradujeron en planes binacionales que incluyeron este tema. Pero el nivel de implementación de los mismos ha sido muy variable y heterogéneo.

La Agenda para el Desarrollo Sostenible 2030¹⁵⁴ lanzada en el año 2015 plantea como meta lograr la salud universal en las Américas. Esto incluye la implementación de Redes Integradas de Servicios de Salud (RISS) – APS con la finalidad de optimizar la oferta disponible en territorio y de fortalecer la Atención Primaria de Salud. En los territorios de frontera, esta iniciativa se dificulta con la presencia de dos o más redes de servicios, que no se comunican entre sí ni menos interactúan.

En las fronteras de América del Sur podemos apreciar servicios de salud de dos o tres países, que pertenecen a sistemas de salud diferentes y que son utilizados por población residente y en movilidad.

La población residente en las zonas fronterizas utiliza, de facto estos servicios, indistintamente del lado de la frontera, de una manera más práctica y en forma de red de acuerdo con sus necesidades y oferta disponible. Esta realidad, plantea la pregunta sobre el avance en la formalización de estos arreglos informales con que la población utiliza estos servicios.

¹⁵⁴ Naciones Unidas agenda Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible. Septuagésimo período de sesiones de la Asamblea General, resolución A/RES/70/1. https://unctad.org/system/files/official-document/ares70d1_es.pdf

En términos formales, no se ha logrado concretar la implementación de una red de servicios binacional en alguna frontera de América del Sur, sin embargo, los países han conseguido avanzar en algunas experiencias prácticas en ese tema:

- Servicios de salud que se pueden ofrecer en territorios fronterizos. En la frontera Rivera-Santa Do Livramento, existe un Hospital en el lado brasileño en el que trabajan profesionales de salud uruguayos. Aunque esto no fue lo aprobado en el acuerdo formal entre ambas localidades, en la práctica funciona así.
- El Hospital binacional de Macará en Loja Ecuador, que atiende a población de Suyo (Perú) y la población residente en Macará.
- Corredores sanitarios para el retorno de nacionales infectados a través de las fronteras (frontera de Uruguay con Brasil y Argentina).
- Traslado de pacientes y cadáveres a través de las fronteras.

3.3. Recursos humanos

En el marco del proyecto: “Reduciendo inequidades en salud en las fronteras del Chaco sudamericano” (Argentina, Bolivia, Brasil y Paraguay), con la cooperación técnica de la OPS/OMS, se planteó la línea estratégica de la reducción de brechas en recursos humanos de salud. Con este propósito se trabajó para establecer la brecha cuantitativa de los recursos humanos responsables de la salud materna, neonatal e infantil del primer nivel de atención en el eje fronterizo priorizado de Salvador Maza (Argentina)-Yacuiba (Bolivia) en Chaco sudamericano, aplicando la metodología del Ministerio de Salud del Perú, basada en la demanda de servicios de salud, adaptado a las particularidades y necesidades específicas de las localidades fronterizas del Chaco Sudamericano. Los resultados obtenidos en esta experiencia dejaron abierta la posibilidad de avanzar en la estimación de brechas de recursos humanos en otros ejes fronterizos de esta región.

3.4. Determinantes de la salud

De acuerdo al estudio “Ciudadanía social en el MERCOSUR” elaborado por el Instituto Social del MERCOSUR, la población residente o en movilidad en fronteras tiene menor capacidad del ejercicio de su ciudadanía que el resto de las personas en el territorio nacional.

Esto, sobre todo, porque su capacidad para hacer ejercicio de sus derechos termina en la frontera de su país y no logran traspasar este límite geográfico nacional a pesar de la existencia de instrumentos legales y arreglos institucionales, que ha buscado superar estas limitaciones. Esto significa menor acceso a servicios de salud, educación y protección social, que son indispensables para lograr bienestar y desarrollo humano.

En América del Sur, tanto la Comunidad Andina como el MERCOSUR han buscado desde su creación promover la integración de los países miembros y con ello, favorecer el intercambio de bienes y servicios entre los mismos. Sin embargo, ha quedado rezagado en el objetivo de lograr un pleno ejercicio de la ciudadanía de sus habitantes en cualquier país del bloque.

Está demostrado, que los migrantes o refugiados se encuentran entre las poblaciones más afectadas por la pandemia, por su gran vulnerabilidad social y sanitaria. Por esta razón, se ha incluido dentro de los determinantes sociales de la salud, la nacionalidad o status migratorio del ciudadano. Asimismo, las barreras de acceso a los servicios de salud fueron mayores para estas personas, por lo cual fueron duramente afectados durante estos dos años de pandemia.

La población migrante internacional en situación irregular (MISI) suele encontrarse en una condición de particular vulnerabilidad que impacta en su salud, y sumado a esto, enfrenta múltiples barreras que dificultan e incluso impiden su acceso a los servicios de salud¹⁵⁵. Esto condiciona sin duda alguna, la salud del migrante y la de su familia que transita las fronteras buscando llegar a su destino seleccionado.

La crisis política, social y económica que sufre Venezuela, ha provocado una masiva oleada migratoria de más de 6 millones de venezolanos, de los cuales más de 5 millones se encuentran en países de América Latina y el Caribe¹⁵⁶. Muchos de ellos viajaron por vía terrestre y a pie a diferentes países de Sudamérica. La pandemia generó un impacto severo en esta población en situación de movilidad, que sin embargo ha quedado oculta por el subregistro de los sistemas de información de salud.

Pero esta afectación, fue debida sin duda a las condiciones sociales, económicas y ambientales en las que transitan estas personas, siendo las fronteras los espacios donde más vulnerables han sido.

4. Recomendaciones y conclusiones

4.1. En el ámbito de la gobernanza

Uno de los desafíos más importantes, definir espacios y estructuras de gobernanza en territorios que pertenecen a países diferentes con sistemas administrativos y marcos legales diferentes. Toda la evidencia existente demuestra que, en territorios transfronterizos habitados por poblaciones comunes, se requiere hacer arreglos administrativos para articular servicios e intercambiar información relevante entre funcionarios y servicios que están en países diferentes. La falta de estructuras operativas que garanticen la implementación de acuerdos y la resolución de problemas es uno de los desafíos más importantes.

Más allá de los comités binacionales de fronteras, se requiere identificar arreglos innovadores y ágiles para responder a este desafío. En la Unión Europea, en el proyecto EUROSOCIAL se pudo avanzar en la conformación de estructuras administrativas locales que se permitieron desarrollar acciones importantes en salud de frontera.

Hemos identificado algunos temas prioritarios de gobernanza, a partir de las experiencias desarrolladas en los mecanismos de integración de Sudamérica:

- 4.1.1. Comunicación sostenible y planificación conjunta entre autoridades nacionales y gobiernos subnacionales fronterizos que integren normatividad y acciones
- 4.1.2. Diálogo horizontal entre entidades de gobierno y sociedad civil, incluyendo interculturalidad con los pueblos indígenas y sus representantes
- 4.1.3. Discusión de propuestas para movilización de recursos que permitan materializar acciones prioritarias

¹⁵⁵ Larenas-Rosa, Daniel y Cabieses Valdés, Báltica. Salud de migrantes internacionales en situación irregular: una revisión narrativa de iniciativas. Rev. perú. med. exp. salud publica [online]. 2019, vol.36, n.3, pp.487-496. ISSN 1726-4634.

¹⁵⁶ Plataforma Regional de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela, América Latina y el Caribe, Refugiados y Migrantes Venezolanos en la Región, 2022.

4.2. En el ámbito de la Salud

Salud ha demostrado ser un tema convocante y de fácil entendimiento, más aún luego de haber pasado por una pandemia que ha demostrado que, sin salud, no se puede hablar de desarrollo económico ni de integración y desarrollo sostenible.

Antes de la pandemia, América del Sur había avanzado en procesos de integración que abrió escenarios de “desfronterización”¹⁵⁷, es decir de apertura y de integración social, económica y cultural en ciudades denominadas “ciudades de frontera”. La pandemia hizo retroceder estos avances, mediante el cierre generalizado y unilateral de las fronteras, lo cual afectó doblemente a las poblaciones residentes y de tránsito. ¿Cómo favorecer el desarrollo económico y social de estos territorios sin descuidar la vigilancia epidemiológica para detección y control de futuros brotes epidémicos? Es evidente que para avanzar en materializar acciones en fronteras se requiere de la voluntad política de los gobiernos y un ardua labor para realizar los cambios normativos y acuerdos entre los estados, involucrando muchos otros actores que están relacionados con los cambios mismos.

En nuestras recomendaciones quisiéramos incluir las siguientes:

- 4.2.1. “Desfronterizar” las fronteras, cuidando de potenciar la vigilancia epidemiológica y potenciar las redes interfronterizas de servicios de salud.
- 4.2.2. Desarrollar Centros Binacionales/Trinacionales de vigilancia epidemiológica en puntos de frontera que permitan hacer vigilancia territorial.
- 4.2.3. Impulsar el intercambio informatizado de datos de vigilancia y atención de personas (continuidad de la atención) en territorios de frontera.
- 4.2.4. Regular el ejercicio profesional de trabajadores de salud en zonas de integración fronteriza (acreditación).

5. Determinantes de la Salud

El abordaje de los determinantes de la salud debe ser hecho de manera multisectorial y bajo un enfoque de desarrollo y gestión territorial, que permita la formulación e implementación de planes intersectoriales que faciliten una gestión integrada de los determinantes de la salud y la contribución desde salud a los otros componentes del desarrollo sostenible.

En este sentido, la Agenda 2030 para el logro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible ofrece una mirada matricial intersectorial que puede contribuir a enfrentar este desafío. Esto debe aplicarse considerando los perfiles eco-sistémicos de cada espacio fronterizo, que en el caso de Sudamérica es muy variada y diversa: fronteras húmedas donde tenemos territorios separados por ríos tanto en la cuenca amazónica, como en la costa atlántica; fronteras secas como las de MERCOSUR y los espacios andinos, donde algunas ciudades son separadas solo por una calle y en las que estas ciudades son denominadas ciudades gemelas.

Experiencias como la de la frontera Arica-Tacna donde por más de 10 años han estado organizando talleres binacionales donde se juntan autoridades de diversos sectores para avanzar en una agenda de desarrollo binacional. Este proceso, solo fue interrumpido

¹⁵⁷ Liberona Concha, Nanette; Álvarez Torres, Camila; Córdova Rivera, Gabriela, *Procesos de fronterización y desfronterización en territorios latinoamericanos*, 2018.

temporalmente por la pandemia y esa frontera fue una de las últimas en abrirse, luego de que el gobierno de Chile finalmente tomara la decisión. Las autoridades locales de Arica y Tacna fueron quienes celebraron más esta apertura y retomaron rápidamente sus procesos de integración y trabajo conjunto.

Bibliografía

Acuerdo de Cartagena, Artículos 121, 144 y 148 d), 1969.

Benedetti, Alejandro. Espacios fronterizos del sur sudamericano: Propuesta de un modelo conceptual para su estudio. Vol.15, n.29. ISSN 2395-9134, 2014. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-69612014000100001

CEPAL. Observatorio COVID-19 en América Latina y el Caribe: acciones por país. Último acceso el 12 de Junio 2020. <https://www.cepal.org/es/subtemas/covid-19>

Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores, Decisión 459, Política Comunitaria para la Integración y el Desarrollo Fronterizo, 1999, <http://www.sice.oas.org/trade/junac/decisiones/dec459s.asp>

Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores, Decisión 501, Zonas de Integración Fronteriza (ZIF) en la Comunidad Andina, 2001. <http://www.sice.oas.org/trade/junac/decisiones/dec501s.asp>

Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores, Decisión 502, Centros Binacionales de Atención en Frontera (CEBAF) en la Comunidad Andina, <http://www.sice.oas.org/trade/junac/decisiones/dec502s.asp>

Declaración De Tena. XIII Reunión De Ministros De Relaciones Exteriores De Los Países Miembros De La Organización Del Tratado De Cooperación Amazónica, 2017. <https://www.cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2017/12/declaracion-de-tena-esp.pdf>

ISM-UNFPA, Impacto de Covid-19 en las fronteras del MERCOSUR y prospección de escenarios en materia de medios de vida para las juventudes. Asunción, 2021.

Larenas-Rosa, Daniel y Cabieses Valdés, Báltica. Salud de migrantes internacionales en situación irregular: una revisión narrativa de iniciativas. Rev. perú. med. exp. salud publica [online]. 2019, vol.36, n.3. ISSN 1726-4634.

Liberona Concha, Nanette; Álvarez Torres, Camila; Córdova Rivera, Gabriela, Procesos de fronterización y desfronterización en territorios latinoamericanos, 2018.

Martínez, Oscar. The Dynamics of border interaction. New approaches of border analysis. In: Blake, G. [ed.]: World boundaries series I. London, Routledge, 1994.

Mendoza, Guillermo. Organización Panamericana De La Salud-Organización Mundial De La Salud – OPS/OMS, en Restrepo, Antonio (Coord.). Taller Política de Salud de Fronteras en UNASUR. Instituto Suramericano de Gobierno en Salud (ISAGS), 2016.

MERCOSUR, Decisión MERCOSUR N° 03/95, 1995.

MERCOSUR, Resolución MERCOSUR N° 151/96, 1996.

MERCOSUR, Decisiones Del Consejo Del Mercado Común, MERCOSUR/CMC/DEC. N° 05/02, 2002

MERCOSUR, Acuerdo N° 18/08 de la XXV Reunión de Ministros de Salud del MERCOSUR realizada en Río de Janeiro el 28 de noviembre de 2008.

MERCOSUR, Reunión Proyecto CIVIH/Sida y OPS(TCC), Acta de Taller, " Prevención, atención y apoyo en VIH en los espacios fronterizos de los países socios del MERCOSUR", 29 y 30 de Mayo de 2013, Montevideo, Uruguay. <https://www.paho.org/uru/dmdocuments/Acta-Taller-CIVIHsida-MVD.pdf>

MERCOSUR/GMC/RES. N° 18/15, "Memorando de entendimiento de cooperación entre el Mercado Común del Sur (MERCOSUR) y la Organización Panamericana de la Salud (OPS/OMS), Montevideo, 2015. https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/57481_RES_018-2015_ES_MOU%20OPS-OMS.pdf

MERCOSUR, MERCOSUR/GMC/RES N° 59/15, Asunción, 2015, http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/resolutions/RES_059_2015_s.pdf

MERCOSUR/RMS/ACUERDO N° 06/18, *Ejes Integradores de Salud en Frontera para MERCOSUR*, 2018.

MERCOSUR/RMS/ACUERDO N° 01/19, Directrices para el Plan de Trabajo de Salud en Fronteras para el MERCOSUR, 2019.

MERCOSUR/CMC/DEC. N°13/19, Acuerdo Sobre Localidades Fronterizas Vinculadas, 2019. <https://www.mercosur.int/documento/acuerdo-localidades-fronterizas-vinculadas/>

MERCOSUR, Declaración de los Presidentes del MERCOSUR sobre coordinación regional para la contención y mitigación del Coronavirus y su impacto, 2020, <https://www.mercosur.int/documento/declaracion-de-los-presidentes-del-mercosur-covid19/>

MERCOSUR/RMS/ACUERDO N° 07/15, Vigilancia en Salud en Zonas de Frontera del MERCOSUR, 2015

MERCOSUR, Declaración de la IV Reunión Extraordinaria de ministros de Salud del MERCOSUR y Chile sobre Estrategias Regionales en Salud, <https://www.mercosur.int/documento/declaracion-ministros-y-ministras-de-salud/>

MERCOSUR, “semana del MERCOSUR: salud”, 23 de marzo de 2022, <https://www.mercosur.int/semana-del-mercosur-salud/>

Naciones Unidas agenda Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible. Septuagésimo período de sesiones de la Asamblea General, resolución A/RES/70/1. https://unctad.org/system/files/official-document/ares70d1_es.pdf

Oddone, Nahuel. Presentación en II Taller de Salud en Fronteras en el MERCOSUR realizado en Asunción el 7-8 de junio de 2022 bajo la Presidencia Pro-Tempore de Paraguay.

Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA), Marco estratégico para la protección de los pueblos indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial: compendio de las actividades realizadas en la fase I (2011-214) y la fase II (2016-2018). Brasilia DF, 2018. <http://otca.org/wp-content/uploads/2021/02/Marco-Estrategico-para-la-Proteccion-de-los-PIACI.pdf>

Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA), Agenda Estratégica de Cooperación Amazónica (AECA), 2010, <http://otca.org/wp-content/uploads/2021/02/Agenda-Estrategica-de-Cooperacion-Amazonica.pdf>

Organización Mundial de la Salud (OMS), Reglamento Sanitario Internacional, 2005.

Organización Mundial de la Salud (OMS), Resolución WHA74.7 “Fortalecimiento de la preparación y respuesta de la OMS ante emergencias sanitarias”, 2021. https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA74/A74_R7-sp.pdf

Organización Panamericana de la Salud (OPS/OMS), Plan Estratégico de la Organización Panamericana De La Salud 2020-2025 “La Equidad, El Corazón De La Salud”, Washington, D.C., 2020. https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52717/9789275373613_spa.pdf?sequence=5&isAllowed=y

Organización Panamericana de la Salud (OPS/OMS), Las funciones esenciales de la salud pública en las Américas. Una renovación para el siglo XXI. Marco conceptual y descripción. Washington, D.C., 2020. Licencia: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

Plataforma Regional de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela, América Latina y el Caribe, Refugiados y Migrantes Venezolanos en la Región, 2022.

Presentación de Uruguay en el II Taller de Salud en Fronteras en el MERCOSUR realizado en Asunción el 7-8 de junio de 2022 bajo la Presidencia Pro-Tempore de Paraguay.

Restrepo, Antonio (Coord.). Taller Política de Salud de Fronteras en UNASUR. Instituto Suramericano de Gobierno en Salud (ISAGS), 2016.

Rhi-Sausi, José Luis; Oddone, Nahuel. Cooperación e integración transfronteriza en América Latina y el Mercosur, 2009.

REMSAA XXXVII/527, Cambio Climático y Plan Andino de Gestión de Riesgo de Emergencia y Desastres 2018-2022, 2018,
<https://orasconhu.org/sites/default/files/ResolREMSAAXXXVII/ResolREMSAAXXXVII527CambioClimatico yPlanGRyD.pdf>

REMSAA XXXVII/529,
<https://orasconhu.org/sites/default/files/ResolREMSAAXXXVII/ResolREMSAAXXXVII529Pasafro20192022.pdf>

Resolución REMSAA XXIV/382, Vigilancia Epidemiológica y Salud en las Fronteras, 2002,
<https://www.orasconhu.org/sites/default/files/REMSAA-XXIV-382.pdf>

Resolución REMSAA XXIV/384, Lineamiento Plan Andino de Salud en Fronteras
<https://www.orasconhu.org/sites/default/files/REMSAA-XXIV-384.pdf>

SELA, “Cooperación Regional Fronteriza en el Ámbito de la Integración Fronteriza”. XXIV Reunión de Directores de Cooperación Internacional de América Latina y Caribe. El Salvador, San Salvador, 2013.

Programa Subregional para América del Sur de la OPS/OMS. Sistematización de Acciones y Planes de Fronteras, 2018.

Protocolo Modificadorio del Acuerdo de Integración Subregional Andino (Acuerdo de Cartagena), 1996,
http://www.sice.oas.org/trade/junac/carta_ag/trujillo.asp

Tratado de Cooperación Amazónica, Brasilia, 1978, <http://otca.org/wp-content/uploads/2020/01/TRATADO-DE-COOPERACIÓN-AMAZÓNICA.pdf>

Saúde global e diplomacia da saúde na América Latina e Caribe

*Sebastián Tobar e Miryam Minayo, com:
María del Carmen Dávila Calle e Bertha Pineda Restrepo (ORAS CONHU); e
Ginnette Morales y Melissa Hernández (COMISCA)*

IX Cúpula das Américas: oportunidade perdida?

Vinte e oito anos após o primeiro encontro continental, os Estados Unidos foram novamente os anfitriões da Cúpula das Américas, que teve lugar do 6 ao 10 de junho, em Los Angeles, e reuniu líderes de todo o continente.

O encontro foi marcado pela falta de entusiasmo e um clima de frieza nas relações interamericanas. A instabilidade diplomática que antecedeu à Cúpula motivada pela falta do convite a países como Cuba, Nicarágua e Venezuela levou a ausências significativas como a do presidente do México, que gerou um efeito dominó na região central do continente. A precária gestão da exclusão de certos países que, segundo Washington, violam sistematicamente os direitos humanos, parece ter desviado a atenção do que era de fato relevante: os debates sobre a profunda crise econômica, saúde, segurança, medidas contra a desigualdade, políticas ambientais e migratórias.

Apesar do discurso de abertura do presidente Biden tentar impulsionar um novo momento das relações da região ao afirmar que “A questão não é mais o que os EUA podem fazer pelas Américas, mas o que podemos fazer juntos como um continente”, os resultados da Cúpula não indicam qualquer mudança de paradigma.

Como pano de fundo do encontro destaca-se: o momento de maior enfraquecimento da influência de Washington no hemisfério; a consolidação da ascensão da China; o ressurgimento agressivo da geopolítica após a invasão russa da Ucrânia; o sul global defendendo transformações mais urgentes com uma voz mais audível do que no início do século XXI. Além disso, a situação ambiental atual é muito delicada e a agenda global exige um grau de governança que nenhum país pode impor ou gerenciar individualmente.¹⁵⁸

Segundo Juan Gabriel Tokatlian¹⁵⁹, quando se olha para a América Latina ficam evidentes duas questões-chave: por um lado, o alto nível de fragmentação, a ponto de se tornar improvável a convergência em questões vitais para a região. Por outro lado, e para além dos governos no poder em determinados países - e muito especialmente na América do Sul, não há administrações que procurem reduzir ou inverter os laços, nomeadamente econômicos, com a China, o que implica em que não há atores domésticos dispostos a vetar o relacionamento com Pequim que tanto preocupa o governo dos Estados Unidos.

O evento terminou sem nenhuma declaração abrangente elaborada. A cúpula produziu apenas textos temáticos. O documento de migração intitulado “A Declaração de Los Angeles sobre Migração e Proteção na Cúpula das Américas”, incluiu características interessantes, embora nenhuma delas seja muito nova. Seu principal ponto forte conceitual envolve o chamado princípio da responsabilidade compartilhada.

¹⁵⁸ <https://nuso.org/articulo/cumbredelasamericas-estadosunidos/>

¹⁵⁹ idem

O documento entra em alguns detalhes sobre questões de asilo, e a própria noção de que os Estados Unidos estão considerando que a migração não seja mais uma questão estritamente doméstica. O documento também prevê um financiamento modesto dos Estados Unidos para refugiados e migrantes em países latino-americanos por meio da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional e do Banco Mundial.

Washington também concordou em expandir seu programa de trabalhadores temporários H-2A e H-2B para trabalhadores agrícolas e construção, em pequena escala. A declaração basicamente enumera os programas existentes de vários países, juntamente com promessas de expansão.

A declaração econômica intitulada “Iniciativa da Parceria das Américas para a Prosperidade Econômica”, obviamente não pode incluir recursos reservados para acordos comerciais, já que a maioria dos países – México, República Dominicana, Panamá, Colômbia, Peru e Chile – assinaram acordos de livre comércio com os Estados Unidos.

Do ponto de vista da saúde, a necessidade de fortalecer os sistemas de saúde após a pandemia ganhou força com a adoção do Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) participou ativamente para promover a inclusão da saúde na agenda política da Cúpula. O Plano de Ação, teoricamente, pretende contribuir na prevenção, preparo e resposta à futuras ameaças pandêmicas e outras emergências de saúde pública, além de expandir a prestação equitativa de serviços de saúde e saúde pública para populações remotas, vulneráveis e marginalizadas.¹⁶⁰

Aproveitando as lições da COVID-19, os Chefes de Estado e de Governo da região se comprometeram a desenvolver várias ações para fortalecer a saúde até 2030. Estas incluem, entre outras:

- Ampliar o acesso equitativo a serviços de saúde integrais de qualidade, baseados na atenção primária, para avançar rumo à saúde universal.
- Fortalecer a formação e a educação nas áreas de medicina, saúde pública, nutrição e pesquisa em ciências biomédicas.
- Aumentar e melhorar o financiamento público da saúde e fortalecer as atividades para promover o desenvolvimento regional de tecnologias em saúde.
- Fortalecer a segurança sanitária regional e global e a preparação para emergências de saúde pública, incluindo as capacidades das autoridades de saúde, infraestruturas e sistemas nacionais de vigilância epidemiológica para prevenir, preparar, detectar e responder a surtos de doenças infecciosas.
- Redobrar os esforços para acelerar o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, incluindo a meta 3.4: reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis, a principal causa de morte na região.

Durante a Cúpula, os Estados Unidos também anunciaram o lançamento do *Americas Health Corps - Health Force of the Americas*, uma iniciativa conjunta entre os Estados Unidos e a OPAS para capacitar 500.000 trabalhadores de saúde pública em toda a região nos próximos cinco anos.

¹⁶⁰ <https://www.paho.org/es/noticias/14-6-2022-logros-materia-salud-ix-cumbre-americas>

Embora a Cúpula tenha despertado expectativas, como aponta Temporao, J. (2022)¹⁶¹, quase todos os governos latino-americanos apoiaram a isenção de regras de propriedade intelectual sobre vacinas, testes e tratamentos contra a COVID-19. Considerando que alguns países da região têm capacidade para fabricar vacinas e tratamentos modernos, o apoio do governo dos EUA para facilitar a proteção de patentes para vacinas, tratamentos antivirais e testes que salvam vidas pode mudar as regras do jogo.

Ainda que os Estados Unidos queiram recuperar a confiança da região, o comportamento das gigantes farmacêuticas norte-americanas não conquistou a vontade política. Um exemplo claro são os tratamentos antivirais orais contra a Covid-19 recém desenvolvidos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou que o mundo está repetindo os erros cometidos nos estágios iniciais da pandemia. Os países ricos estão comprando rapidamente o suprimento inicial global desses tratamentos, enquanto os países de baixa e média renda provavelmente não verão nenhum antes de 2023.

Após pressão esmagadora de ativistas da saúde global, a Pfizer e a Merck fizeram uma parceria com o *Medicines Patent Pool* para licenciar suas pílulas antivirais Covid-19 para países de baixa renda. Mas as licenças emitidas excluem quase toda a América Latina, assim como a recente promessa da Pfizer de vender muitos medicamentos a um preço “sem fins lucrativos”. Para garantir um acesso verdadeiramente equitativo, as empresas farmacêuticas dos EUA devem fazer um gesto altruísta – será?

Por muito tempo, a América Latina foi tratada como um ator de segunda classe na geopolítica global, e a resposta global à Covid-19 apenas exacerbou essa realidade. Nesse sentido, uma melhor cooperação hemisférica entre os governos da região é um passo essencial para acertar as coisas.

Por fim, como observado por Rubens Barbosa, ex-embaixador brasileiro em Washington, a ideia central dos Estados Unidos na cúpula foi a proposta de uma Parceria das Américas para a Prosperidade Econômica, que visa desafiar a crescente influência chinesa na região. O pacote incluía uma declaração sobre imigração, a criação de um corpo de saúde para as Américas e US\$ 12 milhões para Colômbia e Brasil para preservação da Amazônia. No entanto, todas as propostas precisarão ser refinadas de forma mais detalhada e não mostraram como a cooperação poderia ser melhorada.

Barbosa observa ainda que a decisão de não convidar Cuba, Venezuela e Nicarágua provou ser prejudicial para os EUA. Dada a baixa prioridade da cúpula e a forma como foi preparada, as expectativas e objetivos dos países do hemisfério não eram altos. Seus poucos resultados reforçaram essa percepção. Os Estados Unidos perderam uma boa oportunidade de retomar a liderança na região quando enfrentam um crescente desafio econômico e comercial da China e da Rússia. O diálogo entre os Estados Unidos e os países da América Latina e Caribe vive hoje um de seus piores momentos desde o fim da Guerra Fria, finaliza o embaixador.

O fortalecimento das capacidades, a cooperação e acesso no campo da saúde poderia representar uma oportunidade para o presidente Biden restabelecer a confiança com seus vizinhos do sul após a Cúpula das Américas. Mas isso requer atos concretos de solidariedade,

¹⁶¹ <https://www.aljazeera.com/opinions/2022/6/14/to-mend-relations-with-latin-america-biden-should-focus-on-covid>

liderança responsável e medidas objetivas que garantam o progresso da região no acesso equitativo às tecnologias desenvolvidas pela ciência para enfrentar a Covid-19 e outras pandemias futuras.

MERCOSUL: Workshop de Saúde nas Fronteiras no Mercosul

A Oficina de Saúde de Fronteiras do MERCOSUL foi realizada na cidade de Assunção, República do Paraguai, nos dias 7 e 8 de junho de 2022, em preparação para a 5ª Reunião Ordinária de Ministros da Saúde do MERCOSUL. Participaram do encontro Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Peru e representantes do Programa Sub-regionais para América do SUL SAM/OPAS, do Programa EURO social e da Associação de Regiões Fronteiriças Europeias e diferentes espaços de integração.

A oficina serviu para a troca de experiências de saúde nas fronteiras e sua conceituação. Nesse sentido, o momento atual se apresenta como uma janela de oportunidade para avançar nos processos de integração em áreas de fronteira e somar forças e experiências no fortalecimento da resposta dos sistemas de saúde em áreas de fronteira: vigilância epidemiológica e prestação de serviços e a forte atuação dos advogados obter apoio de países e parceiros de cooperação internacional em saúde e desenvolvimento social, retomando a ideia da Agenda 2030: que ninguém fique para trás: migrantes, povos indígenas e jovens.

A oficina revisou e extraiu experiências e lições aprendidas das diferentes experiências de saúde fronteiriça e até mesmo da situação vivida no contexto de uma pandemia.

Todos os Estados Membros e Observadores apresentaram suas experiências.

Como encaminhamento e divisão, os Estados-Membros decidiram priorizar três questões prioritárias:

1. Prevenção, vigilância e controle epidemiológico organizados e padronizados entre localidades fronteiriças para informação e ações comuns.
2. Atendimento de Emergência e Emergência para estabilização de pacientes com coordenação na continuidade do cuidado e, se necessário, transferência médica.
3. Capacitação de Recursos Humanos nos dois pontos mencionados anteriormente.

Seminário sobre Políticas de Recuperação Econômica e Inovação em Matéria de Proteção Social para mitigar os efeitos da Pandemia da Covid-19 no MERCOSUR

O Seminário foi organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social do Paraguai, Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, Comissão de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (CCMASM), Fórum de Consulta e Coordenação Política (FCCP) e Instituto Social do MERCOSUL (ISM), com o apoio do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), o Seminário tem como principal objetivo gerar um espaço de intercâmbio e reflexão sobre os desafios que envolvem as políticas de recuperação econômica no contexto da pandemia de COVID-19.

O Seminário Internacional teve a participação de autoridades nacionais da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, técnicos do governo, além de representantes de organismos internacionais.

O primeiro Painel refletiu sobre as inovações em matéria de proteção social implementadas durante o atual contexto da pandemia do MERCOSUL. O Ministro de Desenvolvimento Social do Paraguai Mario Varela; o Embaixador de Argentina Oscar Peppo, O Diretor de Assuntos Internacionais do Ministério da Cidadania do Brasil e o Embaixador de

Uruguai tem abordado este tema. Seguidamente tem se apresentado as ações de Cooperação internacional e Proteção Social por Luz Melon, coordenadora Nacional Alternativa do FCCP de Argentina.

O segundo painel abordou as políticas de Reativação Económica Pós-covid com a presença da Cepal, especialistas internacionais e o Ministério da Cidadania do Brasil.

No seminário, foram apresentados também os Resultados dos Projetos sobre Juventude e Fronteiras no Mercosul e ações transfronteiriça de saúde desenvolvido pelo Instituto Social do Mercosul.

O terceiro painel abordou a Saúde nas Fronteiras, infraestrutura humana de vigilância da saúde e as experiências extraídas da pandemia da Covid-19.

É chamativo que, embora o Seminário envolva aspectos vinculados a saúde e a pandemia, parece ter pouco envolvimento dos Ministérios de Saúde, salvo o caso do Paraguai

O Seminário na íntegra pode ser assistido em: <http://www.ismercosur.org/live/>.

CEPAL e OIT lançam o Relatório sobre a Conjuntura Laboral de América Latina e o Caribe: Os Salários Reais durante a pandemia: Evolução e Desafios

No dia 17 de junho, a Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização Mundial do Trabalho OIT tem lançado o Relatório sobre a Conjuntura Laboral de América Latina e o Caribe: Os Salários Reais durante a pandemia: Evolução e Desafios¹⁶²

O relatório indica que em um contexto em que as economias da região cresceram 6,6% em 2021, os principais indicadores trabalhistas da região também registraram melhorias, entre os quais se destacam o crescimento do emprego e a taxa de participação no trabalho. Na taxa de desemprego. No entanto, a recuperação do emprego tem sido lenta, incompleta e desigual.

Destaca-se o atraso na recuperação dos níveis de emprego anteriores à pandemia em relação à recuperação da atividade econômica nos países. Até o final de 2021, vários países haviam recuperado seu nível de PIB pré-crise, enquanto os níveis de emprego, em muitos casos, ainda estavam abaixo.

De acordo com o relatório, após a contração histórica registrada no número de pessoas ocupadas na região durante 2020 (8,2%), em 2021 houve uma recuperação significativa deste indicador, que foi de 6,8% entre o quarto trimestre do ano e o mesmo período de 2020. No entanto, apesar do aumento considerável do emprego ao longo do ano, somente a partir do quarto trimestre de 2021 o número de empregados na região atingiu o patamar registrado no final de 2019.

Por outro lado, as disparidades trabalhistas entre homens e mulheres se aprofundaram em 2021. CEPAL e OIT mostram que a recuperação dos mercados de trabalho também foi desigual, em detrimento das mulheres; Embora tenha havido uma melhora no emprego e na participação tanto de homens quanto de mulheres, esta foi maior no primeiro caso do que no segundo. A crise gerada pela pandemia da doença do coronavírus (COVID-19) teve um efeito mais significativo no emprego feminino, registrando um retrocesso equivalente a mais de 18 anos nos níveis da taxa de participação das mulheres. A lenta recuperação das atividades que

¹⁶² <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47926-coyuntura-laboral-america-latina-caribe-salarios-reales-durante-la-pandemia>

concentram o emprego feminino e o maior peso que recai sobre as mulheres nas tarefas de cuidar de doentes, crianças e idosos, ajudam a explicar essa diferença marcante na dinâmica da taxa de participação global.

A crise sanitária causada pelo COVID-19 teve efeitos importantes na evolução dos salários na região. Por um lado, o impacto da evolução recente da inflação tem sido observado de forma mais clara nos salários-mínimos reais, cujo poder de compra diminuiu em 2021. Por outro lado, destaca-se também que os salários reais médios na região em 2021 foram 6,8% abaixo dos níveis pré-pandemia, ficando mais atrás desses níveis do que a atividade econômica e o emprego. Isso pode até piorar em 2022, período para o qual são esperados aumentos ainda maiores da inflação.

Até 2022, espera-se uma desaceleração no ritmo de criação de empregos, ao mesmo tempo que avanços no processo de vacinação, menos restrições à mobilidade e a reabertura das escolas devem impulsionar a recuperação dos níveis de participação, em especial para o sexo feminino. No entanto, a ação conjunta de maior participação da força de trabalho e baixa taxa de geração de empregos pode levar ao aumento da taxa de desemprego ao longo do ano.

Em um contexto em que ainda há espaço para a recuperação do emprego aos níveis pré-pandemia, a possibilidade de realizar reajustes nominais dos salários-mínimos para compensar as perdas causadas pelo aumento da inflação é fundamental. Nesse sentido, a reativação de mecanismos de diálogo entre governos, trabalhadores e empregadores para definir reajustes do salário-mínimo tem grande potencial para conciliar as necessidades dos atores trabalhistas. Isso serviria para aplicar os reajustes do salário-mínimo que permitem compensar o aumento da inflação, considerando também seu impacto tanto nos custos de produção —especialmente para as micro, pequenas e médias empresas (MPME)— quanto na geração e recuperação do emprego.

Mesa Andina Inter-setorial de Concertação contra a Desigualdade em Saúde

(María del Carmen Dávila Calle e Bertha Pineda Restrepo)

O Organismo Andino de Saúde-Convênio Hipólito Unanue tem a visão de avançar significativamente no efetivo exercício do direito à saúde de sua população. A missão que rege sua razão de ser e ações consiste em: harmonizar, articular e implementar decisões em matéria de saúde, por meio de políticas públicas, planos, projetos, pesquisas conjuntas, trocas de experiências e iniciativas de cooperação técnica, para combater as desigualdades e iniquidades em saúde.

Precisamente, sobre as ações de enfrentamento das desigualdades em saúde, na Resolução REMSAA XXXIX/547, de 11 de junho de 2021, os ministros da saúde resolveram a criação da Mesa Intersetorial Andina de Coordenação das Desigualdades em Saúde, que promove a criação de um sistema de monitoramento com ênfase na redução das desigualdades sociais em saúde e influenciando as políticas públicas para atingir as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3: Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.

Como consequência esperada da referida resolução, em agosto de 2021, foi instalada a Mesa Intersetorial Andina de Coordenação das Desigualdades em Saúde com delegados dos Ministérios da Saúde dos seis países andinos (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e

Venezuela), a equipe ORAS-CONHU, a Programa Sub-regional para a América do Sul e assessores regionais da OPAS/OMS. Posteriormente, foram integradas a Divisão de Desenvolvimento Social da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e a Mesa de Concertação para o Combate à Pobreza do Peru.

A mencionada Resolução, também instrui a ORAS/CONHU, juntamente com os Pontos Focais designados por cada Ministério Andino da Saúde, com o apoio da OPAS/OMS, outros organismos internacionais e organizações sociais, coordenar o desenvolvimento de um processo participativo de formação e fortalecimento da Mesa Redonda Andina Intersectorial contra as Desigualdades em Saúde (ORAS-CONHU, 2021).

Assim, a Secretaria Executiva de ORAS-CONHU, com assessoria de Ernesto Rodríguez, realizou um trabalho coletivo com os membros da Mesa Andina, cuja primeira versão tem sido concluída na recente semana e constitui este relatório, que compreende cinco partes: (i) quadro de referência, (ii) quadro conceptual, (iii) quadro contextual, (iv) quadro situacional e desafios, (v) perspectivas futuras, com dois anexos: um conjunto mínimo de indicadores a utilizar como ponto de partida e o metas e indicadores do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) dos países andinos. Essas são as bases para um sistema de monitoramento regional que enfrente decisivamente as desigualdades sociais em saúde.

Em termos conceituais, assume-se a existência de “desigualdades múltiplas” e não apenas desigualdades de renda, mas (além e fundamentalmente) desigualdades de gênero, geracionais, étnicas e raciais, territoriais, ligadas à mobilidade humana e outras de similar relevância. Em termos contextuais, descreve-se a situação atual marcada por economias em crise, sistemas de proteção precários e democracias frágeis. No que diz respeito ao quadro conjuntural, apresenta-se uma análise do estado atual do setor da saúde (aspectos institucionais, orçamentais e operacionais correspondentes) e formula-se uma proposta de trabalho para enfrentar a crise, com o objetivo de “não deixar ninguém para trás”.

Para sua redação, foi realizada uma revisão sistemática de uma ampla e qualificada literatura especializada, bem como o desenvolvimento de reuniões de trabalho quinzenais com os delegados da Mesa Andina e especialistas. O apoio permanente da Mesa Andina (delegados dos seis países e organizações parceiras), da Secretaria Executiva do ORAS-CONHU, foi essencial em toda a jornada.

Como mencionado anteriormente, a referência central é o ODS 3 e, também, as propostas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), voltadas para uma “recuperação transformadora, para inclusão e sustentabilidade” que, por sua vez, ao mesmo tempo, estão claramente alinhados com a Agenda 2030 das Nações Unidas, o Plano Estratégico da OPAS 2020-2025 “Equidade, o coração da saúde” e, claro, a missão e visão do ORAS-CONHU: “combater as desigualdades e iniquidades em saúde e avançar na o exercício efetivo do direito à saúde”.

O Documento “*Desigualdades Sociales en Salud- Línea de Base para una Recuperación Transformadora con inclusión social y sostenibilidad ambiental en los países de la Región Andina*” pode ser consultado na íntegra no site do Organismo Andino de Salud: <https://www.orasconhu.org>

**LVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da América Central e República Dominicana
COMISCA**

(Ginnette Morales y Melissa Hernández)

Em 13 de dezembro de 1991, no âmbito da XI Reunião de Presidentes da América Central, foi assinado o Protocolo de Tegucigalpa, que deu origem ao Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e entrou em operação em 1º de fevereiro de 1993. O SICA substituiu a Organização da Estados da América Central (ODECA).

Nesse marco e de acordo com o artigo 3 do Protocolo de Tegucigalpa, o objetivo principal do SICA é a realização da integração da América Central, constituindo-a como uma Região de Paz, Liberdade, Democracia e Desenvolvimento. Da mesma forma, o SICA possui 5 pilares de integração, que são mostrados no diagrama a seguir:

O Tratado de Integração Social Centro-Americana (Tratado de San Salvador), assinado em março de 1995, dá vida ao pilar social da integração; dentro do qual está o Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana (COMISCA) que, de acordo com o Regulamento COMISCA 01-2021, Art. 3 literal e), COMISCA é o Órgão do SICA composto pelos Ministros da Saúde da América e República Dominicana, que são responsáveis por analisar e decidir sobre as áreas relacionadas com o setor regional da saúde no âmbito da integração centro-americana.

Da mesma forma, e de acordo com o Regulamento COMISCA 01-2021, Artigo 18, a Secretaria Executiva do COMISCA é o órgão executivo e técnico permanente que representa a institucionalidade do COMISCA no âmbito do SICA, responsável por contribuir para os processos de implementação das decisões do Conselho, para ser o elo entre os cooperadores, as instâncias técnicas operacionais, as instituições do SICA e o COMISCA, além de ser o porta-voz do Conselho nos casos em que assim for instruído pelo COMISCA. A SE-COMISCA facilitará os processos técnicos que buscarão o consenso das instâncias mencionadas, que responderão aos mandatos da Reunião de Presidentes do SICA e às decisões do COMISCA. Suas ações serão enquadradas em conformidade com documentos políticos, estratégicos e técnicos regionais.

Quanto ao COMISCA, é constituído pelos Ministros ou Secretários da Saúde e que têm poderes nacionais para decidir pelo seu Estado. Em casos extraordinários, o referido Conselho pode ser composto por um Vice-Ministro da Saúde devidamente habilitado. Assim, o COMISCA reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano e de forma extraordinária, quando convocado pela Presidência Pro Tempore do COMISCA, mediante solicitação de um de seus membros por escrito à Presidência Pro Tempore ou à SE-COMISCA ou, a pedido da SE-COMISCA. As reuniões podem ser realizadas presencialmente ou virtualmente por meio de qualquer meio audiovisual ou eletrônico que seja proposto pela SE-COMISCA ou acordado pelos ministros e que permita determinar com clareza a manifestação de vontade de cada um dos membros do Conselho. As reuniões presenciais do Conselho serão realizadas no território do Estado membro que exercer a Presidência Pro Tempore do COMISCA. No entanto, em casos extraordinários, o COMISCA, por consenso, poderá escolher o local mais adequado para a realização da reunião.¹

Nesse sentido, o COMISCA define as prioridades em saúde em Centro América e República Dominicana, que tem sido estabelecidas pelo COMISCA, no Plano de Saúde de Centro América e República Dominicana (PSCARD) 2021-2025, as quais encontram se contidas em 4 eixos:

- Eixo 1: institucionalidade, governança e reitoria dos sistemas de saúde regional
- Eixo 2: iniciativas regionais para uma vida sana e promoção do bem-estar, com foco na equidade para igualdade entre os homens e mulheres no curso de vida e interculturalidade.
- Eixo 3: Capacidade dos sistemas de saúde baseados na APS.
- Eixo 4: Capacidade de resposta regionais frente a CC, emergências sanitárias, desastres e processos migratórios.

Nos dias 9 e 10 de Junho, tem se realizado na cidade de Panamá, Panamá à LVI Reunião ordinária do COMISCA. A reunião teve quórum correspondente, por meio da participação dos 8 Estados membros do SICA: Panamá, em sua condição Presidência Pro Tempore do COMISCA, Belice, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e República Dominicana.

Nesta reunião foram abordados os seguintes temas: gestão técnica e financeira do SE-COMISCA e PPT COMISCA Panamá, saúde mental, doença renal crônica de origem não tradicional, gastos com HIV, malária, sistema de monitoramento e avaliação do PSACRD, progresso no que se refere ao Mecanismo Regional de Resposta Rápida às Emergências Sanitárias dos Estados Membros do SICA (MERRES), pesquisa em saúde, entre outros.

No âmbito das questões mencionadas e dos procedimentos correspondentes, foram aprovados os seguintes acordos:

Para o tema gestão técnica e financeira, o relatório de gestão foi apresentado de janeiro a junho de 2022, enfatizando o cumprimento das resoluções, o apoio aos Estados membros no âmbito da COVID-19 e o fortalecimento institucional dos estados membros. os Estados membros do SICA por meio do cumprimento das ações relacionadas ao Plano de Saúde para a América Central e República Dominicana (PSCARD) 2021-2025, que é aprovado com grande satisfação.

Em relação ao V Fórum Regional Inter-setorial de Saúde na América Central e na República Dominicana: Unindo Forças para a Saúde Mental, realizado em abril passado, destacou-se que a questão da saúde mental vem se desenvolvendo desde 2008 com a figura da Saúde Mental pontos focais, para responder às demandas Regionais, em conjunto com a OPAS/OMS, com ações voltadas ao enfrentamento dos problemas de Saúde Mental e abuso de substâncias psicoativas, que ganha maior força no âmbito do SICA quando da constituição do Grupo Técnico de Saúde Mental em 2019, como instância técnica operacional do COMISCA e aprovado o documento marco do Observatório de Saúde Mental da América Central e República Dominicana e o Grupo Técnico de Saúde Mental (GTSM) e o SE-COMISCA, sua implementação; com o apoio da OPAS/OMS.

Em relação ao mecanismo regional de resposta rápida às emergências sanitárias dos Estados membros do SICA (MERRES), foi apresentado o progresso para a construção do mecanismo e como pano de fundo, destacou-se a Resolução COMISCA 19-2019 de 11 de dezembro de 2019. relativo aos Mecanismos Regionais de resposta às epidemias de arboviroses no âmbito do fortalecimento do Regulamento Sanitário Internacional, emitido em San Salvador em 11 de dezembro de 2019, porém, como resultado do surgimento da pandemia de COVID-19, o SE-COMISCA repensa a proposta de estendê-la a outras emergências de saúde, considerando que o PSCARD 2021-2025 aprovado em junho de 2021 contempla no eixo 4 a capacidade de resposta regional às emergências de saúde.

É por isso que, durante o PPT no Panamá, após um exercício de reflexão sobre o valor agregado regional que pode ser proposto neste campo em apoio aos Estados membros e

também levando em conta que cada um dos Estados possui seus próprios manuais operacionais que dependem sobre sua capacidade instalada, e também com o surgimento da pandemia de COVID-19 em 2020, considerou mais pertinente a proposta de um "Guia do Mecanismo Regional de Resposta Rápida às Emergências Sanitárias dos Estados Membros do SICA (MERRES)", para estabelecer um coordenação que permita mobilizar a cooperação dos parceiros e facilitar a cooperação horizontal caso seja necessária uma resposta rápida em qualquer tipo de emergência sanitária e multiameaças.

Em razão do exposto, considera-se cumprida a Resolução COMISCA 19-2019, solicitando-se a ampliação do escopo de acordo com as disposições do Plano de Saúde para a América Central e a República Dominicana (PSCARD) 2021-2025, Eixo Estratégico 4 "Capacidade de resposta regional às mudanças climáticas, emergências sanitárias, desastres e processos migratórios", a fim de incluir a abordagem da resposta às emergências sanitárias e multiameaças.

Em relação à Estratégia para a Prevenção, Mitigação e Controle da Doença Renal Crônica de origem não tradicional na América Central e na República Dominicana, considera-se aprovada e a Comissão Técnica de Doença Renal Crônica e Câncer (CTCC) e SE-COMISCA são instruídas para a implementação, com o apoio da OPAS/OMS e a Comissão Técnica de Doenças Crônicas e Câncer (CTCC) é instruída a, em coordenação com SE-COMISCA e OPAS/OMS, realizar o correspondente monitoramento e avaliação da Estratégia e , apresentam os resultados da referida avaliação, no primeiro semestre de 2025.

Finalmente, em relação à Medição dos gastos com HIV na América Central e na República Dominicana, foi apresentada a Medição dos Gastos com HIV (Megas) na América Central e na República Dominicana, destacando a importância da implementação anual de medições que forneçam informações estratégicas sobre e o uso efetivo de recursos, o que permite aos países manter e melhorar o investimento na prevenção, detecção, tratamento e monitoramento do HIV, com vistas à sustentabilidade da resposta ao HIV na região do SICA, com a incorporação de todas as setores regionais e a mobilização de recursos internos para atingir as metas até 2030.

Da mesma forma, o COMISCA instrui as instâncias técnicas de cada Ministério e Secretaria de Saúde da América Central e da República Dominicana a aplicar anualmente a medição de gastos com HIV (MEGAS), apresentando as informações no primeiro semestre, fortalecendo as informações de análise, o que permite a decisão -fazer, garantir o uso adequado dos recursos disponíveis, a mobilização de recursos nacionais, o fortalecimento do investimento e sustentabilidade em HIV, para o cumprimento das metas com o objetivo de acabar com a epidemia de HIV até 2030.

Entre outros acordos sobre esta questão, o Mecanismo de Coordenação Regional (RCM) é instruído a, em coordenação com a ONUSIDA, prestar apoio aos órgãos técnicos nacionais para a preparação da medição dos gastos em HIV.

Por fim, é importante destacar que a realização da LVI Reunião Ordinária do COMISCA, constitui a primeira reunião de ministros da saúde da América Central e da República Dominicana, desde 2019, onde a modalidade presencial é retomada em 100% , no contexto da pandemia por COVID-19. Isso permite uma dinâmica diferente do COMISCA, em que as questões de saúde pública priorizadas em nível regional pelo referido órgão do SICA podem ser discutidas em profundidade.

A proposta de Petro para a saúde dos colombianos

Sebastián Tobar

A Colômbia é um dos países frequentemente citados como tendo adotado uma reforma em que o mercado ocupa um papel muito importante no seu sistema de saúde.

A vitória de Gustavo Petro, no segundo turno das eleições de 19 de junho, abre uma janela de oportunidade para uma mudança nas políticas, inclusive no setor de saúde.

Neste artigo fazemos uma breve apresentação do sistema de saúde colombiano e, em seguida, apresentamos a proposta do programa de saúde do candidato eleito.

O Sistema de Saúde Colombiano

Na Colômbia, a Lei Estatutária da Saúde (2015) estabeleceu o direito à saúde no âmbito do sistema de saúde, reconhecendo seu caráter de direito social fundamental.

O sistema de saúde colombiano é composto por um grande setor previdenciário financiado com recursos públicos e o setor privado. Seu eixo central é o Sistema Geral de Previdência Social em Saúde (SGSSS). A adesão ao sistema é obrigatória e é feita por meio das entidades públicas ou privadas de promoção da saúde (EPS), que recebem as contribuições e, por meio das instituições prestadoras de serviços (IPS), oferecem o Plano de Saúde Obrigatório (POS) ou POS-S para aqueles filiados ao regime subsidiado (RS). O setor exclusivamente privado é utilizado pela classe alta e por um setor de renda média da população que, por falta de cobertura ou em busca de melhores condições de acesso oferecidas pelo SGSSS, recorrem aos cuidados privados.

Como instrumento para avançar na estratégia de atenção primária à saúde, em 2016 foi promovida a Política de Atenção Integral à Saúde (PAIS), com o objetivo de focar as ações em saúde nos níveis individual, familiar e coletivo, e não em instituições de crédito ou seguradoras. A formulação da referida política e do Modelo de Atenção Integral à Saúde (MIAS) representou um avanço estratégico do sistema em seu compromisso de garantir o acesso efetivo dos cidadãos aos serviços de saúde. É o componente operacional do PAIS.

No âmbito do MIAS, foi promovida a abordagem da saúde e medicina familiar e comunitária, com vista a melhorar as competências do chamado talento humano.

Tanto a política quanto o modelo de atenção integral à saúde buscam melhorar a qualidade, a sustentabilidade e a equidade em saúde. Propõem um quadro de ações e benefícios de promoção da saúde, prevenção e tratamento de doenças, reabilitação e reinserção social em todas as fases da vida, o mais próximo possível do seu cotidiano.

A desigualdade de renda na Colômbia é a mais alta entre os países que compõem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a segunda mais alta na região da América Latina e do Caribe. Se for levado em conta o coeficiente de Gini, método mais utilizado para medir a desigualdade de renda, na Colômbia foi de 0,53 em 2019.

A política promovida por meio de um modelo integral de atenção à saúde visa a melhoraria da qualidade, a sustentabilidade e a equidade em saúde em um país pobre e com profunda desigualdade estrutural.

Embora a Colômbia registre bons indicadores de saúde, por exemplo, o sistema conta com 2,2 médicos para cada 1.000 habitantes e possui cerca de 5.500 leitos de terapia intensiva¹⁶³. No entanto, em termos de acesso e qualidade, existem enormes desigualdades entre as diferentes regiões do país e entre usuários, conforme o regime de filiação seja contributivo ou subsidiado. Embora a regulamentação estabeleça que os usuários de um ou outro regime tenham acesso universal e equivalente —tanto à prestação de serviços de saúde como a medicamentos— a verdade é que dependendo da área e do prestador de serviço, a qualidade é muito diferente.

A pandemia chegou à Colômbia em um cenário de grande instabilidade política, com manifestações massivas e protestos em novembro e dezembro de 2019, em um cenário de queda de crescimento e diferenças de critérios entre governo central e governos locais na resposta ao Covid-19.

Além dos problemas enfrentados pelos países da região em resposta à Covid-19, para implantar diferentes políticas Inter-setoriais para garantir renda e proteger os setores sociais e a economia, a Colômbia enfrentou o problema de dar respostas a saúde de grupos populacionais, como migrantes venezuelanos, população indígena nativa e afrodescendentes que viviam em precárias condições de vida e vulnerabilidade.

Neste cenário do sistema de saúde, ocorrem as eleições a presidência da Colômbia, saindo vitorioso, em segundo turno, o representante da esquerda, pelo Pacto Histórico, o agora presidente Gustavo Petro.

O candidato Petro disponibilizou em seu site político o Programa de Governo, que para a saúde é chamado: “**Saúde para a vida e não para os negócios**”, de onde buscamos as informações abaixo para os leitores do Caderno.

Saúde para a vida e não para os negócios¹⁶⁴

A proposta inicia afirmando a saúde como um *direito fundamental*, que reproduzimos abaixo:

“Em nosso governo garantiremos o direito fundamental à saúde por meio de um sistema único, público, universal, preventivo e preditivo, participativo, descentralizado e intercultural, que independe de capacidade de pagamento, rentabilidade econômica ou intermediação administrativa e financeira. Para isso, promoveremos a regulamentação da Lei Estatutária 1.751 de 2015, no marco de um grande pacto nacional pela saúde e pela vida”.

A proposta de Petro não se limita ao Sistema de Atenção à Saúde, alcançando a abordagem dos determinantes da saúde, ao propor:

“Caminharemos para um modelo de saúde preventivo e preditivo que enfrente os determinantes sociais, em que todas as políticas garantam os direitos à alimentação, à

¹⁶³ A desigualdade se estende ao fornecimento de infraestrutura e capacidades médicas. Por exemplo, 5 dos 30 departamentos em que o país está dividido não possuem leitos de terapia intensiva. E, onde há, menos de 10% têm infraestrutura biossegura, segundo dados do Cadastro de Prestadores de Serviços de Saúde. Essa desigualdade tem se refletido na gestão da pandemia. Ver. <https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2020/04/AC-24.-2020.pdf>

¹⁶⁴ <https://gustavopetro.co/salud-para-la-vida/>

água, à moradia, ao saneamento básico, ao meio ambiente saudável, ao trabalho decente e, enfim, ao conjunto de meios que permitam uma vida digna para todos”.

Procurando superar a *segmentação*, entendida como a coexistência de vários subsistemas responsáveis por garantir e prestar assistência à saúde da população beneficiária, com diferentes modalidades de financiamento, filiação e prestação nos diferentes estratos da população, a proposta postula:

“O sistema de saúde será público e universal, de modo que o acesso oportuno e de qualidade à prestação de serviços não dependerá da capacidade de pagamento; portanto se avançará para um sistema único sem regimes contributivos e subsidiados financiados por impostos e contribuições progressivos”.

Apresenta ferramentas concretas de política e gestão para o sistema de saúde, propondo:

“Recuperação da autoridade sanitária: A direção política e a governança do sistema caberá a um Conselho Nacional de Saúde, com a participação da academia, sindicatos, sociedades científicas e trabalhadores da saúde, pacientes e comunidades urbanas e mulheres camponesas e afrodescendentes, negras, ‘raizales’, ‘palenqueros’, indígenas, ciganos e pessoas do setor privado, liderados pelo Ministério da Saúde e Proteção Social. Este Conselho terá equivalentes nos entes territoriais liderados pelas secretarias de saúde, denominados Conselhos Territoriais de Saúde”.

Pode-se destacar a preocupação com a equidade em saúde e como forma de superar barreiras de acesso aos diferentes grupos vulneráveis.

Preocupado com o modelo de financiamento do Sistema de Saúde colombiano, propõe a criação de um Fundo Único de Saúde:

“Um Fundo Único de Saúde para eficiência e transparência: O funcionamento do sistema será realizado por meio de um Fundo Único de Saúde-FUS que retomará e ampliará as funções e capacidades da atual Administradora de Recursos Previdenciários em Saúde (ADRES), no sentido de unificar as fontes de financiamento e sua arrecadação, dar suporte administrativo, garantir o pagamento dos serviços de saúde em desenvolvimento da direção dos Conselhos de Saúde e em articulação com sistemas unificados de informação, auditoria e controle. O FUS terá Unidades Descentralizadas, mantendo a blindagem e o controle dos recursos, que fluirão exclusivamente nos territórios para pagamento de prestadores públicos e privados”.

Sem dúvida, analisar o modelo de financiamento do Sistema de Saúde colombiano resulta num fator chave de sucesso, de forma a torná-lo sustentável e revendo a distribuição e alocação dos recursos de saúde, visando equilibra-lo em favor de ações não exclusivamente assistenciais e, dentro destas, o segundo e o terceiro nível de atenção em cada um das unidades descentralizadas. Embora a proposta considere o modelo de financiamento, a proposta de Petro parte da noção de saúde como direito. A proposta é bem diferente das propostas de reforma dos anos 90, que priorizaram aspectos económicos e da eficiência sobre o direito a saúde.

A proposta do Petro na Saúde, visa avançar outro aspecto fundamental dos sistemas de saúde, como a *fragmentação* do cuidado e a continuidade das diferentes funções para produzir saúde, como promoção, prevenção, cuidado, reabilitação, cuidados paliativos. Nesse sentido, propõe a criação e fortalecimento das *Redes Integradas e Integrais de Saúde*:

“Redes Integradas e Integrais de Saúde: Os Conselhos Territoriais de Saúde orientarão a formação de redes integrais e integradas de serviços de saúde, com enfoque territorial em todo o país. Essas redes garantirão o acesso à atenção integral às populações rurais e urbanas, próximas de suas residências e locais de estudo e trabalho. A rede será constituída por hospitais públicos fortalecidos do nível primário ao de alta complexidade, financiados pelo orçamento público e por prestadores privados contratados pelo Estado a nível nacional e territorial, garantindo uma distribuição equitativa em termos de cobertura, acesso e qualidade, de acordo com as necessidades da população”.

Resulta muito interessante a incorporação da proposta do conceito de “territórios”. A ideia de *gestão territorial em saúde* vem sendo utilizada há algum tempo associada à implantação de respostas múltiplas e combinadas em uma determinada localidade. O conceito de gestão territorial em saúde, fica muito relacionado a uma abordagem populacional, horizontal e descentralizada e integral.

“O modelo de saúde preventiva: A rede de prestadores formará equipas médicas interdisciplinares que irão abranger ativa e progressivamente todo o território nacional, começando pela zona rural, conforme ordena o compromisso do Plano Nacional de Saúde Rural, e pelos sectores mais vulneráveis das cidades. As equipas médicas extramuros e os serviços intramuros com abordagem de atenção primária associada à rede pública e com a participação de prestadores privados disponíveis em cada um dos territórios chegarão ao domicílio, jardins de infância, escolas e faculdades, locais de trabalho, ao ambiente e ao espaço público dos indivíduos e famílias, garantindo ações preventivas, preditivas, curativas e de reabilitação, individuais e coletivas, que resolvam a maior parte dos problemas de saúde do respectivo território, com o apoio das tecnologias de informação e comunicação (telessaúde-telemedicina)”.

O modelo preventivo funcionará com filiação populacional, de forma que a rede integral e integrada garanta atenção e resultados em saúde a grupos populacionais cujo tamanho variará conforme sejam espaços urbanos ou rurais, níveis de dispersão, características socioculturais e epidemiológicas. As pessoas que necessitarem de cuidados de média e alta complexidade terão garantido o encaminhamento para hospitais públicos e serviços privados nos níveis departamental, regional e nacional, garantindo o princípio da livre escolha.

Adotar um sistema baseado na construção de redes significa um modelo assistencial que organize os serviços de forma que prestem cuidados contínuos e progressivos aos pacientes. O funcionamento em rede requer serviços para identificar, reconhecer e cooperar uns com os outros. Isso envolve padrões e processos definidos, intercâmbio e coordenação de informações. Mas, sobretudo, a operação em rede se traduz na definição de circuitos precisos para a circulação do paciente. Nesse sentido, parece muito apropriada a proposta de **“prontuário eletrônico unificado”**.

“O sistema de saúde terá finalmente um único sistema de informação Inter-operável que apoia a tomada de decisões, a missão e as operações administrativas e garante a transparência e o acompanhamento das operações em tempo real. Isso inclui a implementação do prontuário eletrônico unificado”.

A proposta de **prontuário eletrônico unificado** parece muito apropriada para um sistema segmentado como o colombiano. Adotar um Prontuário eletrônico unificado visa a

continuidade do cuidado implicando que os diferentes atores do sistema “girem” em torno do paciente, ou seja, independentemente de quem seja o ator contatado pelo paciente (clínico geral, sub-especialista, estudo de imagem, internação, guarda etc.), todos eles têm o direito de acessar as informações relevantes do paciente e, ao mesmo tempo, a obrigação de relatar suas descobertas para manter esse direito em futuros contatos.

A proposta de Petro reconhece a diversidade cultural da Colômbia. A população indígena da Colômbia de acordo com o censo de 2018 era de 1.905.617 pessoas, o que representava 4,5% da população nacional. Nesse sentido, propõe:

“Rumo à saúde intercultural: Apoiaremos a implementação do Sistema Indígena de Saúde Própria e Intercultural-SISPI, revitalizaremos os sistemas de saúde próprios e interculturais dos povos camponeses, afrodescendentes, negros, ‘raizal’ e ‘palenquero’ e garantiremos o exercício e fortalecimento dos medicamentos populares, alternativos e complementares, em um processo de articulação com o sistema de saúde”.

Reconhecer o direito à saúde dessas populações indígenas não implica apenas superar as barreiras de acesso aos sistemas de saúde, mas também resgatar seus costumes e percepções do que é saúde dentro de seus universos simbólicos e culturais e concepções, que muitas vezes estão mais próximas de percepções holísticas de bem-estar–saúde e não centrado na doença.

“Dignidade para os trabalhadores da saúde: Garantiremos trabalho digno, seguro e decente para todos os trabalhadores da saúde, abandonando a intermediação trabalhista e a violação de direitos por meio de um Estatuto do Trabalho em Saúde que garanta emprego estável, primado da realidade sobre a formalidade, remuneração justa, promoção, formação e proteção da saúde no trabalho num quadro de compreensão das particularidades e necessidades específicas do sector”.

“Mulher e saúde: O novo sistema de saúde reconhecerá o papel fundamental da mulher no setor, garantindo sua participação e reconhecimento, para o qual será articulado com o Sistema Nacional de Atenção, no qual se privilegia o empoderamento social e econômico, a redistribuição e redução do trabalho das mulheres, bem como a garantia de uma saúde plena e uma vida livre de violência”.

“Saúde no Trabalho: O sistema de saúde incorporará a proteção da saúde no trabalho a toda a população trabalhadora do país, ampliando a cobertura do sistema geral de riscos ocupacionais a todos os setores da economia popular e de atendimento com base em recursos estatais”.

Não é apenas uma visão para a mudança do sistema de saúde colombiano, mas também representa uma visão ética e integral para o desenvolvimento, identificando o papel dos trabalhadores e das mulheres na sociedade colombiana.

De muita importância resulta o destaque a importância à C&T em saúde e a necessidade do desenvolvimento do complexo productivo e industrial da saúde. Nesse sentido propõem:

“Um sistema intensivo em conhecimento: vamos revitalizar a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico em saúde. Isso permitirá o acesso aos melhores tratamentos e dispositivos de saúde disponíveis e a recuperação da autonomia e liderança regional do país, incluindo a produção de vacinas e outros biológicos. Será garantido o acesso a medicamentos essenciais com oportunidade, qualidade e relevância, fortalecendo a regulação de preços, promovendo a re-industrialização do

setor farmacêutico nacional e promovendo uma agenda internacional para efetivar as flexibilizações sobre os direitos de propriedade intelectual dos medicamentos e tecnologias de interesse para a saúde”.

A proposta reconhece que impulsar uma mudança como a proposta, implica a articulação com diferentes atores parlamentários, nesse sentido aponta:

“Passos urgentes para a vida e a saúde: Para avançar na transição, enquanto tramita a reforma no Congresso, avançaremos desde o primeiro ano de governo na instalação de equipes médicas e interdisciplinares com o modelo de saúde preventivo e preditivo nas áreas mais excluídas no campo e nas cidades; iniciaremos o resgate e recuperação de hospitais públicos; resolveremos a injustiça trabalhista com os profissionais de saúde, em sua maioria mulheres; e geraremos os mecanismos para iniciar imediatamente um plano ambicioso com financiamento público para ampliar a formação em todas as áreas e níveis da saúde, incluindo especialidades médicas, para superar o déficit histórico de pessoal de saúde que a Colômbia tem no marco da democratização. construção de um grande sistema público de ensino superior, gratuito e de qualidade. Implantaremos um forte plano de recuperação, expansão e modernização da rede nacional de hospitais públicos que inclui sistemas de transporte aéreo, marítimo, fluvial e terrestre para levar serviços de saúde a milhões de colombianos que hoje não têm acesso”.

“Desde o primeiro dia de governo, implantaremos um plano de choque intersetorial para enfrentar a fome e a desnutrição, superar os efeitos da pandemia e reduzir a mortalidade materna, perinatal e infantil. Chega de meninos e meninas morrendo de fome na Colômbia. Realizaremos uma estratégia de promoção, prevenção e atenção em matéria de saúde mental e gestão do consumo de substâncias psicoativas. O setor saúde assumirá papéis de liderança em coordenação com outros setores na luta contra as mudanças climáticas”.

Resulta muito interessante a proposta de ação intersetorial e de saúde em todas as políticas (*Health in all policies*)

Recupera o caráter público da política e os riscos da corrupção e os diferentes interesses contrapostos:

“Combate à corrupção: Recuperamos o dinheiro público, desperdiçado pela corrupção e pela ineficiência, e avançamos em um plano de reconhecimento de dívidas ao pessoal e aos prestadores públicos e privados de serviços de saúde. Nesse sentido, a Superintendência Nacional de Saúde terá um papel preponderante fora da politicagem, com descentralização, participação social e alta tecnologia”.

O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche, Felix Rosenberg

UNIÃO AFRICANA

Agência Africana de Medicamentos (AMA - African Medicines Agency)

A Conferência das Partes (CoSP - *The Conference of the States Parties*) no Tratado da Agência Africana de Medicamentos (AMA), realizou a sua primeira reunião ordinária em Adis Abeba, na Etiópia, de 1 a 2 de junho de 2022. A reunião estabeleceu o Regulamento Interno da Conferência de Estados Partes, bem como aprovou o Relatório de Avaliação da Sede da AMA e fez recomendações sobre o país anfitrião da Agência. Representantes da Comissão da União Africana e da Agência para o Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD) participaram na reunião.

Foi reafirmado o compromisso da Comissão da União Africana em prestar todo o apoio necessário ao funcionamento da Agência com a maior brevidade possível. Além disso, foi salientada a importância desta primeira reunião para a operacionalização da Agência, com vista a reforçar a capacidade dos Estados Partes e das Comunidades Económicas Regionais (*Regional Economic Communities - REC*) reconhecidas pela União Africana para regulamentar medicamentos, produtos médicos e tecnologia para assim intensificarem os seus esforços na luta e eliminação da venda e consumo de medicamentos, produtos médicos e tecnologias falsificados e abaixo das normas, tendo sido reiterado o esforço contínuo de todos em trabalhar com todos os parceiros e partes interessadas no interesse do desenvolvimento do capital humano, da saúde pública, da segurança e da proteção.

Participaram nesta Conferência 19 Ministros da Saúde ou seus representantes devidamente credenciados pelos Estados-Membros: Argélia, Benin, Camarões, Chade, Egipto, Gabão, Gana, Maurícias, Marrocos, Namíbia, Níger, Ruanda, República do Sarauí, Senegal, Seicheles, Serra Leoa, Tunísia, Uganda e Zimbabué.

A Conferência adoptou ainda o seu Regulamento e Procedimento e elegeu a sua Mesa. Além disso, aprovou o relatório de avaliação sobre o acolhimento da sede da AMA para apresentação na 41ª Reunião Ordinária do Conselho Executivo, no próximo mês. A Conferência dos Estados Partes está marcada para ter uma Sessão Extraordinária antes do final deste ano para decidir sobre a operacionalização da Agência¹⁶⁵.

Conferência de alto nível sobre a promoção da boa governação e combate à corrupção

Em 13-14 de Junho de 2022, o Instituto Africano de Formação do FMI (ATI - *Africa Training Institute*) e o Departamento de Desenvolvimento Económico, Comércio, Turismo, Indústria e Minerais (ETTİM - *Department of the Economic Development, Trade, Tourism, Industry, and Minerals*) da Comissão da União Africana (AUC - *African Union Commission*) organizaram uma conferência de alto nível em Gaborone, capital do Botswana, sobre a promoção da boa governação e a luta contra a corrupção no contexto da pandemia da Covid-19 e das crises múltiplas. A conferência ajudou a construir um consenso sobre a boa governação como um fator crítico para a estabilidade macroeconómica em África. Ao acolher os delegados à conferência, a Ministra das Finanças, Peggy Serame, num discurso proferido em seu nome

¹⁶⁵https://au.int/sites/default/files/pressreleases/41869-pr-Press_Release-Conference_of_State_Parties.pdf

pelo Secretário para o Desenvolvimento e Orçamento, Olesitse H Masimega, salientou que a fraca governação e a corrupção impõem um fardo ao orçamento do governo devido à despesa pública contínua e elevada em programas que não produzem os resultados esperados.

Na abertura da conferência, Antoinette M. Sayeh, Diretora-Geral Adjunta do FMI, afirmou:

"Os países que têm instituições económicas fortes respondem mais eficazmente às crises e estão mais bem preparados para uma recuperação resiliente. E isto é verdade em qualquer nível de desenvolvimento".

A importância das reformas a este respeito provou ser verdadeira durante a pandemia, onde os países com instituições mais fortes têm sido capazes de montar respostas mais eficazes.

A mensagem de Sua Excelência a Dra. Monique Nsanzabaganwa, Vice-Presidente da Comissão da União Africana, enfatizou o impacto de instituições públicas fracas na corrupção. Ela afirmou que *"a corrupção mina o Estado de direito, o respeito pelos direitos humanos, a responsabilização e a transparência na arena política e enfraquece as instituições públicas"*.

Os participantes discutiram as reformas que muitos países africanos implementaram para reforçar a governação e o Estado de direito, e combater a corrupção. Discutiram também como as reformas que funcionaram bem para melhorar a utilização do financiamento de emergência da Covid-19 poderiam construir as bases para enfrentar o aumento global dos preços dos alimentos e dos combustíveis, causado principalmente pelos efeitos colaterais da guerra na Ucrânia, a curto prazo, e as questões relacionadas com as alterações climáticas, a longo prazo.

Um novo livro publicado pelo FMI e discutido nessa conferência, destaca exemplos de boa governação em África e oferece lições da região, incluindo a importância de utilizar tecnologia inovadora para melhorar a eficiência da gestão das finanças públicas, aquisições, e monitorização da gestão dos recursos naturais.

Os participantes também analisaram a situação da corrupção nos Estados Frágeis e Afetados por Conflitos. Concordaram que estes países não beneficiaram suficientemente das décadas de crescimento económico no continente; fizeram poucos progressos na abordagem dos desafios da governação sistémica; e são a prova de que a corrupção é um motor de fragilidade que merece maior atenção por parte da comunidade internacional. Ao mesmo tempo, são possíveis reformas na boa governação, mesmo nestes ambientes. Por exemplo, o Ruanda adoptou instituições mais avançadas para reconstruir a partir de um conflito devastador.

A União Africana e o FMI estão a apoiar o desenvolvimento de capacidades de governação em África. A CUA está a sensibilizar as partes interessadas e a promover oportunidades de aprendizagem pelos pares entre os Estados-Membros, nomeadamente através da divulgação de exemplos de boas práticas de governação. Para além da governação fiscal e do sector financeiro, o FMI está a dedicar recursos ao desenvolvimento de capacidades no combate à corrupção e ao Estado de direito. Os programas de formação incluem quadros legais e organizacionais anticorrupção, estabelecendo sistemas funcionais para declarações de ativos, e abordando conflitos de interesse, e reforçando a independência judicial e a transparência dos sistemas jurídicos.

Ao concluir a conferência, o Governador do Banco do Botswana, Moses Pelaelo, salientou a necessidade de o continente africano aproveitar os benefícios da digitalização para aumentar a transparência, a boa governação e a luta contra a corrupção, sublinhando a necessidade de atribuir recursos para iniciativas de digitalização.

A Comissão da União Africana e o FMI reafirmaram o seu compromisso de trabalhar em parceria com todas as partes interessadas, uma vez que a sustentação de uma melhor governação requer uma coligação de partidos dos governos, sociedade civil, sector privado, e organizações internacionais.¹⁶⁶

CDA ÁFRICA

O CDC África, em parceria com a Sociedade Africana de Medicina Laboratorial (ASLM) e o Instituto Nacional de Bioinformática da África do Sul (SANBI), lançou o primeiro de uma série de formação prática em bioinformática realizada na Universidade do Cabo Ocidental, na África do Sul. O seminário de formação contou com 15 participantes de 11 Estados-Membros da União Africana, nomeadamente República Democrática do Congo (RDC), Egito, Etiópia, Gana, Quênia, Nigéria, Marrocos, Senegal, África do Sul, Uganda e Zâmbia. Este seminário está na base da gama de formação em bioinformática do CDC África para apoiar os países do continente africano a responder rapidamente a surtos de doenças, em geral, e uma resposta à vigilância da Covid-19, em particular. Um ingrediente-chave deste curso é a formação prática oferecida por peritos bioinformáticos experientes aos participantes que tinham adquirido experiência na geração de dados do NGS (*Next-Generation Sequencing*). Uma parceria de longa data entre o CDC África e a SANBI trouxe o quadro de gestão de dados necessário para a riqueza de dados patogénicos gerados em resposta à vigilância pandémica da Covid-19.

O Dr. Yenew Kebede, Chefe de Divisão de Sistemas e Redes de Laboratório no CDC África, interveio para dizer o seguinte:

"A competência em bioinformática para a saúde pública é chave no nosso esforço para expandir a vigilância genômica em África. Esta formação é fundamental na construção da capacidade de bioinformática nos Institutos Nacionais de Saúde Pública para utilizar eficazmente os dados do NGS e informar a tomada de decisões"

Por sua vez, o Professor Christoffels, Director do SANBI da África do Sul, comentou:

"A formação abrange uma série de tópicos desde a introdução à bioinformática, gestão de dados, análise bioinformática, interpretação de resultados genômicos, até à apresentação de dados para informar a tomada de decisões de políticas públicas. Esta formação representa a primeira de uma gama de apoio analítico de dados intensivos que se destina a satisfazer as necessidades de vigilância genômica para a COVID-19, outros surtos e doenças endémicas em África".

O Diretor Adjunto do CDC África, Dr. Ahmed Ogwell, disse:

¹⁶⁶https://au.int/sites/default/files/pressreleases/41914-pr-Press_Release-AU_IMF_HLC_on_Governance.pdf

"O desenvolvimento da força de trabalho em sequenciamento e bioinformática é fundamental para desenvolver uma capacidade continental capaz de produzir em rapidez, escala e qualidade a detecção e a resposta a surtos".

Espera-se que os participantes ponham em prática as competências e conhecimentos adquiridos para responder à pandemia da Covid-19 e a futuros surtos de doenças. Além disso, a formação irá criar uma rede de peritos dentro do continente com capacidade para colaborar em projetos, bem como partilhar e trocar dados gnômicos e recursos de análise de dados.

De recordar que o CDC África, através da sua *Pathogen Genomics Initiative* (Africa PGI) tem apoiado os Estados-Membros durante os últimos dois anos a responder à pandemia da Covid-19. O reforço da capacidade de sequenciamento genômica resultou em quase 100.000 genomas SARS-COV-2. Reconhecendo o aumento da capacidade de geração de dados, o CDC África em parceria com o Instituto Nacional de Bioinformática da África do Sul (SANBI) tem vindo a conceber protocolos e ferramentas de gestão de dados para utilização nos Institutos Nacionais de Saúde Pública.

A formação foi financiada pelo CDC com recursos concedidos à Sociedade Africana de Medicina Laboratorial (ASLM)¹⁶⁷.

A OMS AFRO e o papel de liderança do CDC África

A Organização Mundial de Saúde congratulou-se com o impulso continental para fortalecer a arquitetura da preparação e resposta a pandemias em África. Segundo a OMS, isto é fundamental para proteger e salvar vidas africanas, como evidenciado pela pandemia da Covid-19. Para isso, a OMS apoia plenamente o processo em curso conduzido pela União Africana para fortalecer o CDC África, aplaudindo a sua elevação a um organismo autónomo.

A OMS congratulou-se também com o debate em curso conduzido pelo CDC África sobre um potencial mecanismo de declaração de pandemia continental. É importante avaliar os benefícios e os riscos para os Estados- Membros africanos. Tal mecanismo poderia reduzir a dependência da África de outros, mas também desencadear mais restrições às viagens e ao comércio e isolar o continente, como ocorreu com o aparecimento da variante *Omicron* do vírus SARSCOV-2.

Cinquenta e quatro (54) Estados-Membros africanos estão também a contribuir atualmente para a nova arquitetura global de preparação, resposta e resiliência sanitária de emergência liderada pela OMS. Dada a crescente interconectividade global, que se constatou com a Covid-19, esta negociação determinará como a África será protegida de surtos que surjam noutros locais e como gerir as emergências sanitárias com origem em África.

As preocupações sobre a forma como os processos globais e continentais irão funcionar em conjunto, bem como as questões sobre a autorização do CDC África para declarar emergências de saúde pública de segurança continental levaram vários Estados-Membros africanos a abordar a OMS para aconselhamento. Devido a estes pedidos, a OMS compreendeu a necessidade de partilhar conselhos de forma mais ampla e os nossos representantes dos países africanos informaram os seus homólogos governamentais.

¹⁶⁷<https://africacdc.org/news-item/africa-cdc-conduct-bioinformatics-training-to-support-genomic-surveillance/>

Um funcionário da OMS num escritório de um país preparou um resumo para ajudar a informar as suas autoridades sanitárias. Ao contrário dos relatos dos meios de comunicação social, este resumo não era um documento oficial e não foi amplamente divulgado. A OMS acredita que uma reflexão cuidadosa sobre a interface entre a declaração de uma emergência de saúde pública de segurança continental e o processo global seria benéfica. Como parceiro de longa data e proponente da criação do CDC África, a OMS aplaude plenamente a sua elevação a uma instituição mais robusta e receptiva, tal como definida pelos Estados- Membros.

A OMS louva o trabalho do CDC África até à data e apoia um maior reforço desta instituição essencial, a qual, à medida que se torna dotada de mais recursos e poderes, assumirá um papel crucial na garantia de uma melhor saúde para todas as pessoas em todo o continente africano. A OMS tem apoiado o CDC África desde o início, ajudando na sua criação através do destacamento de um alto funcionário que serviu como conselheiro mais alto do Director durante os dois primeiros anos da organização e fornecendo financiamento e colaboração técnica.

Um Memorando de Entendimento rege a parceria com o CDC África e o pessoal da OMS trabalha em estreita colaboração em questões de saúde fundamentais, tais como a pandemia da Covid-19 e o reforço das capacidades de saúde pública dos países. Esta colaboração é fundamental para assegurar que os nossos Estados-Membros recebem aconselhamento consistente e apoio complementar de ambas as organizações.

A OMS aguarda com expectativa uma colaboração frutuosa contínua que conduzirá à África que todos desejam, onde todos estão protegidos de doenças e têm acesso a cuidados de saúde de qualidade e a preços abordáveis.¹⁶⁸

Dia Mundial da Segurança Sanitária dos Alimentos: lançada estratégia continental de segurança alimentar para a África.

A segurança sanitária dos alimentos (*food safety*) é a ausência – ou níveis seguros e aceitáveis – de riscos nos alimentos que podem prejudicar a saúde dos consumidores. Os perigos transmitidos por alimentos podem ser de natureza microbiológica, química ou física e são muitas vezes invisíveis a olho nu. Bactérias, vírus ou resíduos de pesticidas são alguns exemplos. Estima-se que existam cerca de 600 milhões de casos de doenças transmitidas por alimentos anualmente. Alimentos inseguros são uma ameaça para a saúde humana e para as economias, afetando mais pessoas vulneráveis e marginalizadas, especialmente mulheres e crianças, populações afetadas por conflitos e migrantes.

Pelo 3º ano consecutivo celebrou-se, no dia 7 de junho, o Dia Mundial da Segurança Alimentar (*World Food Safety Day*), ou o Dia Internacional da Segurança Sanitária dos Alimentos, como vem no site da OMS em língua francesa (*Journée internationale de la sécurité sanitaire des aliments*), ou em espanhol (*Día Mundial de la Inocuidad de los Alimentos*).

Este dia tem como propósito inspirar ações pra prevenir, detectar e gerir riscos de regime alimentar, contribuindo para a segurança alimentar, a saúde, o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável. A Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) são as entidades que promovem esta

¹⁶⁸ <https://www.afro.who.int/news/who-supports-leadership-role-strong-africa-centre-disease-control-and-prevention>

iniciativa, visando incentivar os Estados-Membros a celebrarem também este dia sob o tema “**Alimentação mais segura, melhor saúde**” e a tomarem medidas concretas.

Neste dia pretende-se ressaltar a importância da produção e do consumo de alimentos seguros e os seus benefícios não só imediatos, mas também a longo prazo, para as pessoas, para o planeta e para a economia.

Este ano, a Comissão da União Africana (CUA) juntou-se ao resto do mundo para comemorar esse dia com um evento virtual de dois dias sob o tema “*Abordagens inovadoras para elevar os padrões de segurança alimentar e melhorar a regulamentação no sector alimentar informal em África*”. As celebrações chamaram a atenção sobre a exposição diária das populações a uma mistura complexa de substâncias nocivas à saúde humana, segurança alimentar e nutricional. O evento foi conduzido em inglês, francês, português e árabe.¹⁶⁹

A Embaixador Josefa Sacko, Comissária da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável da Comissão da União Africana (CUA) lançou oficialmente a Estratégia de Segurança Alimentar para a África (Food Safety Strategy for Africa, 2022-2036), que foi desenvolvida pelo seu Departamento com o apoio de outras partes interessadas. Ela declarou que a Estratégia de Segurança Alimentar para África foi desenvolvida com o desejo de que todas as pessoas em África tivessem acesso a alimentos seguros e nutritivos, tendo acrescentado:

"A Estratégia fornece um quadro harmonizado para implementar atividades que atenuem várias ameaças à segurança alimentar que têm um impacto negativo na saúde dos consumidores e no comércio".

Esta Estratégia foi aprovada durante a 35ª Cúpula/Cimeira Ordinária da Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana em fevereiro de 2022, para contribuir para enfrentar os desafios de segurança alimentar que têm o potencial de atrasar a realização das aspirações da Declaração de Malabo, tais como acabar com a fome e triplicar o comércio interafricano de produtos agrícolas, e, em última análise, a Agenda 2063 da União Africana e programas emblemáticos conexos. O objetivo da estratégia é inverter a situação, contribuindo para melhorar a saúde pública, a segurança alimentar e nutricional, a subsistência sustentável e o crescimento económico no continente, com enfoque em 6 (seis) áreas estratégicas, nomeadamente: (a) reforçar a política alimentar; (b) quadros legais e institucionais; (c) melhorar as capacidades dos sistemas de controlo alimentar; (d) promoção da cultura de segurança alimentar, facilitação do comércio, (e) reforço da pesquisa/investigação e inovação, bem como (f) estabelecer e fortalecer o mecanismo de coordenação e os investimentos. Além disso, a estratégia é desenvolvida como um instrumento para a implementação do Quadro Político Continental SPS (*Sanitary and Phytosanitary Policy Framework for Africa*) para África aprovado pelos órgãos políticos da União Africana em 2020 para desencadear o máximo impacto para melhorar a proteção da saúde e aumentar o comércio no contexto do Acordo de Livre Comércio (AfCFTA).

Em nome da CEO da AUD-NEPAD, Nardos Bekele-Thomas, usou da palavra o Dr. Martin Bwalya, Diretor de Gestão do Conhecimento e Avaliação de Programas (KMPE - *Knowledge Management and Programme Evaluation*), para afirmar que os líderes africanos começaram a enfrentar os desafios da segurança alimentar através da Declaração de Malabo e do quadro SPS como um meio de promover e impulsionar o comércio interafricano na agricultura de

¹⁶⁹ <https://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/news-and-events/news-details/en/c/1530133/>

commodities e serviços, que também exigem o reforço das capacidades políticas e institucionais, bem como dos sistemas e legislações em matéria de política alimentar. Informou também que a AUDA- NEPAD desenvolveu um plano de Implementação de Sistemas Nutricionais e Alimentares (*Nutrition and Food Systems Implementation Plan- 2019 – 2025*), que se concentra na implementação da ação de alto impacto que promove a segurança alimentar, legislação de qualidade e quadros regulamentares.

Por sua vez, o Secretário-Geral da Zona de Comércio Livre, Wamkele Mene, disse:

“A comemoração é importante para nós em África porque temos de enfrentar colectivamente o desafio da segurança alimentar no continente, uma vez que o fardo de consumir alimentos inseguros é o que mais afeta a África, com cerca de 91 milhões de pessoas a adoecer devido a doenças de origem alimentar. Espera-se que o volume do comércio de alimentos aumente à medida que comerciamos melhor sob AfCFTA, contudo a segurança alimentar é uma condição prévia para aceder aos mercados regionais e aos mercados domésticos de valores elevados nos países em desenvolvimento, para proteger os consumidores de alimentos inseguros e para mudar a narrativa de que a África leva o grande fardo das doenças de origem alimentar a um continente próspero”.

A Prof. Dr.^a Hend Abdallah, Diretora do Laboratório Central de Análise de Resíduos de Pesticidas e Metais Pesados nos Alimentos (*Central Laboratory for Analysis of Pesticide Residues and Heavy Metals in Food, QCAP*) falou em nome do Ministro da Agricultura do Egito para exortar os Estados-Membros a implementar estratégias e políticas que foram aprovadas pelo *4th Specialized Technical Committee (STC), Agriculture Rural Development Water and Environment (ARDWE)* e mais em particular a FSSA (*Food Safety Strategy for Africa*) para garantir alimentos seguros para os consumidores e o comércio de alimentos seguros para um maior desenvolvimento económico no continente.

A Prof. Lucia Anelich da Anelich Consult, África do Sul, num discurso de abertura, observou que a inocuidade dos alimentos (*food safety*), a nutrição e a segurança alimentar (*food security*) estão inextricavelmente ligadas, e que a alimentação insegura cria um ciclo vicioso de doenças e desnutrição, afetando particularmente lactentes, crianças pequenas, idosos e doentes e que as doenças de origem alimentar impedem o desenvolvimento socioeconómico, ao exercerem pressão sobre os sistemas de saúde e ao prejudicarem as economias nacionais, o turismo e o comércio. Ela recomendou ainda a necessidade de uma urgente e maior sensibilização sobre a inocuidade dos alimentos aos níveis políticos superiores, tal como a malária e o HIV são tratados, a provisão de recursos adequados para ajudar a abordar a higiene dos alimentos, tornando-a tão importante quanto à higiene dos alimentos destinados à exportação.

Os resultados das duas sessões técnicas que precederam a comemoração foram apresentados salientando a necessidade de uma melhor defesa e parcerias para melhorar a segurança sanitária dos alimentos; a criação de um ambiente favorável para facilitar o cumprimento dos compromissos continentais e globais; e o reforço efetivo das capacidades em matéria de segurança sanitária alimentar; a necessidade de investimento governamental/sector privado em equipamento de controlo sanitário dos alimentos, colaboração entre as partes interessadas nacionais, incluindo PME e instituições reguladoras; e a provisão de um balcão único sobre questões de higiene alimentar nos Estados-Membros. Nas suas observações, o Dr. Godfrey Bahiigwa, Diretor de Agricultura e Desenvolvimento Rural, elogiou os peritos pelos

grandes resultados obtidos das sessões técnicas que precederam a comemoração e assegurou que estas recomendações iriam orientar a implementação de atividades de segurança sanitária dos alimentos no continente.¹⁷⁰

COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA CENTRAL (CEEAC)

A capital do Gabão foi palco de cerimónia de pré-lançamento da celebração do 30º aniversário do Programa Regional de Apoio à Preservação da Biodiversidade e Ecossistemas Frágeis da África Central (ECOFAC).

A cerimónia foi presidida pelo Professor Lee white, Ministro das Águas e Florestas, do Mar, do Ambiente, responsável pelo plano climático, e pelo plano de ordenamento do território do Gabão, na presença do Presidente da Comissão ECCAS, Embaixador Gilberto da Piedade Verissimo (angolano), a senhora Rosario Bento Pais, Embaixadora e Chefe de Delegação da União Europeia no Gabão, São Tomé e Príncipe e CEEAC, Comissários da CEEAC, Representantes do Corpo Diplomático acreditados nos Estados-Membros, organizações internacionais, representantes do sector privado e da sociedade civil.

Após as cerimónias de abertura com as intervenções das autoridades e convidados, seguiram-se duas apresentações técnicas sobre uma breve síntese histórica dos 30 anos do ECOFAC para a sub-região, feita pelo Dr. Honoré Tabuna, Comissário responsável pelo Departamento do Ambiente, Recursos Naturais, Agricultura e Desenvolvimento Rural (DERNADR) e uma breve informação sobre os resultados e áreas de capitalização do programa, apresentada pelo senhor Maxime Nzita, assistente técnico regional.

O financiamento deste Programa Regional ECOFAC está estimado em 250 milhões de euros ao longo dos 30 anos. Numerosos parceiros de todos os sectores relevantes (Estados de Gestão de Áreas Protegidas, ONGs internacionais, sector privado, organizações da sociedade civil regionais, nacionais e locais) foram mobilizados, através de centenas de contratos assinados.

Lançado em 1992, o Programa Regional ECOFAC é a expressão de três décadas de cooperação estreita e reforçada entre a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e a União Europeia e respectivos Estados-Membros.

É fruto dos compromissos assumidos pela União Europeia, no âmbito da sua Política de Ajuda ao Desenvolvimento (FED), dos Acordos ACP-UE de Cotonou e dos acordos de cooperação sub-regional, definidos pelos "Programas Indicativos Regionais (PIR)" da África Central, no sector da gestão sustentável dos recursos naturais.

Os 11 Estados-Membros da CEEAC beneficiaram dos efeitos do Programa Regional, através, entre outros, da contribuição para o financiamento do Sistema de Economia Verde da África Central (SEVAC) e intervenções em áreas de alto valor ecológico em sete (7) países, trinta e uma (31) áreas protegidas e oito (8) paisagens, entre as quais os complexos de áreas protegidas transfronteiriças, cuja gestão concertada contribui para a integração sub-regional, justificando assim os sucessivos investimentos da União Europeia.

¹⁷⁰https://au.int/sites/default/files/pressreleases/41926-pr-Press_Release_-_World_Food_Safety_Day_Commemoration_sets_motion_for_the_implementation_of_the_Food_Safety_Strategy_for_Africa1.pdf

Esta cooperação com a União Europeia contribuiu efetivamente para estruturar as atividades socioeconómicas dos povos da África Central e para moldar a paisagem política, diplomática, institucional e operacional da conservação e gestão sustentável dos ecossistemas da Bacia do Congo e das suas zonas periféricas. Tem sido benéfico em áreas temáticas chave, tais como:

(i) a evolução das áreas protegidas e a melhoria da eficiência de gestão graças a abordagens e modelos inovadores, (ii) capital natural integrado com pesquisa, *know-how* e conhecimentos empíricos, (iii) formação e reforço do capital humano na gestão de áreas protegidas e no desenvolvimento de dinâmicas territoriais e mudanças sociais, (iv) participação ativa e consideração dos Povos Indígenas e Comunidades Locais (IPLC), (v) apoio institucional e desenvolvimento da diplomacia ambiental.

O apoio estratégico e sustentável prestado ao longo do tempo pela União Europeia, em apoio aos esforços da CEEAC e dos seus Estados-Membros, permitiu, entre outras coisas, responder às crescentes ameaças e enfrentar os muitos desafios ligados à salvaguarda da biodiversidade, à contribuição das florestas da Bacia do Congo para o clima global e para o bem-estar das populações da sub-região, e à criação de áreas protegidas.

De acordo com o Estado das Áreas Protegidas 2020, a África Central tem atualmente 206 áreas protegidas. Isto representa 14,8% da superfície terrestre e 5% da superfície marinha da sub-região. Entre estas áreas protegidas encontram-se as áreas protegidas transfronteiriças, incluindo a *Tri National Sangha* (TNS), que agrupa áreas de três países (Camarões, Congo e República Centro Africana), o TRIDOM formado pelas áreas protegidas de Dja nos Camarões, Odzala Kokoua no Congo e Minkébé no Gabão, a binacional *Lac Télé Lac Tumba* que agrupa o Congo e a RDC e, finalmente, a binacional *Mont Allen e Mont Cristal* entre a Guiné Equatorial e o Gabão. Para a CEEAC, estas áreas protegidas transfronteiriças podem representar verdadeiros laboratórios espontâneos para o desenvolvimento económico, o comércio livre e a integração regional. O intercâmbio comercial e cultural realiza-se nestes territórios e paisagens transfronteiriços há vários anos sem impedimentos ou restrições.

Reiterando a profunda gratidão da Comissão ECCAS e dos seus Estados-Membros à União Europeia por todos os investimentos e apoios multiformes efetuados em benefício da sub-região nos últimos 30 anos, o Presidente da Comissão da CEEAC assegurou que a sua instituição não poupará esforços para assegurar que a cooperação com a União Europeia continue após a revisão e à luz das lições aprendidas.

Estes programas dirão respeito, entre outros, a duas novas economias, a economia verde e a economia azul, que são necessárias para a diversificação das economias dos Estados-Membros tidas em conta no Plano Estratégico Indicativo a Médio Prazo 2021-2025 da CEEAC. A iniciativa "NaturAfrica", que se centrará na economia verde e na gestão sustentável dos ecossistemas terrestres a partir de 2022, e a iniciativa "*Oceans - Golfo da Guiné*", que se centrará na economia azul e na gestão sustentável dos oceanos, zonas costeiras e bacias hidrográficas a partir de 2024, será o primeiro teste para uma verdadeira mudança de paradigma, uma vez que os Estados, o sector privado, a sociedade civil e as populações querem mudanças que tenham um impacto verdadeiramente positivo na resolução dos problemas que enfrentam diariamente.¹⁷¹

¹⁷¹<https://ceeac-eccas.org/presidence/ceremonie-de-pre-lancement-de-la-celebration-des-30-ans-decofac/>

Erradicação da poliomielite na região africana¹⁷²

Lilongwe (Malawi) acolheu entre 6 e 10 de junho a primeira reunião presencial desde o surgimento da Covid-19, e a 29ª da Comissão Regional da África (ARCC – *Africa Regional Certification Commission*) para erradicação da Poliomielite que contou com a presença da presidente da Comissão Rose Leke. Trata-se de um organismo autônomo criado em 1998 pelo então Diretor Regional de Organização Mundial da Saúde (OMS) para África com objetivo de avaliar o progresso das iniciativas conjuntas de erradicação da pólio nos 47 Estados-Membros da OMS.

Atualmente a ARCC está a avaliar a confiabilidade dos dados apresentados pelos Comitês Nacionais de Certificação para ver o nível de adesão dos países aos critérios estabelecidos para a certificação global do poliovírus selvagem tipo 1 (WPV1) WPV. Os países avaliados incluem Malawi, Etiópia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Nigéria e Senegal para ver o progresso da pólio e reafirmar o seu compromisso na vigilância contínua, e fortalecer os programas de imunização para garantir que nenhuma criança seja contaminada.

O vice-ministro da Saúde de Malawi Enock Phale agradeceu o esforço da ARCC, a OMS e de outros parceiros da Iniciativa Global de Erradicação da Pólio (GPEI) pelo contínuo apoio financeiro e técnico na luta contra a doença, dizendo:

“Como país, estamos implementando diferentes estratégias para lidar com o atual surto de poliovírus selvagem. No entanto, estamos ansiosos por recomendações adicionais da ARCC para orientar sobre como podemos avançar como país para garantir que abordamos e interrompemos a circulação do poliovírus selvagem e evitamos futuros surtos”.

Segundo o representante da OMS no Malawi, Neema Rusibamayila Kimambo, *“as discussões desta reunião serão uma oportunidade para o país e a região fortalecerem as atividades globais de erradicação da poliomielite, a Paralisia Flácida Aguda (AFP), Vigilância Ambiental e sistemas de imunização”*, pois, o surgimento de surtos de doenças evitáveis por vacina na maioria dos países constitui preocupação não só para ARCC, assim como para outras iniciativas globais. Por isso, países que fazem fronteira com Malawi e Moçambique estão a massificar as campanhas de vacinação contra WPV1 e pôr os seus países livres da doença desde que Moçambique e Malawi anunciaram os casos zero da pólio em fevereiro e abril, respectivamente.

Para potenciar as campanhas de sensibilização, têm sido privilegiadas mensagens com abordagens positiva às vacinas contra a poliomielite através de reuniões de alto nível ministerial, regional, distrital, aldeia e comunidade, programas ao vivo e anúncios nos meios de comunicação de massa (rádio e TV e jornais), cartas de notificação, anúncios de líderes religiosos e comunitários, anúncios de vans móveis e visitas de porta em porta¹⁷³.

¹⁷²<https://www.afro.who.int/countries/malawi/news/malawi-hosts-29th-africa-regional-certification-commission-arcc-poliomyelitis-eradication-meeting>

¹⁷³<https://www.afro.who.int/countries/united-republic-of-tanzania/news/community-engagement-key-successful-polio-vaccination-drive>

Imunização e redução do impacto da Covid-19 na África¹⁷⁴

A Tanzânia lançou a 3ª campanha de vacinação contra a COVID-19, cujo objectivo é revitalizar a aceitação de vacinas em uma tentativa de atingir 70% da população elegível e atingir quatro milhões de tanzanianos, em todas as 36 regiões para alcançar a imunidade de rebanho. A 3ª campanha de vacinação contra COVID-19 tem apoio do governo americano através da *Global Vax Initiatives* que disponibilizou quase cinco milhões de doses das vacinas Johnson & Johnson e Pfizer e com outros parceiros, incluindo a OMS.

Fizeram parte do lançamento da iniciativa o Ministro da Saúde, Ilustre Umyy Mwalimu, o Representante Interino da OMS no País, Zabulon Yoti, Representante do UNICEF, Shalini Bahuguna, o embaixador dos EUA, Donald Wright, e funcionários de alto escalão do Ministério da Saúde e da Administração Regional do Gabinete do Presidente e do Governo Local. De lembrar que Tanzânia conseguiu imunizar 14% da população com mais de 18 anos desde o início da campanha em 2021.

O Representante Interino da OMS na Tanzânia, reiterou o compromisso de facilitar a parceria e apoiar o governo da Tanzânia em construir um sistema de saúde capaz de responder eficientemente às emergências de saúde e concluiu, “...devemos considerar abordagens que levem a vacinação para onde as pessoas estão, como a Feira Internacional de Comércio de Dar es Salaam e reuniões semelhantes para aproximar os vacinadores das pessoas”.

O apoio da OMS à resposta à Covid-19 na Tanzânia inclui desde 2020 a coordenação do apoio aos parceiros, o desenvolvimento de planos de resposta aos níveis nacional e subnacional, o desenvolvimento de capacidades essenciais em testes, gestão de casos, vigilância, comunicações de risco e envolvimento da comunidade.

Assistência humanitária na Nigéria¹⁷⁵

A Organização Mundial da Saúde (OMS) está apoiar o Governo do Estado de Ondo em assistência técnica e facilitar a prestação de serviços médicos críticos às vítimas do ataque à Igreja Católica São Francisco na cidade nigeriana de Owo ocorrido no dia 05 de junho de 2022. O ataque resultou em mais de 30 mortes e dezenas de fiéis gravemente feridos. Para apoiar imediatamente as comunidades afetadas, a OMS doou medicamentos, equipamentos médicos e consumíveis ao Governo do Estado para socorro imediato e fornecer serviços essenciais

“A OMS está comprometida em apoiar seu estado para responder a todos os perigos e emergências para garantir que o estado saia forte do incidente. Já doamos alguns kits de emergência para traumas e outros materiais de apoio, e isso é apenas uma contribuição e solidariedade”, disse Mulombo.

No âmbito das respostas para alívio dos impactos da Covid-19 na Região Africana, milhares de pessoas que vivem em comunidades vulneráveis próximo da Reserva Especial de Maputo, em Moçambique, e cerca de dois parques remotos na África do Sul que perderam seus empregos como resultado do Covid-19 serão temporariamente empregados nos parques dos dois países para ajudar nas atividades de conservação, como manutenção de infraestrutura do parque, como edifícios, estradas e cercas, graças a subsídios de ajuda recentemente entregues

¹⁷⁴<https://www.afro.who.int/countries/united-republic-of-tanzania/news/who-and-partners-welcome-new-drive-push-covid-19-vaccination>

¹⁷⁵<https://www.afro.who.int/countries/nigeria/news/who-ramps-support-ondo-state-government-following-attack-community>

às comunidades pelo KfW Bank e serão administrados pelo Escritório Regional da África Oriental e Austral da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN ESARO)¹⁷⁶.

Os subsídios de resposta à Covid-19 fazem parte do Fundo de Financiamento de Áreas de Conservação Transfronteiriças da SADC (SADC TFCA FF) em 2 milhões de euros de pacote de alívio Covid-19 disponibilizado aos Estados-Membros da SADC para mitigar o impacto do Covid-19 nas TFCAs. A IUCN ESARO irá desembolsar as subvenções a 10 Estados-Membros da SADC. As TFCAs que se beneficiam das doações Covid-19 incluem Kavango-Zambezi, Lubombo, Greater Mapungubwe, /Ais/Ais-Richtersveld, Iona-Skeleton Coast, Maloti-Drakensburg e Niassa-Selous. Os subsídios Covid-19 serão implementados por entidades governamentais e seus parceiros que estão atualmente envolvidos no apoio a várias iniciativas de conservação dos recursos faunísticos na Região da SADC.

A fase inicial do SADC TFCA FF conta atualmente com investimentos no valor de 25 milhões de euros por parte do Governo Alemão. O pacote Covid-19 faz parte dos mecanismos de financiamento acelerado no âmbito do Mecanismo de Financiamento e destina-se a fazer face às emergências induzidas pela pandemia de Covid-19 e às medidas postas em prática para a conter.

As áreas de apoio sob este pacote incluem áreas protegidas e áreas de conservação comunitárias, operações de turismo, meios de subsistência comunitários alternativos e apoio de saúde relacionado. A instalação visa adotar uma abordagem orientada pela demanda que responderá a crises emergentes, como desastres naturais e outras emergências que afetam as operações de conservação em TFCAs.

Igualdade de gênero e desenvolvimento econômico na África¹⁷⁷

Os Ministros Responsáveis pelo Gênero e Assuntos da Mulher dos Estados-Membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) estiveram reunidos em Lilongwe, Malawi, a 10 de Junho de 2022, para rever o progresso na implementação dos programas de gênero e desenvolvimento na região. A reunião foi presidida pela Ministra do Gênero, Desenvolvimento Comunitário e Bem-Estar Social do Malawi, Patrícia Kaliati, na qualidade de Presidente dos Ministros da SADC Responsáveis pelo Gênero e Assuntos da Mulher.

Os titulares dos assuntos de Gênero e Assuntos da Mulher dos Estados-Membros realçaram a necessidade de melhoria dos sistemas de vigilância e coleta de dados de VBG e implementar a Estratégia Regional da SADC e o Quadro de Ação para Enfrentar a Violência Baseada no Gênero (VBG) como parte dos esforços da agenda de integração regional para alcançar a igualdade de gênero e promover a paz e a segurança.

Aprovaram igualmente os instrumentos de Gênero e Desenvolvimento da SADC sobre Mulheres na Política e Tomada de Decisão para 2022, com ênfase nos Artigos 5, 12 e 13 do Protocolo sobre Representação, Participação e Medidas Especiais, que visam alcançar a paridade de gênero na política e decisão. Os Ministros apreciaram e aprovaram a extensão da Estratégia da SADC sobre Mulheres, Paz e Segurança de 2022 a 2030 para apoiar a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança, que aborda o impacto do conflito nas mulheres e a importância de a participação

¹⁷⁶<https://www.sadc.int/news-events/news/communities-living-sadc-tfcas-benefit-covid-19-response-grants/>

¹⁷⁷<https://www.sadc.int/news-events/news/ministers-responsible-gender-and-womens-affairs-sadc-meet-and-review-progress-regional-gender-and-development-programmes/>

plena e igualitária das mulheres na resolução de conflitos, construção da paz, manutenção da paz, resposta humanitária e reconstrução pós-conflito, assim como a redução da prevalência de Violência Baseada no Género (VBG) na Região e instaram os Estados-Membros a desenvolverem programas eficazes e sustentáveis de prevenção.

Na implementação do Programa Regional de Capacitação Económica Multidimensional da Mulher da SADC (RMD-WEEM) 2020-2030, os Ministros analisaram o progresso do Projecto de Industrialização e Capacitação Económica das Mulheres da SADC (Projecto IWEE). Este projeto visa aumentar a participação de empresas de propriedade de mulheres e mulheres empreendedoras no conjunto de valor para setores selecionados e cadeias de valor regionais (RVCs – *Regional Value Chains*).

Os Ministros também aprovaram o Kit de Recursos de Integração de Género Revisado, que apoia a integração de género em vários setores. O kit contém 10 módulos setoriais específicos que fornecem orientação prática sobre a integração de género em setores prioritários de integração regional. Os participantes apelaram aos Estados-Membros que ainda não assinaram e ratificaram o Protocolo Revisto da SADC sobre Género e Desenvolvimento a fazê-lo para facilitar a sua implementação. Essencialmente, este Protocolo visa capacitar as mulheres, eliminar a discriminação e alcançar a igualdade de género, incentivando e harmonizando legislação, políticas, programas e projetos sensíveis ao género.

A Ministra dos Negócios Estrangeiros do Malawi e Presidente do Conselho de Ministros da SADC, Nancy Tembo, reconhece que a igualdade de género é um componente crítico e um fator que contribui para os Estados-Membros da SADC e para o desenvolvimento a longo prazo da Região, através do reconhecimento e a criação de um ambiente favorável em que homens e mulheres gozam de seus direitos plenos sem qualquer violação ou opressão, com igualdade de oportunidades de emprego, negócios, acesso a instituições financeiras e representação em cargos de liderança¹⁷⁸.

A Presidente dos Ministros da SADC responsáveis pelo Género e Assuntos da Mulher, destacou a determinação da Região em cultivar plenamente uma abordagem robusta incorporada no Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP 2020-2030), na mudança significativa da agenda do género entrelaçada em muitos programas e projetos da SADC¹⁷⁹. Ilustre Patrícia Kaliati destacou igualmente uma série de barreiras e situações que impedem mulheres e meninas de alcançar a paridade de género e pediu uma implementação acelerada de protocolos, estratégias, políticas e programas regionais para apoiar os esforços das mulheres, incentivando-as a participar do crescimento e do progresso em direção a um melhor futuro, assim como a prevenção da VBG e destacou os infortúnios físicos e sociais que atingem mulheres e meninas, incluindo corrupção, estupro, HIV/AIDS e acesso limitado a recursos produtivos.

Desenvolvimento de infraestruturas hídricas resilientes na África¹⁸⁰

Uma das principais diretrizes do Plano Indicativo de Desenvolvimento Estratégico Regional (RISDP, 2020-2030) é o desenvolvimento de infraestruturas hídricas resilientes no

¹⁷⁸ www.sadc.int/files/9916/5503/7120/Speech- Hon Nancy Tembo MP - Gender Meeting.pdf

¹⁷⁹ www.sadc.int/files/7016/5503/7472/OPENING STATEMENT BY HONOURABLE DR PATRICIA ANNIE KALIATI DRAFT MINISTERS MEETING 7-1- JUN 2022.pdf

¹⁸⁰ <https://www.sadc.int/news-events/news/sadc-strengthens-cooperation-german-government-kfw-development-bank-and-development-bank-southern-africa-through-sadc-water-fund/>

continente africano. É com base neste pressuposto que o executivo da SADC esteve reunido entre 6 e 9 de junho em Gaborone (Botswana), tendo assinado um memorando que reforça a cooperação entre o Banco de Desenvolvimento KfW do Governo Alemão e o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA) através do Fundo de Água da SADC para o Desenvolvimento de Infraestruturas Hídricas e Segurança Hídrica na Região.

O KfW irá desembolsar 30 milhões de euros para o Fundo Regional da SADC para as Infraestruturas Hídricas e Saneamento Básico (Fundo da Água da SADC). O representante do Ministério Alemão para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica (BMZ) na Embaixada da Alemanha no Botswana, Marcel Grella, fazendo suas observações em nome da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento e do KfW, enfatizou a importância das infraestruturas hídricas e projeta um sucesso tangível para os Estados-Membros e cidadãos.

Por sua vez, a Diretora Nacional do KfW para a África do Sul, Silke Stadtmann, realçou a importância de aumentar a cooperação observando a complexidade do desenvolvimento de infraestrutura hídrica. Afirmou ainda que o KfW continuará a trabalhar com a SADC e o DBSA para apoiar o desenvolvimento de infraestruturas hídricas para a consecução do ODS6 e promover a resiliência à escassez de água na região da SADC.

O Sr. Mtonakutha bem como a Diretora das Infraestruturas, Sra. Mapolao Mokoena, destacou ainda a importância do Fundo da Água da SADC na realização do desenvolvimento das infraestruturas regionais e redução da pobreza. Afirmaram que a infraestrutura de água e saneamento é um facilitador para o desenvolvimento regional, especialmente considerando a importância do acesso regional a serviços de água limpa e sustentável para a subsistência e o desenvolvimento.

Os objetivos de desenvolvimento do Fundo Regional da SADC incluem:

1. promover e apoiar o desenvolvimento estratégico transfronteiriço e pró-pobre de abastecimento de água e infraestruturas de saneamento (WSS) na região da SADC;
2. promover a resiliência climática no sector de abastecimento de água e saneamento na região da SADC; e
3. facilitar a aplicação dos princípios de Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) para desenvolvimentos de infraestrutura.

O fundo de Água da SADC está atualmente a apoiar a implementação de dois projetos nomeadamente o Projecto Transfronteiriço de Abastecimento de Água Lomahasha>Namaacha (entre Eswatini e Moçambique), e o Projecto Transfronteiriço de Abastecimento de Água Kazungula.

Desenvolvimento de uma Balança Alimentar Regional¹⁸¹

Com objetivos de subsidiar as políticas públicas no processo de tomada de decisões baseado em dados confiáveis para garantir a segurança alimentar na região da África Subsaariana e garantir negócios e investimentos do setor privado e assistência alimentar por doadores e organizações de resposta a emergências, a Aliança para a Revolução Verde na África (AGRA) e o COMESA estão a liderar esforços para desenvolver um Balanço Alimentar Regional (RFBS) digital que usa dados de uma variedade de fontes públicas e privadas para desenvolver estimativas de equilíbrio alimentar em tempo real e prospectivas.

¹⁸¹ <https://www.comesa.int/development-of-a-regional-food-balance-sheet-at-advanced-stage/>

O projeto - piloto, envolve seis países (Quênia, Ruanda, Malawi, Uganda, Zâmbia e Tanzânia) para colmatar a escassez de dados confiáveis, oportunos e precisos para a tomada de decisões relacionadas à segurança alimentar e nutricional em muitos países da África Subsaariana, uma situação que foi exposta pela pandemia do Covid-19.

Segundo o Secretário-geral Adjunto do COMESA, as lacunas de dados deixaram muitos países incapazes de responder efetivamente às necessidades alimentares de seus cidadãos durante a pandemia de Covid-19, na mediada em que várias partes interessadas, incluindo governos, instituições acadêmicas, sector privado e agências humanitárias, coletam dados, mas raramente esses dados são compartilhados ou consolidados em um servidor central (centro de dados) que pode ser usado para informar a tomada de decisões pelas partes interessadas.

Por sua vez, o Alto Comissário do Reino Unido na Zâmbia, Nicholas Woolley, comenta dizendo que existe uma necessidade urgente de os governos africanos entenderem melhor a situação alimentar atual e projetada de suas nações. Padrões de demanda, disponibilidade de insumos e mudanças climáticas fazem parte do conhecimento necessário para construir uma segurança alimentar resiliente no futuro.

Esta iniciativa, é patrocinada pelo Governo do Reino Unido, a Fundação Bill e Melinda Gates, a Fundação Rockefeller e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Saliente-se que os dados para o RFBS serão obtidos de registros históricos de governos nacionais e validados pela *Food and Agricultural Organization* (FAO) com estimativas da temporada atual de parceiros de dados públicos e privados em toda a África Oriental e Austral, e estimativas em tempo real e futuras que usam análises avançadas de imagens de satélite e outras tecnologias.

Novos investimentos e cooperação econômicos com o COMESA¹⁸²

O Reino da Arábia Saudita procura melhorar as relações com os países do Mercado Comum da África Oriental e Austral, com a criação de novas áreas de investimento e desenvolvimento através do Secretariado do COMESA, abrindo novas projeções de cooperação e busca de apoio para a realização da Expo Mundial 2030 na Arábia Saudita. Com estes investimentos, o COMESA, torna-se uma organização bastante importante para alcançar os objetivos da parceria árabe-africana. Aguarda-se com alguma expectativa esta reunião como ponto de partida para uma maior coordenação e cooperação entre o Reino e todos os Estados-Membros.

O conselheiro do tribunal do Reino, Ahmed bin Abdulaziz Kattan afirmou que a Arábia Saudita, comprometeu-se em injetar cerca de US \$ 1 bilhão para projetos de investimento na África na área de indústria, finanças, agricultura, pesca, mineração, transporte, segurança regional e energia, para além da educação, saúde, transporte, infraestrutura, bem como o combate à fome, pobreza, epidemias e pandemias como a Covid-19, tendo realçado que um total de US\$ 500 milhões foi desembolsado para combater o Covid-19, US\$ 150 milhões na aliança de vacinas e US\$ 200 milhões em apoio a entidades de saúde.

O Reino da Arábia Saudita está a buscar alcançar relações mais profundas e participar dos esforços de desenvolvimento do continente por meio de iniciativas de investimento gigantes que serão lançadas em muitos países africanos em coordenação com organizações regionais africanas competentes, como o COMESA. Com representação diplomática em 27 países do

¹⁸² <https://www.comesa.int/saudi-seeks-new-investments-in-comesa/>

continente africano, a Arábia Saudita realizará este ano a primeira Cúpula Arábia-África e a quinta Cúpula Árabe-África, para as quais o Secretariado do COMESA foi convidado.

A região Africana precisa paz e segurança para alcançar as metas globais¹⁸³

A Comissão da União Africana (CUA) reuniu-se em Lusaka (Zâmbia) entre 6 e 8 de junho com as Comunidades Económicas Regionais/Mecanismos Regionais para debater aspectos relacionados com a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (RECs/RMs) sobre a Implementação do Roteiro Principal da UA e dar passos práticos para criar espaço do ‘Calar das Armas na África’ até 2030. Este encontro contou com a presença de representantes de departamento relevante da Comissão da UA, Divisões do Departamento de Assuntos Políticos, Paz e Segurança, representantes dos RECS/RMs, representantes do Mecanismo da União Africana para Cooperação Policial (AFRIPOL), Centro Africano para o Estudo e Pesquisa sobre Terrorismo (ACSRT) e Conselho Económico, Social e Cultural (ECOSOCC) e representantes dos parceiros da CUA que apoiam o silenciamento do projeto de armas, como o Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz da ONU.

A cúpula da CUA e as Comunidades Económicas Regionais convergiram em aspectos referentes ao encerramento e implementação e operacionalização do quadro de monitorização e avaliação (M&A) do Roteiro Mestre da UA Silenciando as Armas na região Africana (*AU Master Roadmap of Practical Steps for Silencing the Guns - STG*). A reunião discutiu o pacote de estabelecimento do Comité de Direção incluindo os departamentos relevantes da CUA e pontos focais/oficiais em cada CER/MR para acompanhar e coordenar as actividades relacionadas com a Iniciativa STG.

O comité contribuirá para melhorar a colaboração e sinergia com as CERs/RMs na implementação da melhor estratégia da UA, em particular no aumento da sua domesticação e popularização a nível regional. Esta discussão servirá também como uma plataforma colaborativa para facilitar os intercâmbios regulares entre a UA, CERs/RMs, organizações da sociedade civil, academia, sector privado e outras partes interessadas que têm um papel a desempenhar na implementação do *Silencing the Guns Master Roadmap*.

O Chefe de Operações da Força Aérea da Zâmbia, Brig General Arthur Kalaluka, abriu a reunião na segunda-feira, 6 de junho de 2022. Foi co-organizada pelo COMESA através da Unidade de Governança, Paz e Segurança. Nas palavras do Coordenador de Silenciar as Armas no âmbito dos Assuntos Políticos, Paz e Segurança da Comissão da União Africana, Sr. Advelkader Araoua, ressalta-se:

“..., a extensão da vida útil do roteiro mestre da UA sobre medidas práticas para silenciar as armas na África até o ano de 2030 é um teste de nossa capacidade de cumprir nossos compromissos de libertar o continente africano de guerras, conflitos civis, crises humanitárias, violações de direitos humanos, violência baseada em gênero e genocídio”.

A Chefe de Governança, Paz e Segurança do Secretariado do COMESA, Elizabeth Mutunga, sublinhou a necessidade de avaliar continuamente o ambiente externo no desenvolvimento de um plano de implementação para a monitorização e avaliação, tendo

¹⁸³<https://www.comesa.int/silencing-the-guns-au-recs-meet-to-finalize-implementation-plan-and-roadmap/>

salientado: *“os fatores emergentes e imprevisíveis, que necessariamente não se originaram da nossa região, estão tendo um impacto muito grande na dinâmica de paz, conflito e segurança”*.

Lembramos que o continente africano tem sido palco de vários conflitos armados e distantes dos seus processos de pacificação. A maioria dos conflitos é motivada por diferenças étnicas, disputas territoriais, conflitos políticos ditatoriais instalados, a luta pela exploração e exportação de recurso naturais que o continente dispõe.

Livre Comércio vs. Integração regional na região Africana¹⁸⁴

A Associação Internacional de Desenvolvimento do Banco Mundial (IDA), é uma entidade criada em 1960 com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento dos países mais pobres do mundo fornecendo doações e empréstimos com juros baixos a zero para projetos e programas que impulsionam o crescimento econômico, reduzem a pobreza e melhoram a vida das pessoas pobres.

É neste contexto que a IDA anunciou um novo pacote de financiamento para garantir o comércio livre entre os países da região como o Burundi, República Democrática do Congo (RDC) e os países vizinhos da região dos Grandes Lagos da África Oriental irão beneficiar-se de um projecto de Integração e Facilitação do Comércio. Prevê-se um financiamento de US\$ 250 milhões que será desembolsado pela IDA para facilitar o comércio transfronteiriço e melhorar a comercialização de cadeias de valor contemplando comerciantes de pequena escala e mulheres nas áreas fronteiriças da região dos Grandes Lagos como principais atores.

Para Chris Onyango, Diretor de Alfândega do COMESA *“o comércio local transfronteiriço, se devidamente facilitado, pode ser uma forma importante de lidar com a pobreza, insegurança alimentar, conflitos e outras vulnerabilidades socioeconômicas que as populações nas áreas fronteiriças enfrentam”*, e buscam reduzir o custo e o tempo de comercialização e melhorar o volume e a qualidade dos bens comercializados para aumentar a renda, a prosperidade e a estabilidade no Burundi, na RDC e em toda a região.

O projeto incorpora intervenções que combinam reformas de políticas e procedimentos para lidar com uma combinação de restrições relacionadas à infraestrutura precária, insegurança, requisitos comerciais complicados, manuseio inadequado de produtos pós-produção e confiança limitada entre comerciantes e agências de fronteira, entre outros fatores. Além de comerciantes (particularmente mulheres e jovens), os beneficiários incluem produtores, prestadores de serviços comerciais, como transportadores e operadores de barcos, vendedores de mercado nas áreas fronteiriças, autoridades portuárias e funcionários de fronteira, empresas de médio e pequeno porte e funcionários do comércio no COMESA estados.

O COMESA apoiará a coordenação regional para maximizar as repercussões positivas do projeto. Embora se concentre apenas em dois países, as intervenções do projeto são uma implementação prática das medidas necessárias para alcançar os ideais e objetivos da integração comercial em toda a África, tanto a nível continental como regional.

“O Acordo de Livre Comércio Continental Africano (AfCFTA) fornece uma plataforma política sólida para os países africanos acelerarem a transformação econômica, mas é no nível regional que muitas ações concretas são necessárias para lidar com as principais restrições à integração comercial”, disse Boutheina Guermazi, World Diretor do Banco para Integração

¹⁸⁴<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/06/13/increasing-cross-border-trade-in-the-africa-s-great-lakes-region-to-support-greater-prosperity-stability-and-integration.print>

Regional para a África Subsaariana, Oriente Médio e Norte da África, acrescentando que o projeto traz especificidade às condicionantes locais e regionais e oferece soluções.

O novo projeto amplia muitos dos elementos de projetos anteriores e em andamento do Banco Mundial na região dos Grandes Lagos. Além de financiar infraestrutura em postos fronteiriços adicionais, bem como acesso a portos e estradas, trata da escassez de recursos das comunidades fronteiriças para melhorar a facilitação do comércio, incluindo apoio específico para o desenvolvimento e comercialização da cadeia de valor. A pandemia encorajou os pequenos comerciantes a trabalhar em associações, melhorando assim a sua organização e permitindo-lhes reduzir os seus custos comerciais e potencialmente aumentar a quantidade e a qualidade dos bens que podem ser comercializados.

Um financiamento adicional para o Projeto de Facilitação do Comércio dos Grandes Lagos fornece uma doação de US\$ 23 milhões à RDC para financiar um plano de ação de reassentamento e modernizar a infraestrutura de fronteira em Petite Barrière em Goma, província de Kivu do Norte. Na fronteira entre RDC e Ruanda, Petite Barrière é o ponto de passagem de pedestres mais movimentada da região dos Grandes Lagos, com mais de 50.000 passagens de pedestres por dia. Mais de três quartos dos comerciantes são mulheres e existe também uma comunidade significativa de pessoas com deficiência que prestam serviços importantes, como o transporte de mercadorias. No entanto, o comércio tem sido restringido por infraestruturas pobres e limitadas. O financiamento adicional beneficiará diretamente esses grupos, bem como centenas de milhares de pessoas que residem no leste da RDC, Ruanda e na região mais ampla da África Oriental.

Importa referir que a IDA é uma das maiores fontes de assistência para os 74 países mais pobres do mundo, 39 dos quais na África. Os recursos da IDA trazem mudanças positivas para 1,3 bilhão de pessoas que vivem nos países cobertos por este financiamento. Desde 1960, a IDA já desembolsou US\$ 458 bilhões para 114 países. Os compromissos anuais atingiram uma média de US\$ 29 bilhões nos últimos três anos (EF19-EF21), com cerca de 70% para a África.

A Europa se volta para o Atlântico II: agora com bússola

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A onda de calor de 40º que chegou à Europa antes do verão, não vai ser capaz de esquentar este informe.

A guerra na Ucrânia está trazendo novas configurações ao continente europeu. Além do movimento de adesão à Otan por parte da Finlândia e da Suécia, outra ação de resposta à redução da dependência em matéria de segurança foi a adoção, pela União Europeia de uma estratégia para fortalecer a política de segurança e defesa da UE até 2030: [a Strategic Compass for the EU](#). A bússola estratégica, é um [plano de ação](#) que visa tornar a UE uma fornecedora de segurança mais forte e mais capaz, reforçando a autonomia estratégica do bloco e sua capacidade de trabalhar com parceiros para salvaguardar seus valores e interesses. Abrangendo todos os aspectos da política de segurança e defesa, está estruturado em quatro pilares: agir, investir, fazer parceria e proteger.

Para agir rapidamente em caso de crise, a UE se dotará de: capacidade de rápida mobilização de uma tropa de até 5.000 soldados para diferentes tipos de crises; prontidão para implantar, no prazo de 30 dias, uma equipe de 200 especialistas em missão PCSD (Política Comum de Defesa e Segurança); exercícios regulares em terra e no mar; melhoria da mobilidade militar; reforço das missões e operações civis e militares da PCSD da UE; e utilizará o Fundo Europeu para a Paz, em apoio aos parceiros.

A fim de reforçar a sua capacidade de antecipar, dissuadir e responder às ameaças e desafios atuais e emergentes, e salvaguardar os interesses de segurança da UE, a UE: aumentará suas capacidades de análise de inteligência; desenvolverá uma caixa de ferramentas híbrida e equipes de resposta reunindo diferentes instrumentos; desenvolverá melhor a Caixa de Ferramentas Ciberdiplomática e estabelecer uma Política de Defesa Cibernética da UE; desenvolverá uma caixa de ferramentas de manipulação e interferência de informações estrangeiras; desenvolverá uma estratégia espacial; e reforçará o papel da UE enquanto interveniente da segurança marítima.

Os Estados-membros comprometeram-se a aumentar substancialmente seus gastos com defesa para corresponder à ambição coletiva de reduzir as lacunas críticas de capacidade militar e civil e fortalecer a base tecnológica e industrial de defesa europeia. A UE irá impulsionar a inovação tecnológica de defesa para preencher lacunas estratégicas e reduzir suas dependências tecnológicas e industriais neste campo.

A fim de fazer face às ameaças e desafios comuns, a UE investirá em parcerias, fortalecendo a cooperação com parceiros estratégicos como a OTAN, a ONU e parceiros regionais, incluindo a OSCE, UA e ASEAN; desenvolvendo parcerias bilaterais mais personalizadas com países com ideias semelhantes e parceiros estratégicos, como os EUA, Canadá, Noruega, Reino Unido, Japão e outros; desenvolver parcerias personalizadas nos Balcãs Ocidentais, na vizinhança oriental e meridional, África, Ásia e América Latina, nomeadamente através do reforço do diálogo e da cooperação, promovendo a participação nas missões e operações da PCSD e apoiando o reforço das capacidades.

Outra novidade da UE é uma remodelagem da Estratégia para Saúde Global, [anunciada em 19 de maio](#), na reunião ministerial de desenvolvimento e saúde do G7, pelos comissários Kyriakides e Urpilainen: “(...) devemos melhorar os sistemas de saúde para que possam prevenir

e responder com mais eficácia às ameaças globais à saúde, bem como enfrentar todas as doenças infecciosas e não transmissíveis doenças. Devemos abordar as desigualdades e avançar para a cobertura universal de saúde. Devemos ter fortes parcerias estratégicas de saúde com outras regiões do mundo. Devemos reforçar as capacidades locais de fabricação de saúde, na África e além. E devemos colocar a abordagem One Health no centro de nossa ação, reconhecendo a conexão intrínseca entre a saúde das pessoas, animais, plantas e seu ambiente compartilhado. Hoje, na Reunião Ministerial da Saúde do G7, pedimos a todas as partes interessadas que se juntem a nós no desenvolvimento e implementação desta nova Estratégia de Saúde Global da UE.”

Em 14 de junho, [os ministros da saúde da UE se reuniram](#) no âmbito do Conselho de Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores, quando saudaram e discutiram sobre o processo de revisão da Estratégia de Saúde Global, que remonta a 2010. Como resultado do encontro, os ministros se comprometeram a realizar um debate político sobre a revisão da estratégia global de saúde. A Comissão irá propor as atualizações à luz dos acontecimentos recentes – incluindo a pandemia de Covid-19 e a crise sanitária e humanitária causada pela guerra na Ucrânia -, que serão debatidas pelo Conselho e Parlamento. Os Ministros salientaram a importância desta estratégia na redefinição das prioridades globais de saúde da UE, como o fortalecimento dos sistemas de saúde, a preparação e a resposta a crises de saúde e a promoção da abordagem de Saúde Única. Os ministros também apelaram a esta estratégia para reforçar a influência da UE na saúde na cena internacional e a coordenação entre os atores relevantes da UE.

O Conselho também debateu a proposta de regulamento sobre o Espaço Europeu de Dados de Saúde (EHDS), já mencionada por aqui. Esta proposta de regulamento, é tida como um pilar essencial da União Europeia da Saúde e destina-se a facilitar o acesso dos pacientes aos seus dados de saúde em meio eletrônico e a facilitar o compartilhamento dos dados com os profissionais de saúde na UE. Também visa permitir a reutilização desses dados por pesquisadores, indústria e autoridades públicas, em ambiente seguro e sob condições estritas. Os Ministros congratularam-se com a proposta de regulamento que, adotado, proporcionará um quadro jurídico estável para facilitar o intercâmbio de dados de saúde na União, permitindo, nomeadamente, tornar o setor dos cuidados de saúde mais eficiente e fazer avançar a pesquisa científica. No entanto, notaram as questões delicadas decorrentes da proposta, como a segurança e proteção de dados e a necessidade de desenvolver uma área de confiança em benefício de todos.

Ainda no âmbito da reunião do Conselho, os ministros discutiram, em encontro informal, sobre os próximos desafios da estratégia de vacinação da UE contra a Covid-19. A Presidência francesa, informou as delegações sobre a situação das negociações entre o Conselho e o Parlamento Europeu com vista a chegar a acordo sobre um projeto de regulamento sobre ameaças sanitárias transfronteiriças graves. A Comissão Europeia informou sobre as ameaças emergentes para a saúde - casos de hepatite grave em crianças e varíola dos macacos -, bem como sobre a situação sanitária e humanitária na Ucrânia (em especial evacuações médicas e apoio sanitário à Ucrânia).

A revisão da estratégia de saúde global europeia começa com a assinatura de um [acordo de cooperação sobre preparação e resposta a ameaças à saúde pública](#), pela Comissão Europeia e os Estados Unidos. O acordo permitirá que a Comissão e os EUA trabalhem juntos em uma ampla gama de tópicos para enfrentar emergências de saúde conjuntamente, contribuindo para estabelecer uma forte arquitetura global de saúde.

O acordo transatlântico, assinado em 19 de maio em Berlim, será coordenado pela Autoridade de Resposta a Emergências e Prontidão Sanitária da Comissão Europeia (HERA) e a Direção-Geral de Saúde e Segurança Alimentar do lado da UE e o Departamento de Saúde e Serviços Humanos em o lado dos EUA. Como parte do acordo, a Comissão Europeia e os EUA trabalharão juntos em informações sobre epidemias e cadeia de suprimentos, pesquisa e inovação e produção de contramedidas médicas, incluindo vacinas e terapias. Ao facilitar o compartilhamento de informações, conhecimento e dados, o acordo reduzirá a duplicação e garantirá sinergias nos esforços de preparação e resposta. Em particular, a Comissão Europeia e os EUA fortalecerão a cooperação em:

- Revisar avaliações conjuntas de ameaças com o objetivo de identificar pelo menos uma ameaça à saúde pública mais relevante por ano na qual colaborar.
- Compartilhamento de dados seguros para vigilância global para detecção precoce de ameaças à saúde emergentes.
- Apoiar as atividades de aquisição, incluindo a avaliação das plataformas de vacinas e o intercâmbio das melhores práticas sobre arranjos de vacinas.
- Coordenar o apoio à pesquisa e desenvolvimento de contramedidas médicas inovadoras.
- Apoiar os países terceiros na preparação e resposta às ameaças à saúde pública.
- Combater a desinformação e a desinformação sobre ameaças à saúde, trocando boas práticas e iniciando ações conjuntas.

Produto da [Agenda EUA-UE para vencer a pandemia global, vacinar o mundo, salvar vidas agora e reconstruir uma melhor segurança global de saúde](#), o acordo faz parte das ações conjuntas anunciadas na [declaração conjunta de 12 de maio](#), proferida pela Presidente da Comissão Europeia, Von der Leyen e pelo Presidente Biden, na Segunda Cúpula Global sobre a Covid-19. Também complementa a Declaração Conjunta Estados Unidos-Comissão Europeia sobre o lançamento da [Força-Tarefa conjunta de Manufatura e Cadeia de Suprimentos Covid-19](#). Segundo Xavier Becerra, secretário do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA, o acordo possibilita que os signatários possam ajudar conjuntamente outros países, incluindo aqueles fora da União Europeia, a aumentar sua capacidade de prevenir, detectar e responder a ameaças à saúde pública.

A Agenda EUA-UE, acima mencionada, reconhece que a vacinação é a resposta mais eficaz à pandemia e que EUA e UE são líderes tecnológicos em plataformas avançadas de vacina, para assumir que a liderança coordenada dos EUA e da UE ajudará a expandir a oferta, entregar de maneira mais coordenada e eficiente e gerenciar as restrições às cadeias de suprimentos. Traz a pretensão de “mostrar a força de uma parceria transatlântica para facilitar a vacinação global, ao mesmo tempo em que permite mais progresso por iniciativas multilaterais e regionais”. Eu, particularmente, discordo e não vejo como essa iniciativa fortaleceria o multilateralismo. Está estruturada em 5 pilares:

Pilar I: compromisso Conjunto de Compartilhamento de Vacinas UE/EUA: os Estados Unidos e a UE compartilharão doses globalmente para aumentar as taxas de vacinação, com prioridade no compartilhamento através da COVAX e na melhoria urgente das taxas de vacinação em países de baixa e média renda.

Pilar II: compromisso Conjunto UE/EUA com a Prontidão para Vacinas: os Estados Unidos e a UE apoiarão e coordenarão com organizações relevantes para entrega de vacinas, cadeia de frio, logística e programas de imunização para converter doses em frascos em injeções. Eles

compartilharão as lições aprendidas com o compartilhamento de doses, incluindo a entrega via COVAX, e promoverão a distribuição equitativa de vacinas.

Pilar III: parceria conjunta UE/EUA para reforçar o fornecimento global de vacinas e terapias: a UE e os Estados Unidos irão alavancar a sua recém-lançada Força-Tarefa Conjunta de Fabricação e Cadeia de Abastecimento Covid-19 para apoiar a fabricação e distribuição de vacinas e terapêuticas e superar os desafios da cadeia de abastecimento. Os esforços de colaboração, incluirão o monitoramento das cadeias de suprimentos globais, a avaliação da demanda global em relação ao fornecimento de ingredientes e materiais de produção e a identificação e resolução em tempo real de gargalos e outros fatores disruptivos para a produção global de vacinas e terapias, bem como a coordenação de soluções potenciais e iniciativas para aumentar a produção global de vacinas, insumos críticos e suprimentos auxiliares.

Pilar IV: proposta conjunta UE/EUA para alcançar a segurança sanitária global. Os Estados Unidos e a UE apoiarão a criação de um Fundo Intermediário Financeiro (FIF) e sua capitalização sustentável. A UE e os Estados Unidos também apoiarão a vigilância pandêmica global, incluindo o conceito de radar pandêmico global. A UE e os Estados Unidos, por meio do HERA e da Autoridade de Pesquisa e Desenvolvimento Biomédico Avançado do Departamento de Saúde e Serviços Humanos, respectivamente, cooperarão de acordo com o compromisso do G7 de acelerar o desenvolvimento de novas vacinas e fazer recomendações para aumentar a capacidade mundial de entregar essas vacinas em tempo real.

Pilar V: roteiro Conjunto UE/EUA/Parceiros para a produção regional de vacinas. A UE e os Estados Unidos coordenarão investimentos em capacidade de fabricação regional com países de renda baixa e média-baixa, bem como esforços direcionados para aumentar a capacidade de contramedidas médicas sob a infraestrutura Build Back and Better World e a recém-criada parceria Global Gateway. A UE e os Estados Unidos alinharão esforços para reforçar a capacidade local de fabricação de vacinas na África e avançar nas discussões sobre a expansão da produção de vacinas e tratamentos para a Covid-19, para garantir seu acesso equitativo.

O que permanece igual, por enquanto, é o uso do [Certificado Digital Covid da UE, renovado até 30 de junho de 2023](#). O Conselho e o Parlamento Europeu acordaram sobre a extensão do regulamento que estabelece o certificado, que tem desempenhado um papel importante para facilitar a livre circulação de pessoas durante a pandemia. A revogação pode acontecer, caso a situação sanitária permita.

O informe termina voltando ao tema da guerra na Ucrânia, para abordar a atuação da OMS Europa, que [aumentou sua presença](#) tanto na Ucrânia como nos países que mais recebem fugitivos da guerra, para ajudar a atender à escalada de necessidades em saúde. A Organização vem apoiando o ministério da saúde ucraniano e entregando equipamentos e insumos médicos essenciais. A guerra reduz a capacidade dos sistemas de prover serviços, particularmente em áreas sob conflito. Para alcançar essas áreas, a OMS estabeleceu centros nas proximidades, como em Dnipro. Outro efeito da guerra são danos psicológicos e sofrimento. Em todo o país, profissionais de saúde relatam que o pedido mais comum tem sido ajuda para lidar com insônia, ansiedade, luto e dor psicológica. A OMS está trabalhando com o escritório de Olena Zelenska, primeira-dama da Ucrânia, para desenvolver um programa nacional de saúde mental acessível a todos.

A OMS respondeu às mudanças nas necessidades de saúde na Ucrânia aumentando o número de funcionários e redirecionando sistemas, incluindo o de logística. Isso permitiu a

entrega de mais de 543 toneladas de suprimentos e equipamentos médicos para o país, que estão sendo distribuídos principalmente nas regiões leste, sul e norte, onde as necessidades são maiores. Os suprimentos fornecidos incluem suprimentos para cirurgia de trauma, ambulâncias, ventiladores fabricados na Ucrânia capazes de continuar funcionando mesmo quando a energia cai, geradores elétricos e equipamentos de oxigênio, incluindo a construção de plantas de oxigênio para ajudar os hospitais a funcionar de forma autônoma. Outra grande necessidade é o treinamento para lidar com os efeitos da guerra – cirurgia de trauma, baixas em massa, queimaduras e exposição a produtos químicos. Desde 24 de fevereiro, a OMS treinou mais de 1.300 profissionais de saúde sobre esses tópicos.

Junto com isso, a OMS tem trabalhado com o Centro de Saúde Pública da Ucrânia para fortalecer a vigilância de doenças e diagnósticos laboratoriais, e com as autoridades locais para reconstruir programas de vacinação e serviços essenciais de saúde. Para complementar o sistema de saúde, a OMS também está trabalhando com mais de 40 equipes médicas de emergência.

Este informe trouxe de duas formas distintas, o modo reativo de agir da UE. Tanto a Bússola estratégica quanto a Agenda EUA-UE de enfrentamento da Covid-19, são respostas à crises, para as quais o bloco não estava preparado. A primeira, visa re-inserir os europeus no tabuleiro da segurança global e a segunda, claramente, traz uma pretensão de liderança no campo da saúde global, emplacando em âmbito bilateral, o tratado pandêmico que vai demorar a ser aprovado na OMS. Em todas as fotos, os europeus estão de mãos dadas com os americanos.

Ásia Pacífico discute segurança e resiliência em saúde e Oriente Médio debate mediação de conflitos e desenvolvimento sustentável

Lúcia Marques

Seu inimigo não é necessariamente meu inimigo.

Nelson Mandela

Em final de maio, enquanto a Assembleia Mundial da Saúde se desenrolava, muitas conferências, reuniões e diálogos, com agendas intensas, envolvendo segurança e paz, saúde e resiliência, preparação e controle de riscos, desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, financiamento verde, mediação de conflitos, Agenda 2030, aconteciam nas duas regiões, que se estenderam à primeira semana de junho. Muitas declarações conjuntas, muitas resoluções e decisões e muitos relatórios e análises, começam a ganhar corpo para sair do papel.

Na bianual **Reunião de Ministros da Saúde da ASEAN**¹⁸⁵ (a última foi em 2020) foram 11 reuniões, cinco eventos paralelos e reuniões da ASEAN com China, com EUA e com Coreia do Sul, que resultaram em quatro declarações conjuntas. A Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP/ONU) comemorou o 75º aniversário de sua criação realizando a **78ª sessão ESCAP** como ponto culminante das comemorações, com uma agenda intensa. Foram cinco dias de reuniões e 19 eventos paralelos. A **Reunião Anual do Banco de Desenvolvimento Islâmico** (IsDB) trouxe o tema “Além da recuperação: resiliência e sustentabilidade” que contou também com a participação da FAO para o Oriente Próximo e Norte da África e da ESCWA – Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental – e da Indonésia, enquanto presidente do G20. A **Organização de Cooperação Islâmica** (OIC) discutiu as várias formas e mecanismos de mediação para prevenção e resolução de disputas e conflitos e o papel da diplomacia.

A ONU realizou a **8ª Reunião do Pacto Global de Coordenação Contra o Terrorismo** e o Secretário Geral Antonio Guterres [destacou](#) a importância de atuar nos três pilares: desenvolvimento sustentável, direitos humanos e assuntos humanitários, uma vez que os grupos terroristas usam os vácuos de poder, conflitos interétnicos e fragilidades do Estado para se instalar. Guterres afirmou não há como enfrentar efetivamente o terrorismo sem enfrentar as condições que conduzem à sua disseminação, como instituições fracas, desigualdades, pobreza, fome e injustiça. Por isso, a [Estratégia Antiterrorista da ONU](#) adota uma abordagem integrada e holística da questão, que exige investimentos em saúde, educação, proteção, igualdade de gênero e sistemas de justiça acessíveis a todos.

No **Diálogo de Shangri-la**, para Segurança na Ásia Pacífico, a resposta da China aos discursos de Joe Biden (no Japão) e de Antony Blinken (na Universidade de George Washington/EUA)¹⁸⁶ e um recado dos países do Indo Pacífico: o Sudeste Asiático já tem “maneiras asiáticas” de resolver os desafios de segurança regional.¹⁸⁷ Esse, aliás, esse também tem sido o discurso da ASEAN: “o jeito “aseano” de encontrar soluções para suas questões regionais.

¹⁸⁵ Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnã

¹⁸⁶ Marques, L. **O espírito bélico dos EUA é ruim para todos.** *No tabuleiro da Geopolítica e outras Políticas*, em [Cadernos CRIS-Fiocruz – Informe 10-2022, p. 141-143.](#)

¹⁸⁷ : <https://www.thejakartapost.com/paper/2022/06/12/prabowo-champions-asian-ways-amid-great-power-rivalry.html>

Seguindo o fio, enquanto os EUA tenta conquistar a confiança das nações asiáticas dando uma nova cara ao QUAD, com vários grupos de trabalho para temas que realmente interessam aos países aseanos, a China fortalece cada vez mais sua parceria estratégica e diplomacia com as nações da Ásia Central, vizinho do estratégico oeste chinês. Com as fronteiras ocidentais seguras e garantidas, Pequim pode se dedicar ao seu rival no Indo-Pacífico.

15ª REUNIÃO DE MINISTROS DA SAÚDE DA ASEAN

A Indonésia presidiu e sediou a [15ª Reunião dos Ministros da Saúde da ASEAN](#) (AHMM), que aconteceu durante cinco dias, de forma híbrida, com o tema *Avançando na Realização do Desenvolvimento em Saúde da ASEAN* significando que a Cooperação do Setor de Saúde da ASEAN entra na fase final de implementação de sua Agenda de Desenvolvimento em Saúde PÓS-2015 da ASEAN para 2016-2021. Os Diretores Regionais dos Escritórios da OMS do Sudeste da Asiático e do Pacífico Ocidental participaram virtualmente como observadores.

Foram 11 reuniões e cinco eventos paralelos, incluindo a reunião preparatória de altos funcionários da saúde que antecedeu as reuniões ministeriais de saúde dos Estados-Membros da ASEAN, as reuniões ASEAN +3 (China Japão e Coreia do Sul) e, separadamente, [com China](#), com Coreia do Sul e com EUA.

As principais discussões e acordos entre os ministros da saúde envolveram: fortalecer e ampliar a prevenção e a preparação, detecção e resposta para emergências em saúde pública; melhorar as estratégias de mitigação para abordar os sistemas de Atenção Primária atuais e futuros; fortalecer o acesso a Vacinas, Terapêuticas e Diagnósticos e outros suprimentos médicos essenciais dedicados à preparação e resposta da pandemia geral; e fortalecer a cooperação com parceiros externos alinhados com as 21 prioridades de saúde e declarações/compromissos relacionados à saúde do Setor de Saúde da ASEAN.

Os destaques da 15ª AHMM foram a reunião dos ministros e [declaração conjunta](#). A declaração traz a preocupação de como os sistemas globais de saúde foram severamente afetados pela pandemia do COVID-19 em termos de liderança/governança, financiamento, acesso a medicamentos essenciais, prestação de serviços, força de trabalho em saúde e sistemas de informação em saúde. Reconhece que a ASEAN, como região, é parte inseparável de uma comunidade global interconectada e, portanto, a construção de resiliência do sistema de saúde, inclusive por meio de protocolos regionais de saúde aplicáveis o desenvolvimento de redes de fabricação e fortalecimento de pesquisa para alcançar a segurança e a autoconfiança das vacinas durante tempos de paz e situações de emergência; e melhorar os mecanismos sistemáticos e concretos de prevenção, preparação, detecção, são medidas de mitigação e resposta para crises de saúde regionais e globais atuais e futuras que contribuirão para o fortalecimento da arquitetura global de saúde.

A mesa-redonda dos Ministros da Saúde da ASEAN sobre "*Construindo a Resiliência do Sistema de Saúde Regional e acelerando a recuperação do COVID-19*" discutiu lições aprendidas e o [reconhecimento mútuo do certificado](#) de vacinação contra a Covid-19 para restaurar a conectividade, o turismo, os negócios normais e as atividades sociais da ASEAN, evitar possíveis crises econômicas.

A reunião com [China, Japão e Coreia do Sul se concentrou](#) em "*Otimizar a mobilização de recursos essenciais à saúde na resposta à crise de saúde pública*". A [9ª Reunião de Ministros da Saúde da ASEAN China](#) abordou o tema "*Promovendo uma abordagem de saúde para preparar e responder à pandemia*". Com a Coreia do Sul, aconteceu a [1ª Reunião de Ministros](#)

[da Saúde da ASEAN-ROK](#) quando trocaram opiniões sobre "*Fortalecer o Sistema de Saúde para Cobertura Universal de Saúde Sustentável e Segurança em Saúde para Sistemas de Saúde Resilientes*". Com o Secretário de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, [encontro](#) teve como tema "*Mapeando a Colaboração Futura da ASEAN -EUA para o Fortalecimento dos Sistemas de Saúde para Emergências em Saúde Pública*".

78ª SESSÃO DA COMISSÃO ECONÔMICA E SOCIAL PARA A ÁSIA E O PACÍFICO (ESCAP)

Com o tema "*Uma agenda comum para o avanço do desenvolvimento sustentável na Ásia e no Pacífico*", a sessão anual foi uma oportunidade para discutir e moldar o futuro da cooperação regional centrada em uma nova forma de multilateralismo e cooperação regional. A sessão fez parte das comemorações do 75º aniversário de criação da ESCAP, que conta com 62 países, subdivididos em cinco sub-regiões: Pacífico, Leste e Nordeste da Ásia, Sul e Sudoeste da Ásia, Ásia do Norte e Central e Sudeste Asiático.

A ESCAP comemorou seu aniversário dialogando sobre o futuro para avançar na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e cumprir a sua promessa de não deixar ninguém para trás. A proposta foi oferecer um espaço para identificar e discutir os mecanismos e meios para aumentar a resiliência de pessoas e nações na Ásia e no Pacífico após a COVID-19.

O [documento base](#) para a 78ª sessão da Comissão descreve caminhos para alcançar uma recuperação pós-pandemia mais inclusiva e sustentável. Ele identifica elementos para uma agenda comum para as gerações presentes e futuras centradas na proteção das pessoas e no planeta, aproveitando as oportunidades digitais, negociando e investindo juntos, levantando recursos financeiros e gerenciando a dívida. Destaca a necessidade de ouvir e trabalhar com os jovens, colocando as mulheres no centro de ações políticas, e novas parcerias centradas nas pessoas.

A [agenda](#) foi bastante intensa e contou com [19 eventos paralelos](#), nos quais foram discutidas questões que vão desde como acabar com a poluição plástica; neutralidade em carbono; transporte e conectividade na cadeia de suprimentos; tecnologias emergentes para mitigação climática; financiamento para a ação climática; serviços de energia acessíveis e confiáveis; preparação para novas pandemia e redução dos riscos de desastres; [conectividade](#) (IA e transporte); a realidade atual (Rússia) e os ODS; e a importância do Registro Civil para todos – importante para os dados e vínculos com o setor saúde. O [Relatório final](#) traz as resoluções e decisões

Durante o fórum, a ESCAP lançou o [Relatório de Desenvolvimento de Necessidades Especiais \(2022\) dos Países Asiáticos-Pacíficos](#) no qual destaca as necessidades e lacunas significativas de financiamento que os países menos desenvolvidos (LDCs), os países em desenvolvimento (LLDCs) e os Pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS) enfrentam em seus esforços de recuperação da pandemia COVID-19 e no alcance dos ODS. O documento também analisa as opções políticas para mobilizar recursos financeiros nesses países para esse fim. Chamados coletivamente de países com necessidades especiais, esses grupos de países não estavam no caminho certo para alcançar os dezessete ODS antes mesmo do surto de COVID-19. As perspectivas para fazê-lo pioraram devido aos severos impactos econômicos e sociais da pandemia. Garantir recursos de financiamento para a recuperação da pandemia de forma que também esteja alinhada com a Agenda 2030 é, portanto, uma tarefa urgente para esses países.

No site [Produtos do Conhecimento | ESCAP \(unescap.org\)](https://www.unescap.org/pt-br/producao-conhecimento) é possível acessar um conjunto de relatórios e estudos norteadores para a região.

REUNIÃO ANUAL DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO ISLÂMICO FOCA NA SUSTENTABILIDADE

A 47ª [Reunião Anual do Banco de Desenvolvimento Islâmico](#) (IsDB) trouxe o tema *Além da recuperação: resiliência e sustentabilidade* que contou com a participação da FAO para o Oriente Médio e Norte da África; da ESCWA – Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental; do PNUD; do FMI e do Banco Mundial. A meta do IsDB é alinhar totalmente suas operações com os objetivos do Acordo de Paris até o final de 2023.¹⁸⁸

A Indonésia participou da reunião enquanto presidente do G20 e trouxe para as discussões sua [agenda e prioridades para o Grupo dos 20](#) *Recuperar Juntos, Recuperar Mais Forte*, que se concentra na Saúde Global; Transformação Digital; e Transição Energética e visa promover uma recuperação equilibrada da economia global; resiliência e estabilidade do sistema financeiro e monetário global; e crescimento econômico sustentável e inclusivo. O IsDB está apoiando a presidência da Indonésia e está engajado em grupos de trabalho do G20.¹⁸⁹

Durante quatro dias, ministros das áreas ambientais, hídricas, finanças, planejamento, desenvolvimento, abastecimento, relações exteriores e especialistas de instituições e think Tanks estiveram reunidos para avançar nas ações para resiliência climática, seu financiamento, redução de desigualdades e transição para economia verde.

Em seu [discurso](#) na abertura da reunião, o presidente do Grupo IsDB, Sharm El Sheikh, lembrou que as mudanças climáticas ameaçam a saúde e o bem-estar dos sistemas humanos e naturais e minam futuras perspectivas de desenvolvimento sustentável, particularmente em economias em desenvolvimento e emergentes. “Como a maior instituição financeira de desenvolvimento sul-sul do mundo – tocando a vida de uma em cada cinco pessoas em todo o mundo –, o Grupo IsDB tem um papel importante a desempenhar no apoio a ações climáticas aprimoradas.”

A maioria dos Estados islâmicos são vulneráveis às mudanças climáticas, seja por secas e terras desérticas, como Sudão, seja por estresses hídricos, como Bangladesh. O somatório das crises Covid-19, climática e econômica aumentou a urgência para ações voltadas para a recuperação verde e inclusiva. Adaptação e desenvolvimento sustentável estão indissociáveis e mutuamente reforçados. Apesar dos avanços no planejamento de adaptação, persistem lacunas crescentes entre planejamento e implementação. A ação de adaptação permanece fragmentada, incremental, desigualmente distribuída, e ocorre em pequenas escalas e horizontes de curto prazo. Esse leque de fatores compôs o [programa](#) da reunião, que levantou questões (Como? O que? Quais? Que instrumentos?) que foram discutidas, inclusive para

¹⁸⁸ [Plano de Ação Climática](#) para alinhamento com Acordo de Paris. Por meio do alinhamento de Paris, as operações do Grupo IsDB serão consistentes e apoiarão a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas de seus países membros, bem como o desenvolvimento e a implementação de *ambiciosas estratégias climáticas de longo prazo* para ajudar a tornar suas economias *resilientes ao clima*, enquanto caminham para o *desenvolvimento de baixo carbono*. O Plano de Ação baseia-se na Política de Mudança Climática do BID (2019), Plano de Ação Climática (2020-2025) e uma meta de financiamento climático de 35% do total de compromissos financeiros até 2025. Veja aqui o [Programa de Ação 2025](#) da Organização de Cooperação Islâmica à qual o IsDB está vinculado.

¹⁸⁹ O Grupo do IsDB [participou](#) da Reunião do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do G20 e organizou dois eventos paralelos em colaboração com o Ministério do Planejamento do Desenvolvimento Nacional (BAPPENAS) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Yogyakarta.

melhorar o conhecimento e dados disponíveis. Sobre conhecimento, o [Centro de Conhecimento em Mudanças Climáticas](#) do IsDB é um repositório on-line dinâmico e com curadoria de informações sobre ações climáticas em nível nacional para os 57 países membros do IsDB.

Entre os eventos, os destaques são: [Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas para Água, Energia e Segurança Alimentar na Região MENA](#), sobre o aumento da crise hídrica e a escassez de alimentos e aumento de combustível decorrentes da guerra na Ucrânia; [Acelerando a recuperação e reduzindo as desigualdades no desenvolvimento sustentável até 2030](#), traz a questão do retrocesso dos ODS relacionados ao alívio da pobreza, garantindo que todos tenham acesso a nutrição adequada, serviços de saúde e educação, abordando as mudanças climáticas e reduzindo as desigualdades. [O Caminho para cop27: transição para uma economia verde](#).

Durante o *Fórum de Resiliência IsDB: Recuperação, Preparação e Caminho para a Sustentabilidade*, uma das reuniões paralelas, o IsDB lançou o [Segundo Relatório de Resiliência do IsDB; Recuperação Pandêmica e Preparação para Choques Futuros](#). O Fórum teve como objetivo deliberar sobre as abordagens dos países à interconexão de dimensões de resiliência (econômica e de subsistência, saúde e pandemia, meio ambiente, deslocamento forçado), além da necessidade de melhorar o conhecimento e as estatísticas em dimensões interconectadas de resiliência para ajudar a investir na preparação, impulsionando a recuperação e a construção da resiliência. O Fórum também refletiu sobre as perspectivas de construção de parcerias para investir na construção de resiliência.

Atuando em 56 países de comunidades muçumanas, além de financiamento, o IsDB presta análise e assistência técnica. Entre suas publicações, está o estudo sobre Políticas do Setor Saúde ([IsDB, 2021](#)). Além disso, instituição gerencia o fundo especial das caridades do Ramadã¹⁹⁰, o Zakat. Nos tempos atuais, organizações multilaterais como a ACNUR, UNICEF, PNUD¹⁹¹ e Cruz Vermelha começaram a fazer uso do Zakat de forma organizada. As finanças islâmicas podem se tornar uma modalidade de financiamento inovadora vital para preencher a lacuna de financiamento dos ODS.

Em 2020, o Banco divulgou seu [Plano de Ação para Mudanças Climáticas \(2020 – 2025\)](#) para os próximos cinco anos e visa impulsionar a recuperação, combater a pobreza e construir resiliência e impulsionar o crescimento econômico verde. Os principais pilares estratégicos incluem (i) infraestrutura verde, resiliente e sustentável e (ii) desenvolvimento inclusivo do capital humano, enquanto as mudanças climáticas são uma área transversal para todas as atividades. O plano incorporou as questões climáticas nas diferentes políticas setoriais e nas estratégias operacionais relacionadas, incluindo [agricultura e desenvolvimento rural](#), [energia](#), transporte, [saúde](#), desenvolvimento urbano e políticas de água.

¹⁹⁰ Principal evento religioso do islamismo, o Ramadã é o mês dedicado às orações, ao jejum e à caridade, que acontece geralmente em maio – uma vez que segue o calendário lunar, a data do início é móvel. Ao final do dia de orações e jejum, o islão se reúne em família, amigos e vizinhos para compartilhar a refeição festiva. Doar dinheiro, o Zakat, também faz parte. Nestes tempos de pandemia, o Zakat e o compartilhamento de refeições e distribuição de alimentos, foi muito importante.

¹⁹¹ [Uma crise em cima de uma crise; a fragilidade dos estados árabes | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento \(undp.org\);](#)
[| de Finanças Islâmicas Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento \(undp.org\)](#)

Entre as publicações, [Novas soluções necessárias para combater a pobreza e promover a prosperidade](#) discute o papel da inovação social e do empreendedorismo no enfrentamento da pobreza e no fomento à prosperidade compartilhada.

QUARTA CONFERÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO ISLÂMICA (OIC)

Segundo o [Centro de Pesquisa e Treinamento Estatístico, Econômico e Social para Os Países Islâmicos \(SESRIC\)](#), cerca de 60% dos conflitos ocorrem em países islâmicos, uma questão que exige esforços da OIC para fortalecer suas capacidades para resolver disputas e trabalhar para usar suas habilidades disponíveis no campo da mediação, uma vez que é necessário enfrentar desafios contemporâneos para resolver conflitos que produziram a maior proporção de refugiados e deslocados.¹⁹² O [relatório](#) SESRIC também aponta os ingredientes-chaves para a gestão dos conflitos.

“Experiências e Perspectivas” foi o tema [da conferência da OIC](#), que aconteceu nos dias 5 e 6 de junho. Palestrantes de diferentes continentes e grupos geográficos participaram da conferência que contou também com representantes dos Estados-Membros da OIC ao nível de especialistas, órgãos da OIC, algumas instituições das Nações Unidas, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e centros de pesquisa especializados, juntamente com figuras regionais e internacionais proeminentes no campo da mediação.

A conferência visou ativar o papel da OIC e seus Estados Membros na mediação em cooperação com parceiros internacionais. Com a conferência, a OIC espera criar um novo mecanismo efetivo de mediação por meio das capacidades da OIC na resolução de disputas, levando em conta que a organização é a segunda maior organização multilateral do mundo, que reúne universidades¹⁹³, escritórios de ajuda, centros de estudos e estatística, o Banco de Desenvolvimento Islâmico e um escritório para trabalhar em cooperação com organizações internacionais e regionais.

Outros objetivos do encontro incluíram o intercâmbio de conhecimentos regionais e internacionais no campo da mediação, prevenção e resolução de conflitos. trocar experiências efetivas regionais e globais no campo da mediação, prevenção e solução de conflitos, e trabalhar para ativar o papel da prevenção diplomacia neste domínio, além de discutir os desafios e dificuldades enfrentados pelo grupo de contato da OIC sobre mediação e apoiar os esforços de mediação.

A conferência incluiu ainda cinco sessões sobre: a revisão do papel da OIC e de seus Estados-Membros no campo da mediação; mediação sob uma perspectiva humanitária à luz de crises (diplomacia humanitária); parceria com organizações internacionais e regionais: bem

¹⁹² Dois relatórios recentes sobre refugiados e deslocados apontam para números críticos: o do Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (IDMC) sobre o [Índice de Deslocamento Interno \(IDI\)](#), combina dados, informações e análises sobre os **impactos** do deslocamento, o **contexto** em que acontece e os **esforços dos governos** para enfrentá-lo; o outro, do ACNUR, [Tendências Globais](#) sobre o [deslocamento forçado](#) aponta que, ao final de 2021, o número de pessoas deslocadas por guerras, violência, perseguições e abusos de direitos humanos chegou a 89,3 milhões, de acordo com o relatório “uma publicação estatística anual do ACNUR. Desde então, a invasão da Ucrânia pela Rússia – que causou a mais veloz e uma das maiores crises de deslocamento forçado de pessoas desde a Segunda Guerra Mundial – e outras emergências humanitárias, da África ao Afeganistão e além, elevaram este número para a marca dramática de 100 milhões.

¹⁹³ [Universidade Islâmica de Tecnologia \(IUT\), Bangladesh - Órgão Subsidiário; Universidade Islâmica em Uganda \(IUIU\) - Instituição Afiliada; Afiliada; Universidade](#)

como o caminho a seguir na mediação (Olhar para o futuro). A última sessão tratou da apresentação das recomendações da conferência e um resumo de seus resultados. O documento final não está disponível.

DIÁLOGO DE SHANGRI-LA - O DESENVOLVIMENTO DA CHINA NÃO É UMA AMEAÇA

O **Diálogo de Shangri-la** (SLD) é a principal cúpula intergovernamental de segurança para a região da Ásia Pacífico, realizada anualmente em Singapura por um think tank, o [Instituto Internacional de Estudos Estratégicos](#) (IISS). O diálogo é comumente assistido por ministros da defesa, chefes permanentes de ministérios e chefes militares da maioria dos estados da [Ásia-Pacífico](#). O nome do fórum é derivado do Shangri-La Hotel em Cingapura, onde é realizado desde 2002. Embora seja principalmente uma reunião intergovernamental, a cúpula também conta com a participação de legisladores, líderes empresariais, especialistas em segurança e acadêmicos. Ao longo dos anos, o Diálogo Shangri-La tornou-se um dos fóruns independentes mais importantes para a troca de pontos de vista dos tomadores de decisão em política de segurança internacional, bem como para compartilhar novas perspectivas sobre os desafios de segurança em desenvolvimento na Ásia.

O **19º SLD** foi realizado de 10 a 12 de junho de 2022, após um hiato de dois anos, por conta da pandemia, e contou com representantes de 42 países, incluindo 37 delegados de nível ministerial e mais de 30 altos funcionários da defesa. Quatro tópicos foram destaque: relações EUA-China; Sudeste Asiático e segurança regional; o impacto da guerra na Ucrânia; Europa e Indo-Pacífico. Acesse a agenda completa [aqui](#).

O primeiro-ministro do Japão, Fumio Kishida, foi o [orador convidado](#) para a abertura da cúpula, falando sobre as mudanças na perspectiva estratégica de seu país, as repercussões regionais da guerra na Ucrânia e os desafios de segurança da Ásia-Pacífico. O PM também prometeu aumentar sua presença de segurança regional para combater múltiplas ameaças, desde a expansão da China no Mar da China Meridional até o programa de mísseis nucleares da Coreia do Norte.

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenskyy, fez um discurso virtual em 11 de junho e alertou os líderes mundiais para a escassez de alimentos, uma vez que a Ucrânia está impedida de exportar grãos e óleos, o que poderá causar distúrbios, desordens, conflitos e até derrubar governos, pelo mundo – o tema da [guerra russo-ucraniana e suas repercussões na região](#) tomou conta dos diálogos neste dia.

Participaram do Diálogo: Alemanha, Austrália, Brunei, Camboja, Canadá, Chile, China, Estados Unidos, Filipinas, França, Índia, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Laos, Malásia, Mongólia, Mianmar, Nova Zelândia, Paquistão, Rússia, Singapura, Sri Lanka, Suécia, Tailândia, Timor-Leste, Reino Unido, Ucrânia e Vietnã.

Em um momento de foco cada vez maior na dinâmica geopolítica e de defesa da Ásia-Pacífico, o debate presencial entre os principais atores da região foi de extrema importância. As atenções estavam voltadas para ver o que as autoridades dos Estados Unidos, da China teriam a dizer em meio a um ambiente de tensão crescente. Menos do que a guerra russo-ucraniana; “os países asiáticos não veem essa batalha como sua”¹⁹⁴ e estão muito preocupados com o preço

¹⁹⁴ <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/06/os-paises-nao-querem-ser-peoes-em-uma-nova-guerra-fria-diz-analista-em-geopolitica.ghtml>

das commodities, [petróleo, gás e comida](#). Para o [analista geopolítico](#), Parag Khanna¹⁹⁵, em palestra no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, os países asiáticos “sabem que Rússia tende cada vez mais para a Ásia e que há uma relação de interdependência. Classifico a Rússia como um país do Norte da Ásia¹⁹⁶ há muito tempo, e essas relações definitivamente fazem parte da asianização da Rússia”. O que explica a relutância em condenar a Rússia. O que o Diálogo mostrou, nas falas dos países da região, que existe um jeito asiático ser e de buscar soluções asiáticas para os problemas regionais e deixou claro o grande embate entre os valores ocidentais e orientais; mostrou também a importância da centralidade da ASEAN. Os líderes do Sudeste Asiático deixaram suas preferências muito claras para os governos chinês e norte-americano: "Não queremos ser obrigados a optar por ter relações diplomáticas ou econômicas com um ou outro"¹⁹⁷

O Secretário de Defesa americano, Lloyd J Austin III, [falou](#) da Estratégia Indo-Pacífico dos EUA; o ministro da defesa chinês, general Wei Fenghe, [apresentou](#) a visão da China para a ordem regional. Mas as perguntas e respostas ao final de cada sessão foram mais interessantes que os discursos originais. Abaixo alguns destaques:

Sobre *Gestão da Competição Geopolítica em uma Região Multipolar* falaram Indonésia, França e Japão. [Indonésia](#) falou sobre sua visão de considerar e respeitar todas as grandes potências e todos os vizinhos. E lembrou uma frase de Nelson Mandela, quando participava de um evento em Nova York: “seu inimigo não é necessariamente meu inimigo”. Lembrou que os EUA ajudaram em momentos difíceis, assim como a Rússia; Austrália apoiou a luta pela independência; sobre China destaca que foi um bom amigo da Indonésia: “tínhamos nossas diferenças, mas agora o jeito asiático é que cada país tem sua própria forma de resolver seus problemas. Cada país tem que manter boas relações com seus vizinhos e com todas as grandes potências do mundo. Esse é o jeito asiático.” O General Prabowo reiterou que os interesses nacionais e os legítimos interesses da China devem ser respeitados. Lembrou que a China foi uma grande civilização e foram líderes da Ásia há muitos milhares de anos. Sua influência permeia todo o Sudeste Asiático. “Por isso, pedimos a todos que respeitem a legítima ascensão da China de volta à sua posição como uma grande civilização. Portanto, se tivermos algumas diferenças, nos esforçaremos para resolvê-las diferenças de forma amigável e mutuamente benéfica”. E repetiu: “Esse é o jeito asiático”.

Sobre *Desenvolvimento de Novas Formas de Cooperação em Segurança*, falaram Malásia, Qatar e Austrália. [Austrália](#) recebeu chuvas de perguntas e preocupações sobre o acordo AUKUS. O ministro da Defesa fez questão de frisar que o AUKUS não é uma mini OTAN. É principalmente sobre o compartilhamento e desenvolvimento conjunto de capacidade entre a Austrália, o Reino Unido e os Estados Unidos. E essa é a sua direção. Não é uma aliança. E por isso não está no mesmo conjunto de arranjos como a OTAN. É um compartilhamento tecnológico. Lembrou que o acordo é para construção de submarino de propulsão nuclear, não um submarino com armas nucleares. Sobre Taiwan, diz que tem relações produtivas com a ilha,

¹⁹⁵ Nascido na Índia, é doutor em relações internacionais pela London School of Economics e bacharel e mestre pela Universidade de Georgetown. Atuou como consultor do Conselho Nacional de Inteligência dos EUA e das Forças de Operações Especiais do país no Iraque e no Afeganistão. Fundou a consultoria Future Map e é autor, entre outros, de "The Future is Asian" e "Move: The Forces Uprooting".

¹⁹⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/06/russia-se-tornou-novo-norte-da-asia-diz-ex-consultor-do-governo-obama.shtml>

¹⁹⁷ <https://www.straitstimes.com/singapore/shangri-la-dialogue-resumes-in-spore-as-us-china-frictions-loom-over-security-meet>

mas que mantém uma política de Uma China e nada disso muda. A China é seu maior parceiro comercial. “E nós vamos nos envolver com a China com respeito e reconhecer a China como um país com quem temos muito interesses significativos, incluindo o nosso comércio.”

Sobre *Modernização Militar e Novas Capacidades de Defesa* falaram Filipinas, Vietnã e Camboja. [Vietnã](#) citou um provérbio vietnamita - podemos vender nosso irmão, mas precisamos comprar os vizinhos mais próximos – para afirmar que os países podem resolver suas disputas e diferenças. “Temos relacionamento próximo. Podemos conversar uns com os outros para que todas as diferenças e, você sabe, as disputas podem ser resolvidas pacificamente”

Nas [sessões paralelas](#), os formuladores de políticas e acadêmicos ilustres se envolveram em discussões aprofundadas sobre os desafios estratégicos da Ásia-Pacífico: segurança climática e defesa verde; Myanmar – encontrando um caminho; Segurança Marítima;

O desenvolvimento da China não é uma ameaça

O desenvolvimento da China não é uma ameaça, mas uma contribuição significativa para a paz e o desenvolvimento mundial, e o país também defenderá firmemente seus interesses quando necessário, disse o conselheiro de Estado e ministro da Defesa, general Wei Fenghe, no Diálogo Shangri-La.¹⁹⁸

"O desenvolvimento da China é irreversível, e o país adere firmemente ao caminho do desenvolvimento pacífico", disse ele em seu discurso sobre o tema da visão da China para a ordem regional. Wei disse que as conquistas da China foram feitas por meio do trabalho árduo de seu povo e a um custo enorme, em vez de colonização, exploração e pilhagem – tapa sem pelica. “Os militares chineses são sempre um exército de paz, mas também salvaguardarão resolutamente a soberania, a segurança e os interesses de desenvolvimento do país”, disse ele. Entenda um pouco mais, no tópico No tabuleiro da Geopolítica deste informe, mais abaixo.

Wei repetiu a posição da China sobre Taiwan. "A questão de Taiwan é assunto interno da China e a unificação com a pátria será absolutamente alcançada", disse ele, acrescentando que "os separatistas de Taiwan" não chegarão a um bom final e a interferência estrangeira falhará categoricamente.

Wei disse que o mundo está enfrentando múltiplas crises raramente vistas na história, e o caminho adiante é defender e praticar o multilateralismo e construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade, acrescentando que a China é firme em seu compromisso de buscar o desenvolvimento pacífico.

Observando que a Ásia-Pacífico é a potência econômica mais vibrante e promissora do mundo, Wei pediu que os países se esforcem pela brilhante perspectiva de construir uma comunidade Ásia-Pacífico com um futuro compartilhado que desfrute de uma paz duradoura e forneça segurança para todos.¹⁹⁹

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA E OUTRAS POLÍTICAS

Por que a China se concentrará também na Ásia Central à medida que a rivalidade dos EUA se intensifica?

¹⁹⁸ <http://www.chinadaily.com.cn/a/202206/13/WS62a6765ba310fd2b29e62388.html>

¹⁹⁹ <http://portuguese.people.com.cn/n3/2022/0613/c309809-10108728.html>

Ao avaliar a melhor forma de trabalhar com a China, os países seriam mais bem servidos se usassem analogias históricas da Ásia e não daquelas tiradas das tradições europeias ou americanas. Em um artigo de opinião, Daryl Guppy²⁰⁰, de março de 2021, apresenta “Por que a equipe de política chinesa de Joe Biden deve olhar para a dinastia Tang, não para a história europeia”.²⁰¹ Para ele, o presidente americano corre o risco de repetir os erros de seu antecessor, Donald Trump, porque o mal-entendido sobre a situação da China continua semelhante.

Em seus mais de cinco mil anos de história, a China sempre buscou manter a defesa e estabilidade em suas fronteiras – atualmente, o país compartilha 14 fronteiras terrestres com outros países e nenhum pode ser caracterizado como aliado.²⁰² Com múltiplas fronteiras e rotas marítimas curtas até seus parceiros comerciais, a China não tinha necessidade de ser, e raras vezes foi, ideologicamente expansionista; não buscava territórios além de sua região.²⁰³ Sua atual expansão para outras regiões são comercialmente e economicamente estratégicas e se dá através de acordos e planos de ação, visando garantir acesso aos mercados para escoar sua produção e garantir acesso aos insumos e commodities que precisa para manter sua indústria funcionando e gerando empregos e sua gigantesca população alimentada.²⁰⁴

Manter a estabilidade em suas fronteiras ainda é uma questão de segurança. Observadores analisam a intensificação do envolvimento da China com seus vizinhos na região da Ásia Central como parte dos esforços para estabilizar sua fronteira ocidental, principalmente na região fronteiriça de Xinjiang (para entender a importância de Xinjiang, ver o box ao final deste texto) e se concentrar em sua rivalidade estratégica com os EUA, no Indo-Pacífico²⁰⁵ – devemos ter em conta que, nos mares “quintais” da China, há uma grande frota de navios militares, aviões, porta aviões e submarinos dos EUA, da Austrália, do Japão, do Reino Unido, da França, especialmente no Mar Meridional da China, região estratégica para a navegação comercial chinesa.

A China precisa proteger as rotas através do Mar Meridional para garantir que suas mercadorias cheguem ao mercado e para que itens fundamentais para a produção dessas mercadorias cheguem ao país. Um bloqueio é um risco. A diplomacia seria uma solução, mas está cada vez mais difícil. Como disse o porta voz do NPC (Congresso Nacional Popular), Zhang Yesui, em coletiva de imprensa, em fevereiro de 2021, logo após a posse do novo presidente americano: “China deve esperar pelo melhor, preparar-se para o pior de Joe Biden”.²⁰⁶ Assim,

²⁰⁰ Daryl Guppy, colunista financeiro australiano, analista técnico independente, autor de livros sobre técnicas de negócios; publica na rede CNBC, canal de Negócios (jornal e TV) do sudeste asiático.

²⁰¹ [Por que a equipe política chinesa de Joe Biden deveria olhar para a dinastia Tang, não para a história europeia | South China Morning Post \(scmp.com\)](https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3181347/why-china-likely-focus-more-central-asia-us-rivalry?module=top_picks&pgtype=article)

²⁰² Rússia, Mongólia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Afeganistão, Paquistão, Índia, Nepal, Butão, Myanmar, Laos, Vietnã e Coreia do Norte.

²⁰³ **Marshall, T.** *Prisioneiros da Geografia: 10 mapas que explicam tudo que você precisa saber sobre política global*. 4ª ed. – Rio de Janeiro. Zahar. 2018. p.48 a 71.

²⁰⁴ Um exemplo recente de parceria estratégica com visão de futuro é a adesão da Argentina à Iniciativa Rota da Seda – o país está na região Triângulo do Lítio da América do Sul, com mais da metade das reservas do mundo do metal, chamado de ouro branco, crítico para uso em baterias de veículos elétricos ou para as usinas de energia verde – eólica e solar.

²⁰⁵ https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3181347/why-china-likely-focus-more-central-asia-us-rivalry?module=top_picks&pgtype=article

²⁰⁶ [A China deve esperar pelo melhor, preparar-se para o pior de Joe Biden | South China Morning Post \(scmp.com\)](https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3181347/why-china-likely-focus-more-central-asia-us-rivalry?module=top_picks&pgtype=article)

Pequim trabalha para consolidar laços comerciais e diplomáticos com seus vizinhos, mas também trabalha para melhorar sua marinha militar²⁰⁷ (a marinha mercante já está resolvida).

O país de Xi Jinping vem se preparando e construindo alianças há pelo menos três décadas. Mas nos últimos dois anos, as alianças foram ampliadas e a saúde e as mudanças climáticas assumiram papel central nas novas parcerias estabelecidas. Seja no âmbito da Rota da Seda (Belt and Road Iniciativa – BRI), agora mais verde e tendo saúde como prioridade; seja no âmbito da Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI) para a implementação acelerada da Agenda 2030, seja no âmbito da iniciativa RCEP (Parceria Econômica Regional Abrangente), que entrou em vigor este ano; seja através de declarações conjuntas ou através de Memorandos de Entendimento e Planos de Ação, a China vem estabelecendo parcerias estratégicas, com foco no multilateralismo e recuperação econômica igualitária – que é o que todos querem. Para saber mais, leia em Cadernos CRIS-Fiocruz [Informe 2-2022, p 137-140](#) e [Informe 3-2022, p. 114-118](#). Recentemente, o chanceler chinês, Wang Yi, encerrou uma visita de quatro dias ao Cazaquistão, onde se encontrou com o presidente, Kassym-Jomart Tokayev, e manteve reuniões separadas com seus homólogos do Cazaquistão, Quirguistão, Turcomenistão e Uzbequistão, bem como com o ministro dos Transportes do Tadjiquistão. Ele também participou de uma cúpula na capital do cazaque, Nur-Sultan, com ministros das cinco nações da Ásia Central, todas ex repúblicas soviéticas, com laços estreitos com Moscou. A reunião terminou com promessas de maior cooperação em áreas que vão desde antiterrorismo, segurança e mediação humanitária no vizinho Afeganistão: fornecimento de energia e ligações de transporte, até infraestrutura, segurança de dados e produção de vacinas.

²⁰⁷ A China [lançou ao mar, nesta sexta \(17\), o seu primeiro super porta-aviões, o Fujian](#). O navio mais poderoso já construído fora dos EUA simboliza a assertividade de Pequim no contexto da Guerra Fria 2.0 contra Washington e diante da turbulência do conflito na Ucrânia. Trata-se do terceiro navio do tipo operado por Pequim, e o primeiro de categoria semelhante à dos gigantes americanos, embora haja poucos detalhes disponíveis. Os chineses são agora o único país do mundo com mais de dois porta-aviões, além dos EUA e sua incomparável frota de 11 belonaves. Estrategicamente, a prioridade de Pequim é dominar seu entorno estratégico imediato, [como o estreito de Taiwan e o mar do Sul da China](#). Como sua economia depende de rotas marítimas, a ideia é proteger seu quintal estratégico.

Xinjiang é uma antiga região autônoma no oeste da China, de terras ricas, que produz um terço do algodão da China, bem como dispõe das maiores reservas de petróleo e gás. Faz fronteira com seis países (Mongólia, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Afeganistão), com outra região autônoma chinesa, o Tibet, e com a Caxemira, controlada por Paquistão e Índia. Portanto, tem localização estratégica para a segurança e para o comércio da China. Também é a região onde vivem a minoria islâmica, separatista, os Uígures, foco das acusações americanas contra a China sobre ações que violam os direitos humanos.

O nome da região significa “a fronteira nova” e se originou na dinastia Qing, dos manchus, que vieram da Mongólia (última dinastia chinesa, de 1644 a 1912). Os separatistas uígures, ligados ao terrorismo islâmico *pan-turquico*, preferem o nome histórico (Turquestão Chinês) ou étnico (Uiguristão).

A convivência entre as oito etnias da região era tranquila até os anos 1980, quando, por ocasião da [Intervenção Soviética ao Afeganistão](#), nos anos de 1980, a China enviou combatentes uígures para apoiar os [talibãs](#) – sim, eles mesmos! EUA também armaram e treinaram os talibãs para combaterem sua rival Rússia e seus aliados Mujahedines – inimigos dos talibãs. Ao retornar à província chinesa, os combates uígures adeririam ao separatismo uigur. E nos anos de 1990, os separatistas passaram a recorrer ao terrorismo. A partir dos ataques de 11 de setembro de 2001, Pequim optou por enquadrá-los na guerra ao terror. Houve grande endurecimento.

Os EUA resistem à proposta chinesa de igualar os uígures aos talibãs; não apoiam soluções militares para o caso uigur e afirmam que não há células da Al-Qaeda na província. Washington insinua que há oportunismo no engajamento chinês. Pequim, ao contrário, avalia a hesitação americana em cooperar como prova de padrões duplos. O governo americano, inclusive, financia os separatistas – dentro do território chinês. O ISIS (Estado Islâmico) também declarou apoio ao separatistas.

Uma das garantias que a China negocia com o atual governo talibã do Afeganistão é o combate ao terrorismo, principalmente, na fronteira de Xinjiang.

Linha ferroviária trará benefícios econômicos tanto para a Ásia Central quanto para a China²⁰⁸

A ferrovia construída pela China que liga Xinjiang ao Quirguistão e ao Uzbequistão impulsionará o desenvolvimento, a segurança, o comércio e o investimento, além de fortalecer a pegada econômica de Pequim na região. Embora os detalhes da construção da linha com 523 km ainda não tenham sido divulgados, o presidente do Quirguistão anunciou recentemente que as obras começariam no próximo ano, encerrando um impasse de um quarto de século.

Dos milhares de quilômetros de ferrovias que a China ajudou os países a construir, como parte de sua Iniciativa do Belt and Road (Nova Rota da Seda), não há seção mais significativa do que esse trecho entre conectando uma província estratégica para a segurança e para a economia chinesas e dois de seus vizinhos.

Quando concluído, os benefícios econômicos para a Ásia Central provavelmente serão enormes, embora o maior beneficiado seja Pequim. A conectividade aprimorada para a região,

²⁰⁸ https://www.scmp.com/comment/opinion/article/3181450/rail-line-will-bring-economic-benefits-both-central-asia-and-china?utm_medium=email&utm_source=cm&utm_campaign=enlz-today_international&utm_content=20220613&tpcc=enlz-today_international&UUID=76717b2c-da31-4295-91ab-a46f871a89e1&article_id_list=3181432,3181511,3181491,3181521,3181518,3181502,3181506,3181499&tc=35&CMCampaignID=7a13b8dd14bf8239d83b211051cbde25

Oriente Médio e Europa trará desenvolvimento, segurança, comércio, investimento e ganhos geopolíticos que atingem objetivos e ambições.

A Iniciativa Belt and Road foi apresentada ao Cazaquistão, há nove anos atrás, pelo próprio Xi Jinping, que deve retornar ao país vizinho em setembro deste ano para aumentar o engajamento diplomático, garantindo uma posição mais forte na região, que Moscou considera seu quintal geopolítico

A resistência da Rússia a outras grandes potências forjando laços estreitos com as nações da ex-União Soviética criou manobras estratégicas delicadas para a China e os Estados Unidos. Mas a guerra de Moscou na Ucrânia e a retirada de Washington do Afeganistão no ano passado mudaram a balança a favor de Pequim. A questão ucrânia forçou a Rússia a alterar seu foco político e econômico, oferecendo uma oportunidade para que um acordo seja fechado na linha férrea. Questões sobre rotas e custos parecem ter sido superadas e a experiência da China na construção de ferrovias em terrenos desafiadores ajuda.

Essa conectividade é benéfica para Pequim; além de aprimorar a Iniciativa do Cinturão e Rota, fortalecerá a participação econômica da China na Ásia Central, que já é maior do que qualquer outro país. O desenvolvimento do sul de Xinjiang finalmente avançará e a segurança e a estabilidade regionais melhorarão. Os interesses comerciais e de recursos naturais chineses na Ásia Central poderão avançar rapidamente.

Quando concluída, será uma rota de transporte muito mais rápida e barata para mercadorias entre a China e a Europa, reduzindo o tempo em até oito dias. Haverá grandes benefícios econômicos e de desenvolvimento para o Quirguistão e os custos de frete com o Uzbequistão serão significativamente reduzidos e as extensões para o Afeganistão, Irã e Türkiye serão possíveis. Aliás, sua estreita cooperação com o Irã é parte da estratégia para ganhar vantagem na geopolítica do Oriente Médio e Oeste da Ásia,

Xi se encontrou com líderes da Ásia Central à margem dos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim em fevereiro e garantiu que a China é um amigo e parceiro confiável. A linha férrea comprovará essas promessas pelos benefícios mútuos que traz.

A nova agenda do Quad

Como já foi falado em informes anteriores ([Informe 3-2022, p. 114-118](#); [informe 8-2022, p. 170-172](#), [Informe 9-2022, p 165-166](#) e [Informe 10-2022](#), p 141-143), Washington está tentando desesperadamente construir alianças militares e econômicas para evitar uma China em ascensão, cuja economia deve ultrapassar a dos Estados Unidos em 2028, de acordo com o Centro de Pesquisa Econômica e Empresarial do Reino Unido (CEBR).

Os EUA entenderam que fortalecer os laços econômicos com a região é fundamental para o projeto de enfrentamento à China – sanções abrangentes não funcionariam. Isso não quer dizer que a segurança do Indo-Pacífico ficou para segundo plano. A América segue pensando nos laços militares.

As viagens recentes do presidente americano, Joe Biden, e de membros de alto escalão de seu governo aos países da Ásia Pacífico, demonstram essa urgência em conquistar as nações asiáticas e reduzir a resistência dos países da região em “confiar” na estratégia americana para um Indo-Pacífico livre, aberto e seguro. Biden viajou para Coreia do Sul e ao Japão para cumprir os dois objetivos: lançar oficialmente o *Indo-Pacific Economic Framework* (IPEF) – o *assopra* - e fortalecer o Quad com a inclusão da Coreia do Sul – o *morde*. O *assopra* vem acompanhado da

promessa aos 10 países aseanos que, como bloco (ASEAN), mantêm fortes parcerias com a China e com vários outros países na região, na Ásia Central e com União Europeia.

Apesar dos EUA terem ampliado o foco do Quad para além da segurança, incluindo parceria em vacinas, bem como grupos de trabalho sobre mudanças climáticas e tecnologias emergentes, o Sudeste Asiático tem desconfiado do Quadrilátero, vendo-o como um desafio à centralidade da ASEAN²⁰⁹. Cada vez menos nações, mesmo entre aliados, estão dispostas a serem “lideradas” pelos Estados Unidos e isso pode ser percebido durante o Diálogo de Shangri-la.

As diferenças entre as duas últimas cúpulas do Quad

Gurjit Singh, ex-embaixador da Índia na Indonésia, ASEAN, Alemanha, Etiópia e União Africana, publicou num jornal indonésio, uma ótima análise sobre o contexto que diferencia as duas cúpulas de 2021 e 2022.²¹⁰

Em 2021, a pandemia reduziu o foco sobre segurança e estratégia e se concentrou mais na cooperação funcional, visando principalmente a ASEAN, cuja centralidade era importante. O ex-embaixador destaca que tornou-se evidente que, para desafiar Pequim, a principal arena era (e ainda é²¹¹) o Mar da China Meridional - onde a China tem ambições estratégicas e disputa áreas sobrepostas com alguns países - e a conquista das nações asenas através de grande cooperação econômica.

Assim, as cúpulas de 2021 se concentraram na COVID-19, melhor segurança da saúde e na iniciativa da vacina Quad; eles buscaram um Grupo de Coordenação de Infraestrutura Quad, questões climáticas, hidrogênio, educação e intercâmbio de pessoas para pessoas. A tecnologia crítica e emergente continua sendo uma área importante onde há uma séria concorrência com a China, o que leva a problemas de segurança cibernética. [Declaração conjunta](#).

A cúpula de 2022 e a viagem de Biden à Coreia do Sul e Japão mostrou que os EUA ampliaram os interesses na região, apesar da crise na Ucrânia. O encontro foi convocado após a crise ucraniana, cujas implicações mais amplas foram discutidas no encontro. Os EUA continuam interessados em reunir o Quad para fornecer apoio à Ucrânia, de maneira semelhante ao que acontece no Indo-Pacífico. A intenção era incentivar os Quad a ampliar as sanções à Rússia. Mas, ao retratar a Rússia como o inimigo número um, EUA erra e corre risco de morrer na praia. A Índia permanece morna a isso.

A firmeza das nações da região tem transformado o Quad em um quadrilátero mais cooperativo, cuja agenda segue avançando para lidar com a COVID-19, tecnologias críticas, mitigação climática e mais. Os países manifestaram claramente no Diálogo de Shangri-la, que o

²⁰⁹ A "centralidade da ASEAN" usada pelos diplomatas do Sudeste Asiático não significa que o agrupamento ou seus Estados-membros são as forças motrizes por trás da geopolítica ou da geoeconomia da região. Em vez disso, é uma observação direta sobre o lugar da ASEAN no centro da arquitetura diplomática da região – ou seja, a rede de cúpulas e reuniões onde ocorre a maior parte da diplomacia asiática multilateral. Os membros da ASEAN sediam e presidem a maioria das principais reuniões diplomáticas da região e usam seu papel para socializar suas prioridades com contrapartes ao redor da região e no mundo.

²¹⁰ <https://www.thejakartapost.com/opinion/2022/06/15/the-quad-summit-move-agenda-forward.html>.

²¹¹ <https://www.state.gov/u-s-support-for-the-philippines-in-the-south-china-sea/>

Sudeste Asiático já tem “maneiras asiáticas” de resolver os desafios de segurança regional.²¹² Esse, aliás, também tem sido o discurso da ASEAN: “o jeito “aseano” de encontrar soluções para suas questões regionais. Na reunião dos Ministros de Negócios do G20, em fevereiro passado, a Ministra de Negócios da Indonésia deu o recado: “Washington precisa equilibrar sua abordagem de segurança com uma forte agenda econômica para a Ásia e o Pacífico”. A ministra acrescentou que a ASEAN - que representa mais de 600 milhões de pessoas, em 10 países – tem capacidade de tentar manter a paz, a estabilidade e a prosperidade diante da rivalidade entre os dois gigantes. A Indonésia é o atual presidente do G20 e também é membro da ASEAN.

Assim, EUA fez um ajuste nas posições públicas do Quad para alinhar as preocupações dos países. O grupo iniciativa da vacina Quad já avançou para instalações de fabricação na Índia. Há outro grupo que lida com linhas de navegação verdes descarbonizadas no Indo-Pacífico, que usarão hidrogênio como combustível. O grupo de coordenação de infraestrutura Quad está analisando infraestrutura de qualidade na região. Esta é uma área de interesse da Índia e da ASEAN, pois esta alternativa pode se alinhar com a Iniciativa Belt and Road (BRI). [Declaração conjunta.](#)

Um outro grupo lida com tecnologias críticas e segurança cibernética. A Índia tem interesse em ambos, particularmente em estabelecer a produção de semicondutores na Índia, para se tornar parte de uma cadeia de suprimentos independente e não permanecer dependente de suprimentos chineses. A segurança cibernética é uma área de importância para a Índia. As iniciativas de segurança cibernética e semicondutores Quad foram de interesse da Cúpula Quad.

Os próximos passos incluem: 1) A "Parceria Indo-Pacífico para Conscientização do Domínio Marítimo", que traz o compromisso com uma conscientização marítima mais rápida e profunda do movimento marítimo rápido nas águas regionais; 2) O Quad buscará mobilizar US\$ 50 bilhões em assistência e investimento em infraestrutura no Indo-Pacífico, nos próximos cinco anos; 3) Foi lançado o “Pacote quádruplo de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas (Q-CHAMP)” com “mitigação” e “adaptação” como seus dois temas. O Q-CHAMP inclui atividades em andamento, sob o Quad Climate Working Group, sobre transporte e portos verdes visando uma estrutura compartilhada de corredor verde e outros – um grande projeto da ASEAN. Sua cobertura inclui nova cooperação em combustível limpo; captura, uso e armazenamento de Carbono (CCUS)/reciclagem de carbono; cooperação e apoio à capacitação para promover mercados de carbono de alta integridade; 4) O Quad aumentará a interoperabilidade e a segurança por meio da assinatura de um novo memorando de cooperação sobre Diversificação de Fornecedores 5G e RAN Aberto; 5) A Declaração Comum de Princípios sobre Cadeias de Suprimentos de Tecnologia Crítica, lançada na cúpula, avança a cooperação Quad em semicondutores e outras tecnologias críticas, fornecendo uma base cooperativa para resiliência contra vários riscos.

Avançando, a Iniciativa Econômico Indo-Pacífico ([IPEF](#), p. 166) reuniu 13 países para discutir um futuro econômico juntos. Esta é a primeira vez que a Índia se aproxima de um arranjo econômico no Indo-Pacífico. O arranjo americano incluiu todos os países da Parceria Econômica Abrangente Regional (RCEP), exceto China, Camboja, Laos e Mianmar, e inclui a Índia e os EUA. Seu sucesso é que consegue que sete países da ASEAN participem do processo consultivo.

²¹² : <https://www.thejakartapost.com/paper/2022/06/12/prabowo-champions-asian-ways-amid-great-power-rivalry.html>

Apesar da adesão, o IPEF não é um pacto comercial e não oferece acesso comercial ao mercado norte-americano. É essencialmente um instrumento que tenta elevar os padrões e a qualidade e segurança de tecnologias críticas. Sua estrutura se sobrepõe às preferências do Quad, que abrangem amplamente o clima, tecnologias críticas, semicondutores, infraestrutura de qualidade e lidar com o COVID-19.

Como se pode ver, as nações aseanas seguem firme para se beneficiar da política de enfretamento americana à China. Mas, o que os dois querem, pode ser o que os dois não consigam entregar: ASEAN quer reduzir sua dependência econômica da China e espera que Washington se comprometa com uma estratégia econômica regional que inclua compromissos comerciais vinculantes – ou seja, acesso aos consumidores americanos. EUA mantém o sentimento protecionista da era Trump – abrir o mercado não será fácil – e ainda espera que a ASEAN seja mais firme no enfrentamento à China.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fóruns, conferências e reuniões recentes foram mais ricos e intensos que suas edições anteriores. Eventos paralelos, mais objetivos e técnicos, se somaram às discussões políticas. Isso confirma a necessidade dos países em ampliar os entendimentos e a cooperação para enfrentar as múltiplas crises: mudanças climáticas; Covid-19 e preparação para novas pandemias, resiliência em saúde e desastres, avançar em tecnologias verdes e, principalmente, conseguir financiá-las, capacitar pessoas para essas novas tecnologias, incentivar a inovação e avançar na Agenda 2030.

De todos os eventos, parte do mundo esteve do olho no Diálogo de Shangri-la, fórum que discute a segurança na Ásia Pacífico, uma vez que a rivalidade de superpotências entre um EUA acostumado ao domínio na área do Pacífico e uma China “emergente” levou a região a uma situação de ameaça de conflito. A cúpula mostrou o grande embate entre os valores ocidentais e a cultura oriental.

No Dialogo, foi o primeiro encontro dos dois ministros da defesa, chinês e americano – e havia muita tensão, uma vez que a cúpula aconteceu pouco tempo depois dos discursos de Joe Biden e de Antony Blinken, que incluiu aplicação de força militar, se for preciso, para defender Taiwan. EUA ouviu a resposta da China: seus militares são formados para a paz, mas irão defender os interesses chineses, se for preciso.

Os países do Indo Pacífico, mandaram seu recado, principalmente para a América: o Sudeste Asiático tem “maneiras asiáticas” de resolver os desafios de segurança regional e um jeito “aseano” de buscar soluções para as questões regionais. A Indonésia, presidente do G20, lembrou a frase de Nelson Mandela - seu inimigo não é necessariamente meu inimigo - e destacou que a China é um país milenar e sempre seguiu seu caminho. O Vietnã trouxe um provérbio popular para alertar sobre a forma oriental de pensar: Vendemos o irmão, mas compramos os vizinhos. Austrália, membro do Quad, também destacou a importância da parceria com a China.

Apanhada na contundente disputa EUA-China por influência na região e outros desafios, a Ásia deve encontrar melhores maneiras de resolver conflitos e promover o desenvolvimento econômico. Com seu crescimento forte e pacífico, a despretensiosa Asean pode fornecer

algumas respostas. O jeito “aseano” tem mais a oferecer à Ásia do que uma aliança de segurança semelhante à da Otan.²¹³

China pode não ser tão confiável quanto pensa ser, mas os EUA estão longe de conquistar a confiança das nações asiáticas como planeja. Terá que oferecer mais. E não é segurança.

²¹³ [Jeito ASEAN de ser](#)

DIPLOMÁTICO

- O novo relatório do comitê da OMS com mandato para investigar as origens da Pandemia foi publicado com ressalvas sobre a relevância das evidências²¹⁴ da hipótese de vazamento do vírus de um laboratório. O texto da SAGO (Scientific Advisory Group for the Origins of Novel Pathogens (SAGO) menciona o surto de Wuhan em 2019 como um evento de amplificação, identifica o aparecimento do vírus em outros países antes deste surto e faz várias recomendações para estratégias de pesquisa. Três especialistas anotaram no relatório sua objeção ao retorno da hipótese de vazamento do vírus de laboratório²¹⁵, que havia sido praticamente desconsiderada no relatório que sucedeu a visita da OMS a Wuhan. A insistência na tese pode enfraquecer a investigação de origem zoonótica do vírus e exacerba a instrumentalização da OMS por uma agenda de culpabilização da ciência chinesa. De sua parte, chineses, e também russos, têm reforçado a necessidade de investigar os laboratórios estadunidenses de Fort Detrick e outros espalhados pelo mundo, mas o fazem no âmbito da convenção de armas biológicas.
- O encontro entre os principais diplomatas de EUA e China, Jake Sullivan e Yang Jiechi, no dia 13 de junho deixou claro as diferenças entre os países. Enquanto o comunicado da Casa Branca fala da importância da comunicação para "administrar a competição"²¹⁶, o comunicado da agência chinesa fala que a China se "opõe firmemente ao uso da competição para definir as relações"²¹⁷. A conversa ocorreu em Luxemburgo e é vista como uma prévia para uma reunião de Biden com Xi. Além dos temas de segurança, espera-se uma revisão dos termos da guerra comercial. Entre as preocupações, o impacto das tarifas contra a China na inflação nos EUA. Antes do encontro com Sullivan, Jiechi presidiu a 12ª Reunião de representantes de segurança nacional dos Brics.²¹⁸
- O presidente chinês se reúne no dia 23 deste mês de junho com os mandatários dos BRICS para a 14ª Cúpula do agrupamento. No dia 24, Xi é o anfitrião do High-level Dialogue on Global Development, iniciativa chinesa para o desenvolvimento de economias emergentes. O tema do encontro é "Foster a Global Development Partnership for the New Era to Jointly Implement the 2030 Agenda for Sustainable Development".²¹⁹

SANITÁRIA

- O afrouxamento das medidas sanitárias após os fechamentos em Xangai e Pequim tem levado ao governo central a notificar cidades por controle e prevenção "excessivos". Entre os excessos, as restrições de passagens de caminhões oriundos de locais definidos como

²¹⁴ [https://cdn.who.int/media/docs/default-source/scientific-advisory-group-on-the-origins-of-novel-pathogens/sago-tors-final-20-aug-21_-\(002\).pdf?sfvrsn=b3b54576_5](https://cdn.who.int/media/docs/default-source/scientific-advisory-group-on-the-origins-of-novel-pathogens/sago-tors-final-20-aug-21_-(002).pdf?sfvrsn=b3b54576_5)

²¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=R2FiybK4pKk>

²¹⁶ <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/06/13/readout-of-national-security-advisor-jake-sullivans-meeting-with-politburo-member-yang-jiechi-3/>

²¹⁷ <http://cpc.people.com.cn/n1/2022/0615/c64094-32446594.html>

²¹⁸ https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202206/t20220616_10704363.html

²¹⁹ https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202206/t20220617_10704833.html

de baixo risco e a exigência de novos testes nucleicos. O Conselho de Estado afirmou que os testes devem ser mutuamente reconhecidos em todo o país.²²⁰

- Cidades chinesas continuam diminuir exigências para chegadas internacionais. Pequim, Nanjing e Wuhan reduziram a quarentena centralizada de 10 para 7 dias. Outros sete dias de quarentena devem ser cumpridas em casa.²²¹
- O China CDC Weekly publicou um estudo com 33.816 participantes positivos para Covid em Xangai. Do total, 22 desenvolveram infecção crítica, todos em grupos de risco. Os dados tratam do período entre 22 de março em 03 de abril.²²²

SOCIOECONÔMICO

- Novos dados indicam que a China passará a ter crescimento populacional negativo antes de 2025. Após décadas de controle de natalidade da etnia Han, majoritária, o governo abandonou a política de filho único e busca formas de incentivar que casais tenham um terceiro filho.²²³
- A Estratégia de Adaptação para Mudanças Climáticas foi lançada conjuntamente por 17 departamentos do governo chinês, entre eles o ministério de Ecologia e Ambiente. O objetivo é construir uma sociedade resiliente a mudanças climáticas até 2035. É a primeira vez que a adaptação a mudanças climáticas passa a ser uma estratégia nacional.²²⁴

²²⁰ <https://www.globaltimes.cn/page/202206/1267938.shtml>

²²¹ <https://www.globaltimes.cn/page/202206/1267933.shtml>

²²² <https://weekly.chinacdc.cn/en/article/doi/10.46234/ccdcw2022.115>

²²³ <https://www.globaltimes.cn/page/202206/1267532.shtml#>

²²⁴ <https://www.chinadaily.com.cn/a/202206/14/WS62a84013a310fd2b29e62ab7.html>

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ana Luísa Jorge Martins – Bacharel (UFMG) e mestre (PUC Minas) em Ciências Sociais

Anna Carole D’Amelio – Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Bertha Luz Pineda Restrepo (Peru) – Coordenadora de Mudança Climática e seu Impacto na Saúde da ORAS-CONHU

Caio Murta – Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Carlos Arosquipa – Consultor da OPS/OMS – Programa Subregional para Sudamérica

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielle Keylla Alencar Cruz – Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Eduardo Nilson, Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade, Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell, Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em Comércio Exterior e Direito, especialista em Saúde Pública, mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Ginnette Morales Calderón - Chefe de Despacho da Secretaria Executiva do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana (COMISCA)

Gisele Sanglard – Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em História, mestrado em História Social da Cultura e doutorado em História das Ciências da Saúde.

Hernán Sepúlveda - Consejero técnico, OPS/OMS – Programa Subregional para Sudamérica

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Júlia Moraes - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Karinne Marieta Carvalho – Instituto Nacional da Mulher, Criança e Adolescente Fernandes Figueira

Laurenice de Jesus Alves Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Presidente da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva; Professor adjunto, Universidade Georgetown, EUA; e membro do Cris/Fiocruz

Marciglei Brito Morais - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

María del Carmen Calle Dávila de Saavedra (Perú) - Secretaria Executiva de Organismo Andino de Salud - Convenio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU)

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marina Sujkowski - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Melissa Marcela Hernández de Ayala - Diretora de Cooperação da Secretaria Executiva do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana (COMISCA)

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em *Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI)* pela PUC-Rio e bacharela em *Ciência Política (UNIRIO)*

Paolo Balladelli - Director, OPS/OMS – Programa Subregional para Sudamérica

Patricia Lewis Carpio - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Santiago Alcazar - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Sofia Farante - Consultor, OPS/OMS – Programa Subregional para Sudamérica

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em *Análise e Gestão de Políticas Internacionais*, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Santos Rodrigues - *graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)*

Vitória Kavanami - *Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)*

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **53** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram realizados **12** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

OU

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMvaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2022

Dia 23 de junho – A saga continua: Covid1-19, varíola dos macacos, hepatite infantil...

Dia 29 de junho – Migração, migrantes e saúde

Dia 07 de julho – Cúpula das Américas: Saúde e outras dimensões

Dia 13 de julho – Economia e saúde

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 11/2022

Período de 07 a 20 de junho de 2022

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, XXXX de 2022.

201 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.